



movilidade



desenvolvimento social



habitação



desenvolvimento econômico



controle ambiental



segurança e defesa social

PLANOS SETORIAIS

relatório 2008



APRESENTAÇÃO	03		
GESTÃO E PLANEJAMENTO	05		
1 - FUNDAMENTOS LEGAIS E ASPECTOS LEGISLATIVOS	07		
1.1 - CONTEXTO INSTITUCIONAL	07		
1.2 - ABORDAGEM LEGAL SOBRE OS PLANOS SETORIAIS	08		
1.3 - ADEQUAÇÃO LEGISLATIVA DO PLANO DIRETOR	09		
1.4 - ENQUADRAMENTO LEGAL DOS PLANOS SETORIAIS	10		
2 - PERFIL DA CIDADE	11		
2.1 - CARACTERÍSTICAS GERAIS	11		
2.2 - MOBILIDADE URBANA E TRANSPORTE INTEGRADO	23		
2.2.1 - Sistema Viário de Circulação e Trânsito	23		
2.2.2 - Transporte Coletivo	28		
2.2.3 - Acessibilidade	30		
2.2.4 - Transporte de Cargas	33		
2.3 - HABITAÇÃO	36		
2.3.1 - Contextualização	36		
2.3.2 - Habitação de Interesse Social	38		
2.3.3 - Condicionantes Legais e Normativas	43		
2.3.4 - Produção Habitacional no Município	45		
2.3.5 - Necessidades Habitacionais	46		
2.3.7 - Conclusões e Recomendações	51		
2.4 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	52		
2.4.1 - Fundamentos	52		
2.4.2 - Transformações Mundiais e seus Impactos	53		
2.4.3 - Condições Institucionais	58		
2.4.4 - Desenvolvimento Empreendido em Curitiba	61		
2.5 - DESENVOLVIMENTO SOCIAL	62		
2.5.1 - Apreciação Geral	62		
2.5.2 - Mudanças rumo ao Desenvolvimento	64		
2.6 - SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL	76		
2.6.1 - Panorama Atual	76		
2.6.2 - Perfil da Violência	79		
2.6.3 - Tendências	82		
2.7 - CONTROLE AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	83		
2.7.1 - Meio Físico e Biota	83		
2.7.2 - Gestão Ambiental Urbana	87		
2.7.3 - Patrimônio	90		
3 - SITUAÇÃO DA CIDADE	93		
3.1 - ASPECTOS GERAIS	93		
3.2 - TRADICIONAIS ESTRATÉGIAS URBANAS LOCAIS	94		
3.3 - CONJUNTURA E RAÍZES MUNDIAIS	95		
3.4 - DEMOGRAFIA E ASPECTOS SÓCIO-ESPACIAIS	97		
3.5 - DIFICULDADES E OPORTUNIDADES DETECTADAS EM CADA TEMA SETORIAL	98		
4 - ESTRATÉGIAS DE INTEGRAÇÃO E INTERVENÇÃO	103		
4.1 - MOBILIDADE URBANA E TRANSPORTE INTEGRADO	103		
4.2 - HABITAÇÃO	103		
4.3 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	103		
4.4 - DESENVOLVIMENTO SOCIAL	104		
4.5 - SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL	104		
4.6 - CONTROLE AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	104		
4.7 - ESTRATÉGIAS INTEGRADAS PARA AS DIRETRIZES PROGRAMÁTICAS	105		
5 - DIRETRIZES E PROPOSTAS	107		
5.1 - MOBILIDADE URBANA E TRANSPORTE INTEGRADO	107		
5.1.1 - Sistema Viário, de Circulação e de Trânsito	107		
5.1.2 - Transporte Comercial	111		
5.1.3 - Acessibilidade	112		
5.1.4 - Transporte de Cargas	113		
5.2 - HABITAÇÃO	114		
5.2.1 - Diretrizes e Princípios	115		
5.2.2 - Ações de Curto Prazo	116		
5.2.3 - Propostas de Médio Prazo	117		
5.3 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	118		
5.3.1 - Objetivos	118		
5.3.2 - Diretrizes de Desenvolvimento	120		
5.3.3 - Propostas de Desenvolvimento	122		
5.4 - DESENVOLVIMENTO SOCIAL	126		
5.4.1 - Objetivos	126		
5.4.2 - Diretrizes Programáticas Propostas	128		
5.4.3 - Propostas em Metas Operacionais	128		
5.5 - SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL	130		
5.5.1 - Fundamentos	130		
5.5.2 - Diretrizes e Estratégias	132		
5.5.3 - Propostas de Ação Programática	134		
5.6 - CONTROLE AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	141		
5.6.1 - Diretrizes Gerais	141		
5.6.2 - Meio Físico e Biota	142		
5.6.3 - Gestão Ambiental Urbana	145		
5.6.4 - Proteção do Patrimônio	148		
5.7 - ESCALAS, INTEGRAÇÃO, PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL	150		
5.7.1 - Escalas	150		
5.7.2 - Integração	150		
5.7.3 - Participação	151		
5.7.4 - Controle Social	151		
6 - ENCAMINHAMENTOS, RECURSOS E IMPLEMENTAÇÃO	153		
6.1 - Mobilidade Urbana e Transporte	154		
6.2 - Habitação de Interesse Social	154		
6.3 - Desenvolvimento Econômico	155		
6.4 - Desenvolvimento Social	155		
6.5 - Segurança Pública e Defesa Social	156		
6.6 - Controle Ambiental e Desenvolvimento Sustentável	157		
6.7 - Tratamento Integrado em Intervenções e Induções: Monitoramento e Manejo	158		
CRÉDITOS	159		

Quando assumimos a prefeitura de Curitiba em 2005, a Câmara Municipal recém havia aprovado a proposta de lei que adequaria o Plano Diretor da cidade aos preceitos federais para o Desenvolvimento Urbano. A experiência local de planejamento já fazia 40 anos no mês de dezembro do mesmo ano. Uma tradição que atribuiu ao IPPUC, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba, a missão de sempre atualizar o Plano Diretor, mantendo regras urbanísticas e iniciativas públicas em perfeita sintonia com os curitibanos.

O processo de urbanização – com suas dimensões técnicas, sociais e ambientais – é complexo e contraditório em qualquer sociedade, no tempo e no espaço. A intervenção estatal sobre o processo de urbanização, em épocas recentes, tem-se caracterizado por apoiar-se em teorias e métodos que atuam, ao mesmo tempo e integradamente sobre o planejamento, a gestão e o monitoramento.

Desde meados do século passado, a cidade procura orientar seu desenvolvimento e legislar sobre valores, práticas, funções e atividades do espaço urbano por meio de um conjunto de leis, decretos, rotinas técnicas, projetos e ações de maneira a constituir *um processo permanente e duradouro de planejamento e de gestão urbana*.

A cidade, ao longo deste período vem ampliando sua capacidade de planejamento com a identificação das necessidades e potencialidades, integrando ações e propondo diretrizes capazes de reduzir as desigualdades intra-urbanas e regionais. O planejamento de todas as ações e de cada uma delas tem os olhos no futuro, mas promove ações que respondem a demanda por melhoria de qualidade de vida da geração presente.

A Prefeitura de Curitiba tem garantido a efetividade e a permanência desse processo de planejamento e de gestão urbana cada vez mais democrática e participativa. Processo que se desdobra com esse documento na apresentação do resumo destes seis planos setoriais — Mobilidade Urbana, Habitação e Transporte Integrado, Controle Ambiental e Desenvolvimento Sustentável, Desenvolvimento Econômico, Desenvolvimento Social, Seguridade e Defesa Social —, que já foram entregues à Câmara Municipal no final de 2007. E que estão à disposição de todos, em suas versões completas no *site* do IPPUC.

Não se trata de um plano de obras. Esse documento relata os princípios temáticos que irão nortear os permanentes ajustes nas normas da cidade nos próximos anos, até 2015. Não se trata de um Plano definitivo. Ele estará em permanente atualização e correção de rumos com o apoio e o auxílio do CONCITIBA — Conselho Municipal da Cidade de Curitiba —, da Câmara Municipal, das lideranças comunitárias e empresariais e de todos os cidadãos para manter o planejamento urbano na sua melhor direção: rumo aos sonhos da sociedade local.

Temos nos dedicado a pensar em como garantir neste próximo século, a sustentabilidade; a melhoria constante da qualidade de vida; a acessibilidade e a crescente democratização da cidade. Sempre sem descartar a história, sonhamos com uma Curitiba sempre inovadora, criativa e ousada. Agregamos novos conceitos. Utilizamos novas tecnologias e, especialmente, criamos canais de cooperação entre atores e agentes públicos e privados, garantindo a construção contínua de uma região cada vez mais sustentável e democrática.

CARLOS ALBERTO RICHA
Prefeito Municipal

Nosso Instituto continua sua evolução histórica. Desde a sua criação, em 1965, quando encaminhou ao Poder Legislativo o Plano Diretor; em 2004, quando o adequou ao Estatuto das Cidades e em 2008, com a posse do CONCITIBA - Conselho Municipal da Cidade de Curitiba -, o IPPUC vem cumprindo sua missão de planejar e monitorar o desenvolvimento da cidade. Agora, vence mais uma etapa do planejamento entregando à sociedade, os seis Planos Setoriais, resumidos neste relatório e à disposição de todos, na íntegra, por meio do *site* do IPPUC.

Tudo isso não é mera formalidade. Por trás destes Planos Setoriais há a opção por mais oportunidades produtivas e solidariedade, na construção de uma cidade cada vez mais sustentável e justa.

Destacamos três compromissos que são exaustivamente repetidos. São eles:

Nos termos da lei e do pacto municipal, a GESTÃO local é democrática. A sociedade organizada passa a definir diretamente os rumos do Planejamento Público. Esta mesma sociedade delega a GERÊNCIA para implantar seus projetos aos meios, procedimentos e rotinas ao Serviço Público, ente submetido à democracia representativa, remunerado para tal e responsabilizado civilmente por sua execução. Tal delegação não prescinde do controle social indireto e direto sobre as iniciativas públicas e, ainda, sobre toda ação privada quando sujeita ao prévio licenciamento ou à fiscalização pública.

Mudanças recentes nos paradigmas produtivos e culturais, trazidas e firmadas por compromissos internacionais para o milênio, em sustentabilidade e equidade, são vistas como novas oportunidades para Curitiba. Nossa busca continua a ser a de reduzir as históricas disparidades socioeconômicas e territoriais. Nossos planos buscam ampliar, a todos, o acesso à cidade, dedicando especial atenção aos grupos especiais e priorizando àqueles que, desde sempre, são barrados em seus direitos.

Os principais instrumentos para desconcentrar oportunidades na cidade estão, de um lado na presença da sociedade junto ao Planejamento Municipal, e, de outro, nos procedimentos descentralizados da Prefeitura, junto ao ambiente gerencial das nove Administrações Regionais de Curitiba. É nesse ambiente que comunidades e servidores públicos monitoram, acompanham e avaliam as ações e projetos, aprimorando rotinas para permanente manejo e adequação nos esforços coletivos, em direção a interesses maiores do cidadão.

Pensada de forma integrada Curitiba mantém em permanente evolução as práticas de planejamento e de gestão da cidade. E vai além, revoluciona ao planejar para além dos limites administrativos municipais e de alguns obstáculos naturais ou criados pelo homem; revoluciona ao oferecer a possibilidade de um desenvolvimento integrado e sustentável e revoluciona, ainda, ao apostar nas parcerias e na participação popular como a maior virtude deste período, ao priorizar o que a população realmente precisa, acrescentando o conceito de equidade a uma gestão cada vez mais compartilhada e democrática.

AUGUSTO CANTO NETO
Diretor Presidente do IPPUC

1.1 CONTEXTO INSTITUCIONAL

Com objetivo de adequar preceitos esculpidos na Constituição Federal, em especial os artigos 30 e 182, que delegam ao Município competência para legislar sobre assuntos de interesse local e executar a política de desenvolvimento urbano, objetivando o pleno desenvolvimento das funções da cidade e ainda, na intenção de adequar seu Plano Diretor a preceitos estabelecidos pela União, o Município promulgou a lei 11.266, em dezembro de 2004 – Lei do Plano Diretor.

Ainda que o Município de Curitiba já tivesse um Plano Diretor desde 1966, tendo no IPPUC a instância para atualizar seus desdobramentos e conteúdos durante quase quarenta anos, foram adotados como fundamentos do novo diploma municipal, nessa ordem de relevância, as disposições contidas nos artigos 6º, 30, 182 e 183, entre outros, da Constituição Nacional e as diretrizes e demais definições da lei federal 10.257/01 – Estatuto da Cidade, que regulamenta princípios constitucionais de Política Urbana e cujos conteúdos, em boa parte, já eram aqui praticados.

Um ano antes da promulgação dessa lei municipal a Política Urbana Nacional havia dado um importante passo com a criação do Ministério das Cidades e a realização de Conferência Nacional. Esse processo, iniciado nos municípios brasileiros foi ampliado para a esfera dos estados e, após, celebrada na capital federal. O processo culminou na legitimação do Conselho Nacional das Cidades e de quatro Secretarias Nacionais, cujas finalidades são promover a implantação do conjunto das novas disposições: Mobilidade, Habitação, Saneamento Ambiental e Programas Urbanos.

Em 2004, os governantes de Curitiba buscaram dar maior agilidade ao diálogo com os demais entes federativos e com os municípios da sua região. Partindo de uma série de consultas à sociedade local, instituíram metas imediatas nessa lei para se adequar o Plano Diretor local ao Estatuto da Cidade. Assim, foram propostos, nas disposições transitórias da Lei 11.266 - artigo 88 -, seis Planos Setoriais que viessem a aprofundar os fundamentos das políticas públicas de maior importância estratégica, tanto para o município como para a Região Metropolitana.

Este relatório apresenta o resumo desses seis trabalhos, para apreciação de todos. Esses conteúdos foram disponibilizados na Internet, nos conselhos setoriais, nas audiências e nas conferências, onde estiveram e continuam a estar em discussão.

1.2 ABORDAGEM LEGAL SOBRE OS PLANOS SETORIAIS

Foram três os pressupostos estabelecidos de forma explícita ou implícita pela lei local do Plano Diretor, para a execução desses seis Planos Setoriais:

A - TEMÁTICOS, nos termos do artigo 88 da lei: Mobilidade, Habitação, Saneamento Ambiental, Desenvolvimento Econômico, Segurança Pública com Defesa Social e Desenvolvimento Social;

B - METODOLÓGICOS, nos termos dos artigos 46 a 49 da lei: elaboração de conteúdos com participação democrática da comunidade, para sua legitimação e nos termos estabelecidos na própria lei;

C - CONCEITUAIS, nos termos do artigo 3º e disposições difusas na lei: objetivo central de adequar o Plano Diretor consoante à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano e a três vertentes gerenciais para o Plano Diretor, a saber:

Metropolização da Cidade, como fator determinante estabelecido no inciso II do § 2º, onde se exige um planejamento integrado à realidade regional da cidade-pólo;

Monitoração do Desenvolvimento, como processo técnico no planejamento local, definido nos artigos de 82 até 86, por meios de controle social direto e manejo urbano;

Legislação Revisada, dentre regras definidas segundo o inciso I do artigo 3º na lei do Plano Diretor, assimilando instrumentos nacionais de intervenção urbanística segundo a pauta fixada no artigo 87.

É importante ressaltar que a lei municipal do Plano Diretor, deparou-se nos anos seguintes à sua sanção, com alguns desafios estruturais. Entre os impasses é possível registrar:

I - Em âmbito interno, esses Planos Setoriais, por tratarem da geração de paradigmas conceituais novos para o desenvolvimento local, determinaram certo compasso de espera, para que orientassem a adoção dos instrumentos de intervenção urbana, via legislação revisada, sob risco de, caso assim não fosse, transformar novos mecanismos em iniciativa inócua ou, mais grave, sem legitimação conceitual e maior apropriação da comunidade.

II - Em âmbito externo, a pauta nacional para a Segunda Conferência em 2005¹, a campanha nacional dos Planos Participativos em 2006 e, por fim, a Terceira Conferência de 2007², sem qualquer intenção acabou por interferir na agenda municipal, durante os três anos fixados para delinear objetivos mais específicos para nosso Plano Diretor, tornando seus desafios uma matéria de interesse rarefeito para o debate urbanístico, com difícil mobilização das forças vivas da sociedade, de modo que se debruçassem sobre os temas locais.

III - Em âmbito estratégico, animadoras práticas locais para as audiências distritais descentralizadas (discussões orçamentárias anuais, conferências de cidade, pesquisa participantes nas regionais desejadas e conselhos setoriais na escala distrital, entre outras) exigiram que os planos setoriais e a conseqüente geração de seus instrumentos fossem compatíveis aos planos regionais, construídos de forma participativa, mediante diálogo junto à estrutura descentralizada da Prefeitura.

IV - Em âmbito processual há que se relativizar a capacidade da norma urbana para transformar as cidades, a não ser naquilo que se refere à regulamentação ou às sanções para ações com cunho especulativo ou predatório, porventura ocorrentes no

¹ No ano de 2005, das conferências saíram diretrizes nacionais para se federalizar um sistema de Conselhos Municipais e Estaduais de Cidade, voltados prioritariamente a monitorar a elaboração dos Planos Diretores Participativos em 2006 (prazo fixado no Estatuto da Cidade) e demais desdobramentos da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano.

² No ano de 2007, das conferências saíram diretrizes nacionais para, através da integração entre as políticas públicas e seu controle social mais direto, se aprimorar a agregação, a gestão e o gerenciamento dos recursos para intervenções urbanísticas nas cidades; diante da iminência de financiamentos federais para o Desenvolvimento Urbano, temas normativos locais entraram num compasso de espera, sem que tivessem um diálogo mais amplo, como se aguardando as normas federais ligadas ao repasse dos recursos.

mercado imobiliário ou produtivo. Considera-se muito mais eficaz a construção de pactos locais e acordos transparentes de intervenção, preferentemente celebrado e compartilhado em área de região determinada, território específico da cidade ou da metrópole, para que ocorram mudanças positivas mediante compromisso estabelecido entre todos os agentes envolvidos na transformação.

Só assim, por meio de mecanismos flexíveis e de formas democráticas de monitoria e manejo no ambiente, é possível reverter, sob forma permanente e sustentável, os dez mil anos da urbanização crescente na humanidade, pautada pela concentração dos saberes e de poderes nas cidades, - tanto os políticos como também econômicos ou técnico-culturais.

1.3 ADEQUAÇÃO LEGISLATIVA DO PLANO DIRETOR

Os Planos Setoriais inseridos no Plano Diretor de Curitiba passam a representar o ponto de partida para a Reforma Urbana Local nos seus aspectos legislativos e instrumentais.

Nessa vertente, os Planos Setoriais de imediato, a partir de janeiro de 2005, passaram a incorporar em seus conteúdos as seguintes contribuições de rotina:

- A opinião expressa da sociedade nas audiências orçamentárias da Prefeitura, nas conferências distritais dentro do processo das Conferências Municipais da Cidade e nas discussões dos Planos Regionais descentralizados;
- A utilização de dados estatísticos extraídos de sistemas internos de monitoração e construção de indicadores, tais como reivindicações pelo fone 156, bem como dados originados de pesquisa no projeto Regional Desejada, também nas ruas de Cidadania;
- Convênios em fase de celebração e outros procedimentos ou alternativas para intervenções urbanas, trazidas por mecanismos de financiamento já firmados, segundo os princípios nacionais, entre encargos ligados a programas federais, como os do PAC ou através de fontes internacionais, como o BID e demais instituições de âmbito mundial.

Diante dessas influências operacionais e do conjunto de opiniões de agentes internos e externos incidentes na Política Urbana do município, os Planos Setoriais inseridos no Plano Diretor de Curitiba passaram a interpretar como prioritário o ajuste do seu calendário à agenda nacional. Nesse sentido se entende que as sucessivas e subseqüentes mudanças legislativas do Plano Diretor passam a ser monitoradas e manejadas a partir do Conselho Municipal da Cidade, de modo a prosseguir o desenvolvimento normativo segundo ditames da PNDU, conforme evoluem resoluções gerais e todos os demais instrumentos emanados do Governo Federal, sobretudo no que concerne às disposições das quatro secretarias ministeriais.

Dessa forma, os Planos Setoriais não deverão de imediato ser engessados e submetidos a leis municipais específicas, que possam num futuro muito breve colidir com normas geradas ou pactuadas na esfera federal ou estadual, algumas das quais na iminência de sua proposição e submissão ao referendo legislativo. Ao contrário, nos Planos Setoriais, as diretrizes e propostas devem servir apenas como uma referência para o desenvolvimento gradual na legislação urbanística de Curitiba, sobretudo naquilo que ela venha espelhar pactos locais compatíveis com estratégias integradas da região e do desenvolvimento nacional.

1.4 ENQUADRAMENTO LEGAL DOS PLANOS SETORIAIS

Cumprida a exigência legal de se concluir os trabalhos dos Planos Setoriais em três anos de prazo, findos em de 2007, sua legitimação por meios participativos mais amplos se iniciou mediante contribuições trazidas pela internet, que, depois de incorporadas ao desenvolvimento e à entrega deste documento ao público, passam a ser consolidadas no ambiente institucional e segundo as atribuições do Conselho Municipal da Cidade de Curitiba – CONCITIBA, instituído pela lei municipal 12.579/07. Nessa instância, os conteúdos dos Planos Setoriais terão como instrumentos, para sua efetivação, todas as ferramentas e recursos do IPPUC.

Resta ainda relatar, neste primeiro capítulo, o calendário legislativo para adequar a legislação urbanística municipal, como determina o artigo 87 da lei do Plano Diretor. Para esse item e segundo orientado no § 2º desse mesmo artigo, foi elaborado no prazo hábil a minuta de decreto para instalar Comissão Mista. A promulgação do dispositivo legal foi adiada para que o trabalho integrasse uma das Câmaras Técnicas também instituídas no ambiente democrático do Conselho Municipal da Cidade. Segundo tal decisão, caberá ao CONCITIBA, examinar os estudos realizados pela citada Comissão e estabelecer um calendário para cada ajuste legislativo, levando em conta recomendações do colegiado técnico, os projetos da Prefeitura em andamento e propostas das demais Câmaras Técnicas, sempre consoantes às políticas ou resoluções nacionais e às secretarias ministeriais, bem como pareceres e demandas advindas de comitês descentralizados locais. Através desses últimos organismos de base, sintonizados ao desenvolvimento local na escala dos bairros, poderão ser averiguadas as pertinências em operações, intervenções e ações públicas, executadas em parceria ou não com outros agentes e atores comunitários.

Essa é a engenharia institucional estabelecida em Curitiba desde 2005, que sustenta os Planos Setoriais aqui resumidos. Sem que isso lhes garanta perfeição de propostas, servirá para lhes dar continuidade: tanto no processo de democratizar a gestão da Política Urbana Municipal, quanto para aprimorar, de forma permanente, a gerência das políticas públicas que lhe estão afetas.

2.1 CARACTERÍSTICAS GERAIS

Curitiba, fundada em 1693, é a cidade pólo do conjunto de 26 municípios que formam a Região Metropolitana de Curitiba. É uma cidade com 315 anos, 1.788.559 habitantes e uma superfície municipal de 432 km².

A Região Metropolitana de Curitiba - RMC está localizada na porção leste do Estado, abrangendo uma área de 13.528,46 km² e uma população de 3.261.168 habitantes, limita-se ao norte com o Estado de São Paulo, ao sul com o Estado de Santa Catarina, a Serra do Mar ao Leste e a Oeste com o Segundo Planalto Paranaense.

As fronteiras de Curitiba não podem ser delimitadas geograficamente. Os laços culturais e econômicos com os povos de todos os continentes existem desde a chegada dos imigrantes. Essa peculiaridade dá à cidade uma de suas principais características: seu atraente mosaico étnico e cultural.



Taxas de crescimento populacional

Como outras cidades brasileiras, Curitiba e sua Região Metropolitana apresentaram, nas últimas décadas, um intenso processo de urbanização. Na década de 70, foi a Região que registrou as maiores taxas de crescimento populacional entre as regiões metropolitanas brasileiras. Em Piraquara, Colombo, Almirante Tamandaré e Mandirituba, a ocupação ocorreu nos limites com Curitiba, longe das respectivas sedes municipais. Esse processo de insularidade foi determinante nos municípios de Piraquara e Mandirituba. O primeiro deu origem ao município de Pinhais, conurbado com Curitiba e o segundo, ao município de Fazenda Rio Grande.

O crescimento anual de Curitiba no período 1990/2000 equivale a terceira maior cidade da RMC. Os 8 municípios com mais de 70 mil habitantes (Curitiba, Almirante Tamandaré, Araucária, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Campo Magro, Colombo), representam mais de 88% da população total da RMC, compõem o Núcleo Urbano Central – NUC, onde encontra-se a malha urbana conurbada e os municípios com forte interação com o pólo metropolitano.

Indicadores de Demografia: Curitiba, RMC, PR e BR — 1970-2007

LOCAL	1970	1980	1991	1996	2000	2007
CURITIBA	609.026	1.024.915	1.315.035	1.476.253	1.987.315	1.787.498
Taxa de crescimento anual (%)		5,34	2,29	2,34	1,85	1,86
Densidade Demográfica (hab/ha)		14,06	23,72	34,16	36,72	41,61
RMC	869.837	1.467.306	2.061.531	2.431.804	2.726.996	3.166.273
Taxa de crescimento anual (%)		5,56	2,95	3,35	2,90	2,01
RMC sem Curitiba	260.811	472.333	746.496	955.551	1.139.241	1.368.865
Taxa de crescimento anual (%)		6,12	4,25	5,05	4,49	2,21
RMC - Núcleo Urbano Central	762.439	1.366.444	1.922.067	2.280.517	2.590.161	2.995.627
Taxa de crescimento anual (%)		6,02	3,14	3,45	2,93	2,07
RMC - Núcleo Urbano Central sem Curitiba	153.413	343.469	607.822	804.264	972.046	1.198.219
Taxa de crescimento anual (%)		6,39	5,31	5,79	4,87	2,39
Paraná	6.929.869	7.629.392	8.448.713	9.893.894	9.503.458	10.284.509
Taxa de crescimento anual (%)		0,97	0,93	1,38	1,52	1,06
BRASIL	93.139.037	119.682.796	146.825.475	157.879.573	169.796.170	183.987.291
Taxa de crescimento anual (%)		2,46	1,93	1,35	1,07	1,25

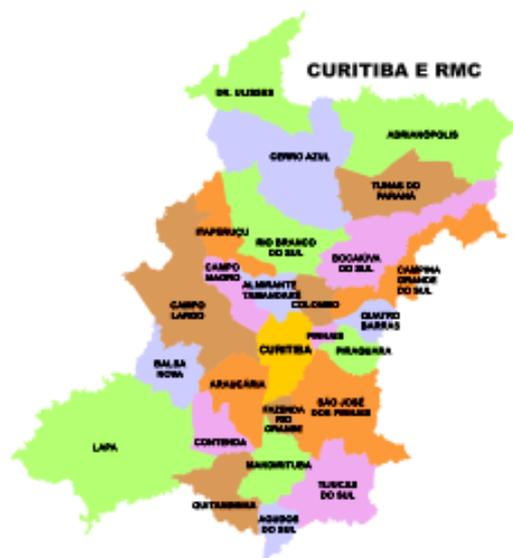
Fonte: IBGE - Censos Demográficos - 1970, 1980, 1991, 2000 e Contagem da População - 1996, Projeção Populacional - 2007.

Elaboração: IPPUC - Banco de Dados / Monitoração - 2003/2008.

Nota: Núcleo Urbano Central - onde encontra-se a malha urbana conurbada e os municípios com forte interação com o pólo metropolitano. Estão aí compreendidos: Curitiba, Almirante Tamandaré, Araucária, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Campo Magro, Colombo

Evolução no Espaço Regional

O Estado do Paraná permaneceu despovoado, na maior parcela do seu território, até meados da década de 1930, início da década de 1940. A intensa ocupação do território paranaense é interrompida a partir da década de 70, quando a taxa de crescimento anual cai para 0,97%, a menor do País. Curitiba deixa de ser destino de grandes fluxos migratórios, tornando-se o Paraná mais uma origem desses fluxos, para outras regiões do País e até mesmo para áreas de países vizinhos. Esse processo se mantém na década de 80, marcado pela taxa anual de 0,93%. Essa mudança foi associada a questões econômicas, face à modernização agrícola e ao surgimento de um parque industrial mais dinâmico, sobretudo na Região Metropolitana de Curitiba.



As migrações passam então a ter caráter rural-urbano, onde a absorção maior ocorreu nas regiões Norte e Oeste do Estado, bem como para a Região Metropolitana de Curitiba. Esta última região, considerada a atual configuração de 26 municípios, apresentou incremento de participação na população urbana do Estado com 13,02% em 1970 e 20,08% em 1980, para 24,85% em 1991 e chegando a 28,95% no ano de 2000.

Na década de 70, a Região Metropolitana de Curitiba foi a que apresentou maiores índices de crescimento populacional em relação às outras brasileiras. Esse índice atingiu 5,44% ao ano, enquanto a segunda região, Belo Horizonte, cresceu 4,70% e no Brasil a marca foi de 2,48% ao ano. Nos anos 80, o crescimento torna-se menos intenso, caindo para 2,90%. A menor intensidade é marcada pela queda abrupta da taxa de Curitiba que, de 5,34%, na década de 70, passa a crescer 2,29% ao ano na década de 80, enquanto a taxa da RMC, de 5,44% passa para 2,90%.

Nos anos 90, Curitiba apresentou a taxa anual de crescimento de 2,11%, enquanto a RMC ainda crescia a 3,12%. Nos últimos quatro anos estas taxas se reduziram ainda mais, quando Curitiba passou a crescer a 1,83% e a RMC a 2,87%. Cabe assinalar, que se forem observadas as taxas de crescimento da RMC nestes quatro anos e se excluir Curitiba deste contexto, a região passa a apresentar uma taxa anual de 4,37%, muito próximas daquelas observadas na década de 80.

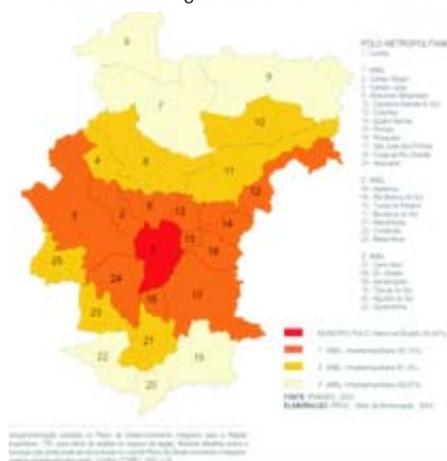
Esta redução na participação demonstra que o crescimento tem sido maior nos demais municípios da região e a característica fundamental deste crescimento da região é a ocupação dos municípios limítrofes a Curitiba, resultado do adensamento na cidade pólo e de seu decorrente extravasamento sobre os municípios vizinhos. Os municípios que fazem divisas com Curitiba - São José dos Pinhais, Pinhais, Colombo, Almirante Tamandaré, Campo Magro, Campo Largo, Araucária e Fazenda Rio Grande, cujas áreas habitadas formam uma mancha urbana quase contínua - têm, ao longo do tempo, absorvido os principais reflexos da expansão do pólo regional. Em 1970 viviam nesta região 120.203 habitantes ou 13,33% do total da RMC. Nesta época estes municípios como um todo cresceram a uma taxa anual de 7,91%. Nas décadas seguintes, esta taxa de crescimento, mas ainda ficando, nos anos 80 em 7,08%, entre 1991 e 1996 5,27%, e nos últimos anos do século XX, em 4,71%.

Até a década de 70, a ocupação urbana se dava quase que exclusivamente junto às sedes municipais, a única continuidade que se destacava era no processo de conurbação com São José dos Pinhais. Nas décadas seguintes, os Municípios de Piraquara, Mandirituba, Almirante Tamandaré, Colombo e Araucária desenvolveram suas principais áreas urbanizadas junto à divisa de Curitiba, dando origem aos municípios de Pinhais, Fazenda Rio Grande e Campo Magro. Desses municípios, apenas Campo Largo não desenvolveu área urbanizada nos limites da capital, onde um antigo núcleo, o Ferraria, é mantido sob forte controle por estar situado às margens do Lago Passaúna, área de captação para o abastecimento de Curitiba. Em 2000, a mancha urbana passou a ser quase contínua, entre a cidade de Curitiba e seus municípios limítrofes, que, juntos, absorvem 88,01% da população da RMC, segundo o censo de 2000.

Migração

Os vários indicadores sócio-demográficos analisados³ revelam intenso movimento migratório na Região, no período de 1995 a 2000, fortemente determinados por sua evolução socioeconômica. Curitiba absorveu, no período, 158.166 migrantes com 5 anos de idade ou mais. Destes, 50,45% vieram do interior do Estado; 42,44% de outros estados e países; e 7,11% com origem intra-metropolitana. Diferentemente de Curitiba, nas demais unidades geográficas definidas no trabalho como 1º 2º e 3º anéis, mais de 50% dos fluxos têm origem na própria Região Metropolitana.

Crescimento Migratório RMC 1995 - 2000



Projeção da População

Foi elaborada pelo IPPUC a projeção da população 2007 a 2020, que deverá ser utilizada para as propostas de médio e longo prazo. A tabela a seguir, mostra esta projeção onde se tem que o acréscimo de população de Curitiba será da ordem de 291.579 habitantes e para o NUC, sem Curitiba, no mesmo período, o acréscimo será de 245.218 habitantes.

População Censitária de 2000 Contagem Populacional 2007 e Projetada para o período 2008/2020. Segundo os municípios da Região Metropolitana de Curitiba

Municípios da RMC	População 2000 e 2007 (IBGE), e População Projetada 2008 a 2020 e Taxas de Crescimento entre os Anos para a RMC							
	2000	2007	2010	2012	2014	2016	2018	2020
Curitiba	1.587.315	1.797.408	1.874.287	1.917.882	1.960.796	2.003.663	2.046.441	2.088.987
Total NUC *	2.608.846	2.995.627	3.137.160	3.217.419	3.296.424	3.375.342	3.454.097	3.532.424
Total NUC sem Curitiba	1.021.531	1.198.219	1.262.874	1.299.537	1.335.628	1.371.679	1.407.656	1.443.437
Total RMC	2.768.394	3.166.273	3.311.868	3.394.429	3.475.700	3.556.894	3.637.898	3.718.472
Total RMC sem Curitiba	1.181.079	1.368.865	1.437.591	1.476.547	1.514.905	1.553.221	1.591.457	1.629.485
Curitiba/RMC (%)	0,57	0,57	0,57	0,57	0,56	0,56	0,56	0,56
RMC sem Curitiba/RMC (%)	0,43	0,43	0,43	0,43	0,44	0,44	0,44	0,44
NUC na RMC (%)	0,94	0,95	0,95	0,95	0,95	0,95	0,95	0,95

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000, Contagem Populacional 2007, IPPUC - Projeções 2008 a 2020

Nota: Projeções para 2008 a 2020 realizadas pelo Método de Tendência Demográfica

(*) NUC - Núcleo Urbano Central - Municípios que compõem o aglomerado urbano central da Região Metropolitana de Curitiba, também denominado de "Grande Curitiba"

³ IPARDES e divulgados no trabalho "Indicadores Intrametropolitanos: Diferenças sócio-espaciais na Região Metropolitana de Curitiba"

Se forem somados esses acréscimos de população em 13 anos o incremento populacional no NUC corresponderá a uma cidade de médio porte do Paraná, como Londrina.

Histórico da Economia da Região Metropolitana de Curitiba

Os anos 70 constituem o marco da transformação do perfil econômico do estado, com progressiva diversificação e modernização da base técnica de produção na Agropecuária e no Setor Industrial, com a introdução dos ramos modernos na linha metal-mecânica, como parte do processo de desconcentração da atividade econômica ligada a São Paulo (IPARDES, 2000).

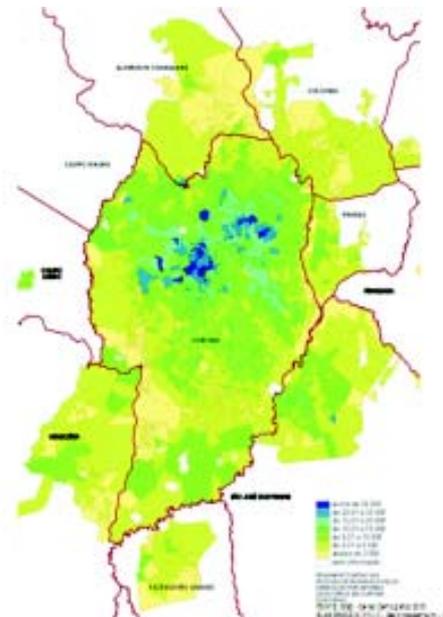
O setor primário, que em 1970, respondia por mais de 40% do Valor Agregado Fiscal — VAF gerado no Estado, progressivamente foi sendo superado pelo setor industrial, que consolidou sua participação atingindo, em 2000, 49,96% dessa renda da economia.

Renda Curitiba X RMC

A comparação entre os rendimentos dos chefes responsáveis pelos domicílios particulares permanentes entre Curitiba e RMC, demonstra que em 2000, 37,03% dos chefes que ocupavam a faixa de 0 a 3 s.m. recebiam 5,99% da renda do município de Curitiba. Já aos 9,35% chefes que ocupavam a faixa acima de 20 s.m., cabiam 44,04% da renda total do município de Curitiba.

Na RMC a situação era inversa, para os que recebiam até 3 s.m., 26,45% da renda cabia a 62,89% dos chefes, e 6,59% da renda cabia a 1,13% dos chefes que recebiam mais de 20 s.m., demonstrando a diferença na composição da renda entre Curitiba e RMC.

Mapa de Renda por setor censitário - RMC - 2000



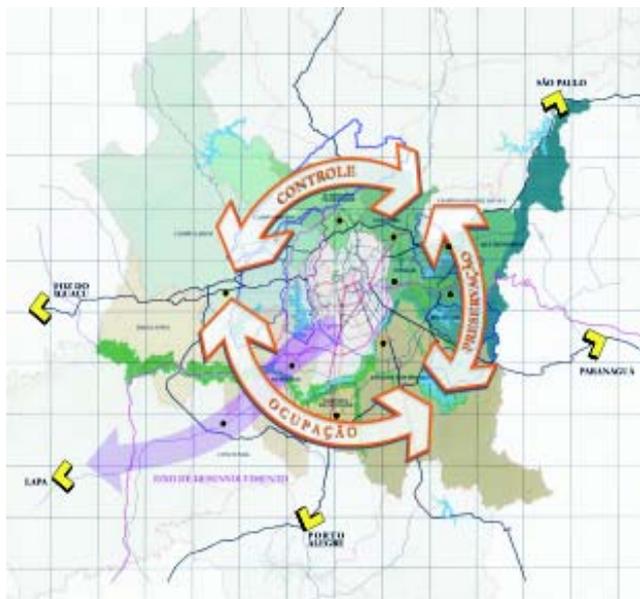
Diretrizes de Desenvolvimento

O Plano de Desenvolvimento Integrado – PDI, elaborado para a Região Metropolitana de Curitiba em 2006, com base em estudos que consideram aspectos socioeconômicos, físico-territoriais e institucionais ligados à RMC, propõe a ocupação do espaço metropolitano para o horizonte de 2020, na forma apresentada no Mapa. A proposição de ocupação futura, em grandes linhas, objetiva:

- Proteger os mananciais superficiais e subterrâneos destinados ao abastecimento atual e futuro;
- Garantir a conservação e preservação dos biomas mais significativos;
- Otimizar a urbanização nas porções territoriais com menor nível de restrição;
- Orientar a expansão do espaço urbano da cidade metropolitana. (COMEC 2006).

Tendo em vista estas perspectivas metropolitanas, cabe ao Município de Curitiba estruturar sua porção Sul, de forma a acompanhar a direção tendencial de crescimento e adequação à ocupação, além de otimizar a infra-estrutura urbana já existente na capital, de maneira a preparar-se para a estagnação populacional.

Nesta linha de atuação, a liberação da faixa da antiga BR-116 como a atual Linha Verde, ou o novo Eixo Metropolitano, permite pensar em uma outra centralidade ao Sul do atual centro histórico e de negócios de Curitiba. A cuidadosa implantação desta via deve regular o uso do solo de modo a atender ao equilíbrio necessário das funções: habitar, trabalhar e recrear previstas para este Eixo.

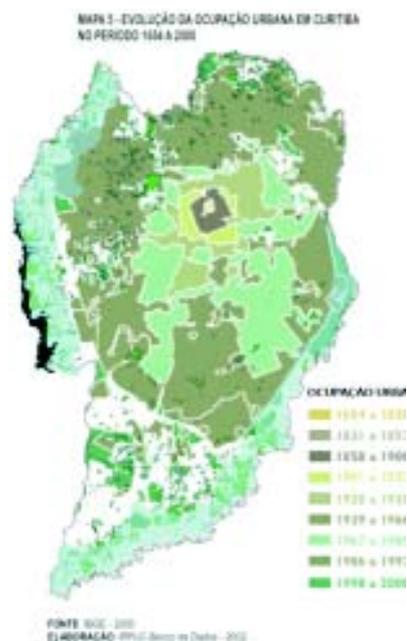


Características Gerais de Curitiba

É em 1970 que teve início o processo de ocupação nos bairros não limítrofes ao Centro, onde o custo da terra era mais acessível, dando origem ao processo de periferização da população curitibana e seu conseqüente extravasamento, nas décadas seguintes, para a Região Metropolitana. Em 1980, consolida-se a tendência de ocupação intensa na periferia, quando o bairro do Boqueirão torna-se o mais populoso. O bairro Centro perde importância relativa em termos populacionais.

Outra característica desse período é a intensa ocupação que ocorre ao longo do setor estrutural sul, onde se localizam os bairros Portão, Novo Mundo, Capão Raso, Pinheirinho e Água Verde. Este adensamento inicia a consolidação das diretrizes do Plano Diretor, cujos reflexos começam a ser mais perceptíveis. No início dos anos 90, a ocupação do período anterior, caracterizada pelo sentido sudoeste, tem seu vetor principal deslocado para o sentido sul da cidade, prosseguindo, no entanto, o adensamento da Cidade Industrial, que se consolida como o bairro mais populoso da cidade. Nesse mesmo período, o bairro do Sítio Cercado passa a fazer parte da lista dos bairros mais populosos, resultado, principalmente, da implantação de conjuntos habitacionais e do loteamento “Bairro Novo”.

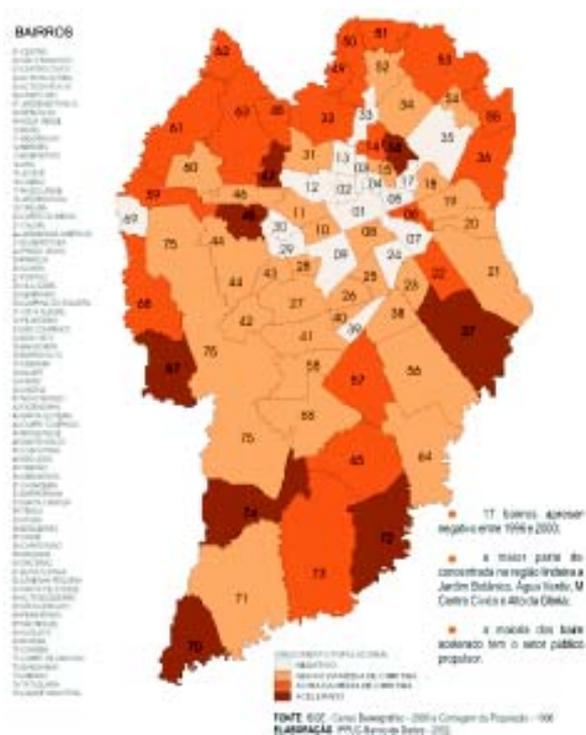
No período entre 1996 e 2000, a taxa de crescimento populacional em Curitiba reduziu drasticamente, ficando em 1,83% ao ano. Este período se caracterizou por um processo de ocupação de vazios urbanos ainda existentes na malha urbana e novamente pela ocupação de áreas periféricas, através da implantação de empreendimentos habitacionais de interesse social promovidos principalmente por iniciativa do Poder Público Municipal, como é o caso do bairro do Tatuquara, que cresceu a uma taxa anual de 16,88% e neste período recebeu 16.870 novos moradores. Até 1960, o crescimento populacional de Curitiba caracterizou-se pelo extravasamento natural de seu núcleo primitivo; o centro da cidade, com o esgotamento de áreas disponíveis e sua crescente especialização como área prestadora de serviço e comércio, começa a provocar a ocupação, com essas características, de bairros limítrofes à sua área central.



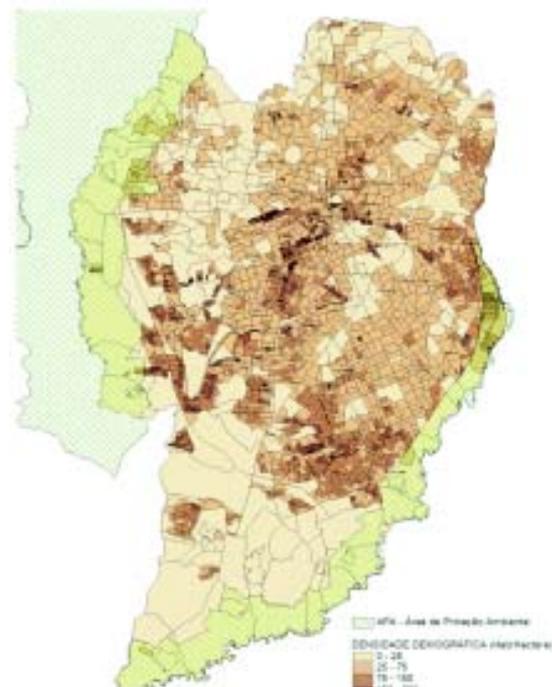
Quanto ao crescimento populacional no período 1996-2000 observa-se que 17 bairros apresentam crescimento negativo, a maior parte deles concentrada na região lindeira ao bairro Centro. Ressalta-se ainda que a maioria dos bairros com crescimento acelerado tem o setor público como seu propulsor.

No mapa de densidade observa-se que o adensamento da cidade se dá ao longo dos eixos estruturais conforme o preconizado no Plano Diretor de 1966 e também que o adensamento é contido, em grande parte, pelas Áreas de Proteção Ambiental – APAs, determinadas pela legislação municipal de uso e ocupação do solo.

Crescimento Populacional em Curitiba — 1996 a 2000



Densidade Demográfica por setor censitário — 1997 a 2000



Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000
 Elaboração: IPPUC - Geoprocessamento

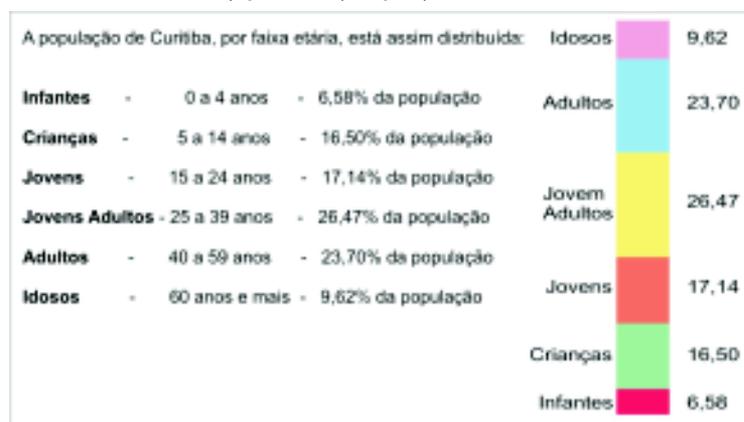
A identificação do perfil da população e suas necessidades têm permitido que a cidade se antecipe em alguns casos à demanda por serviços públicos. Para isto é fundamental conhecer e acompanhar as mudanças na pirâmide etária e nas características da população.

Tipos de serviços podem deixar de ser demandados, devido ao envelhecimento da clientela e outros passarem a ser essenciais para a manutenção da qualidade de vida já alcançada.

No período compreendido entre 1970 e 2000, a pirâmide etária de Curitiba passou por um intenso processo de transformação. É nítido que a população da cidade está envelhecendo rapidamente. A população idosa de Curitiba concentra-se na área central da cidade e nos bairros próximos ao Centro tradicional.

O Censo do IBGE 2000 indica que 49,25% dos responsáveis pelo domicílio estavam na faixa etária de 25 a 49 anos. A idade mediana da população de Curitiba na época era de 28 anos. Já os dados do perfil dos inscritos na COHAB — Curitiba⁴ apontam para uma população ainda mais jovem: 45% dos inscritos têm até 29 anos.

Projeção da População por Faixa Etária



Fonte: IPARDES/IPPUC - Banco de Dados
Elaboração: IPPUC - Setor de Monitoração

Quanto ao número de componentes das famílias tem-se que 72,78% eram compostas por 2 a 4 pessoas. Compostas por 1 pessoa eram 52.829 domicílios (10,67%), 2 pessoas — 118.318 (23,89%), 3 pessoas — 127.559 (25,76%), 4 pessoas — 114.565 (23,13%), 5 pessoas — 56.561 (11,42%), 6 pessoas e mais totalizaram 8.367.

Nas projeções para os próximos 20 anos, as principais tendências são de que o percentual de chefes de domicílios jovens deverá cair, vindo a crescer significativamente o daqueles com idades variando entre 55 e 64 anos, e também o do grupo etário acima de 65 anos.

As mesmas tendências também revelam um crescimento do número total de domicílios em cerca de 500 mil unidades, com maior aumento dos domicílios com 1 ou 2 pessoas. A análise dos dados do perfil dos inscritos na COHAB — CURITIBA, de alguma forma, parece antecipar esta tendência já que 58% dos inscritos são solteiros e 50% não têm dependentes.

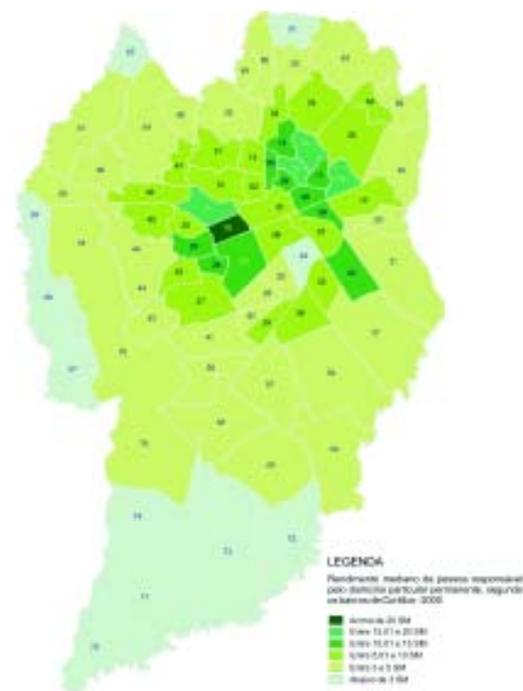
Quanto ao sexo dos responsáveis pelo domicílio tem-se que 347.532 eram homens (70,17%) e 147.710 (29,83%) eram mulheres. A maior parte dos chefes de família, homens e mulheres eram responsáveis por famílias únicas — (90,93%). Já a análise dos dados do perfil dos inscritos na COHAB-CURITIBA tem as mulheres como maioria — 55%.

⁴ Informações detalhadas sobre o perfil dos inscritos na COHAB-CURITIBA constam do item 3.6. Habitação de Interesse Social – Caracterização dos Inscritos no Cadastro da COHAB-CURITIBA.

Renda

Em Curitiba a renda mediana da população é de 4,64 s.m. e a renda média é de 9,48 s.m. Observa-se que entre 1991 e 2000 houve redução dos responsáveis por domicílios com rendimento inferiores a 3 s.m. e aumento nas classes superiores de rendimento. Hoje 12,46% da população recebe até 1 s.m.. As projeções⁵ indicam que haverá aproximadamente 25 mil domicílios adicionais de moradores com renda abaixo de 1 s.m.. Os dados do perfil dos inscritos na COHAB-CURITIBA revelam que 62% dos inscritos têm renda entre 1 e 3 s.m..

Em Curitiba as áreas com concentração de menor renda estão localizadas em áreas de ocupação mais recente, com menor infra-estrutura, na região mais periférica. Detalhando a questão da renda pode-se dizer que em 2000 a maioria das famílias, em números absolutos – 234.093 (47,27%) era composta por casal com filhos em todas as faixas de renda.



Educação e qualificação para o trabalho

As pessoas com mais de 15 anos de estudos tiveram maior retorno em termos salariais. Em 1991, 25% dos responsáveis pelo domicílio e com mais de 15 anos de estudos tinham um rendimento nominal mensal maior que 20 s.m. e em 2000 este grupo aumentou para 38,3%. Já os responsáveis pela família com entre 11 e 14 anos de estudos têm seus rendimentos na faixa entre 5 a 10 s.m.. Enquanto 13% dos responsáveis nesta faixa de estudo recebiam mais de 15 s.m. em 1991, em 2000 esse percentual aumentou para 20%. Tal fato ressalta um resultado positivo entre anos de estudos e rendimento nominal médio mensal. Além disso, observa-se que 50% dos responsáveis pelo domicílio incrementam o rendimento com a melhoria do nível de estudo e isso se fortaleceu de 1991 a 2000, como segue: até 1,5 s.m. para aqueles sem instrução e menos de 1 ano em 1991 e 2 s.m. em 2000; 2 s.m. para aqueles com 1 a 3 anos de estudos em 1991 e 3 s.m. em 2000; 3 s.m. para aqueles entre 4 a 7 anos em 1991 e 5 s.m. em 2000; 5 s.m. para aqueles entre 8 a 10 anos em 1991 e em 2000; 10 s.m. para os com mais de 11 anos em 1991, permanecendo o mesmo em 2000. Em torno de 61% dos rendimentos médios dos responsáveis pelo domicílio em Curitiba em 1991 eram de até 5 s.m.; em 2000, esse percentual cresceu para 70%.

⁵ Metodologia de Avaliação das Demandas por Habitação Popular. Fonte: IBGE - Censo Demográfico - 2000 no Brasil (MACEDO, O'DELL e SMITH, 2005), realizado em três regiões metropolitanas, incluindo a de Curitiba, que elabora projeções para 2020.

Vulnerabilidade Social

No contexto mundial, a superação da exclusão social, que se manifesta nas diferentes expressões da questão social, tem sido discutida amplamente e muitos encaminhamentos têm sido realizados. Em decorrência dessa preocupação e como resultado das discussões para eliminação das mazelas socioeconômicas, políticas e culturais que acometem milhões de pessoas ao redor do mundo, foram elaborados vários documentos e instrumentos que normatizam as relações sociais entre os diferentes povos, valorizando a dignidade humana e o combate às múltiplas formas de exclusão. Muitos encontros, internacionais e nacionais se sucederam, sendo o mais recente a Conferência do Milênio (2000) que estabeleceu 08 (oito) metas a serem cumpridas até 2015:

- 1 - Acabar com a fome e a miséria;
- 2 - Educação básica e de qualidade para todos;
- 3 - Igualdade entre os sexos e valorização da mulher;
- 4 - Reduzir a mortalidade infantil;
- 5 - Melhorar a saúde das gestantes;
- 6 - Combater a AIDS, a malária e outras doenças;
- 7 - Qualidade de vida e respeito ao meio ambiente;
- 8 - Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento.

No município estas metas estão sendo monitoradas pelo Observatório Regional Base de Indicadores de Sustentabilidade — ORBIS⁶, mediante parcerias com o Instituto Paraná Desenvolvimento (IPD), instituições internacionais, governo do Estado, Secretaria de Assuntos Metropolitanos e Prefeitura de Curitiba.

O dimensionamento da vulnerabilidade social em Curitiba, em relação à renda pode ser observada na incidência da pobreza – medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 75,50, que equivale à metade do salário mínimo vigente em agosto de 2000 – que diminuiu de 9,3%, em 1991, para 9,1% em 2000. Porém a desigualdade cresceu, refletindo uma tendência nacional aguda. Medida pelo Índice de Gini, passou de 0,55, em 1991, para 0,59, em 2000.

⁶ O ORBIS, integrado à Rede Mundial de Observatórios do Habitat Programa das Nações Unidas. É um programa do Instituto de Promoção do Desenvolvimento (IPD), apoiado pelo Sistema Federação das Indústrias do estado do Paraná (FIEP) e certificado pelo Observatório Global Urbano (GUO) da Organização das Nações Unidas (ONU).

Índice de vulnerabilidade Social

De acordo com o Atlas da Exclusão Social no Brasil (Unicamp 2000), entre os 5.507 municípios analisados no estudo, Curitiba aparece entre os 10 municípios com menores índices de exclusão social, ocupando o 9º lugar. O índice de exclusão social é formado por sete indicadores, fundamentais para o estudo da exclusão social, a seguir:

Índice de Exclusão Social das capitais da Região Sul - 2000

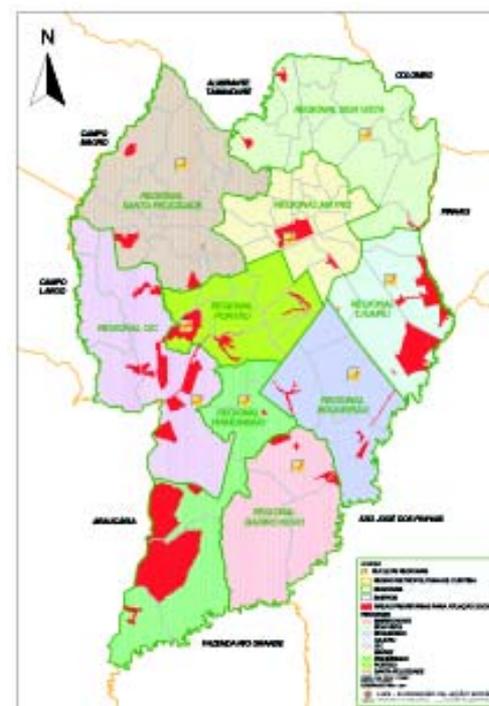
Ranking	Município	Índices							
		Pobreza	Emprego	Desigualdade Renda	Alfabetização	Escolaridade	Juventude	Violência	Exclusão
3º	Florianópolis	0,570	0,578	0,748	0,932	0,961	0,799	0,962	0,815
6º	Porto Alegre	0,529	0,478	0,618	0,927	0,911	0,839	0,904	0,761
9º	Curitiba	0,645	0,428	0,537	0,936	0,872	0,788	0,914	0,730
	Média Brasil	0,606	0,525	0,242	0,606	0,455	0,857	0,602	0,527

Fonte: Atlas da Exclusão Social

O resultado da equação fornece valores entre zero, que demonstram os casos mais graves de exclusão social e 1, com melhores condições de inclusão.

Apesar do bom resultado alcançado por Curitiba, o estudo demonstra, a presença de grandes diferenças. Destaca-se que as famílias em situação de pobreza, que normalmente habitam a periferia das grandes cidades brasileiras são as mais fragilizadas e submetidas a diversas carências.

A área de Proteção Social Básica, Curitiba está se reestruturando por meio da implantação dos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS. São unidades públicas de atendimento, localizadas em áreas de vulnerabilidade social e com a atribuição de executar serviços de proteção social básica, organizar e coordenar a rede de serviços sócio-assistenciais locais. Estão em funcionamento 22 CRAS no Município, o que tem contribuído para a descentralização das ações e a garantia do acesso da população mais vulnerável aos serviços sócio-assistenciais.





2.2 MOBILIDADE URBANA E TRANSPORTE INTEGRADO

2.2.1 Sistema Viário de Circulação e Trânsito

O planejamento do sistema viário, de circulação e trânsito em Curitiba começa formalmente em 1943, com o Plano Agache que buscava organizar a malha urbana e introduzir novos padrões viários. O Plano Diretor de 1966 ao mudar a conformação radiocêntrica para uma conformação linear antecipa o atual fenômeno de metropolização. Nesses 40 anos, importantes adaptações e transformações foram feitas no sistema viário, sendo uma das mais recentes a reconfiguração de um novo eixo metropolitano, na antiga BR-116, a chamada Linha Verde.

A atual configuração do sistema viário, feita na reavaliação da Lei de Zoneamento 2000 e revalidada no Plano Diretor de 2004, baseou-se na reavaliação da hierarquização das vias, segundo sua importância e estágio de crescimento urbano em processo acentuado de metropolização.

A atual classificação dos Setores Especiais em função do sistema viário leva em conta as categorias de eixos de circulação, considerando natureza, porte, níveis de articulação viária urbana e metropolitana, dinâmica da circulação, função das atividades instaladas nas vias. É composto por: vias normais; vias coletoras 1, 2 e 3; vias setoriais; vias prioritárias 1 e 2; vias externas (Setor Estrutural); vias centrais (Setor Estrutural); outras vias (Setor Estrutural); sistema viário do Linhão do Emprego e Eixos de Adensamento.

Estes conjuntos de vias articuladas entre si estruturam a cidade, segundo uma hierarquização que permite cobertura quase completa do território municipal e promove facilidades na mobilidade dos cidadãos, no trânsito de veículos, no transporte coletivo, no tráfego de cargas e produtos.

Classificação do Sistema Viário Metropolitano⁷

É o conjunto de vias com a função principal de dar mobilidade à Região Metropolitana de Curitiba - RMC, permitindo os deslocamentos de maior percurso no espaço metropolitano. São vias municipais que estabelecem relação direta com o grupo de vias metropolitanas, e estão classificadas em: vias expressas, vias de integração, vias estruturantes, vias de ligação e vias de conexão.

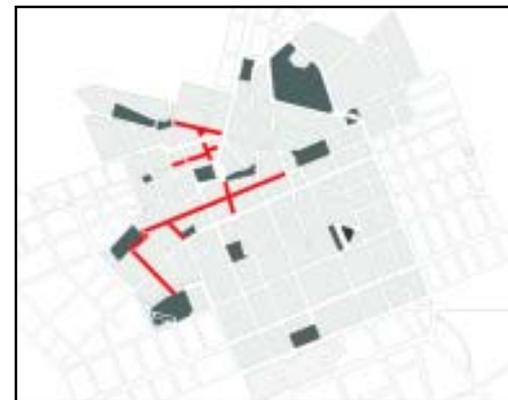
⁷ No ano 2000, o Sistema Viário Básico Metropolitano foi definido por resolução do Conselho Deliberativo da Região Metropolitana de Curitiba, proposta sua classificação no PDI — Plano de Desenvolvimento Urbano de 2005, e revisada no PDI em 2006.

Vias Preferenciais de Pedestres - Calçadas de Curitiba

Na região mais central de Curitiba, está praticamente configurada a rede de calçadas com amplo uso pela população.

Ciclovias

Curitiba é pioneira na implantação de uma das mais extensas redes de ciclovia do País. As ciclovias têm a função de transporte e lazer. São construídas ao longo de fundos de vale, faixas de domínio na linha férrea, complementando projetos paisagísticos e em locais onde a bicicleta é utilizada como transporte para o trabalho. Atualmente a cidade conta com 81 km de ciclovias compartilhadas com passeios de pedestres, 35 km de ciclovias exclusivas, 9.4 km de ciclovias em construção ao longo da Linha Verde.



Revestimento e Pavimentação

Curitiba possui 4.737km de vias públicas abertas ao tráfego. Destas, 49% são revestidos em tratamento superficial betuminoso - antipó -; 37% em asfalto definitivo; 13% em saibro e o restante - 1% - em paralelepípedo, concreto rolado, calçadas em petit pavê e blocos de concreto.

Barreiras urbanísticas e naturais interferências ao desenvolvimento do sistema viário

As principais barreiras urbanísticas, para a mobilidade, na cidade de Curitiba são: Rodovia BR 116/476; BR 277 (Praias e Norte do Paraná); linha férrea; vias com circulação exclusiva ou preferencial para o transporte coletivo (canaleta, pista ou faixa).

Em menor grau estão as avenidas com canteiros centrais; grandes áreas utilizadas para usos específicos (áreas militares); áreas ocupadas por grandes empreendimentos (shopping centers, universidades, condomínios, etc); áreas não loteadas; áreas ocupadas irregularmente; diretrizes viárias não implantadas.

As principais barreiras naturais e ambientais são: Áreas de Proteção Ambiental — APAs; Parques e bosques; Rios e córregos; Áreas de fundo de vale; Áreas de fragilidade ambiental e Topografia acidentada.

Motivo e modos de deslocamentos em Curitiba

Quanto aos motivos de deslocamentos destaca-se o trabalho como o principal com 60% do total, seguido de motivos diversos com 30% e estudo com 10%.

O modo de deslocamento mais utilizado pela população é o ônibus - 45%. Já o automóvel responde por 22% dos deslocamentos, seguido dos deslocamentos feitos a pé - 20%. Bicicleta e motocicleta totalizam 5% e outras formas de deslocamento 3%.

Frota e Índice de Motorização

O crescimento da frota de veículos em Curitiba é um fenômeno que a cidade experimenta desde julho de 1994. Este crescimento tem sido bem maior do que o crescimento populacional. Em 2006, enquanto a população cresceu 1,71%, a frota aumentou 6,41%. Em agosto de 2007, o índice de motorização chegou a 1,81 habitantes/veículo, ou 55,19 veículos para 100 habitantes.

A frota registrada em Curitiba em agosto de 2007 é de 1.011.283 automóveis, 82,9% do total. Os tratores e reboques representam somente 2,6%, enquanto o percentual de ônibus e micro-ônibus ficou em 0,8%. (fonte Detran-PR)

A frota de motocicletas e motonetas em 2006 chegou a 92.424 unidades, representando um aumento de 14% em comparação ao crescimento de 6,21% do total da frota de 963.434 veículos, e 3,05% do número de ônibus.

Pontos críticos e acidentalidade

Curitiba, nos últimos 10 anos, tem passado por um processo de redução e controle de acidentes de trânsito, resultado das intervenções do Poder Público Municipal e das autoridades de trânsito. Mesmo antes do advento do Código de Trânsito Brasileiro em 1998, foram implantadas na cidade diversas ações de ordem legal, de engenharia de tráfego, fiscalização, operação e educação de trânsito.

Pressupõe-se efetividade das ações acima em função de análise de dados do BP-Tran de 2005 e 2006. Segundo estes dados o maior número de ocorrências se dá em acidentes sem vítimas, que no período avaliado apresentam uma redução de 8,9%, passando de 19.091 para 17.393 ocorrências. Os acidentes com vítima passaram de 6.588 para 6.973 ocorrências; o número de feridos também aumentou de 8.234 para 8.537 – aumento de 5,8%. Já o número de mortes no local reduziu de 91 para 83, o que sugere acidentes menos violentos. Ressalta-se que o percentual de ocorrências passa a ter um crescimento negativo, se for ponderada a evolução do crescimento do número de acidentes com a evolução da frota de veículos no mesmo período.

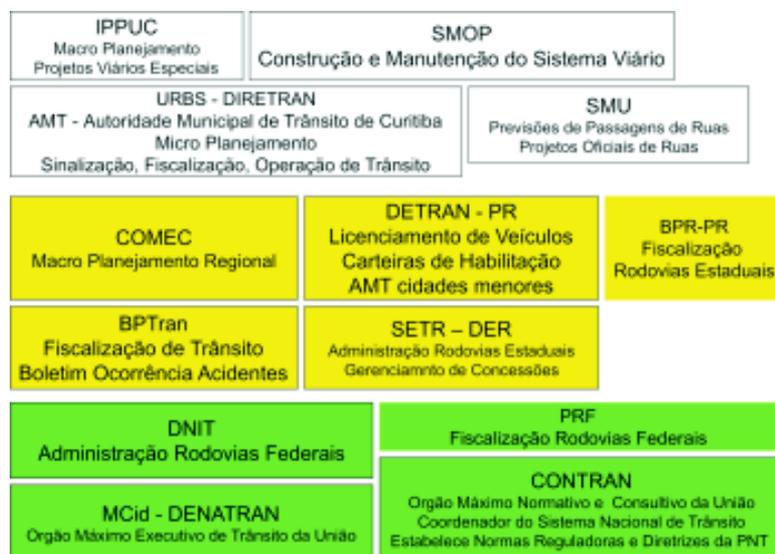
Gestão do modelo institucional

Com a instituição do novo Código de Trânsito Brasileiro, foi criada a Diretoria de Trânsito — DIRETRAN, órgão destinado a regulamentar, fiscalizar e monitorar o trânsito na cidade. Este órgão encontra-se incorporado ao organograma funcional da URBS — Urbanização de Curitiba S.A., que gerencia também o transporte coletivo e os próprios públicos.

A Estrutura Organizacional do Trânsito

Devido à pluralidade institucional existente no processo decisório sobre o Sistema Viário Metropolitano – SVM - foi realizado um acordo institucional propondo mecanismos de integração que permitam a ação conjunta dos órgãos responsáveis na adoção de medidas de interesse comum para Curitiba e Região Metropolitana. Observa-se que em três décadas, este modelo tem demonstrado ser adequado, porém, com algumas restrições:

- Carência de recursos financeiros, técnicos e humanos para um satisfatório atendimento das necessidades do Município de Curitiba;
- Dificuldades de comunicação e integração com as demais entidades na gestão do sistema viário e do trânsito.



Equipamentos de Controle de Tráfego

Os principais dispositivos utilizados para o controle são:

- Controladores de semáforos existentes em 950 cruzamentos sendo: 549 ligados a três sistemas de controle de tráfego centralizados — Sistema CTA, e 396 que permanecem isolados; detectores de tráfego; controladores de cruzamentos rodo-ferroviário;
- Equipamentos eletrônicos de controle de velocidade, como as lombadas eletrônicas e os radares. Hoje existem 42 pontos equipados com lombadas eletrônicas em operação. Os equipamentos de radar — 110 — são alugados e mantidos por empresa contratada pela URBS.

Sistemas de informação aos usuários do sistema viário

A partir de 1998, o gerenciamento passou a ser feito pela DIRETRAN, que atua em projetos e implantação de correções geométricas e sinalização (produção média anual é de 4.000 projetos ou ordens de serviço), na operação e fiscalização do trânsito. O IPPUC ficou com as atribuições de macro-planejamento viário e com a coordenação de programas voltados ao sistema viário.

A malha viária urbana de Curitiba exige manutenção constante de sinalização horizontal, vertical e logradouro público em todos os aproximados 19.600 cruzamentos existentes, dos quais 950 têm semáforos instalados.

Considerando diversos estados de conservação, estima-se que Curitiba hoje dispõe de 1.000.000 m² de sinalização horizontal, e 300.000 placas de regulamentação, advertência, indicativo-direcionais e especiais.

A DIRETRAN implanta, em média, 4.000m² de sinalização horizontal e 500 placas por mês.

Operação do sistema viário e do trânsito

A Área de Operação do Trânsito da DIRETRAN — AOT tem por objetivo orientar e aprovar a execução de procedimentos técnicos nas questões relacionadas à operação e funcionamento do sistema viário, de acordo com a legislação vigente.

Fiscalização de trânsito

A fiscalização de trânsito é função da DIRETRAN, por meio do credenciamento de Agentes Municipais de Trânsito e do BPTTran — Batalhão de Polícia de Trânsito.

A Área de Fiscalização de Trânsito e a Área de Estacionamento Regulamentado — EstaR da DIRETRAN, além das ações de fiscalização do tráfego, busca auxiliar na redução do número de acidentes, na conscientização dos condutores infratores, no maior respeito para com os pedestres.

Educação para a mobilidade

A partir do ano de 2000, as ações de educação de trânsito no âmbito do Município passaram a ser coordenadas pelo Núcleo de Educação e Cidadania da DIRETRAN.



2.2.2 Transporte coletivo

Há uma vinculação histórica do transporte coletivo ao planejamento da cidade formando um tripé de transformação física com o uso do solo e o sistema viário, permeado pelo meio ambiente, desenvolvimento social e econômico.

Rede Integrada de Transporte – RIT

○ Sistema de transporte coletivo funciona como Rede Integrada em Curitiba e em treze municípios metropolitanos. A RIT é constituída por terminais, estações tubo e diversos tipos de linhas – alimentadoras, diretas, expressas, interbairros e troncais. O sistema é remunerado por quilômetro rodado e não por passageiro.

A definição de itinerários e a cobertura espacial obedecem ao princípio legal de deslocamento médio não superior a 500m, proporcionando ampla acessibilidade, com o pagamento de uma única tarifa. A RIT abrange 92% da demanda total, sendo que as linhas alimentadoras respondem por 26%, as expressas por 29%, as diretas por 23%, os interbairros por 9% e as troncais por 5%. A demanda metropolitana está integrada à RIT em 70%. O sistema transporta 2.500.000 passageiro em dia útil, com 1.235.000 de passageiros pagantes.

○ exame dos corredores de transporte, com as demandas definidas pelas linhas expressas e diretas, demonstra que o corredor sul é o mais saturado – com 260.000 passageiros em dia útil, 38.000 passageiros no pico, 21.000 passageiros de carga máxima e renovação de 80%. É seguido pelo corredor norte - com 130.000 passageiros em dia útil, 20.000 passageiros no pico, 11.000 passageiros de carga máxima e renovação de 85%. O corredor Boqueirão tem com 125.000 passageiros em dia útil, 19.000 passageiros no pico, 11.000 passageiros de carga máxima e renovação de 75%. O corredor leste trabalha com 115.000 passageiros em dia útil, 17.000 passageiros no pico, 11,5 passageiros de carga máxima e renovação de 55%. Pelo corredor oeste circulam 80.000 passageiros em dia útil, 10.000 passageiros no pico, 6.000 passageiros de carga máxima e renovação de 65%. Nesses corredores não estão incluídas as demandas de linhas metropolitanas não integradas.

A análise de demanda de 2002 demonstra que o número de descolamentos e integrações foi de 44% com um ônibus, 43% com dois, 10% com três e 3% com quatro ônibus.

Os serviços não integrados em Curitiba são formados pelas linhas circular-centro, convencionais, inter-hospitais e turismo.

Os serviços não integrados na Região Metropolitana são definidos por linhas convencionais que fazem a ligação entre as sedes ou áreas dos municípios com Curitiba, com as empresas operadoras dos serviços sendo remuneradas por passageiro.

Complementam o sistema as seguintes linhas:

- Interhospitais: ligam os principais hospitais e laboratórios em um raio de 5,0 Km de área central.
- Madrugueiro — objetivam atender aos usuários que tenham atividades noturnas.
- Turismo — com saída do centro, passa pelos principais parques da cidade. (tarifa diferenciada).
- SITES — sistema integrado do ensino especial que atende a rede de escolas especializadas para pessoas com deficiência (sem custo para o usuário).
- Aeroporto (executivo) — faz a ligação entre o Aeroporto Internacional Afonso Pena e a área central de Curitiba.

Composição da Frota	Tipo de Linha	Capacidade
	Circular Centro	30
	Convencional / Micro Especial	40/70
	Convencional / Troncal	80
	Troncal Articulado	160
	Alimentador / Micro Especial	80/70
	Alimentador Articulado	160
	Interbairros Padron	110
	Interbairros Articulado	160
	Linha Direta	110
	Expresso Biarticulado	270

Características

Com deslocamentos, custos e tarifa diferenciada, que ligam os principais pontos atrativos da área central;

Ligam os bairros ao centro, sem integração;

Ligam os terminais de integração ao centro da cidade, utilizando vias compartilhadas.

Ligam terminais de integração aos bairros, viagens mais curtas, com melhor atendimento aos bairros, porque aumenta o número de viagens com a diminuição do tempo;

Ligam os diversos bairros e terminais sem passar pelo centro;

Embarque e desembarque em nível nas estações tubo, com pagamento antecipado da tarifa. Complementares às linhas expressas e interbairros;

Ligam os terminais de integração ao centro, circulam em canaletas. Embarques e desembarques em nível nos tubos

Terminais de Integração

Os Terminais permitem a integração entre as diversas linhas que formam a RIT (expressas, diretas, interbairros e alimentadoras); possibilitam a implantação de linhas alimentadoras mais curtas, com melhor atendimento aos bairros e auxiliam a estruturação dos bairros com a concentração de atividades diversas.

Paradas

As paradas das linhas do transporte coletivo têm diversas tipologias: estação tubo, parada tipo NBS, dômus, chapéu chinês e placa de sinalização.

A frota total é de 2.620 ônibus, com uma frota operante de 2.210 ônibus.



Outros Aspectos Relevantes

Há conflito entre o transporte coletivo e o transporte individual, especialmente com relação às linhas diretas que não dispõem de espaço viário reservado. Os congestionamentos que ocorrem em alguns bairros também interferem na velocidade operacional dos interbairros.

Destaca-se que a recuperação da curva da demanda, a partir de 2005 e o crescimento populacional projetado para a região metropolitana requer ações imediatas de curto e médio prazo. A implantação da tarifa domingueira, em junho de 2005, acarretou um incremento de demanda de 40%. A redução da tarifa, em junho de 2005, ocasionou com incremento médio de demanda de 11,2%, entre 2005 e 2007.

Entre as ações pertinentes ao meio ambiente destacam-se a realização dos testes de fumaça feitos nos ônibus, a utilização de combustíveis alternativos e a estruturação do Projeto Respirar, que visa implantar a fiscalização poluição veicular.

Segundo o resultado de enquete realizada pela Rede Paranaense de Televisão em 2003, o transporte coletivo foi avaliado como o melhor serviço da administração pública municipal.

2.2.3 Acessibilidade

Segundo dados do IBGE para 2.000, o número de pessoas com algum tipo de deficiência em Curitiba é de 11,9 %, ou seja, 190.393 pessoas, assim distribuídas: incapacidade ou grande dificuldade permanente de enxergar - 116.029 pessoas ou 7% do total da população da cidade; incapacidade ou grande dificuldade permanente de caminhar ou subir escadas - 60.556 pessoas, ou 3% da população; tetraplegia, paraplegia ou hemiplegia - 8.000 pessoas ou 0,50% da população; falta de membro ou parte dele - 3.784 pessoas ou 0,24% da população e a deficiência mental permanente 23.492 pessoas ou 1,48% da população total.

Em Curitiba, a primeira legislação que considerou a questão da acessibilidade é de 1987. Ela condiciona a concessão de alvará de construção às condições de acesso dos deficientes físicos às dependências franqueadas ao público nas edificações destinadas a estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços.

Atualmente, conforme análise do conjunto de instrumentos legais, conclui-se que estes se mostram apropriados e propiciam acessibilidade na maior parte dos equipamentos e estruturas urbanas, sendo necessárias pequenas adequações.



Acessibilidade no Transporte Urbano

A primeira ação municipal voltada ao atendimento das pessoas portadoras de deficiências foi a criação do SITES - Sistema Integrado de Transporte Escolar do Ensino Especial, em 1988. Este sistema, atualmente, atende 2.300 pessoas. Opera em Terminal especial e é composto de 49 linhas de ônibus. Os veículos são adaptados, possuem elevadores e espaço especial para cadeirantes.

No início dos anos 90, visando melhorar a eficiência do transporte coletivo, são criadas as Linhas Diretas — o "ligeirinho", dotado de estações tubo, com embarque/desembarque em nível, elevadores, espaço para cadeirantes, campainha e gravação sonora. A partir de então, outras linhas urbanas e metropolitanas têm veículos adaptados com elevadores, cintos de segurança e trava para cadeiras de rodas. Atualmente o sistema de transporte coletivo conta com 351 estações tubo, 241 equipadas com elevador ou rampa; 465 linhas de ônibus, 301 com veículos adaptados — 65% do total. Este sistema totaliza uma frota de 2.560 veículos, 393 com elevadores e 567 com acesso em nível (estações tubo e terminais).

Em 1990 um decreto municipal reservou vagas de estacionamento ou garagem de veículos para deficientes, estabelecendo normas, dimensões mínimas e quantidade de vagas para esta população.

Táxi Especial: São quatro veículos tipo "Kombis" adaptados e com a mesma tarifa do táxi convencional. A demanda atual comportaria o aumento da frota em pelo menos outros quatro veículos. As dificuldades relatadas pelos usuários na utilização do serviço dizem respeito aos finais de semana, após as 18h e a necessidade de agendamento, o que inviabiliza o atendimento daqueles que necessitam desse transporte em casos de emergências.

Inter-Hospitais: conecta os principais hospitais, laboratórios e serviços de saúde da cidade. Tem Lay-out especial, elevador e espaço para cadeirantes.



Acessibilidade na Circulação e Sistema Viário

Os componentes da circulação e sistema viário, bem como as ações e programas municipais correlatos avaliados quanto à acessibilidade são os seguintes: Passeios, Arborização Viária, Sinalização Semafórica, Estacionamentos Exclusivos e Mobiliário Urbano.

A regulamentação que afeta a acessibilidade dos deficientes está definida em decreto municipal e estabelece padrões para a construção ou reconstrução de passeios de acordo com a localização e característica das vias, instituindo a obrigatoriedade de implantação de rampas de travessia para deficientes e piso tátil em vias da área central.

A cidade possui atualmente cerca de 19.600 cruzamentos de vias, dos quais 7.000 possuem uma das vias com pavimentação definitiva, o que exige a instalação de rampas de travessia. Segundo informações da SMOP, há cerca de 5.000 cruzamentos consolidados nos quais deveriam ser priorizadas a implantação de rampas de travessia.

Arborização Viária

Para melhoria das condições dos passeios, foram estabelecidas diretrizes para os novos plantios de árvores que deve ser feita com espécies nativas de raízes pivotantes.



Sinalização Semafórica

Em Curitiba existem seis cruzamentos com semáforos sonorizados para deficientes visuais, sendo dois localizados próximos a instituições que prestam atendimento e quatro no calçadão Central — Rua XV.

Estacionamento em via pública

Os critérios para demarcação de vagas exclusivas são: proximidade de comércio de produtos para pessoas com deficiência, clínicas especializadas, ensino especial.

Mobiliário Urbano

Toda implantação de mobiliário urbano é feita por meio de licenciamento ou contratos de concessão. Existem critérios básicos para a implantação que garantem a circulação de pessoas com deficiência como, por exemplo, a existência de faixa livre sem obstáculos, posição do mobiliário de forma a garantir visibilidade dos motoristas, entre outros.

Acessibilidade em Equipamentos Urbanos Municipais

A maior parte dos equipamentos urbanos foi projetada e implantada nas décadas de 70 a 90, resultando em uma grande diversidade arquitetônica, o que faz com que muitos deles necessitem algum tipo de reforma ou adaptação para a remoção de barreiras. Até então, os problemas de acessibilidade eram resolvidos isoladamente. Desde meados de 1990 a elaboração de projetos arquitetônicos de novos equipamentos contempla os parâmetros de acessibilidade estabelecidos por normas técnicas.

Em dezembro de 2007 o município contava com 1.740 equipamentos⁸, assim distribuídos:

Administrativos — Sedes, escritórios, depósitos de todas as secretarias e órgãos municipais e Ruas da Cidadania — 42 unidades.

Sociais — Estabelecimentos de atendimento de necessidades básicas da população — habitação, trabalho, assistência social, alimentação, segurança, educação e saúde — 667 unidades;

Espaços de Uso Coletivo — Estabelecimentos ou locais abertos onde se realizam atividades esportivas, culturais, de lazer, de comércio e prestação de serviço, abertos ao público em geral — 1.033 unidades.

Outros Aspectos Relevantes

Apesar das ações já promovidas em favor da acessibilidade no âmbito de competência da municipalidade, ainda restam adequações a serem efetivadas na legislação urbanística vigente e, principalmente, no processo de fiscalização. O aperfeiçoamento da acessibilidade no sistema de transporte, no sistema de circulação e na rede de equipamentos urbanos municipais vem ocorrendo desde meados de 1990. Eles dependem, no entanto, de grandes investimentos públicos e de parcerias com a iniciativa privada.

⁸ Os diagnósticos completos, disponíveis na internet, detalham a situação dos principais equipamentos urbanos quanto acessibilidade arquitetônica.

2.2.4 Transporte de Cargas

O transporte de cargas é uma atividade fundamental para a dinâmica das cidades. Causa, no entanto, transtornos ao tráfego, oferecendo riscos ao patrimônio público e privado, à saúde da população e ao meio ambiente. O sistema de transporte de cargas compreende: as rotas; os veículos, os pontos de carga e descarga e os terminais (públicos e privados).

Existem leis federais (responsabilidade da ANTT) e decretos municipais que regulamentam o transporte de cargas e produtos perigosos. A legislação do zoneamento e uso do solo, em Curitiba, estabelece critérios para a implantação de pólos geradores de tráfego de carga. A circulação de veículos de cargas dentro da cidade, no entanto, é regulamentada somente dentro de um perímetro da área central, por meio de decreto municipal que criou a ZCT - Zona Central de tráfego.

Rodovias

Curitiba está integrada aos principais centros de produção e consumo do Brasil e do Mercosul por cinco rodovias federais. A BR 116 possibilita fácil acesso a grandes mercados do Mercosul. A BR 277 interliga Curitiba a Foz do Iguaçu, Paraguai e Argentina a oeste, e ao Porto de Paranaguá, a leste.

Curitiba se integra a todo o estado do Paraná por meio do Anel de Integração.

Ferrovias

Um sistema ferroviário com 2.314 km de extensão interliga Curitiba aos portos de Paranaguá e de Antonina, às principais cidades do estado e a algumas cidades dos estados vizinhos.

A operação de produtos e derivados petroquímicos, cuja movimentação ocorre em "Araucária Terminal", no município vizinho de Araucária, transporta óleo diesel e gasolina.

Em Curitiba são operados o Pátio Iguaçu, no bairro do Boqueirão, e o Pátio de Curitiba, não sendo, porém, locais de carga e descarga de mercadorias, mas apenas montagem das composições e pátio de manobras.

Aeroportos

A Região Metropolitana de Curitiba conta com dois aeroportos: o Aeroporto Internacional Afonso Pena e o Aeroporto do Bacacheri.

O Aeroporto Internacional Afonso Pena, o mais importante, está localizado a 18 km do centro de Curitiba, no município vizinho de São José dos Pinhais. Foi o 10º do país em movimento, com a movimentação de 56.934 aeronaves, 4.000 delas internacionais e 3.532.879 passageiros em 2006. É o 11º em movimento de carga, 22.287.767 kg em 2006 e o 9º em mala postal, 8.995.685 kg em 2006.

O Aeroporto do Bacacheri é de menor escala. Está localizado na zona norte da cidade, com capacidade para vôos do tipo Shuttle e aviões particulares de pequeno porte.

Infra-Estrutura Básica do Transporte de Cargas no Paraná e RMC



Portos

O Porto de Paranaguá, a 90 km de Curitiba, é o maior porto do sul do Brasil, atuando principalmente na exportação de grãos. É utilizado pelo Paraguai para transporte de sua carga alfandegária. Integrado com as demais modalidades de transporte, constitui um sistema intermodal, eficiente e competitivo. Além de ser o principal terminal exportador de granéis sólidos, o porto movimenta granéis líquidos inflamáveis e não inflamáveis, carga geral, automóveis e containers.

O Porto de Antonina, localizado na baía de Paranaguá, a 77 km de Curitiba, disponibiliza ao mercado dois terminais portuários: a Ponta do Félix e o Barão de Teffé.

No ano de 2006, o Porto de Paranaguá juntamente com o Porto de Antonina, movimentaram 32,5 milhões de toneladas de produtos.

Outros Aspectos Relevantes

A malha viária estruturante metropolitana, a localização dos terminais modais na região e o zoneamento de uso do solo, ainda não implementados, acarretam o comprometimento do nível de serviço das rodovias de acesso à Curitiba.

A existência de interseções em nível com a ferrovia, provocando acidentes e perda na fluidez do trânsito, aliado a inexistência de políticas públicas que viabilizem mecanismos de ordenamento das cargas na RMC, respeitando as diferenças municipais, são elementos impeditivos de uma melhoria no setor.

Infra-estrutura básica do transporte de cargas em Curitiba

Curitiba se consolidou como um entroncamento rodoferroviário significativo no que tange à exportação de produtos agrícolas (Porto de Paranaguá), o que significa um trânsito de veículos pesados local e metropolitano. Com a implantação do Contorno Sul e mais recentemente o Contorno Leste e da transformação da BR 116 em Linha Verde, grande parte desse tráfego foi retirado da cidade.

Os locais definidos pela lei municipal de zoneamento para a instalação das atividades de comércio e serviços - armazéns gerais, depósito de mercadorias, comércio atacadista, grandes oficinas, e transportadoras - estão localizadas ao longo das rodovias, BR 116 e 277, e da Rua Marechal Floriano Peixoto.

A Frota de Veículos de Carga em Curitiba totaliza 180.000 unidades, correspondendo a 18% do total de veículos em circulação. A capacidade de carga da frota, em Curitiba corresponde a 600.000 toneladas, 65% do NUC que chega a 920.000 toneladas.

O Decreto 188/2000 define o que são os pólos geradores de carga, como edificações para usos comerciais, de serviços e comunitários acima de 5.000 m².

O deslocamento, aliado ao crescimento das atividades econômicas verificadas na última década, trouxe consigo impactos nocivos ao trânsito.

A saturação do Sistema Viário Básico, pelo aumento da frota de veículos em circulação e a instalação de transportadoras fora das zonas de serviço e a pouca correspondência hierárquica e funcional entre o sistema viário básico urbano e metropolitano, ocasionam impactos negativos (poluição, ruído, congestionamentos e acidentes) no meio urbano.

Gestão do setor de cargas

Na questão de transporte de cargas perigosas, a fiscalização está a cargo do BP-Tran.

Operação Logística e Transportes Especiais

A "Zona Central de Tráfego" — ZCT — disciplina o serviço de carga e descarga na Área Central.

As medidas para disciplinar as operações estão hoje concentradas junto às áreas urbanas de estímulo ao domínio dos pedestres (calçadas) e em torno dos pólos geradores (shopping centers).

Produtos Perigosos

Em Curitiba, as questões relativas a produtos perigosos estão sendo conduzidas pela Coordenadoria Municipal de Defesa Civil — COMDEC.

Tração Humana ou Animal

Desde 1989 existe em Curitiba um programa de Coleta Seletiva e Reciclagem do Lixo Doméstico, denominado "Lixo que não é Lixo". O material já separado e passível de reciclagem tornou-se fonte de renda e objeto de trabalho para os catadores e carrinheiros que circulam por toda a cidade, em ruas com grande tráfego de veículos, pondo em risco suas vidas e a dos outros.

Estima-se o número de catadores em Curitiba em torno de 5.000 pessoas. A coleta informal é responsável hoje pela coleta de 92,5% dos recicláveis separados pela população nos próprios domicílios.

Serviço de moto-frete

Em 2005, o número de motocicletas e motonetas, representava 8,96% da frota total de veículos na cidade de Curitiba. Em 2006, esse número subiu para 9,6%, e até agosto de 2007 esse percentual aumentou para 10,06%. Cerca de 20% dessa frota tem sido utilizada para serviços de entrega.

Resíduos Sólidos

A coleta dos resíduos sólidos é feita por veículos de três eixos, trazendo inconvenientes ao trânsito, especialmente com o aumento dos resíduos gerados nas atividades diárias nas residências e em estabelecimentos comerciais, industriais e de prestação de serviços, em função do crescimento da população e das atividades econômicas em Curitiba e RMC.

Transporte Comercial

O serviço de transporte comercial na cidade de Curitiba é distribuído em três categorias distintas: táxi; fretamento e transporte escolar. Estes serviços estão regulamentados por leis e decretos.



Táxi

Existem oito associações de táxis, com 2.307 associados, que operam com serviço auxiliar de rádio. A infra-estrutura é composta por 392 pontos de táxi (236 livre e 156 semiprivativo). A estrutura administrativa é composta pela Gerência dos Serviços de Táxi e do Transporte Comercial, que integra a Diretoria de Transporte da URBS e é responsável pelo controle e pela fiscalização dos condutores e dos veículos. Parte da frota (20%) de táxi utiliza como combustível o gás natural veicular, de acordo com uma regulamentação do poder público, para a redução da poluição atmosférica.

Transporte Escolar

O Transporte Escolar, regido por lei específica, é reconhecido como um serviço de utilidade pública, destinado ao transporte de alunos da pré-escola ao ensino médio. Existem dois tipos de permissões: pessoas físicas (641 permissões) e pessoas jurídicas (74 permissões). A frota é composta por 882 veículos, compreendendo camionetes (kombis), microônibus, ônibus e vans. Menos de 1% da frota utiliza como combustível o gás natural veicular.

Fretamento

O fretamento é uma modalidade de transporte de aluguel, definido como transporte remunerado de passageiros de natureza privada, operando como serviço contratado por prazo determinado, para atender demanda específica definida por empresa interessada.

A frota de 1.528 veículos é formada por vans, microônibus e ônibus. São 724 empresas distribuídas em 593 limitadas e 131 firmas individuais.

2.3 HABITAÇÃO

2.3.1 Contextualização

O intenso crescimento populacional verificado nas cidades brasileiras a partir da década de 60, com o fenômeno de migração campo-cidade, exigiu o enfrentamento de desafios urbanos relacionados ao atendimento da demanda por habitação, infra-estrutura e serviços públicos. Isso ocorreu nas áreas de expansão formal das cidades, e mais gravemente, nas ocupações irregulares, que registraram aumento considerável a partir desta época.

Histórico Institucional e Financiamento Habitacional

O Governo Federal, em 1964, desenvolveu políticas habitacionais com o objetivo de enfrentar a nova realidade. Criou o Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e o Banco Nacional de Habitação (BNH), que tinham como objetivos produzir habitação em massa.

Paralelamente, na esfera estadual, foram criadas em 1965, a Companhia da Habitação do Paraná (COHAPAR), responsável pela política habitacional do Estado, e na esfera municipal, a COHAB-CURITIBA, responsável pela política habitacional do município.

Em 1986, o SFH passou por profunda reestruturação, que culminou com a extinção do BNH, que teve suas atribuições distribuídas para outros órgãos. Da criação do SFH até hoje, o sistema ofertou 6 milhões de financiamentos, sendo que destes, 4 milhões através do BNH.

Após 1986, as políticas e programas para o atendimento da demanda habitacional perderam força, principalmente com relação ao atendimento da população de baixa renda.

A inserção da Política Urbana na Constituição Federal de 1988 e a aprovação do Estatuto da Cidade, em 2001, culminaram na criação do Ministério das Cidades (MCidades) que tem, entre seus desafios, instituir uma política habitacional e de desenvolvimento urbano de longo prazo.

Nessa retomada do planejamento, o MCidades, por meio da Secretaria Nacional de Habitação, instituiu o Sistema e o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS e FNHIS), conformando um modelo de gestão a ser seguido pelos estados e municípios.

Histórico da Atuação da Cohab-Curitiba

O primeiro grande programa habitacional em Curitiba é de 1967. Iniciou com a realocação de famílias de ocupações irregulares para o Núcleo Habitacional Nossa Senhora da Luz.

Um levantamento realizado em 1974 apontava a existência de 4.083 domicílios localizados em 35 ocupações irregulares. No período de 1974 a 1979, aproximadamente 20% da população destas ocupações foi realocada e nove foram extintas. Em 1979, foram identificadas 46 ocupações irregulares com 6.067 domicílios.

Para atender a demanda, foram produzidas na década, mais de 13 mil novas moradias.

Os domicílios em ocupações irregulares passaram de 7.716 em 1982 para 11.929 em 1987. Nesse período, houve aumento de mais de 100% em relação à produção da década anterior, com mais de 28 mil novas unidades, incluindo a produção de lotes urbanizados.

O agravamento da situação econômica, aumentando as dificuldades com pagamento de aluguel ou aquisição de casa própria e a extinção do BNH, fizeram com que as ocupações irregulares assumissem enormes proporções. Na época, um programa de ação e diretrizes para minimizar a crise habitacional municipal, mapeou as condições socioeconômicas da população destas ocupações e identificou áreas de propriedade municipal, aptas a receber essa população. Essa caracterização subsidiou um projeto piloto, que embasou a criação do programa PROLOCAR (Plano dos Mil Lotes) para realocação de famílias.

No decorrer da década de 80, as unidades construídas tornaram-se acessíveis apenas à população de maior renda e as famílias com renda de até 3 s.m. passaram a ser atendidas com lotes urbanizados dotados de infra-estrutura mínima com área de 160 m².

Frente à demanda, em 1990 foi criado o Fundo Municipal de Habitação (FMH), gerido pela COHAB-CURITIBA. Capitalizado com incentivos construtivos onerosos para a construção civil - Solo Criado - e com a venda de lotes do município, os recursos arrecadados não foram e ainda não são suficientes para o atendimento da demanda.

Em busca de novas soluções, foram estabelecidas parcerias com a iniciativa privada para produção de lotes urbanizados e apartamentos, com significativa representação no que foi produzido na última década e até hoje.

Em 1992, foi desenvolvido o Plano de Ocupação da Região Sul, atendendo aproximadamente 22 mil famílias com lotes urbanizados e destinando áreas para prédios de apartamentos com até 4 pavimentos, que atualmente estão sendo viabilizados através do Programa de Arrendamento Residencial (PAR) da CAIXA.

Em 1997 foi implementada a Operação Cajuru, executada em parte com recursos do BNDES, para melhoria de infra-estrutura e serviços públicos, integração da área à malha urbana e realocação de famílias.

De 2001 a 2004, o projeto Nossa Vila, teve como objetivo regularizar, urbanizar e promover o desenvolvimento socioeconômico em conjunto com as comunidades das ocupações irregulares. Nessa mesma época, recursos do Programa Habitar Brasil/BID, viabilizaram a implantação de projetos de participação comunitária, recuperação ambiental, urbanização, regularização fundiária e realocação de diversas vilas.

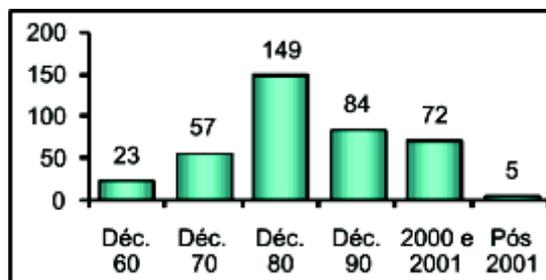
A partir de 2005, o Programa Moro Aqui passou a trabalhar na melhoria das condições de habitação das famílias em áreas de ocupação irregular e sua integração à cidade formal, incluindo regularização fundiária e ações de desenvolvimento social, com projetos nas áreas de qualificação profissional, educação ambiental, saúde, entre outras.

2.3.2 Habitação de Interesse Social

Ocupações Irregulares

Para a caracterização das ocupações irregulares, além dos dados do IBGE, utilizaram-se dados de levantamentos efetuados em Curitiba, que seguem a definição de Aglomerados Subnormais do IBGE⁹, mas consideram a ocupação de terrenos de propriedade alheia, sem impor limite ao número de unidades, classificando-as em Assentamentos Espontâneos¹⁰ e Loteamentos Clandestinos¹¹. O Gráfico 1 mostra o surgimento de novas ocupações irregulares no município, da década de 60 até 2005.

Gráfico — Novas Ocupações Irregulares por Década (em nº de áreas)



Fonte: IPPUC/COHAB-CURITIBA

⁹ Conjunto constituído por no mínimo 51 unidades habitacionais (barracas, casas, etc.) ocupada ou tendo sido ocupada, até período recente, terrenos de propriedade alheia (pública ou privada), dispostos em geral de forma desordenada e densa, e carentes em sua maioria, de serviços públicos essenciais.

¹⁰ Promovidos pela população, com ou sem liderança comunitária ou política.

¹¹ Promovidos pelos proprietários das áreas ou seus representantes, sem a observação de parâmetros urbanísticos e procedimentos legais, com a comercialização de lotes.

Em 2000, conforme IBGE, o total de Domicílios Particulares Permanentes de Curitiba era 471.163¹², sendo que 12,71%, (57.333), localizavam-se em ocupações irregulares¹³.

Dados levantados pelo IPPUC e COHAB-CURITIBA apontam 62.267 domicílios em ocupações irregulares no ano de 2005, que representam 11,90% do total dos domicílios.

Tabela — Ocupações Irregulares por Categoria no Município de Curitiba — 2000 e 2005

CATEGORIA	2000		2005	
	ÁREAS	DOMICÍLIOS	ÁREAS	DOMICÍLIOS
Assentamento em Regularização	78	19.199	53	17.352
Assentamento sem Regularização	184	34.334	205	38.048
Loteamento Clandestino em Regularização	3	513	10	2.101
Loteamento Clandestino sem Regularização	36	3.287	73	4.766
TOTAL	301	57.333	341	62.267

Fonte: IPPUC/COHAB-CURITIBA

¹² Destes, quanto a Condição de Ocupação do Domicílio, 75,7% (356.522) eram próprios, 17,04% alugados e 5,63% cedidos. Com relação à Densidade por Dormitório, 55% destes domicílios tinham até 2 moradores por dormitório e 30,4% densidade de até 1 morador, isto quer dizer que a grande maioria dos domicílios possuía densidade por dormitório adequada. A pior situação (mais de 3 moradores por dormitório) atingia 3,87 % do total dos domicílios. Quanto ao Tipo de Domicílio Particular Permanente 74,92% (353.018) eram do tipo casa; 24,83% (117.013) do tipo apartamento e 0,24% (1.132) do tipo cômodo.

¹³ A expressão ocupações irregulares utilizada no município de Curitiba corresponde a nomenclatura Aglomerados Subnormais utilizado pelo IBGE nas tabelas e textos deste volume.

¹⁴ 38 áreas com aproximadamente 1.328 lotes com permissão de uso.

¹⁵ Independente da ocupação ser anterior a essa data.

Para maior aproximação com a realidade, acrescentou-se ao total de ocupações irregulares, os assentamentos PROLOCAR que ainda não receberam titulação definitiva¹⁴ e as áreas que foram detectadas após 2005¹⁵. Desta forma, o total de domicílios em ocupações irregulares a ser considerado é de 62.601. A área total destas ocupações corresponde a 2,8% da área do município e concentram 15% da população.

Com relação à localização das ocupações irregulares em áreas ambientalmente frágeis e de risco, estas estão distribuídas conforme Tabela 3.

Tabela 3 — Ocupações Irregulares e Assentamentos Prolocar em APP, APA e Áreas de Risco

	Nº DE ASSENTAMENTOS	ATINGIDOS POR APP		ABRANGIDOS POR APA		SITUAÇÃO DE RISCO					
		Nº	%	Nº	%	Ferrovia	%	Alta Tensão	%	Sujeito à Inundação	%
TOTAL	397	251	63%	42	11%	11	3%	57	14%	151	38%

Fonte: IPPUC/COHAB-CURITIBA

Especificamente quanto às ocupações irregulares em Áreas de Preservação Permanente, no Plano Municipal de Regularização Fundiária em APPs foram contabilizados 13.136 domicílios em faixas de 30 e 50 metros¹⁶.

Quanto à urbanização, 48% (192) das ocupações estão totalmente urbanizadas e 10% (38) parcialmente. Não foram levantados os dados de urbanização dos loteamentos clandestinos. Desta forma há necessidade de complementar a urbanização em 10% (38) das áreas, urbanizar 16% (62) das áreas e 26% (105) das áreas ainda depende de levantamento.

Quanto à situação de regularização fundiária, das 397 ocupações irregulares, 30% (121) são consideradas em regularização, ou seja, possuem algum tipo de procedimento em andamento para a titulação definitiva dos lotes.

Caracterização Socioeconômica das Ocupações Irregulares

A caracterização das famílias residentes e realocadas das ocupações irregulares foi elaborada a partir de dados do REGULA¹⁷, com informações socioeconômicas coletadas em 84 áreas, num total de 12.617 domicílios, já cadastrados e implantados no sistema.

Faixa Etária e Sexo

Com relação à idade, a população é jovem, com 78% da população nas faixas até 40 anos, sendo que a população jovem/adulta economicamente ativa¹⁸ representa 57,7% do total.

Há um significativo número de crianças/adolescentes, que corresponde a 37% do total, tratando-se de um segmento que demanda ampla rede de serviços e proteção social.

A população idosa¹⁹ corresponde a 5,3%. Mesmo apresentando percentuais menores, a quantidade é expressiva, sendo necessário medidas para a sua valorização e autonomia.

Com relação ao sexo 50,3% são mulheres, e 49,7% homens. A COHAB-CURITIBA vem consolidando o princípio de garantir à mulher a titularidade do domicílio buscando salvaguardar o direito dos filhos em caso de dissolução da união do casal²⁰.

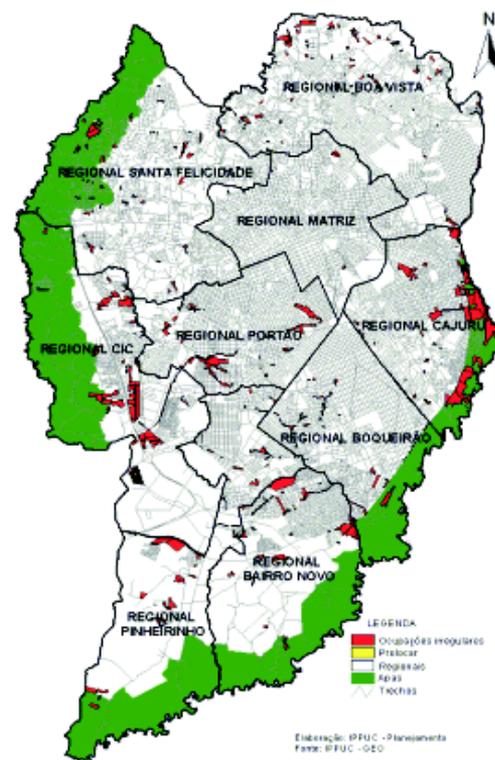
Escolaridade

Do total da população cadastrada, 20,3%, informaram estar inseridas no sistema educacional, sendo que boa parte desta porcentagem é composta de crianças e adolescentes, que têm garantida a inclusão no Ensino Fundamental. Desse total, 34,6% tem até a 4ª série incompleta e 31% têm até a 8ª série incompleta.

Quanto à população não inserida no sistema educacional, ou seja, 79,7%, 16,4% são analfabetos. Os dados de evasão escolar e interrupção são os mais preocupantes: 10,9% tem até a 4ª série incompleta, 38,5% de 5ª a 8ª série incompleta e 6,6% com ensino médio incompleto. A população com ensino médio completo é de 9,6% e a população com ensino superior completo, incompleto, especialização ou mestrado soma apenas 0,7%.

Esta população, com características de baixa formação escolar e oriunda de famílias de menor renda, compõe um perfil que apresenta grande limitação para superar as condições precárias de inserção no mercado de trabalho.

Mapa Ocupações Irregulares e Assentamentos PROLOCAR



¹⁶ Esse número poderá ser reduzido em aproximadamente 50% com a implementação das propostas contidas no citado Plano

¹⁷ Sistema de Informação da COHAB-CURITIBA

¹⁸ O IBGE considera como população economicamente ativa pessoas acima dos 10 anos. Para este diagnóstico, face legislações sociais (ECA e Estatuto do Idoso), a faixa de população economicamente ativa foi considerada entre 16 e 59 anos.

¹⁹ O Estatuto do Idoso define como idosa a pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.

²⁰ Em atenção às leis pertinentes, tais como a Lei 11.124/05.

Renda e Situação de Emprego (Maiores de 18 Anos)

Verifica-se que as faixas de renda até 2 s.m., totalizam 65,7%. Apenas 9,6% das famílias declararam ter renda superior a 3 s.m. e 8,3% das famílias declararam-se sem renda²¹.

Quanto à situação de emprego, 21% são autônomos sem previdência, num percentual que, somado aos 6,4% de empregados não registrados, totaliza 27,4% da comunidade que trabalha em situação de vulnerabilidade, excluída dos benefícios mínimos e proteção social, garantidos com o trabalho formal. Os casos declarados como “não trabalha”, “outra” ou “não informado”²², somam 38,8%. Considerando que parte desses realizam atividades remuneradas para seu sustento, as estatísticas da informalidade se elevariam para 66,2%.

As informações do cadastro demonstram também que o grupo de empregos formais representa somente 33,2%, numa proporção de, para cada 10, apenas 3 trabalhadores encontram-se inseridos no trabalho formal.

Portadores de Deficiência

Os dados coletados registram um total de 904 ocorrências relacionadas à cegueira, mudez, surdez, mental, física, ou outra. As mais expressivas são deficiência mental, 28% dos casos e deficiência física, 32,1% do total.

Estes números representam o total de casos e não o de pessoas portadoras de deficiência, pois uma mesma pessoa pode apresentar duas ou mais deficiências.

Qualidade das Moradias

As construções se apresentam muito precárias, edificadas sem qualquer orientação técnica, nem observância a padrões urbanísticos ou construtivos. Observa-se que 52,72% dos domicílios são construídos em madeira, 29,58% em alvenaria, 14,41% são edificações mistas e o restante em lona plástica ou compensado. Com relação às instalações sanitárias, 71,4% possui banheiro completo, dos quais 62,66% são internos.

Destaca-se também que há uma média de 3,44 cômodos por imóvel.

Fatores de Risco

A ocupação desordenada, sem observância dos parâmetros legais, dá origem a situações de risco físico e social. Os problemas mais frequentes são os relacionados ao sub-dimensionamento de sistema viário, baixo atendimento de rede de drenagem e esgoto, acesso parcial à rede de abastecimento de água e à rede de distribuição de energia elétrica, coleta de lixo com atendimento parcial e atendimento precário do Transporte Coletivo.

Devido à localização em APAs e APPs a população encontra-se ainda sob grande risco ambiental, principalmente relacionado à inundação.

²¹ As informações cadastradas no sistema não são atualizadas anualmente, representando um diferencial nos percentuais apresentados, principalmente na faixa informada até 1 s.m., tendo em vista que a família informou o valor em Real, o que não corresponde ao s.m. hoje.

²² Pode-se considerar que no momento da coleta dos dados, pode haver divergências quanto aos conceitos de cada categoria de situação de emprego, podendo o declarante afirmar que não trabalha, embora desenvolva atividades remuneradas eventuais, por exemplo, por compreender que “trabalho” é o que possui registro em carteira.

Caracterização dos Inscritos no Cadastro da Cohab-Curitiba

O Cadastro de Inscritos na COHAB-CURITIBA foi criado em 1979 com o objetivo de disciplinar o atendimento por moradia popular, estabelecendo normas de acesso a financiamentos, válidos para todos os inscritos, e também para servir de apoio à política habitacional, fornecendo subsídios para o planejamento de novos empreendimentos. A inscrição nesse cadastro é condição obrigatória para aquisição de imóveis da COHAB-CURITIBA.

O primeiro critério de classificação é o tempo de inscrição. Sempre que há um novo empreendimento os candidatos são convocados, observando se a renda é compatível com a prestação do financiamento. Os que não têm interesse no imóvel ofertado são mantidos no cadastro. A exclusão só ocorre por falta de renovação da inscrição dentro do prazo de um ano.

Em abril de 2007 constavam 57.754 inscrições no cadastro para aquisição de imóveis em Curitiba e na RMC e Paranaguá 9.188. Com relação ao tempo de espera, 44% dos inscritos de Curitiba aguardam até 1 ano, 35%, até 3 anos, 15% acima de 3 anos e 5% aguardam mais de 10 anos.

Conforme dados levantados em abril de 2007 verifica-se que 86,3% residem em Curitiba e 13,7% são moradores da Região Metropolitana e Paranaguá. No caso da Região Metropolitana, o município de Colombo destaca-se com maior procura de atendimento por moradia, 23%, seguido de Pinhais, que representa 18% do total.

Os dados indicam que a maioria dos pretendentes reside em imóvel alugado ou cedido, expressando percentual de 91% em Curitiba.

A renda das famílias é fator determinante de acesso à moradia. A maior concentração é a de pretendentes com renda de 1 a 3 s.m., correspondendo a 61% em Curitiba. A porcentagem dos que se declaram sem renda, 3%, é preocupante tanto pela dificuldade de acessar programas de financiamento, quanto pela necessidade de contar com outro membro da família para assumir o financiamento do imóvel.

Com relação ao número de dependentes, 50% dos inscritos não possuem dependentes. Destes, 50,64% recebem de 2 a 5 s.m., não sendo considerados, por este critério, situação vulnerável. Embora seja considerada apenas a renda do pretendente, entende-se que quanto maior o número de dependentes e menor renda, mais vulnerável se torna a família. As famílias nessa condição de vulnerabilidade totalizam 10% em Curitiba.

Quanto ao estado civil, verifica-se que grande parte dos pretendentes declaram-se solteiros, (59%). Outro número significativo é o de inscritos casados, 27%.

Com relação à faixa etária, os inscritos de Curitiba apresentam maior concentração nas faixas de 19-34 anos, com percentuais mais elevados na faixa 25-29 anos, 23%, e 19-24 anos, 19% do total.

O segmento de idosos representa 3% dos inscritos de Curitiba. O Estatuto do Idoso determina a prioridade no atendimento a esta população, contudo os agentes financiadores impõem limites em relação à idade.

Quanto ao sexo, em Curitiba, as mulheres inscritas apresentam percentuais 10% maiores em relação aos homens.

A escolaridade da população inscrita de Curitiba apresenta-se com maior percentual na educação de ensino médio, sendo um total de 54% dos pretendentes. No entanto, é preocupante o dado de que 27% dos pretendentes possuem ensino fundamental, muitos deles incompleto.

Diante dos dados apresentados, identifica-se uma população predominantemente jovem, solteira ou com poucos dependentes, economicamente ativa, com renda superior a 2 s.m., pressionando para a criação de novos postos de trabalho, capacitação profissional e seguridade social. Muitos contam com a aquisição da moradia como referência de segurança e inserção na vida comunitária. Contudo, ainda é um desafio buscar alternativas de inclusão das famílias que, pela precariedade de trabalho e renda, apresentam maior dificuldade de acesso e manutenção da moradia própria.

A análise do perfil dos inscritos aponta para a necessidade de dados mais precisos em relação às demandas, dessa forma, será possível apontar soluções viáveis e adequadas para cada segmento da população, e priorizar o atendimento da população com menor condição de acesso e conta apenas com programas governamentais para aquisição da casa própria.

2.3.3 Condicionantes Legais e Normativos

Legislação Urbanística

Curitiba possui legislação urbanística voltada ao parcelamento urbano desde 1966. Esta legislação em conjunto com outras legislações municipais, estadual e federal também vem sendo adotada de forma a direcionar e ordenar o crescimento urbano.

Parcelamento do Solo e Regularização Fundiária

Os lotes, segundo a legislação vigente, resultam de: Loteamento, Desmembramento, Regularização Fundiária e Loteamentos de Interesse Social. Os loteamento e desmembramento são regidos, pela Lei Municipal 2942/66 e Lei Federal 6766/79, alterada pela Lei Federal 9785/99. A Lei Municipal 2942/66 e o Plano Diretor estabelecem parâmetros urbanísticos, jurídicos e institucionais para a aprovação do parcelamento do solo.

A Lei Municipal nº 9460/98, que dispõe sobre a regularização fundiária no município, fixou critérios mais flexíveis para a regularização de parcelamentos do solo para fins urbanos implantados irregularmente.

A Lei Municipal 9802/00 possibilita a realização de loteamentos de interesse social realizados pelo município em parceria com a iniciativa privada. Embora a legislação seja menos restritiva, busca garantir condições mínimas de infra-estrutura e acessibilidade.

Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo

O macrozoneamento definido no Plano Diretor²³ resume a distribuição espacial das áreas habitacionais em baixa, média e alta densidade, de interesse social, em eixos estruturantes, eixos de adensamento, áreas de ocupação mista e áreas de proteção ambiental.

Quanto à habitação de interesse social, a Lei Municipal 9.800/00²⁴ instituiu os Setores Especiais de Habitação de Interesse Social (SEHIS), definidos como áreas onde há interesse público em ordenar a ocupação por meio de urbanização e regularização fundiária, implantar ou complementar programas habitacionais de interesse social, estando sujeitos a critérios especiais de parcelamento, uso e ocupação do solo.

²³ Lei Municipal 11.266/2004 de Adequação do Plano Diretor.

²⁴ As SEHIS, criadas em 2000, possuem finalidades similares àquelas definidas para as ZEIS (Zonas Especiais de Interesse Social), estabelecidas posteriormente no Estatuto da Cidade em 2001.

Cabe ressaltar que desde 1980 existiam áreas de interesse social aquelas destinadas à implantação de novos núcleos habitacionais pela COHAB-CURITIBA.

Na adequação do Plano Diretor em 2004, foi prevista a criação de ZEIS no município.

Condicionantes Ambientais

A legislação ambiental, visando a preservação e manutenção ambiental é ampla mas restritiva. Como compensação prevê incentivos tributários, fiscais e construtivos.

Os fatores ambientais de que trata a legislação podem ser resumidos em cinco tipos: Bosques (áreas verdes), Áreas de Proteção Ambiental (APAs), Áreas de Preservação Permanente (APPs), Faixas de Drenagem e Áreas Inundáveis. Devido as fragilidades, restrições de ocupação e conseqüentemente menor custo da terra, estas áreas são alvo constante de ocupações irregulares.

Finanças e Incentivos Fiscais

Os incentivos fiscais promovem a inclusão social e visam reduzir ou isentar algumas taxas. Para a população de baixa renda está prevista a isenção do pagamento do IPTU²⁵ para imóveis residenciais com área até 70m² e valor venal inferior a R\$ 26.900,00. Essa lei ainda isenta de taxas do Alvará de Construção e do Certificado de Vistoria e Conclusão de Obras (CVCO) os imóveis populares construídos pela COHAB-CURITIBA.

Estão previstos ainda outros incentivos como: redução no valor do IPTU²⁶ para proprietários idosos e aposentados, parcelamento ou anistia²⁷ de dívidas de IPTU voltados à regularização fundiária²⁸ e os incentivos fiscais de redução ou isenção de IPTU²⁹, voltados à preservação ambiental, histórica e cultural.

Instrumentos Urbanísticos

O Solo Criado³⁰ objetiva obter recursos para o FMH, possibilitando o acréscimo de potencial construtivo em edifícios habitacionais.

A Transferência de Potencial Construtivo de Áreas Verdes e de Unidades de Interesse de Preservação de Patrimônio Histórico, Lei Municipal 9803/00, permite aumentar o potencial construtivo de edificações habitacionais, comerciais e de serviços. E também pode ser usado para a obtenção de áreas para a regularização fundiária e habitação de interesse social.

O Plano Diretor de Curitiba prevê a utilização de instrumentos que poderão ser usados na ampliação do acesso a moradia: Direito de Preempção, Operações Urbanas Consorciadas, Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios e Estudo de Impacto de Vizinhança.

Legislação de Inclusão Social

A COHAB-CURITIBA prioriza conforme demanda, o atendimento para segmentos como idosos, deficientes físicos e mulheres, atendendo em parte, os princípios e diretrizes do Guia Nacional de Adesão ao Sistema e Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social. Contudo, se faz necessário incorporar mecanismos de cotas para cada segmento.

²⁵ Lei Complementar nº 40/2001, que dispõe sobre os tributos municipais relativos à construção civil, valor venal de imóveis, IPTU e ITBI (Imposto sobre Transmissão Intervivos de Bens Imóveis).

²⁶ Lei Complementar nº 44/2002, alterada pelo Decreto 1470/2006.

²⁷ Lei Municipal Complementar n. 60/2007.

²⁸ Lei de Regularização Fundiária Municipal nº 9460/1998.

²⁹ Lei 9.806/2000, que institui o Código Florestal do município; Lei Complementar nº 44/2002, já qualificada no item 1 das notas de rodapé; e Decreto 662/2002, que dispõe sobre a redução do IPTU para imóveis considerados como Patrimônio Histórico.

³⁰ Lei 7.420/90, (atual Lei 9.802/00) — Outorga Onerosa do Direito de Construir.

Condicionantes Institucionais e Administrativos do Setor Habitacional

Apesar da experiência acumulada, ainda existem entraves na análise e aprovação de projetos habitacionais, resultando em acréscimo de tempo e custo na sua implantação, desestimulando a participação da iniciativa privada nesse processo.

Esta situação levou a criação do Grupo de Análise e Aprovação de Loteamento de Interesse Social (GAALIS), com o objetivo de centralizar e agilizar a aprovação dos projetos. Foi possível entender que uma parte das dificuldades tem origem na documentação jurídica dos terrenos.

2.3.4 Produção Habitacional no Município

Construção Imobiliária — Setor Privado

A produção imobiliária em Curitiba encerrou o ano de 2006 com 11.859 unidades residenciais e não residenciais concluídas, com 1.438.896m² de área construída. Do total, 76% são destinados ao segmento residencial³¹.

Com relação aos alvarás para novas construções o volume liberado pela PMC atingiu 1.671.251m², totalizando 11.661 unidades, destas, 88% destinadas ao uso residencial. Do total residencial, 2.568 unidades são moradias populares com área entre 40 e 50m².

Para o Sinduscom-PR, um dos entraves para o aumento da produção de moradias populares é a carga tributária, equivalente a 42,87% do valor total, sendo necessário reforma tributária, trabalhista e previdenciária de forma a reduzir os custos sobre a mão-de-obra.

Produção Habitacional do Setor Público

A produção habitacional da COHAB-CURITIBA está voltada à regularização fundiária, ao atendimento das realocações e dos inscritos no seu cadastro. Foram produzidos em 42 anos, 120.664 unidades, correspondendo a 25% das moradias de Curitiba, com média anual de 2.872 novas unidades nas várias modalidades. A Tabela 7 traz a síntese da produção do município desde a década de 60 por tipologia habitacional.

Tabela — Produção realizada pela COHAB-CURITIBA por tipologias habitacionais no período entre 1965 - 2007

TIPOLOGIA HABITACIONAL	UNIDADES ENTREGUES
Apartamentos	22.927
Casas	29.354
Lotes Urbanizados	68.383
Total	120.664

Fonte: COHAB-CURITIBA / Dez. 2007

Também são consideradas produção, as regularizações fundiárias e realocações tituladas quando, além da urbanização e infra-estrutura, estão devidamente registradas no cartório de imóveis em nome do morador. Os não titulados são os que já receberam a urbanização e infra-estrutura, mas não o título de propriedade do imóvel.

³¹ Dados do Instituto de Pesquisa, Estatística e Qualidade (IPEQ) para o Sinduscon-PR.

Obs: Consideram-se titulados os imóveis em que o beneficiário recebe o título de propriedade do imóvel e não titulados aqueles que os beneficiários residem no imóvel, mas não receberam o título definitivo do imóvel.

O Mapa ao lado retrata a produção habitacional e sua localização no município, com a regularização fundiária, casas, apartamentos e lotes urbanizados.

Tabela — Produção Habitacional em Execução no Município e RMC

TIPOLOGIA HABITACIONAL	UNIDADE EM PROJETO	UNIDADE EM EXECUÇÃO
Apartamentos	1.328	1.821
Casas	1.173	494
Lotes Urbanizados	18.710	2.721
Total	21.211	5.036

Fonte: COHAB-CURITIBA / Agosto 2007

A alta produção de lotes habitacionais e casas mostra que existe uma demanda por maior quantidade de terras em relação à ocupação verticalizada, impactando na produção habitacional, em função da escassez de terras de baixo custo para suprir essa necessidade.

2.3.5 Necessidades Habitacionais

Déficit Habitacional

Para a quantificação do déficit habitacional atual em Curitiba, utilizou-se metodologia que dividiu as necessidades habitacionais em dois grupos básicos: Déficit Total ou Quantitativo³² e Déficit Qualitativo ou Inadequação Habitacional³³.

Déficit Habitacional Total ou Quantitativo

O déficit absoluto calculado pelo IPARDES³⁴ é de 25.147 domicílios e abrange 5,08% dos domicílios particulares permanentes.

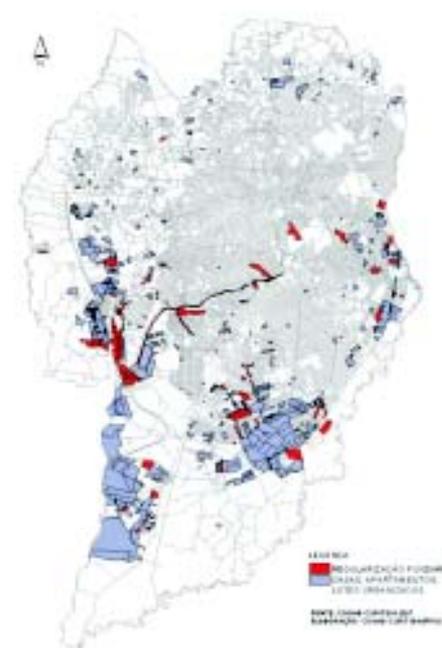
Quanto a renda dos domicílios que compõem o déficit habitacional, 14.702 (58%) têm renda até 3 s.m., com destaque para 6.027 domicílios (24%) que têm renda até 1 s.m.; 4.663 domicílios (19%) com renda entre 3 e 5 s.m. e 5.781 (23%) acima de 5 s.m..

O déficit habitacional quantitativo calculado pelo IPPUC com base nos dados do Censo IBGE e nos dados municipais desagregou as variáveis no nível de bairros de Curitiba. Este é o déficit que será utilizado para cálculo das demandas por terra para habitação de interesse social e seus custos, ou seja 45.351 domicílios.

Simulação das Demandas por Terra para Atendimento das Necessidades Habitacionais em Curitiba

Demanda por Terra para Realocações

Para a quantificação da demanda por terra para realocações de domicílios, foi considerado o déficit referente a variável domicílios rústicos, 25.505, ou seja, as realocações necessárias em função da localização em áreas de risco, áreas de preservação permanente, fundos de vale, áreas necessárias para abertura de ruas e desadensamento.



³² Quando há necessidade de reposição total de moradias (realocação) em função dos riscos sociais, ambientais e da ilegalidade caracterizados pelas seguintes variáveis: domicílios improvisados, cômodos alugados ou cedidos, famílias conviventes, domicílios rústicos ou situações de ônus excessivo com aluguel.

³³ Quando a questão da urbanização pressupõe melhorias na infra-estrutura local e na moradia caracterizados pelas seguintes variáveis: adensamento excessivo ou carências de infraestrutura.

³⁴ Os dados de referência são do Atlas Habitacional do Paraná – IPARDES 2000.

Para a simulação do cálculo das demandas por terra para realocação, foram consideradas as áreas necessárias para implantação de lotes, sistema viário, equipamentos comunitários, recreação e preservação ambiental para três padrões de ocupação.

Tabela — Simulação de demanda por terra para reassentamento

PADRÃO DE OCUPAÇÃO	ÁREA BRUTA DE TERRA
HORIZONTAL - 100% Casas e Sobrados	8.219.751,40m ²
MISTO - 50% Casas e Sobrados e 50% Apartamentos	4.969.521,73m ²
VERTICAL - 100% Apartamentos	1.719.292,05 m ²

Demanda por Terra para Atendimento do Remanescente do Déficit Habitacional

Do Déficit Habitacional de Curitiba de 45.351 domicílios, 25.505 necessitam realocações, remanescendo 19.846 domicílios para cálculo da demanda por terra.

Para a simulação das demandas por terra, foram considerados os mesmos critérios utilizados no item anterior.

Tabela — Simulação de demanda por terra para remanescente do déficit

PADRÃO DE OCUPAÇÃO	ÁREA BRUTA DE TERRA
HORIZONTAL - 100% Casas e Sobrados	6.395.968,88m ²
MISTO - 50% Casas e Sobrados e 50% Apartamentos	3.866.893,87m ²
VERTICAL - 100% Apartamentos	1.337.818,86m ²

Total da Demanda por Terra

Para a resolução do Déficit Habitacional, o total de terra demandada, somando-se as Realocações e o Remanescente do Déficit, é de 14.615.720,28m² para o padrão de ocupação horizontal, de 8.836.415,60m² para o misto, e de 3.057.110,91m²³⁵ para o vertical.

Disponibilidade de Terras no Município para Produção Habitacional

Para estimar a disponibilidade de terras, foram identificados os lotes vagos, independentes da dominialidade e localização. Posteriormente, esses lotes foram agrupados por zoneamento com destaque para os zoneamentos predominantemente residenciais.

Tabela — Disponibilidade de áreas vagas no município

ZONA	ÁREA TOTAL DE LOTES VAGOS (M²)	% DE ÁREA DE LOTES VAGOS SOBRE A ÁREA LÍQUIDA DA ZONA	VALOR MÉDIO (R\$/M²)
ZONAS RESIDENCIAIS	21.134.680,82	12%	DE 30,49 A 196,52
SEHIS, SE-OI, ZR-2, ZR-3, ZR-4, ZR-OC, ZR-U			
APA	20.166.426,13	31,30%	33,79
OUTRAS ZONAS	19.139.975,55	17,10%	
TOTAL	60.441.082,50	17,20%	86,82

³⁵ Se fosse adicionado a este montante a área necessária para atendimento referente ao crescimento demográfico para os próximos 13 anos, tem-se a necessidade de adicionar à estes totais, 15.619.944,76m² de área de terra para o padrão horizontal, 9.443.552,00m² para o padrão misto e 3.267.160,00m² para o padrão vertical. Dados referentes a um acréscimo de 48.467 domicílios resultantes do crescimento demográfico no período de 2007 à 2020 para a população na faixa de renda até 5 s.m.

Obs. Esse levantamento, não identifica as condições de utilização dos lotes, muitos deles não edificáveis, por situarem-se em áreas de preservação permanente, sob linhas de alta tensão, por possuírem grandes declividades ou serem atingidos por bosques nativos relevantes e sistema viário.

Analisando o total de área disponível em zonas residenciais, nota-se que os Setores Habitacionais de Interesse Sociais (SEHIS) correspondem a 1.651.511,00m² dessas zonas, que comparada ao Total da Demanda por Terra mostra não serem suficientes para atender o déficit habitacional, necessitando de áreas localizadas em outros zoneamentos.

Segundo dados do IBGE, 75% dos domicílios de Curitiba são casas. Esse padrão de ocupação horizontal e o déficit habitacional conduzem a linhas de atuação, como incentivo à ocupação mais verticalizada, inclusão da habitação de forma mais incisiva no planejamento e estabelecimento de parcerias para provisão habitacional com municípios do NUC.

Simulação de Custos para o Atendimento ao Déficit Habitacional e Regularização Fundiária

As simulações calculadas a seguir dizem respeito aos custos para solução do déficit habitacional e das regularizações fundiárias no próprio local, não levando em conta a demanda referente ao crescimento demográfico até 2020.

Custos para a Regularização Fundiária e Realocações

A Tabela 15 demonstra a consolidação dos custos levantados. Nesses custos não foram considerados os valores de terrenos de propriedade particular das ocupações a serem regularizadas no próprio local, supondo a utilização dos instrumentos de política urbana do Plano Diretor para repasse dessas áreas ao município.

Tabela — Estimativa de Custo Total para Reassentamento e Regularização Fundiária com Padrão de Ocupação Horizontal, Misto e Vertical

REASSENTAMENTO				REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NO LOCAL		TOTAL	
Padrão de Ocupação	Tipo de Moradia	Quantidade de Domicílios	Custo Infra, Terra, Edificações Ações (R\$)	Quantidade de Domicílios	Custo (1) Infra e Ações	Quantidade de Domicílios	Custo Infra, Terra, Edificações Ações (R\$)
Horizontal	Casa 27 m ²	25.505	639.169.342,00	37.096*	126.126.400,00	62.601	785.495.942,00
	Casa 33 m ²	25.505	715.684.542,00			62.601	841.810.942,00
	Sebraço 51 m ²	25.505	970.934.542,00			62.601	1.097.660.942,00
Mista	Casa 27 m ²	25.505	822.417.851,90			62.601	948.544.051,00
	Casa 33 m ²	25.505	860.675.151,90			62.601	986.801.551,90
	Sebraço 51 m ²	25.505	988.200.151,90			62.601	1.114.326.551,90
Vertical	Apto. 50 m ²	25.505	1.095.465.761,50	62.601	1.121.592.161,50		

Fonte: COHAB-CURITIBA — 2007

*Número referente à diferença entre o total de domicílios em ocupações irregulares e os domicílios que necessitam realocação.

(1) No caso de necessidade de aquisição dessas áreas de propriedade particular, os custos serão acrescentados de aproximadamente R\$ 210.000.000,00 uma vez que em torno 7.000.000,00 m² de áreas particulares são ocupadas por população de baixa renda.

Custos para Atendimento ao Remanescente do Déficit Habitacional

Conforme calculado anteriormente, o déficit remanescente é de 19.846 domicílios. A Tabela 16 demonstra a consolidação dos custos levantados para seu atendimento.

Tabela — Estimativa de Custo Total para Reassentamento e Regularização Fundiária com Padrão de Ocupação Horizontal, Misto e Vertical

PADR	TIPO DE MORADIA	QUANTIDADE (nº de unidades)	CUSTO (R\$)			TOTAL (R\$)
			INFRA	TERRA	EDIFICAÇÃO	
Horizontal	Casa 27 m ²	19.846	63.507.200,00	191.879.066,40	238.152.000,00	493.538.266,40
	Casa 33 m ²	19.846	63.507.200,00	191.879.066,40	297.690.000,00	553.076.266,40
	Sobrado 51 m ²	19.846	63.507.200,00	191.879.066,40	515.996.000,00	771.382.266,40
Mista	Casa 27 m ² / Apto. 50 m ²	19.846	63.507.200,00	116.096.816,10	456.458.000,00	635.972.016,10
	Casa 33 m ² / Apto. 50 m ²	19.846	63.507.200,00	116.096.816,10	486.227.000,00	665.741.016,10
	Sobrado 51 m ² / Apto. 50 m ²	19.846	63.507.200,00	116.096.816,10	595.380.000,00	774.894.016,10
Vertical	Apto. 50 m ²	19.846	63.507.200,00	40.134.565,80	674.764.000,00	778.405.765,80

Fonte: COHAB-CURITIBA — 2007

Custos Totais

Para a simulação dos custos totais foram somados os custos referentes a 82.447 domicílios.

Tabela — Estimativa de Custo Total para Regularização Fundiária e Atendimento ao Déficit Habitacional por Padrão de Ocupação

PADRÃO DE OCUPAÇÃO	TIPO DE MORADIA	QUANTIDADE (Nº DE UNIDADES) (1)	CUSTO TOTAL
			INFRA, TERRA, EDIFICAÇÃO, AÇÕES
Horizontal	Casa 27m ²	82.447	R\$ 1.259.034.208,00
	Casa 33m ²	82.447	R\$ 1.395.087.208,00
	Sobrado – 51m ²	82.447	R\$ 1.893.948.208,00
Mista	Casa 27 m ² / Apto 50m ²	82.447	R\$ 1.584.515.846,00
	Casa 33 m ² / Apto 50m ²	82.447	R\$ 1.652.542.846,00
	Sobrado 51 m ² / Apto 50m ²	82.447	R\$ 1.901.972.846,00
Vertical	Apto 50m ²	82.447	R\$ 1.909.997.927,00

Fonte: COHAB - Curitiba - 2007

(1) Incluída a regularização fundiária no local.

Recursos Investidos em Habitação de Interesse Social no Município

De maneira a se estimar o horizonte para a resolução da demanda habitacional no município, relacionando os recursos efetivamente investidos, e as possibilidades de investimentos futuros, se faz necessário saber os montantes já investidos em habitação nos últimos anos, pelo poder público municipal, estadual, federal e fontes internacionais. A Tabela demonstra esses investimentos no período 2001 a 2006, propiciando uma média anual de investimentos na ordem de R\$ 33.250.347,92.

Tabela — Recursos Investidos em Habitação — Período 2001 a 2006

ORIGEM DO RECURSO	RECURSOS INVESTIDOS POR ANO						Total (R\$)
	2001 (R\$)	2002 (R\$)	2003 (R\$)	2004 (R\$)	2005 (R\$)	2006 (R\$)	
MUNICÍPIO COHAB-CURITIBA, FMH	4.723.659,71	2.610.000,00	4.496.395,00	12.304.441,80	10.173.899,00	12.234.083,45	46.542.479,86
GOVERNO FEDERAL	14.975.835,46	3.510.000,00	20.295.000,00	24.495.000,00	20.224.000,00	56.776.019,00	140.275.854,46
FONTES INTERNACIONAIS	6.383.753,19	-	-	6.300.000,00	-	-	12.683.753,19
Total	26.083.248,36	6.120.000,00	24.791.395,00	43.099.441,80	30.397.899,00	69.010.102,45	199.502.687,51

Fonte: COHAB-CURITIBA — 2007

Os valores estimados para atender a demanda de regularização fundiária, das realocações e do remanescente do déficit das famílias com renda até 5 s.m. varia de acordo com a tipologia e padrão arquitetônico de R\$ 1.259.034.208,00 a R\$ 1.909.997.927,00. Ressalta-se que não foram calculados os investimentos necessários para atendimento da demanda resultante do crescimento demográfico até 2020.

Se fossem mantidos os investimentos, calcula-se que seriam necessários entre 38 e 57 anos para atender integralmente a demanda calculada.

Estão previstos para o triênio 2007/2009 investimentos municipais de R\$ 145.878.690,00, federais de R\$207.098.760,00 e de fontes internacionais de R\$ 55.500.000,00, totalizando R\$ 408.477.450,00. A média anual é de R\$ 136.159.150,00, estimando-se que para atender a demanda seriam necessários entre 9 e 14 anos.

2.3.6 Linhas Programáticas de Ação

Estão relacionados a seguir os projetos e programas que compõem ações municipais para atuação na questão habitacional.

Urbanização e Regularização Fundiária

Ações que visam a urbanização, realocações e titulação definitiva.

Atendimento aos Inscritos no Cadastro da Cohab-Curitiba

Lotes Urbanizados e Financiamento para Material de Construção

Produção de lotes com infra-estrutura, financiamento de material de construção por meio de parceria da COHAB-CURITIBA e CAIXA para famílias com renda de até 3 s.m.

Programa de Arrendamento Residencial (PAR)

Parceria entre COHAB-CURITIBA, CAIXA e iniciativa privada para acesso à moradia substituindo a compra financiada pelo arrendamento com prazo de 15 anos. Atendendo famílias com renda entre R\$1.200,00 a R\$1.800,00 e realização de empreendimentos em áreas da COHAB-CURITIBA dotadas de infra-estrutura.

Programa de Parceria com A Iniciativa Privada

Permite a iniciativa privada executar loteamentos com os parâmetros da COHAB-CURITIBA, para famílias com renda a partir 2 s.m.. O empreendedor transfere 20% dos lotes ao FMH para atender famílias com renda até 3 s.m. e as demais são vendidas pelo parceiro para famílias do cadastro com renda acima de 3 s.m.

Alvará Simplificado para Moradia Popular

Oferece este serviço gratuitamente à população com renda até 5 s.m., dispensando o responsável técnico e o pagamento de taxas. Utilização em construções até 70m².

Fundo Municipal de Habitação (FMH)

Captação de recursos para implementação de programas habitacionais. Da criação até maio de 2007 arrecadou R\$ 29.400.000 e atualmente está sendo adequado ao SNHIS.

Prevenção e Contenção de Novas Ocupações Irregulares

Sistema de vigilância sobre as áreas consideradas de risco de invasão com Linha Telefônica Exclusiva 153 (Disque Invasões), para a população informar possíveis ocorrências.

Realocações Emergenciais

Realização de realocações emergenciais de famílias que se encontram em situação de risco eminente. Quando constatada a situação de risco, a COHAB-CURITIBA é acionada para viabilizar o reassentamento das famílias.

Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH)

Oferece acesso à moradia aos cidadãos de baixa renda pela concessão de subsídios com recursos do OGU e com o aporte de contrapartida dos estados, DF e municípios.

2.3.7 Conclusões e recomendações

Em que pese a experiência institucional, técnica e administrativa na resolução dos problemas habitacionais em Curitiba, conforme apontado no diagnóstico, é evidente que o atendimento à demanda depende fundamentalmente da ampliação do montante de recursos públicos e privados a serem investidos não só em habitação como também em geração de emprego e renda e em outras políticas sociais.

2.4 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

2.4.1 Fundamentos

Espera-se, como resultado prioritário do Desenvolvimento Econômico e Social Sustentável, o resgate social (justiça e equidade), a melhoria da qualidade de vida das populações envolvidas e a prática de modos-de-vida mais sustentáveis, resultantes de um conjunto de fatores que envolvem, entre outras coisas, a economia (trabalho e renda), a educação, a saúde e a segurança alimentar e nutricional, a mobilidade, o meio ambiente natural, o ambiente social, a cultura, o lazer e a prática saudável da boa governança.

Caso contrário não se poderá falar em Desenvolvimento local entendido como aquele que parte da vocação de cada lugar, respeitando suas potencialidades, sua realidade e sua cultura e onde a comunidade decide o que é melhor para ela. Este desenvolvimento deve ser integrado e sustentável. Integrado porque se apóia numa estratégia de desenvolvimento que soma esforços e recursos de parceiros públicos e privados. Sustentável porque possibilita a cada localidade encontrar a sua autonomia, suprir as suas necessidades e promover o seu desenvolvimento humano, social e econômico, em equilíbrio com o meio ambiente.

Ao longo dos anos, os movimentos mundiais em torno da questão do desenvolvimento sustentável ampliam para nove os princípios interdependentes de abrangência do Desenvolvimento Local Sustentável em relação à tríade popularizada pelo Relatório Brundtland (atividade econômica, meio ambiente e bem-estar social), a serem considerados nas relações Estado-Sociedade e nos critérios de eficiência das relações econômicas, sociais e interpretação das necessidades e subjetividades indivíduo/natureza:

- Sustentabilidade Ecológica
- Sustentabilidade Ambiental
- Sustentabilidade Social
- Sustentabilidade Política
- Sustentabilidade Econômica
- Sustentabilidade Demográfica
- Sustentabilidade Cultural
- Sustentabilidade Institucional
- Sustentabilidade Espacial

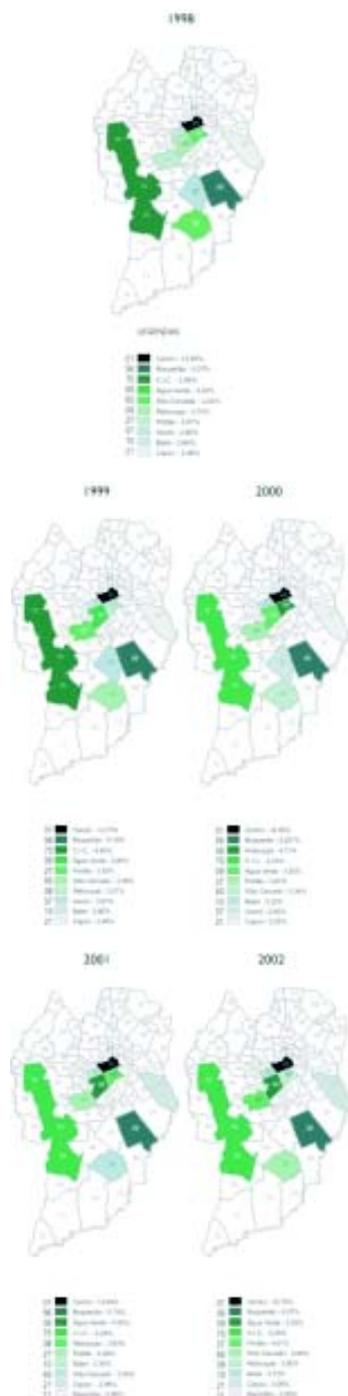
A integração destas dimensões faz com que a construção social do Desenvolvimento Local Sustentável seja também um processo de gestão de conflitos pluridimensionais.

Novo Conceito de Desenvolvimento

O Banco Mundial tem por hábito em seus relatórios sobre o desenvolvimento econômico utilizar os seguintes indicadores para a mensuração do desenvolvimento econômico mundial: indicadores básicos (renda per capita, expectativa de vida ao nascer e índices de analfabetismo), indicadores de produção e os indicadores sociais.



Ranking dos 10 Bairros com maior Incidência de Abertura de Estabelecimentos de Indústria, Comércio e Serviços em Curitiba — 1998 a 2002



Fonte: PMC/SMF - Cadastro de Alvarás
Elaboração: IPPUC - Banco de Dados

- Sustentabilidade quer dizer que o crescimento econômico precisa apoiar-se em práticas que conservem e expandam a base de recursos ambientais.
- Desenvolvimento Sustentável é aquele que harmoniza o imperativo do crescimento econômico com a promoção da equidade social e a conservação do patrimônio natural.
- Desenvolvimento Sustentável é aquele que atende às necessidades presentes sem comprometer a possibilidade de que as gerações futuras satisfaçam as suas próprias necessidades - Segundo a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) da Organização das Nações Unidas.

Poder Público e a Promoção do Desenvolvimento Econômico Local

Ainda que o governo municipal não tenha intervenção ampla na vida econômica dos cidadãos, ele pode participar da promoção do desenvolvimento econômico e da conseqüente busca de melhoria das condições de vida da população.

Nas décadas de 70 e 80, a economia do Município cresceu numa média superior às médias estadual e nacional, em função do novo perfil produtivo e ritmo de crescimento que se alterou significativamente, garantindo aos seus habitantes, melhores condições de trabalho e renda, assim como de novas oportunidades de negócios em toda a Região Metropolitana.

2.4.2 Transformações Mundiais e seus Impactos Regionais

A Globalização

O processo de Globalização nos seus aspectos institucionais universaliza a ação e a localização de organismos e instituições como ONU — Organização das Nações Unidas; BM Banco Mundial; BIRD — Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento; BID — Banco Interamericano de Desenvolvimento; OMC — Organização Mundial do Comércio; OMS — Organização Mundial da Saúde; etc.

A globalização de alguma forma também promove a inclusão de pessoas no processo político, econômico e social e deixa mais evidentes as desigualdades e marginalizações e os desequilíbrios do processo.

Aspectos Econômicos

A globalização nos seus aspectos econômicos pode ser interpretada como sendo financeiras, comerciais, produtivas, econômicas.

As políticas sociais dos governos e seus respectivos orçamentos dependem cada vez mais da possibilidade de as empresas nacionais gerarem empregos, trabalho e renda, produtos destinados ao mercado nacional e internacional de forma competitiva e impostos e tributos que possam financiar os programas dos governos.

O governo precisa reinventar-se (Osborn: 1994) Planejar e executar em conjunto com a sociedade e buscar resposta às inquietações da sociedade nacional diante dos desafios e da competição com as sociedades de outros países.

A Indústria na RMC no período recente

Nos anos 90, tanto a economia paranaense quanto a da região metropolitana de Curitiba apresentaram fortes ajustes em suas estruturas produtivas, caracterizadas por reorganização de processos, aumento nos níveis de eficiência e de qualidade das empresas, além do redimensionamento de capacidade instalada em diversos ramos industriais.

O crescimento do setor de material de transporte foi influenciado pela instalação das montadoras de automóveis de passeio e utilitários, enquanto que área química, a ampliação do valor adicionado fiscal industrial foi fruto do aumento de preços do petróleo no mercado internacional. O gênero material elétrico e de telecomunicações recuou devido à posição menos competitiva de segmentos vinculados à telefonia, durante a fase pós-privatização dos serviços e de segmentos de bens de informática, diante da produção importada. O declínio de participação de gêneros mais tradicionais, como alimentos, bebidas e fumo, aponta para a tendência de consolidação do crescimento destes fora dos limites da RMC.

Comércio e Serviços

Assim, vários segmentos dos setores Serviços e Comércio como os supermercados, hotéis, agências de publicidade, telecomunicações e outros foram internacionalizados, incrementando as relações principalmente de Curitiba com outras cidades brasileiras e com o exterior.

A importância das atividades do setor terciário na RMC já era observada em 1996, quando respondia por 46,07% do Valor Adicionado Fiscal - VAF do Comércio e por 44,78% dos Serviços. Em 2000, o setor de serviços saltou para 72,37%, enquanto a participação no Setor Comércio se manteve praticamente inalterada em 46,18%.

Chama a atenção o caráter concentrador das atividades desses setores na região. A maior parte desse valor foi gerada em Curitiba. Em 2000, a capital centralizava 81,87% do VAF de serviços da RMC e 60,28% do comércio, correspondendo a 59,25% e 27,83% dos respectivos setores no Paraná.

Em relação à geração de empregos, embora a RMC tenha forte peso na atividade industrial, o setor terciário da economia tem o triplo de ocupações em relação à indústria. No Terciário, a participação mais relevante é do setor Serviços, que tem apresentado maior capacidade de geração de postos de trabalho, tanto pela forte representação do poder público quanto pelo setor privado, no atendimento às crescentes demandas de consumo individual, familiar e empresarial. O incremento na oferta de postos de trabalho nesse Setor acompanha o desenho de distribuição do VAF, com a maior inserção desses postos em Curitiba.

As atividades que agregam maior valor estão localizadas em Curitiba, que se encontrava em posição privilegiada, e no primeiro anel. O município concentrava, em 2000, mais de 70% do VAF regional dos segmentos alojamento e alimentação, e serviços prestados às empresas, e entre 96% e 100% em correio e telecomunicações, informática, intermediação financeira, e outros serviços.

Somente no segmento transportes (50,46%) e em atividades imobiliárias (94,95%) o primeiro anel apresentou participação superior à de Curitiba.

No comércio, a maior inserção da RMC ocorreu no segmento comércio por atacado. Nesse segmento, Curitiba registrou participação de 36,32% do VAF.



Vale ressaltar que a concentração do segmento comércio varejista em Curitiba decorreu tanto da implantação de grandes estabelecimentos, como da aquisição de importantes redes locais e regionais por grandes grupos nacionais e internacionais. O impacto no mercado de trabalho foi também significativo, com lojas ocupando mais de 500 funcionários.

Perfil socioeconômico da população da Região Metropolitana de Curitiba

Segundo dados da última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios PNAD do IBGE, relativos ao ano de 2006, a região metropolitana de Curitiba contava com 3,2 milhões de pessoas residindo em domicílios particulares permanentes.

Desse total, a população em idade ativa (PIA), definida como pessoas com 10 anos ou mais de idade, correspondia a 2,7 milhões, sendo 1,3 milhões homens e 1,4 milhões mulheres.

Juntos, esses números definem a chamada taxa de atividade, ou seja, a relação entre a PIA e a população total. Na região metropolitana de Curitiba, essa taxa é de 84,4%, percentual apenas ligeiramente superior ao parâmetro nacional para o mesmo ano, de 83,7%.

Por seu turno, a população economicamente ativa (PEA) na região era de pouco menos de 1,8 milhão de pessoas, número que gera uma taxa de atividade, ou seja, razão entre PEA e PIA, de 64,8%, percentual também bastante próximo da média nacional de 62,4%.

O rendimento médio das pessoas economicamente ativas na semana de referência da PNAD na região foi de R\$ 1.126,00, sendo a média dos homens R\$ 1.311,00 e das mulheres R\$ 900,00. O diferencial entre homens e mulheres da PEA em termos de renda chega a quase 30%. Na comparação com os parâmetros nacionais, é possível notar que tanto homens quanto mulheres têm rendimentos mais altos na região de Curitiba, porém o diferencial de rendimento é da mesma ordem de grandeza. No País como um todo, os homens da PEA com rendimento têm ganhado médio mensalmente de R\$ 1.057,00 e as mulheres de R\$ 733,00. Considerando apenas as áreas urbanas, esses valores passam a R\$ 1.166,00 e R\$ 793,00, respectivamente, ou seja, mantém-se um diferencial aproximado de 30% entre homens e mulheres.

Da PIA total da Região Metropolitana 347 mil são aposentados ou pensionistas, número que equivale a 12,8% da população. Esse percentual é pouco superior à média nacional de 11,3%, fato que decorre do perfil etário da população e da maior expectativa de vida.

Por fim, a taxa de analfabetismo na região metropolitana de Curitiba, definida para pessoas com cinco anos ou mais de idade, é de 5,7%, sendo ligeiramente menor entre mulheres (5,6%) do que entre homens (5,8%). Do total de 3 milhões de pessoas nessa faixa etária na região, 171 mil não são alfabetizadas e, dessas, nada menos de 40% estão na faixa acima de 40 anos. Tal fato demonstra que as políticas públicas de erradicação do analfabetismo na base da estrutura etária, desenvolvidas nas últimas décadas, parecem ter dado bons resultados. Esses dados de analfabetismo contrastam fortemente com as médias nacionais: 12,3% no total da população, sendo 12,9% no caso de homens e 11,8% entre as mulheres.

Perfil do rendimento médio mensal

O contraste entre o rendimento médio de homens e mulheres é maior quando se considera a PIA do que quando se analisa a PEA. No universo das pessoas economicamente ativas, o diferencial de rendimento entre homens e mulheres é da ordem de 30%. No entanto, considerando-se todas as pessoas com 10 anos ou mais de idade esse diferencial sobe para mais de 42%. Esse fato é explicado pela menor taxa de atividade entre as mulheres.

Pessoas de 10 anos ou mais de idade e valor do rendimento mensal, por sexo, segundo as classes de rendimento — Região Metropolitana de Curitiba — 2006 (em milhares)

Classes de rendimento mensal	Pessoas de 10 anos ou mais			Valor do rendimento médio mensal - R\$ ⁽¹⁾		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Mais de 1/2 a 1 SM	22	67	89	89	90	90
Mais de 1 a 2 SM	118	195	313	320	314	317
Mais de 2 a 3 SM	337	337	673	548	521	535
Mais de 3 a 5 SM	186	120	306	884	898	890
Mais de 5 a 10 SM	140	88	228	1.358	1.357	1.358
Mais de 10 a 20 SM	118	76	194	2.430	2.401	2.419
Mais de 20 SM	46	22	68	5.050	4.742	4.951
Mais de 20 SM	18	6	23	10.827	12.462	11.222
Sem rendimento ⁽²⁾	295	517	812	-	-	-
	7	4	12	-	-	-
TOTAL	1.286	1.431	2.717	1.008	579	782

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006.

⁽¹⁾ Exclui as pessoas sem declaração do valor no rendimento. ⁽²⁾ Inclusive as pessoas que receberam somente em benefícios.

Outro dado de interesse é que, na faixa de renda mensal até 1 salário-mínimo, há um contingente maior de mulheres. Na faixa de 1 a 2 salários-mínimos, o número de homens e mulheres é idêntico. Mas nas faixas de renda mais altas, o número de homens é sempre superior. Especificamente no estrato mais elevado, ou seja, renda mensal superior a 20 salários-mínimos, encontramos um grupo de apenas 6 mil mulheres, ou tão somente 1/3 do número de homens na mesma faixa.

No entanto, é surpreendente que as mulheres recebam uma renda média 15% superior aos homens no estrato mais alto, fato que não é observado na maior parte das faixas de renda constantes na PNAD.

Perfil do grau de instrução

Considerando mais uma vez as pessoas com 10 anos de idade ou mais, o perfil do número de anos de estudo da população da região metropolitana de Curitiba é mostrado na tabela da página ao lado.

Pessoas de 10 anos ou mais de idade e valor do rendimento mensal, por sexo, segundo as classes de rendimento — Região Metropolitana de Curitiba — 2006 (em milhares)

Anos de estudo	Homens	Mulheres	Total
	48	68	117
1 ano	17	17	34
2 anos	34	39	73
3 anos	71	73	143
4 anos	166	191	357
5 anos	87	85	173
6 anos	52	59	111
7 anos	71	66	137
8 anos	149	147	297
9 anos	40	56	95
10 anos	54	49	103
11 anos	290	343	633
12 anos	28	38	66
13 anos	24	23	47
14 anos	24	35	59
15 anos ou mais	124	129	254
	7	11	18
TOTAL	1.286	1.431	2.717

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006.

⁽¹⁾ Exclui as pessoas sem declaração do valor no rendimento. ⁽²⁾ Inclusive as pessoas que receberam somente em benefícios.

Os dados revelam um fenômeno conhecido: as duas grandes barreiras do ensino no Brasil. Assim, nota-se a concentração de pessoas nas faixas relativas a 8 e a 11 anos de estudo, correspondentes ao final dos ciclos do ensino básico e médio.

O percentual de pessoas que rompe a barreira e possui mais de 11 anos de estudo é de 15,7% no total, ligeiramente maior entre as mulheres (15,8%) do que entre os homens (15,6%). Mas quando se considera o número de pessoas com 15 anos de estudo ou mais, isto é, que possivelmente adquiriram nível superior, esse percentual é de 9,3% para o total da população, sendo 9,7% entre os homens e 9,0% entre as mulheres.

De todo modo, a região metropolitana de Curitiba conta com um contingente de mais de 250 mil pessoas com mais de 15 anos de estudo e mais de 1 milhão com mais de 10 anos de estudo, fato que representa um importante estoque de capital humano.

Relacionando esses dados com o perfil de rendimento, mostrado anteriormente, pode-se concluir que não são as diferenças em termos de qualificação as responsáveis pelo importante diferencial entre gêneros, observado na região como em todo o Brasil.

O perfil de instrução da PIA é mostrado na tabela abaixo:

Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por condição de atividade na semana de referência e sexo, segundo — Região Metropolitana de Curitiba — 2006 (em milhares)

Grupos de anos de estudo	Condições de Atividade na semana de referência					
	Economicamente ativas			Não Economicamente ativas		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Sem instrução e menos de 1 ano	25	23	48	23	45	68
1 a 3 anos	66	48	114	55	81	136
4 a 7 anos	225	168	393	152	234	385
8 a 10 anos	198	151	349	50	109	159
11 a 14 anos	323	316	639	43	123	167
15 anos ou mais	110	104	214	14	26	40
Sem declaração	1	4	5	0	0	1
TOTAL	949	813	1762	337	618	955

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006.

A partir dos dados da tabela é possível estimar a taxa de atividade por gênero, segundo diferentes níveis de escolaridade. Como vimos acima, a relação entre PEA e PIA na região de Curitiba é de 64,8%. No entanto, entre homens a taxa de atividade é de 73,8% e, entre as mulheres, de tão somente 56,8%. Tal fato contribui para o expressivo diferencial de rendimento médio entre gêneros observado quando se toma a PIA como universo de estimação.

O salto expressivo da taxa de atividade na passagem entre as faixas de 4 a 7 anos de estudo e 8 a 10 anos de estudo é de grande interesse. Isso denota que parte importante da população em idade ativa só procura o mercado de trabalho após a obtenção de um nível mínimo de qualificação.

Esse fenômeno é consistente com os resultados de um estudo recente, dedicado à estimação dos retornos sobre a educação. Segundo esse trabalho, no estado do Paraná, cada ano de estudo tende a elevar a expectativa de renda pessoal e em cerca de 11,1%, sendo essa taxa de 11,9% no caso dos homens e de 10,8% no caso das mulheres.

2.4.3 Condições Institucionais

De forma integrada com outras esferas governamentais, o Governo Municipal, por meio de suas Regionais tem desenvolvido as ações concernentes ao Programa de Transferência de Renda do Governo Federal e Índice de Gestão Descentralizada/IGD, como instrumento de aferição da qualidade de gestão do Programa Bolsa Família em nível Municipal.

No Município de Curitiba o Sistema Cadastro Único dos Programas Sociais CadÚnico, instituído pelo Governo Federal e que visa a reversão da exclusão social, está sob a responsabilidade da Fundação de Ação Social - FAS, que promove a elaboração e atualização do sistema.

O Sistema Cadastro Único dos Programas Sociais - CadÚnico, constitui instrumento nacional para coleta de dados e informações, que tem como objetivo identificar as famílias de baixa renda existentes no país, consideradas em situação de vulnerabilidade social.

Companhia de Desenvolvimento de Curitiba — CURITIBA S.A.

A Curitiba S/A é empresa de economia mista municipal, responsável pelo desenvolvimento econômico de Curitiba e tem como missão coordenar políticas para o desenvolvimento econômico, empresarial e tecnológico de Curitiba, de maneira integrada com a Região Metropolitana, priorizando iniciativas geradoras de emprego e renda voltadas ao fortalecimento dos setores industrial, comercial e de serviços, principalmente no que se refere as micro e pequenas empresas.

Como empresa envolvida com ações que visam promover o desenvolvimento econômico de comunidades do Município, incluindo ações de capacitação, em articulação com os setores estratégicos da sociedade, viabilizou o Programa "Bom Negócio", visando à criação de empregos, geração de renda e a elevação do nível de qualidade empresarial dos empreendedores, em suas respectivas comunidades.

Programa Bom Negócio

O Programa Bom Negócio foi desenvolvido pela Companhia de Desenvolvimento de Curitiba — CURITIBA S/A. É voltado prioritariamente para iniciativas geradoras de emprego e renda, visando o fortalecimento dos setores industrial, comercial e de serviços, em especial em relação às micro e pequenas empresas.

Até o mês de outubro/2007, conforme indicadores apresentados pela CURITIBA S/A, as ações do Programa obtiveram bons resultados, envolvendo 77 colaboradores, oriundos da Faculdade de Economia e Administração — FAE e da CURITIBA S/A, alcançando os seguintes índices:

- Envolvimento de 42 bairros/comunidades nas 9 Regionais da Prefeitura;
- Promoção e capacitação de 4.365 pessoas de um total de 6.455 inscritos;
- Formação de 07 redes de negócios e mais 71 estão em fase organização;
- Constituídas 06 associações/cooperativas de negócios, 03 em formação e 03 em fase de fortalecimento;
- Efetivação até junho/2007, de 821 empregos diretos, passando a ser considerado destaque entre as ações desenvolvidas pela CURITIBA S/A.;
- Divulgação do programa de acordo com a metodologia de trabalho que é de fundamental importância, sendo que nesses 02 dois anos para alcançar os resultados mencionados, foram visitados em torno de 277.000 pessoas.

Programa Profissão Empresário

Em parceria com o SEBRAE - SISTEMA FÁCIL, este programa busca apoiar, de maneira ágil e com baixo custo, micro e pequenos empreendedores, no processo de formalização de suas empresas, oferecendo auxílio e encaminhamento da documentação pertinente junto aos órgãos competentes.

Está vinculado à CURITIBA S/A, ainda em fase de implantação, podendo representar a continuidade da cadeia de geração de trabalho e renda aos futuros micro e pequenos empresários participantes do Programa Bom Emprego.

Instituto Municipal de Turismo

Em integração com os Programas de Geração de Trabalho, Renda e Empreendedorismo, da Fundação de Ação Social — FAS, mais especificamente com o Empório Metropolitano e Vitrine Social, o Instituto Municipal de Turismo, por meio de sua Gerência das Feiras de Artesanato é responsável pela definição da política de artesanato do Município, de forma a democratizar o acesso dos artesões aos programas de apoio e formalização desse segmento, nas atividades econômicas informais existentes em Curitiba.

Estão a cargo da Gerência do Instituto Municipal de Turismo de Curitiba, as 24 feiras de artesanato em funcionamento, que beneficiam 1.512 artesões, estes devidamente cadastrados.

Outras organizações governamentais e da sociedade civil

As demais organizações da sociedade civil que desenvolvem ações de geração de trabalho e renda no município, direcionadas a segmento sociais diferenciados da sociedade, beneficiaram no ano de 2006, em torno de 75.000 pessoas, com destaque para:

- Projeto de Empreendedorismo do SEBRAE com 49.855 participantes;
- Projeto de qualificação profissional para a indústria do SENAI com 13.032;
- SEST/SENAT Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte com 11.143;
- Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social - SETP, na capacitação de pessoas desempregadas cadastradas no Sistema Nacional de Emprego SINE, com 700 participantes.

Além da capacitação de 700 pessoas por meio da Secretaria Estadual do Trabalho e Promoção Social, o SINE no ano de 2006, na condição de intermediador de mão de obra, encaminhou 88.073 inscritos e empregou nas diversas categorias profissionais, 11.249 trabalhadores de um total de 37.912 vagas. Até 10/2007, os colocados totalizavam 11.903 pessoas, representando 94,51% em relação ao ano anterior e 8,5% do total do Estado.

O total acumulado de pessoas colocadas pelo SINE, no período de 2005 a 2007 foi de 34.807, para 113.212 vagas e 253.849 encaminhamentos.

Economia Informal

Em Curitiba e Região Metropolitana, a exemplo de outros centros com características semelhantes, ao mesmo tempo em que se passou a usufruir os aspectos favoráveis da globalização, sofreram as conseqüências desse processo refletidas no aumento dos índices de desemprego e subemprego, com crescimento do setor informal da sociedade.

De acordo com a conceituação de atividades empresariais informais nos levantamentos da Ecinf/IBGE - 2003 foram considerados como empreendimentos informais todas as unidades produtivas pertencentes a empregadores com até cinco empregados e a trabalhadores por conta própria, independentemente de possuírem constituição jurídica, diferenciando-se, portanto, do conceito usualmente adotado. Este critério foi sugerido pela Organização Internacional do Trabalho - OIT, na 15ª Conferência de Estatísticos do Trabalho.

Em Curitiba, de acordo com a Pesquisa Mensal de Empregos (PME), de março de 2007, realizada pelo IPARDES/ IBGE, a população de Curitiba era de 1.788 mil habitantes e o número de pessoas ocupadas de 1.377 mil.

Porém, desse total de pessoas ocupadas, 717 mil eram formais e destes, 667 mil estavam no setor privado. Na condição de trabalhador por conta própria havia 280 mil pessoas; como empregadores 59 mil; sem carteira assinada 111 mil e os demais em outras posições na ocupação não apresentadas.

O número de empregados sem carteira assinada diminuiu em 8,8% em igual período e o número estimado de desocupados totalizava 106 mil, tendo havido uma redução de 12,4% nesse número, comparado ao ano anterior.

Embora alguns índices sejam alentadores, as informações remetem ao fato de que os trabalhadores na informalidade em Curitiba, em março/2007 eram de 33%, aproximadamente, porém, se incluídos os demais trabalhadores desocupados e a procura de emprego, este percentual chega a 40%.

Em termos sociais, a questão da informalidade vem segregando as cidades em duas realidades opostas: a formal, que apresenta toda infra-estrutura e propicia um bem estar social aos seus moradores e a cidade marginalizada e/ou informal, onde há um déficit nas políticas públicas.

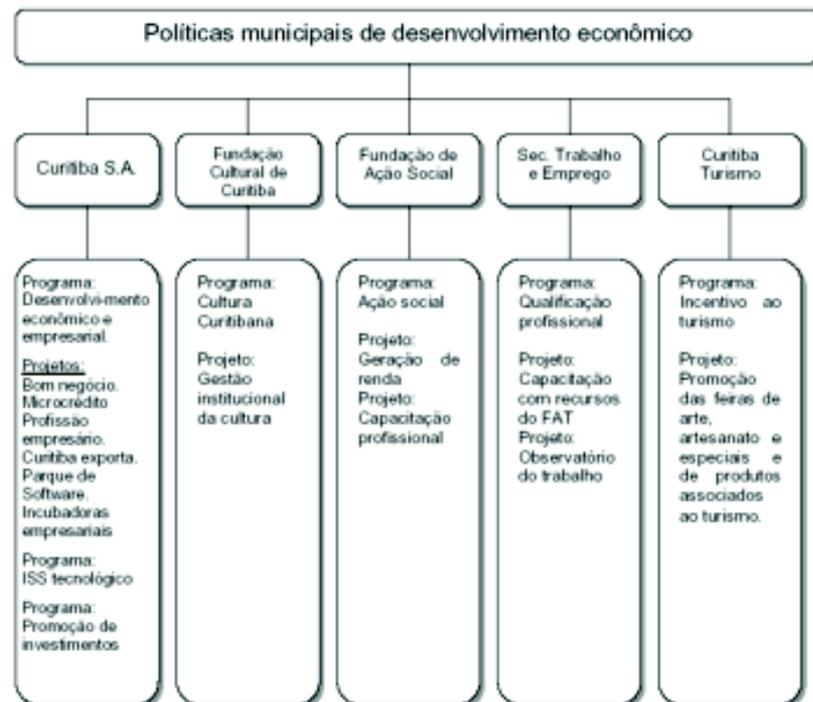
2.4.4 Desenvolvimento Empreendido em Curitiba

Análise do papel institucional na promoção do desenvolvimento econômico municipal e da RMC sob a ótica do crescimento econômico em si e do perfil de empreendedores e trabalhadores beneficiados:

I - Programas e projetos em andamento

A execução de políticas de desenvolvimento econômico seja em âmbito municipal ou em outra esfera da administração, estende-se por várias secretarias e empresas ligadas a administração pública.

Estruturalmente, no caso da administração municipal de Curitiba, encontramos como órgãos executores da política municipal de desenvolvimento econômico as seguintes secretarias e instituições ligadas:



As políticas municipais de desenvolvimento, que tem como premissa o “desenvolvimento econômico local e a atração de empresas principalmente não-poluentes”, encontram-se em grande parte concentradas no eixo denominado “Trabalho e Desenvolvimento Econômico”, que por sua vez se desdobra por secretarias e órgãos vinculado à administração pública municipal.

II O desenvolvimento econômico na estrutura físico-ambiental de Curitiba e RMC

Na Região Metropolitana de Curitiba, o processo de planejamento urbano da capital do Estado tem sido determinante para a ocupação regional. Para muitos, trata-se de um modelo a ser seguido, no entanto, na década de 90, a crise ambiental existente no conjunto da metrópole tornou-se muito evidente, especialmente quanto ao esgotamento dos mananciais de abastecimento público de água.

O espaço urbano de Curitiba convive dessa maneira com toda a complexidade dos problemas ambientais de uma grande cidade. Esses problemas são evidenciados dentro do próprio ambiente construído que transcende sua forma física trazendo consigo a evidência de problemas ambientais, sociais, culturais, econômicos e históricos.

Não cabe a este documento descrever o diagnóstico físico da cidade de Curitiba visto que o Plano Municipal de Controle Ambiental e Desenvolvimento Sustentável o fizeram com maior propriedade dentro de seus objetivos, porém, torna-se imperativo para o entendimento da relação do meio com o desenvolvimento econômico da cidade, fazer uma abordagem sucinta desses aspectos.

A avaliação isolada de um diagnóstico físico-ambiental não consegue mostrar efetivamente a profunda relação existente entre o desenvolvimento econômico e o meio ambiente, porém, é a partir dele que o conhecimento do espaço físico da cidade é gerado e a partir dele também será possível estabelecer metas dentro das políticas públicas, visto que todas as relações de desenvolvimento econômico e social ocorrem dentro de um determinado espaço, que apresenta características próprias em relação aos recursos atmosféricos, solo, geologia, recursos hídricos e suas diferentes relações com o saneamento ambiental, vegetação e relação com a fauna local, sendo, portanto recursos físicos, mas eminentemente ambientais.

2.5. DESENVOLVIMENTO SOCIAL

2.5.1 Apreciação Geral

“A política municipal de desenvolvimento social tem como objetivo geral a promoção social e econômica, de forma a gerar melhoria na qualidade de vida da população, preservando e incentivando as potencialidades regionais e locais, por meio da articulação das políticas públicas em suas várias dimensões”³⁶. E, ainda destaca: respeito e valorização do indivíduo, ação social como processo sistêmico e integrado, foco na família, cultura e inclusão socioeconômica, integração com diversos órgãos do governo e a sociedade civil, estímulo à autonomia da população.

Cabe aqui ressaltar a importância do papel do setor público como indutor do crescimento econômico, como gerador de estabilidade na emissão de regras e normas de controle da ocupação urbana e regional, bem como agente promotor da igualdade e de oportunidades de inclusão social, com a perspectiva de atendimento às demandas sociais.

³⁶ Plano Diretor de Curitiba — art. 28

O Plano Diretor de Curitiba, aprovado em 1966, estabeleceu nova condição de planejamento, incorporando os equipamentos sociais e a visão integrada do transporte, as vias de circulação, a recreação, a habitação, a promoção social e o trabalho como componentes da estrutura urbana. Em 1968 foi elaborado o Plano de Educação, após um estudo dos três níveis de ensino do município. Concomitantemente, criou-se o Setor de Educação no IPPUC — Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba, inserindo o planejamento social ao urbanismo.

Na década de 70, o planejamento da cidade alcançou dimensões físicas, econômicas, sociais, ambientais e culturais. Instituíam-se as primeiras creches municipais e Centros Sociais Urbanos, que localizados junto aos conjuntos habitacionais, visavam a integração social das comunidades e agrupavam no mesmo espaço unidades de saúde, escola e creches. O serviço de creches municipais foi iniciado com o Plano de Desfavelamento implantado em 1976, quando as propostas de intervenção físico-habitacional aliaram-se às propostas de intervenção social. Dentro da concepção de planejamento integrado, em 1974 criou-se o projeto da Cidade Industrial de Curitiba — CIC, que propôs a industrialização do município, sem a ocorrência de segregação territorial. Incorporam-se questões ambientais, com ampliação do saneamento básico e a preservação de áreas verdes e fundos de vale.

Já na década de 80, período de transformações sociais e políticas, houve investimentos públicos em escolas, unidades de saúde, projetos assistenciais para crianças e adolescentes, programas de abastecimento, habitação e cultura. Também, fez-se presente a preocupação de permitir à população de baixa renda o acesso aos alimentos, através de programas como o Mercado Popular e o Armazém da Família. A organização da população em associações de moradores foi incentivada. Entidades comunitárias deram voz à participação popular. A aproximação institucional com a população foi facilitada pela política de gestão descentralizada por meio das Administrações Regionais, que, nas “Ruas da Cidadania”, espaços de atendimento, levaram os serviços mais próximos às comunidades. Gradativamente as sucessivas administrações públicas em seus planejamentos municipais, como no Plano Municipal de Desenvolvimento Urbano 1983 – 1985, apontavam a necessidade de humanização da cidade propondo à população, principalmente a de menor poder aquisitivo, acesso a serviços e equipamentos nas áreas sociais, como educação, saúde, lazer, emprego, habitação e a todos os benefícios da vida urbana e trazia também em seu contexto a preocupação de integração do desenvolvimento físico-territorial, social e econômico. Como exemplo da evolução dos investimentos nessa área tem-se que em 1983 existiam 13 unidades de saúde e 57 ao final da década de 80.

A preocupação com a dimensão social do cidadão tornou-se recorrente nos planejamentos municipais e nos anos 90 com a expansão do número de equipamentos sociais formou-se uma Rede Pública particularmente nos serviços sociais voltados para a educação, saúde, creches e PIÁ's (Programa Integrado de Infância e Adolescência), o que exigiu um planejamento apropriado em termos de expansão e custeio, bem como estratégias para sua operacionalização.

A busca pela melhoria da qualidade de vida e inclusão social fez com que na metade da década de 2000, se observasse em Curitiba uma rede de equipamentos sociais expressiva e de grande complexidade, que beneficia a população mais vulnerável. Paralelamente, foram desenvolvidos programas que atendem os diversos segmentos da população, como crianças, adolescentes, idosos, portadores de deficiências e mulheres. Incorporaram-se ações também direcionadas a situações específicas de violação de direitos humanos, como o combate à violência doméstica, abuso e exploração sexual, trabalho infantil, como também de estímulo ao protagonismo juvenil,

atendimento em contra-turno escolar, suporte alimentar, além de muitos outros.

Sucessivamente, através de décadas, as políticas públicas da Administração Municipal foram dando ênfase às questões de cunho social. Este compromisso fica bem caracterizado no documento que “Dispõe sobre a adequação do Plano Diretor de Curitiba ao Estatuto da Cidade” que define a elaboração de um Plano Setorial de Desenvolvimento Social envolvendo as áreas de Saúde, Educação, Abastecimento, Esporte e Lazer, Cultura e Assistência e Promoção Social. Atualmente, o desafio para a administração é manter a qualidade do atendimento, a busca permanente do aperfeiçoamento de gestão, ampliação de parcerias com a sociedade civil organizada e a cobertura espacial abrangendo o território do município, inclusive os de nova ocupação. Outra questão a ser considerada é a ação conjunta com os municípios vizinhos, com relação à demanda de serviços da área social em áreas conurbadas.

2.5.2 Mudanças Rumo ao Desenvolvimento

I Educação

Segundo a Constituição Federal a Educação constitui um direito social que visa o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Delimita competências e atribuições, regula o financiamento e define princípios como pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, respeito e apreço à tolerância, à liberdade e à gestão democrática.

Na educação infantil a pressão ocasionada pelo aumento da participação feminina no mercado de trabalho³⁷, dentre outros fatores, colaborou para o incremento de demanda por creches para crianças cada vez menores.

O número de crianças em creches e pré-escolas aumentou de 5,2% em 1991 para 12,1% em 2000. Deste percentual, 57% das crianças estavam em creches públicas e 46% na pré-escola. Destaca-se que 50% das crianças matriculadas na educação infantil foram atendidas pela rede municipal de ensino, 48,5% pela rede privada e 1,4% pela rede pública estadual e federal. Em 2006 a rede municipal era composta por 296 estabelecimentos e fazia o atendimento de 30.517 crianças de 0 a 6 anos.

O ensino fundamental municipal reduziu a participação de 71% para 51% em Curitiba, apesar de em termos absolutos ter aumentado de 234 mil estudantes para 249 mil.

Enquanto isso, a alfabetização de jovens e adultos aumentou a participação em Curitiba de 0,1% para 0,4% das pessoas em qualquer nível de ensino. Já o ensino médio seguiu a mesma tendência do Paraná e aumentou a participação relativa de 13 para 20%.

Isso denota que a preocupação com a educação aumentou e o tempo médio de estudos refletiu isso, com a inserção e alfabetização da criança mais cedo e incentivo para continuar nos ensinos de graduação, mestrado ou doutorado. Uma parcela da população de Curitiba, no entanto, vem freqüentando a escola com defasagem idade-série. Reflete-se com maior intensidade no nível médio, quando em torno de 31% das pessoas, em 2000, tinham mais de 19 anos, o que reforça a forte distorção idade-série neste nível de ensino.

³⁷ Em Curitiba, por exemplo, o número de empregos formais do sexo masculino aumentou de 314 para 318 mil entre 1996 e 2003 e de 222 para 264 mil do sexo feminino (RAIS, 2003).

Apesar dessas distorções, o tempo médio de estudo é mais elevado que no Paraná e no Brasil. Enquanto em Curitiba 34% das pessoas de 5 anos ou mais tinham mais de 11 anos de estudos em 2000, no Paraná esse percentual era 19% e no Brasil 18%. Isso reforça o incremento e o número significativo de pessoas cursando graduações, mestrados e doutorados em Curitiba de 1991 a 2000, período em que a população com mais de 11 anos de estudos passou de 25% em 1991 para 34% em 2000. Outro importante dado é que este crescimento aconteceu em detrimento de todas as demais faixas de anos de estudos em Curitiba. Por exemplo, a população sem instrução e menos de 1 ano representava 12% em 1991 e reduziu para 8% em 2000. Em termos absolutos essa população cresceu de 1,2 para 1,5 milhão, significando que houve um aumento em termos absolutos e relativos no tempo médio de estudo.

A escolaridade média da população de Curitiba com idade acima de 5 anos, é de 7,5 anos de estudos, superior a média estadual que corresponde a 5,6 anos, ambas abaixo dos 10 anos de estudos estabelecidos pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - CEPAL, como o mínimo necessário para atuar na redução das desigualdades sociais.

Observando a faixa de tempo de estudo que mais cresceu (acima de 11 anos) ressalta-se o aumento absoluto de 93 para 140 mil pessoas (aumento de 50%) cursando o ensino superior e de 3 para 9 mil (aumento de 200%) o número de pessoas em nível de mestrado e doutorado. Esse aumento foi maior que o populacional.

Em Curitiba, o número de pessoas com curso de nível superior concluído cresceu principalmente, nas áreas de formação de professores e ciências da educação (de 7,1% para 8,8%), comércio e administração (de 17,2 para 19%), engenharia e profissões correlatas (de 5,3 para 6,5%) e saúde (de 7,9 para 13,8%). Estas áreas, inclusive, foram as que mais cresceram relativamente também no Paraná e no Brasil de 1991 a 2000.

Número de matrículas em Educação Especial em Curitiba (INEP 2005), por dependência administrativa:

Rede Privada — 74%
Municipal — 22,5%
Estadual — 3,6% do total de matrículas.

Nos últimos anos a participação da Rede Municipal no total de matrículas da Educação Especial apresentou um crescimento de 7.7% e a Rede Privada um aumento em 3.6%. Já a Rede Estadual sofreu uma queda de 11.2% no mesmo período.

No que se refere à primeira meta do Plano Nacional de Educação — PNE, o atendimento em Educação Especial na Rede Municipal de Ensino — RME de Curitiba registrou, em 2005, um percentual de 89,43 em relação à demanda total. Entretanto, existe um número significativo de pessoas em lista de espera, principalmente para classes especiais, representando 10,57% dos que buscam o atendimento.

Além das matrículas na Educação Especial, merece destaque, ainda, o número de alunos portadores de necessidades especiais matriculados na RME, em outras modalidades de ensino: alunos de inclusão, em salas de recursos e alunos portadores de necessidades especiais na Educação de Jovens e Adultos. Dentro desta perspectiva, o atendimento às pessoas portadoras de necessidades especiais na RME apresentou uma expansão de 150% no período de 1997 a 2005.

Hoje a rede de escolas municipais é formada por 171 escolas de ensino fundamental, 70 com educação infantil e 157 creches (dados de 2007).



II Saúde

A Secretaria Municipal da Saúde - SMS passou a gerenciar o Sistema Único de Saúde, onde a atenção à saúde deve ser prestada de forma integral, abrangendo a promoção da saúde, a prevenção de doenças e a assistência à saúde, em toda a sua complexidade. Gradativamente foram implantados também programas estratégicos, inclusive aqueles exigidos pelo Ministério da Saúde e ações voltados a proteção e cuidados especiais como: atendimento à Gestantes (Pré-natal, Parto, Puerpério e Planejamento Familiar); Prevenção do Câncer de Colo Uterino e de Mama; Saúde de Crianças, Adolescentes, Adultos, Idosos; Saúde da Família; Saúde Mental; DST — AIDS; Cárie Zero, entre outros. A maioria deles possui protocolos técnico-científicos, construídos em parceria com as sociedades científicas, instituições formadoras e técnicos da SMS.

Exercendo também a função de prestadora direta de serviços de saúde à população, a SMS gerencia hoje uma rede com 115 equipamentos municipais, que incluem 08 Unidades Municipais de Urgências Médicas — CMUM com atendimento 24 horas. Na sua estrutura possui os serviços de apoio diagnóstico (Laboratório de Análises Clínicas), os de apoio operacional com Centrais de Vacinas, Ambulâncias, Marcação de Consultas Especializadas e de Leitos Hospitalares, um hospital de média complexidade com maternidade e, desde agosto de 2004, o Serviço de Atendimento Médico às Urgências e Emergências -SAMU além de fazer a regulação de serviços credenciados ao Sistema Único de Saúde — SUS hospitalar, de média e alta complexidade. Hoje esta rede trabalha de forma informatizada e interligada através do prontuário do paciente-Cartão Saúde “on line”.

O Plano de Governo, o Plano Prurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias/LDO e os Orçamentos Anuais orientam as prioridades e os gastos. Paralelamente é produzido o Plano Municipal de Saúde, discutido e aprovado a cada quatro anos nas Conferências Municipais de Saúde. Este Plano orienta a política global do sistema e desdobra-se em Planos Operativos Anuais/POA, dos níveis central, distritais e locais, ferramentas fundamentais para o planejamento e a avaliação da totalidade das ações de saúde desenvolvidas em todas as instâncias da Secretaria Municipal da Saúde.

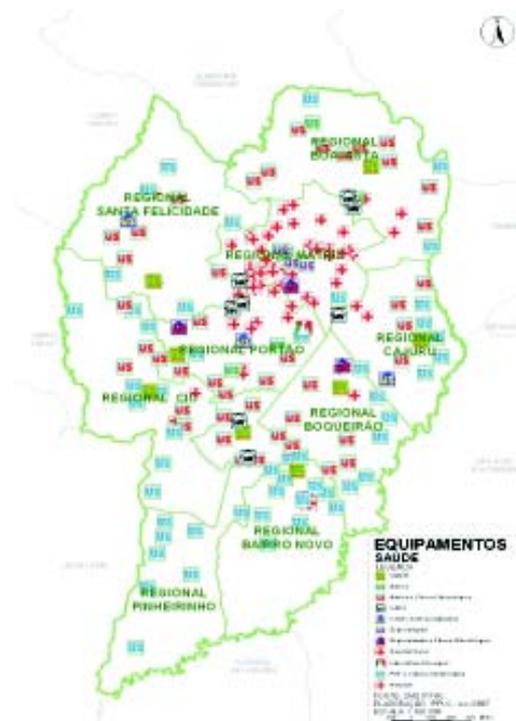
Para dar conta da demanda crescente na área da saúde, o Município vem ampliando gradativamente a aplicação de recursos financeiros: em 2000 — 7,78 % do orçamento municipal era destinado à Saúde, em 2006 o percentual foi de 15,7% atendendo assim a Emenda Constitucional 29.

As parcerias com outros setores públicos, privados e organizações da sociedade civil beneficiam o processo de atenção à saúde dos curitibanos e consolidam-se como ferramentas importantes na construção de um SUS — Curitiba de forma compartilhada e com co-responsabilidades.

Síntese da morbi-mortalidade em Curitiba

O resultado positivo das iniciativas implementadas ao longo destes anos pode ser observada nos seguintes indicadores de saúde:

- A taxa de mortalidade infantil do município diminuiu 30,66%, passando de 30,17 (por mil nascidos vivos) em 1991 para 20,92 em 2000. A mortalidade até um ano de idade, por 1000 nascidos vivos, passou de 30,2 em 1991 para 20,9 em 2000 e a esperança de vida ao nascer cresceu 2,87 anos, passando de 68,70 anos para 71,57 anos em 2000.



- A taxa de Fecundidade Total (filhos por mulher) caiu de 2,0 em 1991 para 1,7 em 2000. Destaca-se que a redução aconteceu de forma mais pronunciada entre as mulheres de 15 a 19 anos, refletindo a redução da gravidez na adolescência, e nos grupos etários de 20 a 24 anos e de 25 a 29 anos.

Com a redução da mortalidade infantil e das doenças transmissíveis e os avanços tecnológicos da medicina, as doenças crônico-degenerativas ganham maior representatividade na morbi-mortalidade da população, refletindo diretamente na pirâmide etária, conjuntamente com as características sociais e econômicas. Na transição epidemiológica observa-se que as principais causas de morte, anteriormente representada pelas doenças transmissíveis, são substituídas pelas não transmissíveis (crônica -degenerativas) e causas externas, ocasionado o deslocamento de maior carga de morbi-mortalidade para os idosos. Porém o peso das causas maternas e perinatais e das doenças transmissíveis ainda é importante.

Quanto aos agravos de notificação obrigatória destaca-se em volume o atendimento anti-rábico com 7.962 casos em 2006 e os acidentes por animais peçonhentos com 3.005 notificações (84% acidentes com loxosceles) no mesmo período.

Os serviços de saúde de Curitiba, além de atenderem a população residente na cidade, são também referência para o nascimento de crianças de outros municípios. Do total de 33.301 nascimentos ocorridos em 2006, 8.977 (27%) foram de mães residentes em outros municípios. Entre os municípios que apresentaram maior números de partos ocorridos em Curitiba nos últimos anos, destacam-se os da Região Metropolitana, especialmente Almirante Tamandaré.

A Rede Municipal de Saúde possui hoje 119 Unidades de Saúde, sendo 08 Centros Municipais de Urgências Médicas (o antigo 24 horas), 04 unidades de Saúde Básica, 45 Unidades de Saúde Básica com Clínica Odontológica, 08 Unidades de Saúde Especializada, 51 Unidades de Saúde com PSF e Clínica Odontológica. (mapa de equipamentos de saúde).

Atualmente a Rede Assistencial do SUS Curitiba é composta por um conjunto de serviços representado por 287 ambulatorios, sendo 134 próprios e 23 hospitais que disponibilizam 3.612 leitos ao sistema. Sua produção em 2006 foi de: 12.303.104 de procedimentos de atenção primária; 5.230.696 de consultas médicas de atenção básicas e especializadas; 4.442.509 de exames de patologia clínica; 25.145.115 de atendimentos/procedimentos de alta complexidade, sendo 67.855 procedimentos de busca de órgãos para transplantes; 811 internamentos para transplantes de órgãos; 151.468 internamentos hospitalares sendo 19.260 partos.

Analisando a procedência dos usuários nas 148.342 internações pagas pelo SUS Curitiba em 2006, verifica-se que aproximadamente 38% foram de residentes em outro município, principalmente da Região Metropolitana com 39.368 internamentos ou 27% do total, seguido por residentes no interior do estado e provenientes de outros estados (1.690 internamentos ou 1,1%).

III Cultura

A Constituição Federal, aprovada em 1988, garante aos cidadãos o acesso direto aos bens culturais, bem como o apoio e incentivo tanto à valorização quanto à difusão e à manifestação cultural da população. A execução desses objetivos é uma atribuição dos Estados e Municípios.

Nesse sentido, a definição do Setor Histórico, em 1971, foi emblemática, uma vez que foi o ponto de partida para a conscientização da importância de se preservar o patrimônio histórico de Curitiba. A partir de então, ações como restauro e reciclagem de edificações se tornaram importantes.

Atualmente, a política cultural do Município, gerenciada pela Fundação Cultural de Curitiba, está pautada em seis eixos estruturantes que retomam o mesmo espírito com que a Instituição foi criada em 1973. Neles estão contemplados a revitalização de espaços culturais; a reestruturação organizacional, qualificando e capacitando o quadro funcional; a proteção e a valorização do patrimônio histórico, artístico e cultural; o financiamento para cultura, que incluiu a modificação da Lei Municipal de Incentivo à Cultura, com a criação do PAIC – Programa de Apoio e Incentivo à Cultura; a descentralização de ações; e a transparência e diálogo com as classes artísticas e os agentes culturais.

As quatro primeiras ações são estratégicas para a sustentação de uma política pública abrangente, bem como a proteção, preservação e divulgação dos bens históricos e artísticos que compõem o patrimônio cultural do Município. As demais são compreendidas como a gestão dos instrumentos de fomento à formação, informação e difusão cultural. Os outros dois eixos traduzem a gestão dos instrumentos de fomento e criação, produção, formação, informação e difusão artística e cultural, assim como dos mecanismos de proteção, preservação, resgate e divulgação dos bens históricos e artísticos que compõem o patrimônio cultural do município.

A cultura em Curitiba está balizada também pelo princípio da ampliação da cidadania, por meio da oferta múltipla e pluralista de bens e serviços culturais, e da relação entre os diversos níveis de desenvolvimento da sociedade, promovendo a ampla participação da população na vida artística e cultural da cidade. Presente nas nove Administrações Regionais, a Fundação Cultural de Curitiba mantém estreita relação com a população curitibana, procurando oferecer atividades culturais que contemplem os seus anseios, um bom exemplo é o Programa Arte Por Onde Você Anda que ofertaram 190 atividades multi áreas (Artes Visuais, Dança, Literatura, Música, Teatro/Circo), atingindo mais de 75.000 pessoas.

No entanto a demanda da comunidade se estende, dos pedidos de difusão da cultura produzida em Curitiba, na forma de apresentações, às solicitações de oficinas e cursos nas diversas linguagens artísticas. Sugere ainda maior divulgação das atividades de difusão; gratuidade nas atividades de formação e, embora a descentralização das atividades culturais esteja se realizando em espaços alternativos, nas associações de bairros, escolas e outros locais, a comunidade solicita espaços apropriados e amplos para apresentações e cursos, além de bibliotecas que ofereçam acervos generosos e conectividade. Esta prática permite que as ações culturais alcancem territorialmente todos os bairros da cidade e que um canal de escuta cultural seja estabelecido. No entanto, é consenso que os espaços utilizados não são adequados às atividades artísticas e que um programa de ampliação de espaços culturais descentralizados se torna cada vez mais necessário. Há um grande volume de solicitações originárias das populações que residem na região sul da cidade.

IV Abastecimento

A participação de ações do poder público de Curitiba na área do abastecimento se iniciou nos anos 40, tendo como preocupação inicial à nutrição, com ações voltadas para a merenda escolar e suplemento de alimentos, através da Secretaria Municipal da Educação. Posteriormente, suas ações passaram para o abastecimento e a distribuição de alimentos, incluindo as feiras-livres e o Mercado Municipal, que serviam para regular a oferta e os preços da produção, com o escoamento dos produtos do “Cinturão Verde” da cidade. Os preços mais acessíveis ajudaram a melhorar a situação nutricional da população.

A crescente urbanização do Município provocou a redução de seu território rural, também resultante da função ambiental agregada a estas áreas do entorno urbano (Plano Diretor de 1966) e a possibilidade de fracionamento de lotes em algumas regiões da cidade (Zoneamento de 1975). Isso fez com que o “Cinturão Verde” se espraiasse para a Região Metropolitana e o abastecimento passasse para a esfera do governo federal, que na época criou o CEASA (Central de Abastecimento) para centralizar o comércio atacadista de hortifrutigranjeiros e o COBAL (Companhia Brasileira de Alimentos) para a rede varejista alimentar. O Município permaneceu com as feiras-livres e o Mercado Municipal, mas no início dos anos 80, foram extintos alguns programas Federais, fazendo com que os Estados buscassem parcerias com as grandes cidades na distribuição e consumo alimentar das populações urbanas. Ao Estado couberam os assuntos pertinentes à produção, transporte, armazenagem, beneficiamento e comercialização macroatacadista.

A criação da Secretaria Municipal de Abastecimento — SMAB em 1986 é um marco importante, pois a partir de sua criação se estabelece uma nova forma de tratar, articular e executar as políticas municipais de abastecimento, cabendo-lhe: disciplinar a distribuição de gêneros alimentícios para a população; fomentar as atividades de produção rural da RMC; criar equipamentos que beneficiassem e facilitassem a comercialização de alimentos para o consumidor; administrar os mercados municipais e as feiras livres; participar e colaborar em atividades de orientação e defesa do consumidor.

Atualmente, a Secretaria divide-se estrategicamente em três eixos de atuação: a Rede Social de Abastecimento, a Rede Comercial de Abastecimento e a Educação Alimentar e Nutricional.

Cabe à Rede Social de Abastecimento promover o acesso da população de Curitiba, principalmente a de baixa renda, ao alimento em quantidade e qualidade adequadas. Para tanto, ela envolve programas como o Armazém da Família, Mercado Popular e o Projeto Ponte, que oferecem alimentos com preços até 30% mais baixos que o mercado formal, o Disque Economia, que fornece informação à população sobre o menor preço por item pesquisado de produtos alimentícios, higiene e limpeza, através de consulta telefônica ou via internet e o Vale Vovó, que fornece cestas de alimentos a idosos com mais de 65 anos, em comprovada situação de carência financeira. O programa Armazém da Família possui atualmente 23 armazéns e comercializa próximo de 3.500 toneladas por mês de alimentos básicos, produtos de higiene e limpeza, realizando 120.000 atendimentos por mês o que corresponde a 60.000 famílias atendidas.

A Rede Comercial de Abastecimento caracteriza-se por disponibilizar produtos alimentícios por meio da maior integração entre o varejo e o consumidor final, principalmente de frutas, legumes e verduras; integrar o agricultor empreendedor ao mercado de Curitiba, prioritariamente aqueles instalados na Região Metropolitana de Curitiba; articular e promover políticas de promoção de produtos do agronegócio paranaense no mercado de Curitiba; estudar, articular, desenvolver e integrar políticas de promoção do abastecimento comercial em consonância com as necessidades da população de Curitiba e Região Metropolitana; articular, desenvolver e promover políticas de qualidade, rastreabilidade e certificação de produtos alimentícios no mercado varejista de Curitiba e desenvolver projetos, ações, parcerias e políticas de integração da região Metropolitana para o desenvolvimento do abastecimento alimentar comercial. A Rede Comercial de Abastecimento possui as seguintes ações: Feiras Livres, Feiras Orgânicas e Mercado de Orgânicos, Feiras Noturnas, Feira Gastronômica, Direto da Roça, Feira do Litoral, Pontos de Pescados, Varejões, Sacolões Curitibaanos e Mercado Municipal, que visam a promoção da disponibilização de alimentos de qualidade a toda população, gerando mercado/emprego/renda, apoiando o empreendedorismo e integrando a produção metropolitana à comercialização em Curitiba.

No que se refere à produção agrícola, verifica-se que não se utiliza toda a capacidade instalada, ainda pode-se ampliar de 20 a 30% o atendimento com a estrutura atual. Existe uma demanda reprimida no uso de espaços vazios urbanos pela população, que não é atendida por questões burocráticas e jurídicas e por falta de recursos. Também há uma grande concentração de áreas ociosas e pequenas propriedades na região sul da cidade.

Já a Educação Alimentar e Nutricional tem por dimensão a orientação da população de Curitiba para a adoção de práticas alimentares saudáveis, incluindo orientações quanto à produção, ao consumo, ao aproveitamento integral do alimento, à valorização de produtos de época, ao orçamento familiar e a valorização do meio ambiente, bem como a gestão do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA). Atualmente, dispõe das seguintes ações: Cursos em Módulos sobre Educação Alimentar e Nutricional, Orçamento Familiar e Formação de Multiplicadores; programas como Lavoura e Nosso Quintal, que incentivam à produção de alimentos em vazios urbanos, áreas ociosas em ambientes de escolas, creches, residências e diversas outras categorias de entidades; o programa Câmbio Verde, que envolve as modalidades “Compra do Lixo” e “Troca do Lixo”, onde o lixo é a moeda de troca por alimentos (verduras) para populações mais carentes; o programa Refeição Solidária, que em parceria com iniciativa privada, disponibiliza refeições para instituições sociais e o Restaurante Popular, que visa oferecer refeições saudáveis, a baixo custo, a pessoas em situação de insegurança alimentar.

O Poder Executivo Municipal conta ainda com o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Curitiba (COMSEA/CURITIBA) criado 2003, sendo um órgão de assessoramento permanente. Suas principais competências são propor e acompanhar as ações do governo municipal e da sociedade civil organizada nas áreas de segurança alimentar e nutricional e estimular a realização de estudos que fundamentem as propostas ligadas à segurança alimentar e nutricional.

Segundo Oliveira (2007), a população curitibana, bem como a do Brasil, está passando por uma transição nutricional, ou seja, ao mesmo tempo em que declina a ocorrência da desnutrição em crianças e adultos, aumenta-se a prevalência de sobrepeso e obesidade, devido uma maior urbanização; aumento moderado de renda; aumento

na cobertura de serviços de saúde; aumento de saneamento básico e baixas taxas de fecundação. No caso da obesidade, verifica-se que essa situação também está associada à baixa atividade física, ao baixo consumo de carboidratos complexos e a um alto consumo de proteína animal por parte da população.

Dados do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) em Curitiba, entre os anos de 1991-2006, nas Unidades de Saúde e Escolas da Rede Municipal de Ensino, mostram que o sobrepeso / obesidade tem aumentado sua prevalência em todas as faixas etárias e nas gestantes, com os seguintes índices de obesidade: crianças menores de cinco anos – 4,7% (menor que o risco nutricional que é de 9,0); gestantes – 10,4%; adultos e idosos – 22,6% e adolescentes – 6,7%. No período de seis anos a taxa de obesidade em adultos e idosos cresceu 18,94%.

V Assistência e Promoção Social

A preocupação com a exclusão social, direitos humanos, acesso a bens e serviços e, principalmente no Brasil, a desigualdade social que se reflete na diferença de oportunidades de engajamento nos processos de produção e consumo para a população mais vulnerável, vem sendo ampliada e tem sido alvo de discussões e encaminhamentos para superá-lo no contexto mundial.

Essas discussões culminaram em marcos internacionais e históricos do desenvolvimento humano e social. Estão presentes da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, que estabeleceu a dignidade humana como um valor inalienável. Ainda existem muitos outros instrumentos que preconizaram a redução da pobreza e da privação humana em suas várias dimensões. A Agenda 21, principal documento do Rio, Eco-92 introduziu o conceito de desenvolvimento sustentável. Em 1995, a Cúpula de Desenvolvimento Social (Copenhague) pela 1ª vez na história, os chefes de estado e governos reconheceram a importância do desenvolvimento social e do bem estar da comunidade e a necessidade de combater os profundos problemas sociais.

A Constituição Federal de 1988 conferiu à Assistência Social o caráter de política pública compondo o sistema público de seguridade social em conjunto com a Saúde e a Previdência. Foi regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social (9742/93) que estabelece um novo paradigma de atuação social, considerando como grande referencial conceitual para a assistência a proposta de se investir no potencial das pessoas.

A Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS instituiu o Conselho Nacional da Assistência Social, responsável pela política pública nesta área, bem como os conselhos Estaduais e Municipais. Foram criados os benefícios de prestação continuada que são repassados às pessoas com deficiência e aos idosos com 70 anos ou mais que não tem meio de prover a sua manutenção e nem família que o possa fazer; criou o Fundo Nacional de Assistência Social, que tem por objetivo proporcionar recursos e meios para financiar o benefício de prestação continuada e apoiar serviços, programas e projetos de assistência social.

Em 2004 foi aprovada a Política Nacional de Assistência Social — PNAS. Trouxe uma nova concepção em que a Assistência Social é concebida como política pública e transita para o campo dos direitos, da universalização de acesso e da responsabilidade estatal.

O PNAS traz como objetivos da Assistência Social: prover serviços, programas, projetos, e benefícios de proteção social básica, e/ou, especial para famílias, indivíduos e grupos que dele necessitem; contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários

e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços sócio-assistenciais básicos e especiais, em área urbana e rural; assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária. O PNAS trouxe em sua elaboração a perspectiva da implementação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, cujo modelo de gestão é descentralizado e participativo.

O SUAS é responsável pela regulação e a organização em todo território nacional das ações sócio-assistenciais. Ele traz uma nova concepção do uso da informação, monitoramento e avaliação no campo da política de assistência social. Tem como foco a atenção às famílias, o território como base de organização co-financiamento da política e definição clara das competências pela três esferas de governo, com a participação e mobilização da sociedade civil. Outro aspecto a ser considerado nesta política foi à ênfase dada ao controle social, concebido com a participação popular no processo de gestão político-administrativa-financeira e técnico-operativa e que se dá através dos conselhos Nacional, estaduais e municipais e que têm como principais atribuições à deliberação, fiscalização da execução da política e de seu financiamento. Também por meio das Conferências, os diversos atores que atuam na área de assistência social encontram espaço para avaliar a execução da política de assistência social e definir diretrizes para sua implementação.

Um desdobramento da PNAS, aprovado em 2005 e denominada Norma Operacional Básica (NOB/SUAS) veio retomar as normas operacionais de 1997 e 1998 e constituiu-se no instrumento regulador dos conteúdos definidos na política de funcionamento do SUAS. Ele disciplina a gestão pública da Política de Assistência Social exercida de forma sistêmica pelos três entes federados, bem como a gestão democrática ao estabelecer instâncias de articulação, pactuação e deliberação; define os objetivos e princípios da proteção social; financiamento; critérios para habilitação dos municípios e de partilha e transferência de recursos.

Estas estruturas de organização em grande parte definem as ações da política da assistência social nos municípios, inclusive Curitiba, que historicamente vem considerado esta área como um dos alicerces principais das diferentes gestões. O município nas décadas de 70 e 80 atuava com esta perspectiva da promoção social em conjunto com as áreas de educação, saúde e habitação, que gradativamente foram se estruturando em Secretarias Municipais e órgãos de administração indireta. Em meados da década de 80 a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SMDS foi criada e passou a coordenar e desenvolver ações na área da assistência social, organização comunitária, cursos profissionalizantes, administração das Creches Municipais entre outros serviços. Em 1990, com a criação das Administrações Regionais, a atuação passou a ser descentralizada e, em 1991, ocorre a transformação da Secretaria do Menor em Secretaria Municipal da Criança e a fusão da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social com a Fundação de Recuperação, Educação e Integração - FREI. Dessa fusão, surge a Fundação de Ação Social - FAS, que passou a ser responsável pelas ações na área sócio-assistencial no Município.

Em 1993, a LOAS bem como os demais instrumentos que o sucedem, estabelece um novo paradigma da atuação social, com uma nova organização e tendo como princípio o resgate da dignidade humana e o exercício da cidadania. A política adotada no Município vem acompanhando sistematicamente as concepções preconizadas nas orientações nacionais, a participação popular e o controle social têm se dado por meio de cinco Conselhos Municipais: Conselho Municipal da Assistência Social, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Deliberativo

do Fundo de Apoio ao Deficiente, Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, Conselho Municipal do Idoso.

O foco na família foi incentivado, bem como a atuação em territórios. Outro enfoque adotado foi à identificação de potencialidades com vistas à criação de oportunidades para a auto-sustentabilidade e para a geração de responsabilidade sobre o meio que se vive.

A intersetorialidade é um pressuposto nessa forma de atuação. Foi abolida a visão compartimentada em programas. A ação territorializada permite priorizar determinadas áreas conforme o grau de vulnerabilidade - um planejamento adaptado às necessidades locais. Permite também a racionalização de recursos, melhor integração entre os vários setores do poder público, dá maior poder de transformação e provoca maior impacto social. Atualmente a FAS está estruturada de acordo com a proposta da Política Nacional de Assistência Social que classifica as ações por grau de complexidade:

- Proteção Social Básica — com vistas à prevenção de situações de risco e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Estas ações são direcionadas à população em situação de vulnerabilidade social e compreendem atendimento social, atividades em grupos, ações de capacitação profissional, geração de renda e ação sócio-educativas em parceria com outras instituições.

- Geração de Trabalho e Renda — ações de capacitação profissional, estímulo ao empreendedorismo e geração de rendas voltadas à criação de oportunidades para a população em situação de vulnerabilidade social.

- Proteção Social Especial — tem como objetivo a reestruturação familiar, reintegração social e a conquista de autonomia do indivíduo e da família em situação de risco, causadas por abandono, maus tratos, uso de substâncias psicoativas, abuso sexual, situação de rua, cumprimento de medidas sócio-educativas e trabalho infantil. Este atendimento está graduado em serviços de média complexidade, prestado quando os direitos já estão violados, porém com vínculos familiares e comunitários mantidos. Os serviços de alta complexidade são direcionados quando não há mais referência familiar, em situações de ameaça, quando precisam ser afastados do seu núcleo familiar ou comunitário. Estes serviços demandam proteção integral.

A partir desta estruturação, são desenvolvidos serviços, programas e projetos que atendem a estas dimensões, sempre tendo o foco na família dentro da perspectiva territorial. A FAS conta com uma rede de atendimento integrada por 94 unidades administrada diretamente, igual número de unidades conveniadas, devendo contar, ao final de 2007, com 111 unidades próprias.

Na área de Proteção Social Básica, Curitiba está se reestruturando com a implantação dos Centros de Referência da Assistência Social - CRAS. São unidades públicas de atendimento, localizadas em áreas de vulnerabilidade social e com a atribuição de executar serviços de proteção social básica, organizar e coordenar a rede de serviços sócio-assistenciais locais. Estão em funcionamento 22 CRAS no Município, o que tem contribuído para a descentralização das ações e a garantia do acesso da população mais vulnerável aos serviços sócio-assistenciais. O grande desafio da Assistência Social é consolidar o Sistema Único de Assistência Social materializando o conteúdo da LOAS e cumprindo as exigências para a realização dos objetivos e resultados esperados, que devem consagrar os direitos de cidadania e inclusão social.

Atendendo a necessidade de construção de um sistema de informações gerenciais socioeconômicas para o diagnóstico, acompanhamento e avaliação da política de assistência social em Curitiba foi elaborado o Índice de Vulnerabilidade Social, que seleciona informações registradas no Sistema Cadastro Único dos Programas Sociais – CadÚnico, que é hoje instrumento nacional para coleta de dados e informações e que tem como objetivo identificar todas as famílias de baixa renda existentes no País.

Conforme esta metodologia os principais fatores de vulnerabilidade identificados são:

- Ocupações irregulares localizadas em áreas de proteção ambiental, ocasionando situações de degradação ambiental;
- Elevado número de crianças e adolescentes que fazem da rua local de permanência;
- Elevado número de crianças de 0 a 6 anos e falta de vagas na educação;
- Precariedade na infra-estrutura das habitações;
- Falta de saneamento básico;
- Elevado número de habitantes, nas áreas prioritárias, em situação de alcoolismo e drogadição;
- Quanto à renda familiar, observa-se uma renda mínima, proveniente, na sua maioria, de trabalho informal (catadores, ambulantes, prestadores de serviços), com índice elevado de desemprego, apontando para a necessidade dos programas de geração de renda;
- Falta de documentação;
- Baixa escolarização e qualificação profissional, fatores estes que excluem as pessoas do processo produtivo;
- Violência, tráfico, uso de substâncias psicoativas.

VI Esporte e Lazer

A política municipal do esporte e lazer tem como fundamento a promoção de ações que possibilitem a utilização do tempo livre para a prática esportiva, a melhoria e conservação da saúde por meio da atividade física e sociabilização, com os seguintes objetivos:

- I - formular, planejar, implementar e fomentar práticas de esporte, lazer e atividades físicas para o desenvolvimento das potencialidades do ser humano e de seu bem estar;
- II - desenvolver cultura esportiva e de lazer junto à população, com práticas cotidianas baseadas em valores de integração do homem com a natureza e da sua identificação com a cidade de Curitiba.

Nos anos 70 o conceito de esporte passa a ser compreendido como direito de todo cidadão, seja homem, mulher, idoso, portador de deficiência, crianças, dentro e fora do ambiente escolar. O esporte e o lazer têm assim o importante papel de construção humana socialmente desenvolvida e de patrimônio da humanidade.

*“É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais; como direito de cada um (...).”*³⁸ Na seqüência as Leis Zico (1993) e Pelé (1998) estabeleceram princípios e políticas para organização e funcionamento de entidades esportivas, dando autonomia de gestão do esporte e lazer aos Municípios.

³⁸ A Constituição Brasileira de 1988, artigo 217.

O Esporte e Lazer no Município

Em Curitiba, o início das atividades esportivas e de lazer remonta à chegada dos imigrantes e ao desenvolvimento local formando a primeira estrutura esportiva da cidade.

Desde a década de 40, instituições como o SESI — Serviço Social do Comércio, o SESC — Serviço Social do Comércio e a AABB — Associação Atlética do Banco do Brasil promovem o esporte e lazer em nossa cidade. Na década de 50 começam a surgir às academias de ginástica e condicionamento físico.

Em Curitiba desde o Plano Agache, década de 40, os governantes demonstram preocupação em reservar áreas verdes como forma de promover a educação ambiental e sua relação com o lazer da comunidade.

A partir da década de 70, Curitiba passa a construir uma imagem de cidade voltada para a qualidade de vida, com a implantação de ações modernas de ocupação do espaço urbano em sintonia com o meio ambiente. A primeira Rua de Lazer foi realizado na Rua Frei Orlando em 1971, em maio de 1972.

Em maio de 1972 é elaborado pelo IPPUC o Plano de Recreação de Curitiba que procurou dotar a cidade de equipamentos necessários para uma adequada ocupação do tempo livre de seus habitantes, criando novas opções de ordem recreativa e cultural, também neste ano foram criados diversos parques e bosques destacando o Barigüi, São Lourenço e Barreirinha além do lançamento do primeiro calçadão para pedestres do país com o fechamento da Rua XV para veículos. Com esta mesma preocupação, Curitiba foi sede do I Seminário Nacional sobre o Lazer, em 1974, tendo como um dos palestrantes o paisagista Burle Marx, simultaneamente na Casa Romário Martins aconteceu a exposição -"O lazer na Curitiba antiga ".

Em janeiro de 1995, o Decreto 29/05, cria a Secretaria Extraordinária do Esporte e Lazer — SMEL, com a atribuição específica de formular, planejar e implementar a política municipal do Esporte e Lazer. Tem como atual missão "Fomentar práticas de Esporte, Lazer e Atividades Físicas ao cidadão curitibano, para seu bem estar, promoção social e inserção na sociedade, integrando em suas ações o processo homem, cidade e natureza, aprimorando a"qualidade de vida".

Atualmente a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer tem em seu quadro funcional 104 professores da Educação Física, 42 Orientadores em Esporte e Lazer, 30 agentes administrativos, 43 operacionais, 100 estagiários de educação física e 10 estagiários administrativos (dados de junho de 2007).

Possui, além da sede administrativa, 27 centros esportivos com: 21 quadras polivalentes, 16 quadras de vôlei de areia, 03 mini pista de atletismo, 02 academias de musculação, 02 piscinas aquecidas (uma coberta), 09 pistas de caminhada, 20 salas de ginástica, 29 quadras de futebol de areia, 02 cancha de bocha, 05 canchas de tênis, 07 quadras cobertas, 05 ginásios cobertos sem arquibancada, 02 ginásios cobertos com arquibancadas, 01 sala de ginástica artística, 01 pista de patinação, 01 muro de escalada, 01 pista de skate e 01 velódromo oficial.

2.6 SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

2.6.1 Panorama Atual

Os serviços municipais de Segurança e Defesa Social não podem mais se restringir na obtenção de indicadores sócio-espaciais para monitorar e mapear a violência na cidade. Diferentes fatores em constante transformação na sociedade desafiam os números e estatísticas. Entre eles estão os diferentes e variados perfis culturais e comportamentais. Mais do que insegurança real, a comunidade tem hoje a “sensação de insegurança”. A resposta da sociedade tem sido fechar-se em condomínios, erguer muros, utilizar sofisticadas tecnologias de segurança. As lojas não são mais parâmetros da rua. São preservadas em shoppings. As ruas e praças não mais servem para o passeio e o lazer. Passam a ser utilizadas por tribos organizadas sob inspiração de games e filmes, utilizando-se de expressões de violência que se expandem ao sabor de modas e de modismos.

I Cultura da Violência

Relatório da *Rede de Informação Tecnológica Latino Americana — RITLA* analisa o quadriênio 2002-2006 e traça o Mapa da Violência no Brasil.

Segundo esse estudo internacional, o Estado do Paraná contribui com três municipalidades, entre as dez mais violentas do país. Além disso, Curitiba aparece em quarto lugar entre as cidades brasileiras com mais de um milhão de habitantes, quanto ao índice elevado de homicídios anuais por cada grupo de cem mil habitantes, na faixa de 44,7 óbitos, segundo dados com origem no Sistema Nacional de Saúde – SUS.

É compreensível a distorção nesses dados municipais, pois, no nosso caso, se concentram na cidade pólo de Curitiba os óbitos com origem na violência de toda a sua região.

Como outro fator cultural importante para caracterizar o cenário de Curitiba em Segurança e Defesa Social, o estado do Paraná com a região têm a marca de 31,7% em informalidade na PEA — População Economicamente Ativa, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio — PNAD/IBGE. Isso significa falta de garantias e de cidadania para um terço da população, em caso de doença ou da defasagem técnica na sua capacitação produtiva levando essa parte da sociedade, por consequência, à inatividade temporária ou precariedade no emprego. Uma fração de famílias que é berçário para filhos e jovens sujeitos aos apelos da criminalidade, diante do desencanto e desesperança dos seus pais.

II Demografia e Aspectos Sócio-espaciais

A evolução no perfil demográfico de Curitiba aponta para leituras analíticas e soluções públicas que tenham alcances metropolitanos, sem o que qualquer esforço passa a ser gigantesco, diante da fragilidade de cada município para, isoladamente, enfrentar essa gama de desafios, profundamente associados à juventude e sua futura inserção socioeconômica. Esse é o maior impasse de sustentabilidade, a ser registrado em qualquer Plano de Desenvolvimento.

Projeções Populacionais 2007 – 2020 (em habitantes)

A evolução no perfil demográfico de Curitiba aponta para leituras analíticas e soluções públicas que tenham *alcance metropolitano* sem o que, qualquer esforço passa a ser gigantesco diante da fragilidade de cada município em, isoladamente, enfrentar essa gama de desafios, profundamente associados à juventude e sua futura inserção socioeconômica, esse o maior impasse de sustentabilidade, a ser registrado.

Projeções populacionais 2007 — 2020 (em habitantes)

ITEM	2007	2015	2020
Região Metropolitana	3.166.273	3.427.684	3.502.667
Município de Curitiba	1.797.408	1.922.675	1.945.293
Concentração no Pólo	56,76 %	56,09 %	44,46 %

Fonte: Banco de Dados do IPPUC, como síntese às projeções do IPARDES

Na tabela acima, se observa uma tendência muito lenta para reduzir concentração populacional na capital como cidade pólo, possivelmente mais ligada à elevação no preço da terra do que a uma política de uso e ocupação do solo desejável, que promovesse a desconcentração vertical e horizontal de oportunidades em todo o território do primeiro planalto paranaense. Mas de qualquer forma fica bem clara a conformação regional e a dimensão metropolitana da cidade de Curitiba.

III Estrutura Institucional

Os serviços municipais voltados a ações de Segurança e de Defesa Social estão centrados em uma Secretaria Municipal específica, cujas atividades e atribuições estão de acordo com as diretrizes da Secretaria Nacional de Segurança Pública, no âmbito do Ministério da Justiça. O comando dessa pasta recebe contribuições das esferas federativas superiores — estaduais e federais — e de assessorias técnicas ou estratégicas.

Pode-se afirmar que os principais instrumentos de atuação utilizados nos serviços municipais em Segurança e Defesa Social se desenvolvem segundo três linhas de apoio:

A - Cooperação Estratégica e Colaboração Operacional com autoridades e órgãos situados em outras esferas de Governo, inclusive nos Poderes Legislativo e Judiciário, seja em planejamento, mediante normas regulamentares ou em ações específicas e localizadas, programadas e executadas em conjunto;

B - Operações Transversais de Âmbito Local com contribuição decisiva da Prefeitura, em todos os órgãos e escalas hierárquicas de serviços, com ênfase à Engenharia de Trânsito e demais serviços de frente e contato direto com a população, bem como definição dos espaços públicos através de Política Urbana favorável à paz e à vida;

C - Mobilização da Cidadania e em Ação Cultural, onde se somam instrumentos advindos das duas linhas anteriores para promover a mudança de cenário e maior engajamento da comunidade em mudanças comportamentais, tanto para aumento da solidariedade no tecido sociocultural, como no combate a todas as formas e expressões de violência.

IV Contexto Nacional

No documento de avaliação das políticas públicas a PMC (2004) destaca que “no Brasil, violência e acidentes são a segunda maior causa de morte, superada apenas pelas doenças do aparelho circulatório, sendo a maioria população masculina e jovem (Élida Azevedo Hennington; Saúde e trabalho: mortalidade e violência no município de Campinas; Unicamp, SP; 2003). Dados do IBGE mostram que de 1992 a 1998, a proporção de mortes por causas violentas (homicídios, suicídios e acidentes de trânsito) entre os adolescentes e jovens, na faixa etária de 15 a 19 anos, subiu de 63% para 68%. A região Sudeste tem a maior taxa, onde 73% dos óbitos dessa faixa etária estão relacionados a causas violentas. Em todas as outras regiões, a mortalidade por causas externas nessas idades representa em torno de 60% do total de óbitos.

Embora a violência esteja situada entre as principais preocupações dos habitantes das regiões metropolitanas brasileiras há pelo menos duas décadas e tenha se tornado um problema de gravidade crescente em muitas cidades, só no final dos anos 90 se observa o surgimento das primeiras experiências de segurança pública baseadas em diagnósticos de criminalidade e no planejamento e avaliação das ações de segurança pública.

O Projeto “Segurança Pública para o Brasil” foi o plano do Governo Federal para a gestão 2003-2007. Na esfera municipal esse plano propõe modificações nas Guardas Municipais, de maneira a constituir-las como protagonistas da segurança municipal, com uma identidade institucional, um horizonte de ação, um conjunto de funções e metas claras, publicamente conhecidas.

V Evolução nos Serviços Locais de Defesa Social

No início da década de 80, consolida-se a capacidade inovadora da cidade e a Prefeitura projeta *Módulos Policiais* para os eixos e bairros mais densos de Curitiba, prevendo nesses locais, potencialmente mais perigosos, uma unidade de comunicação, o estacionamento para uma viatura e saleta para os policiais militares. Projeta também a expansão desses equipamentos no tecido urbano e em vários compartimentos da cidade que, em tese, abrangeriam um contingente finito de moradores no mesmo espaço territorial, que seriam alcançados com rapidez pelas operações táticas de cada pelotão ou unidade motorizada assim distribuída.

De 1982 a 1986, ocorre uma grande expansão na implantação dos módulos policiais na Cidade de Curitiba, que se refletiu em dezenas de cidades do interior do Estado. Há, neste período, incentivo a uma intensa política de participação comunitária na área de segurança pública, com estímulo à criação dos Conselhos Comunitários de Segurança.

Visando proteger de maneira mais efetiva e autônoma os equipamentos públicos urbanos, bem como logradouros especiais e os seus cidadãos, quando em visita aos espaços públicos de animação ou de valor ambiental, Curitiba cria então, no ano de 1986, sua própria Guarda Municipal - corporação cujo regulamento não contém qualquer conflito com as atribuições legais do policiamento estadual. Entretanto, em razão da nova Constituição Federal promulgada em 1988, os guardas municipais passam a atuar mais intensamente em algumas áreas de segurança, tipificadas como de competência concorrente entre as esferas da Federação, tais como fiscalização ostensiva sobre crimes contra o patrimônio público edificado ou o ambiente da cidade, orientação de acessibilidade e segurança nas imediações de escolas e assim por diante.

Em 1996, o Ministério da Justiça contrata estudo junto ao Centro de Estudos de Cultura Contemporânea – CEDEC (SP) para mapear os riscos da violência nas grandes cidades. O Instituto de Pesquisa e planejamento Urbano de Curitiba - IPPUC realiza, em cooperação com a entidade paulista, o trabalho de mapeamento referente à capital paranaense, no qual compara a evolução de delitos nos bairros com os índices de satisfação com a qualidade de vida dos moradores, sinalizando para as concentrações de ocorrências na cidade.

A Prefeitura de Curitiba cria então a Secretaria Extraordinária da Defesa Social aumentando o contingente da Guarda Municipal e ampliando as ações do município no setor, reforçando o apoio à Segurança Pública Estadual, complementada pela ação do ministério público, que investiga o crime organizado em todo o território paranaense.

O novo Código Nacional de Trânsito confere ao município maior hegemonia sobre a segurança de tráfego na cidade, criando-se a Diretoria de Trânsito – DIRETRAN junto à empresa municipal que gerencia o transporte coletivo e o estacionamento regulamentado de Curitiba. É instituída a função do Agente Municipal de Trânsito e implantada sinalização urbana rigorosa para coibir as infrações e a violência no trânsito.

A cidade apresenta novas expectativas na prevenção e no combate ao crime e à cidadania informal após o estabelecimento, em lei federal, dos Direitos de Moradia e dos avanços na descentralização penal e na ação de corregedores e promotores públicos. Já a Prefeitura inicia, por meio da Secretaria Extraordinária de Defesa Social, trabalhos coordenados de Ação Social e de Análise da Violência Urbana, estabelecendo os indicadores preliminares na esfera do planejamento local.

O “Mapa de Risco da Violência”, realizado pelo IPPUC em 1996, recoloca, de forma ainda incipiente, o tema da Segurança Pública na pauta do planejamento municipal.

2.6.2 Perfil da Violência ³⁹

Diferente do Brasil, as causas externas (acidentes e violência) representam, historicamente, a terceira causa de mortalidade de residentes em Curitiba, ficando atrás dos óbitos por doenças do aparelho circulatório e neoplasias.

O estudo dos dados a respeito dos óbitos ocorridos no ano de 2006 permite verificar o peso das causas externas na mortalidade geral do município: 14,3% do total dos óbitos. Este dado revela que aproximadamente para cada 7 mortes ocorridas em residentes no município, uma se dá por causas externas.

Na ampla faixa etária que vai de 1 a 44 anos, o conjunto de acidentes e violências representa a primeira causa de morte. O problema é preocupante pelo fato de ser a população de adolescentes e jovens as maiores vítimas dos acidentes e violência. Do total de óbitos no grupo etário de 15 a 24 anos, 80,8% foram por causa externa. Neste grupo para cada 10 mortes, 8 foram por algum tipo de acidente ou violência.

Em 2006 os homicídios apareceram em primeiro lugar com 48,3% do total de óbitos, os acidentes de transporte com 26,1%, quedas com 8,4% e suicídio com 6,6%.

Maus-Tratos contra Crianças e Adolescentes

Os serviços que compõem a Rede Municipal de Proteção às Crianças e aos Adolescentes em situação de risco em violência notificaram 1.536 casos, em 2003 e 2.732, em 2005.

³⁹ Dados do Diagnóstico Preliminar do Plano Setorial de Desenvolvimento Social, Área de Saúde – 2003 / 2006

No período analisado, cerca de 89,5% das notificações, foram relativas a crianças e adolescentes residentes em Curitiba. Nas demais situações, as crianças e os adolescentes residiam em outros municípios, destacando-se os da Região Metropolitana de Curitiba (RMC), com cerca de 10% das notificações.

Ocorreu ainda, um total de 31 notificações de casos de maus-tratos a crianças em sua fase intra-uterina, cujas mães, gestantes, apresentaram hábitos ou comportamentos que, traduzidos, constituíam negligência ou risco para a criança.

Foi ainda notificado um total de 29 casos de auto-agressão, situações em que foram observadas tentativas de suicídio por parte de adolescentes.

Em relação às vítimas, o maior número de casos envolveu crianças de 5 a 9 anos de idade, seguido do grupo de 0 a 4 anos, assumindo, conjuntamente, 55,6% dos casos notificados em 2005. Chama a atenção a ocorrência de 163 casos de maus-tratos em menores de 1 mês de vida (2003 a 2005).

A mãe e o pai foram os maiores responsáveis pelos maus-tratos contra crianças e adolescentes. A prevalência dos tipos de violência seguiu a mesma seqüência da análise total, ou seja: negligência — 54,8%; violência física — 26,9%; sexual — 8,1%; psicológica — 8,2% e abandono — 2,0%.

Violência Contra a Mulher

O Perfil da violência contra a mulher foi elaborado a partir de notificações emitidas no período de 2003 a 2006. Foram notificados 2.687 casos pelo conjunto de serviços notificadores (Unidades de Saúde, Hospital do Trabalhador, Centro de Referência da Mulher e Hospitais de Referência). Concluiu-se que a violência física foi a mais prevalente nesse período.

Perfil da Vítima

Nos quatro anos analisados, foram atendidas 2.041 vítimas de violência sexual. O número e a média mensal de atendimento apresentaram pequenas variações nos anos de estudo, perfazendo uma média de 510 atendimentos por ano e 43 atendimentos por mês.

Vítimas residentes em Curitiba responderam por cerca de 52% do total dos atendimentos, seguidas dos municípios da Região Metropolitana com 46,2%. Em menor número figuram residentes em outros municípios do Paraná e de outros estados.

Adolescentes de 10 a 19 anos foram as principais vítimas de violência sexual, concentrando cerca de 42% dos atendimentos. Em segundo lugar figuram crianças de 0 a 9 anos (27,8%), seguida de adultas de 20 a 29 anos (18,8%). Cerca de 63% dos atendimentos foram de crianças e adolescentes menores de 18 anos.

Impacto Econômico dos Acidentes e Violências

Além de ceifar vidas e causar seqüelas graves, incapacidades e sérios problemas sociais, os acidentes e as violências têm um grande impacto econômico na sociedade moderna incluindo, entre outros, gastos na área de saúde com altos custos com internações, tratamento ambulatorial e reabilitação da vítima.

No período entre 2002 e 2006 os gastos com internação de residentes em Curitiba motivados por causas externas representaram o terceiro maior gasto, passando de 7,7% em 2002 para 9,7% em 2006.

Com relação ao total de internamentos ocorridos em Curitiba, as hospitalizações por causas externas têm também representado o terceiro valor mais elevado, e a participação do custo destas hospitalizações no total dos internamentos, passa de 8,6% em 2002 para 11,6% em 2006.

O custo médio dos internamentos por causas externas ocorridos em Curitiba apresentou tendência crescente durante o período, variando de R\$ 828,04 em 2002 para R\$ 1.023,59 em 2006. Comparando este crescimento com o incremento apresentado pela média de todas as internações observa-se que o crescimento do custo das internações por causas externas foi o dobro. Enquanto o custo médio dos internamentos em geral cresceu 23,62%, os internamentos por causas externas cresceram 43,73%.

Informações para Planejamento (2004 — 2006)

Assim sendo, nos últimos anos a Prefeitura, por meio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e do IPPUC, vem monitorando oito variáveis em Segurança Pública para emissão de um relatório analítico anual que ofereça alguns indicadores para que as autoridades estaduais e municipais possam tomar certas decisões conjuntas nessa área. Os resultados preliminares apontam para alguns itens sob o acompanhamento técnico da Prefeitura:

MORTALIDADE POR CAUSAS EXTERNAS — Na segunda metade da década (1995 a 2000), houve queda deste coeficiente na cidade, principalmente devido à grande redução de mortes no trânsito, apesar de os homicídios, em contraposição, terem aumentado em 25%;

HOMICÍDIOS — Sua taxa subiu de 16,25 para 20,64 para cada cem mil habitantes nos últimos cinco anos;

URGÊNCIAS REGISTRADAS NA POLÍCIA MILITAR — Entre 200 e 250 mil registros anuais, o Policiamento da Capital acusa somente uma *quarta parte* desses apontamentos como ilícitos contra costumes, pessoas, patrimônio, ou outras infrações que, quando de natureza mais grave, são investigados na Polícia Civil;

OCORRÊNCIAS REGISTRADAS NA POLÍCIA CIVIL — Entre 45 e 55 mil ocorrências anuais. As Delegacias Distritais e Especializadas de Curitiba registram um predomínio (4/5) de delitos contra o patrimônio e roubo de veículos, apurando-se ainda o crescimento de 62,83% entre 2000 a 2001 nos crimes contra a pessoa;

VÍTIMAS DE ACIDENTES DE TRÂNSITO — Houve significativa redução de violência e de mortes no trânsito. Registra-se que diminuiu também o registro de ocorrências sem vítima o que reduzindo a oferta de dados de acidente em nós viários ou nos “pontos negros” do tráfego urbano;

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER — Os graves números da cidade nesta área da segurança se referem a uma amostra colhida entre out/99 e maio/00, período com 2.556 registros, onde prevalece a agressão no ambiente doméstico (78,6%), sendo a maioria (82,4%) perpetrada por homem com quem a vítima tem relação marital;

VIOLÊNCIA CONTRA A CRIANÇA — Os oito Conselhos Tutelares da capital registram mais de dez mil denúncias por ano — em 1998 quase 15% chegaram ao IML —; o serviço SOS Criança registra mais de quatro mil ocorrências anuais, com uma média (entre 1993 — 1999) acima de 3 mil crianças/ano exigindo acompanhamento. Esse quadro levou a Prefeitura a projetar, em 2002, nas suas Regionais Administrativas, uma Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente em Situação de Risco, para registros e atendimento;

ADOLESCENTE INFRATOR — Esse é um item que merece acompanhamento específico, em Serviço Social e Segurança, por parte do poder público estadual e municipal, registrando-se entre 1999 e 2000 mais de cinco mil jovens envolvidos em delitos diversos, inclusive 24 homicídios, predominando entre eles meninos entre 15 e 17 anos (cerca de 85%).

Secretaria Municipal da Defesa Social

A Secretaria Municipal da Defesa Social (SMDS) é um órgão da administração direta da Prefeitura Municipal de Curitiba (PMC). Tem como missão desenvolver e implantar políticas que promovam a proteção do cidadão, articulando e integrando os organismos governamentais e a sociedade de forma motivadora, visando organizar e ampliar a capacidade de defesa ágil e solidária das comunidades de Curitiba e proteger os próprios municipais.

O Departamento da Guarda Municipal (DSGM) realiza as ações de salvaguarda da população e de proteção patrimonial, ambiental e escolar. Em 2007, foram atendidas 25.260 solicitações, abrangendo vários tipos de ocorrências, representadas por situações envolvendo perturbação do sossego, cães presos inadequadamente ou que ofereciam risco à população, apoio ao cidadão, desordem, vandalismo, roubo, pichação, furto, encaminhamento hospitalar e uso de substância ilícita. Em destaque, o serviço de prevenção e combate à pichação atendeu 679 ocorrências, detendo 139 pichadores; o serviço de proteção ao transporte coletivo atendeu um total de 3.265 solicitações, detendo 329 pessoas em flagrante delito. Em ambos os casos, o aumento no número de atendimentos ocorreu devido à pronta resposta da Guarda Municipal ao chamado dos cidadãos.

A Secretaria Especial Anti-drogas

A recém criada Secretaria Extraordinária Anti-drogas promoverá trabalhos de prevenção ao uso de drogas, auxiliando na redução dos índices de homicídios e outros crimes ligados ao tráfico de drogas. O objetivo é reduzir os índices de violência e a presença da droga na sociedade curitibana. O Município vai atuar para combater as causas que levam os jovens às drogas. A pretensão é unificar as ações entre a Prefeitura, sociedade e governos estaduais e federais no combate ao consumo de drogas. O trabalho de prevenção estará voltado para as crianças e jovens, disputando seu tempo e atenção, oferecendo projetos com atividades interessantes, para cortar o fluxo financeiro do tráfico.

2.6.3 Tendências

A equação municipal desses esforços está no trabalho conjunto de todos os órgãos municipais, com a comunidade e com os agentes econômicos. Entre os projetos em andamento destacam-se:

- COMUNIDADE ESCOLA e FÓRUNS LOCAIS, coordenados pela Secretaria Municipal de Educação;
- MUTIRÃO DA CIDADANIA / PERTO DE VOCÊ, coordenados pela Secretaria de Governo e em parceria com a Secretaria de Obras e outras;
- PROJETO BOM NEGÓCIO, coordenada pela Curitiba S.A. e com apoio de agências de fomento;
- PLANOS REGIONAIS (Desenvolvimento Local), coordenados pelo IPPUC, com apoio da SGM e outros órgãos.

2.7 CONTROLE AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O Plano Municipal de Controle Ambiental e Desenvolvimento Sustentável tem por objetivo principal a construção de uma sociedade sustentável, onde meio ambiente e desenvolvimento convivem em harmonia.

A elaboração do Diagnóstico Ambiental do Município de Curitiba foi a primeira etapa do PMCADS. O diagnóstico foi dividido em duas partes: Meio Físico e Biota e Gestão Ambiental Urbana.

2.7.1 Meio Físico e Biota

Recursos Atmosféricos

Monitoramento da Qualidade do Ar em Curitiba

O monitoramento da qualidade do ar é atribuição dos órgãos estaduais de meio ambiente, sendo, no Paraná, desenvolvido pelo Instituto Ambiental do Paraná.

Em Curitiba, o monitoramento foi iniciado em 1985, com uma estação manual instalada na Santa Casa de Misericórdia. (Foto 1). Esta estação opera até hoje. Em 1998, foram instaladas duas estações automáticas, uma na Cidade Industrial e outra no bairro Santa Cândida. Em setembro de 2001 entrou em operação a estação automática do bairro do Boqueirão e em agosto de 2002 na Praça Ouidor Pardiniho (Foto 2).

Os resultados obtidos a partir do monitoramento da qualidade do ar nas estações de Curitiba em 2005 apresentaram uma diminuição de violações dos padrões em comparação com anos anteriores. Na maior parte dos dias o ar da cidade foi classificado como de BOA qualidade ou qualidade REGULAR.

Fontes Poluidoras

Dentre as principais fontes de poluição atmosférica em Curitiba estão o tráfego motorizado, a queima de resíduos, os processos industriais, as pizzarias e as churrasarias.

Áreas Verdes

A legislação, da década de 80 até os dias de hoje, prevê incentivos fiscais e construtivos para aqueles que contribuem com a preservação das áreas verdes. A redução do valor do IPTU pode chegar a 100% para aqueles que tenham de 70 a 100% de cobertura florestal nativa em estágio sucessional médio ou avançado. Nos



casos onde há restrição a ocupação horizontal do terreno, para que a vegetação seja preservada, a legislação prevê ganho de pavimentos, sempre respeitados os limites máximos previstos pela Lei de Zoneamento e Uso do Solo.

Em 1988 é feito o primeiro trabalho técnico, em parceria com a Fundação de Estudos Florestais do Paraná - FUFEP, para contabilizar a cobertura florestal em Curitiba. Foram computados 50,15 m² de área verde por habitante. Em termos absolutos isto quer dizer que 15,06% da superfície do Município era recoberta por vegetação de porte arbóreo (massa foliar e maciço florestal).

A atualização do levantamento da cobertura florestal do Município, apresentado pela SMMA em 2005, aponta que a área de maciço florestal, ao longo destes 18 anos manteve-se estável, estando hoje em 51,5 m²/hab (49,02m²/hab de maciço florestal mais 2,48 m²/hab de cobertura de arborização viária).

O valor absoluto hoje representa 17,97% da superfície do Município recoberta por vegetação de porte arbóreo. Deve-se ressaltar também que o processo ocorrido ao longo dos anos, que levou a transformação de alguns destes maciços que se encontravam em áreas particulares em unidades de conservação, foi parte importante do processo, confirmando a política pública de conservação das áreas verdes.

Ao longo dos anos Curitiba teve várias "ondas" de plantios de árvores em suas ruas, culminando em 1974 com a aprovação de um Plano Diretor de Arborização. Estima-se que hoje, nas ruas de Curitiba, estão plantadas aproximadamente 300.000 árvores plantadas pela Administração Municipal e pela própria população.

A grande maioria das árvores nas ruas é exótica. Em 1996 a SMMA iniciou um processo para recensear a arborização viária, através de um financiamento do Fundo Municipal de Meio Ambiente – FMMA, que possibilitou o levantamento de um terço da cidade.

Em 2005, novamente com recursos do FMMA é iniciado o Censo arbóreo das ruas de Curitiba. Foram cadastradas 75.000 árvores em 17 bairros. Para cada um destes bairros está sendo elaborado um Plano de Ação prevendo as intervenções a serem executadas, como plantios, remoções e podas.

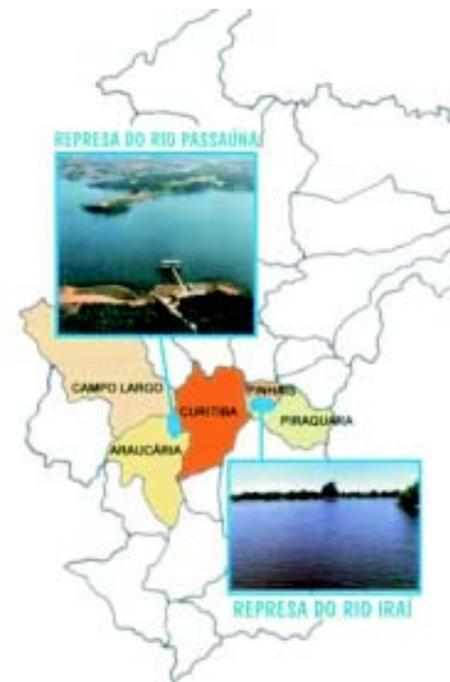
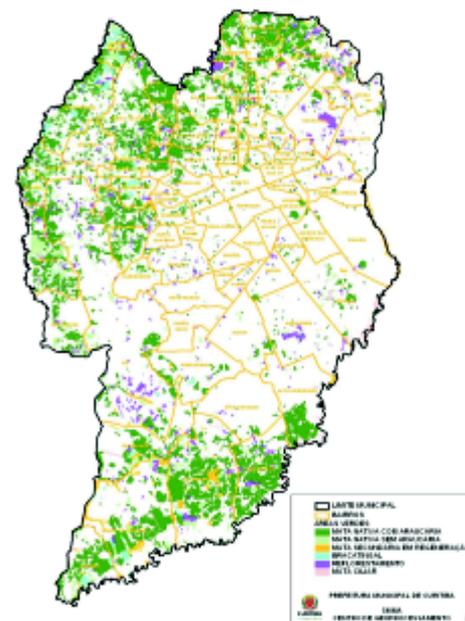
Até o final de 2006 terão sido recenseados 24 bairros e elaborados 6 Planos de Ação.

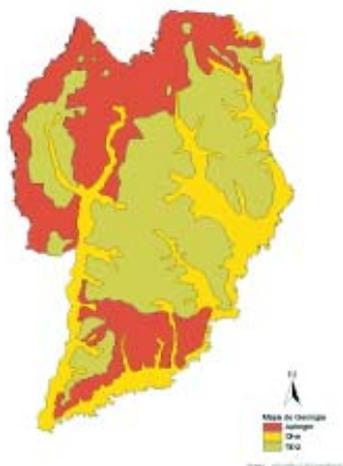
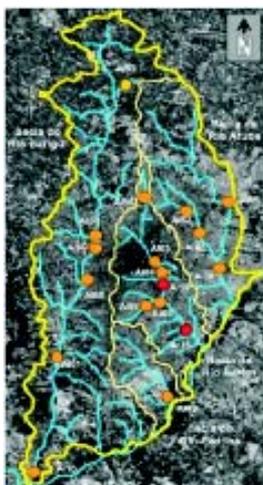
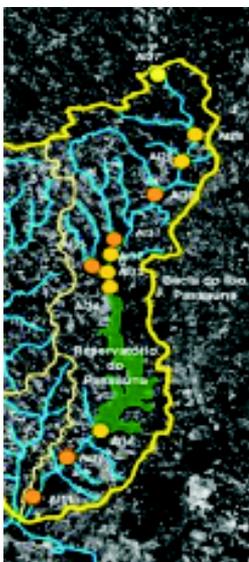
Fauna

Em grande parte da Região Metropolitana de Curitiba, o crescimento urbano e as atividades humanas implicaram em profundas modificações ambientais, prejudicando ou destruindo habitat fundamentais como áreas de abrigo, alimentação e reprodução da fauna, o que levou à rarefação ou ao desaparecimento de muitos animais, já não sendo possível resgatar a fauna original.

A Fauna Urbana de Curitiba

Com relação à região de Curitiba, aonde a urbanização progressiva vem resultando em constantes modificações na ocupação e uso do solo, a composição da fauna original já se encontra bastante alterada. A ocupação humana nas últimas décadas eliminou ou descaracterizou quase por completo os ambientes regionais, restando poucos ambientes primitivos remanescentes.





As alterações oriundas, por exemplo, da descaracterização e fragmentação de campos naturais e florestas, drenagem de banhados e poluição de rios e lagos, bem como a impermeabilização do solo decorrente do processo de urbanização inviabilizou a reprodução de muitas espécies, causando reduções drásticas ou mesmo o desaparecimento de espécies que algumas décadas atrás podiam ser consideradas comuns no município.

De acordo com os levantamentos existentes, no município de Curitiba podem ser registradas pelo menos 37 espécies de peixes, 35 de répteis, 8 de anfíbios, 37 de mamíferos e cerca de 200 aves.

O sistema de praças de Curitiba é muito antigo e graças a isto muitas espécies de aves se adaptaram ao conjunto arbóreo de logradouros tradicionais como as praças: Osório, Tiradentes, Rui Barbosa, Carlos Gomes, Afonso Botelho e o Passeio Público. Nelas mais de 15 espécies de aves podem ser observadas aí incluindo o pardal *Passer domesticus* exótico à nossa fauna e a garça-branca-grande *Casmerodius albus*, que mantém uma colônia de reprodução nas velhas árvores do Passeio Público.

Recursos Hídricos

Abastecimento de Água

As principais barragens que armazenam água para abastecer o Município são: Irai, Piraquara e a do Passaúna. Segundo informações da SANEPAR, em Curitiba, o consumo de água por pessoa varia em torno de 150 litros por dia.

O sistema de abastecimento de água de Curitiba, pertence à bacia do Alto Iguaçu e está interligado com outros seis municípios da Região Metropolitana de Curitiba - RMC. Curitiba abriga duas captações de água, a do Iguaçu e a do Irai. E o sistema possui três Estações de Tratamento de Água (ETAs): Iguaçu; Irai e Passaúna.

Qualidade das Águas

Os trechos de rios monitorados são agrupados em 7 Subsistemas, e no município de Curitiba encontram-se os pontos amostrais: do Subsistema 1, um ponto amostral (AI71); do Subsistema 2, dois pontos amostrais AI20 no rio Iguaçu, ETE — SANEPAR e o AI24 no Umbarazinho; do Subsistema 3 (Afluentes da Margem Direita do Rio Iguaçu); no Subsistema 5 (Formadores dos rios que formam a sub-bacia do Passaúna), o ponto AI30, no Passaúna próximo ao Frigorífico Túlio.

Geologia

O Município de Curitiba situa-se no Primeiro Planalto Paranaense, ente a Serra do Mar e a Escarpa Devoniana do São Luiz do Purunã. Geologicamente assenta-se sobre rochas do Embasamento Cristalino de idade Proterozóica Inferior (com idades entre 2,6 e 1,8 bilhões de anos), da Formação Capiru do Grupo Açungui de idade Proterozóica Superior (com idades ente 1 bilhão e 570 milhões de anos), de sedimentos da Formação Guabirotuba - Bacia Sedimentar de Curitiba de idade Cenozóica (com idades até 65 milhões de anos) e sedimentos inconsolidados aluvionares — Depósitos Quaternários também cenozóicos.

2.7.2 Gestão Ambiental Urbana

Educação Ambiental

A prática de Educação Ambiental desenvolvida pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente tem como pressuposto o conceito de meio ambiente como o espaço determinado ou percebido onde os elementos naturais e sociais estão em permanente processo de relação e integração. Estas relações naturais, culturais, tecnológicas, históricas e sociais resultam em contínua transformação.

A Educação Ambiental que deriva deste conceito deve ser um processo contínuo e permanente que propicie, em nível individual e coletivo, uma compreensão crítica do meio ambiente, permitindo ações conscientes e participativas fundamentadas em valores, conhecimentos e habilidades de forma a construir uma sociedade sustentável.

O Programa "Lixo que não é lixo", implantado em outubro de 1989, e que teve como símbolo a Família Folhas, constitui-se num marco de envolvimento da comunidade na separação prévia dos materiais recicláveis para serem encaminhados à reciclagem.

Para a população estabelecida em áreas de fragilidade ambiental e de difícil acesso para os caminhões da coleta convencional foi implantado o Programa Compra do Lixo, no qual a comunidade troca o seu lixo por cestas de alimentos. E, o Câmbio Verde consiste na troca de materiais recicláveis por produtos hortifrutigranjeiros de estação.

Resíduos Sólidos

O contínuo crescimento populacional e o padrão de consumo predominante na sociedade atual resultam em um incremento na produção de alimentos e bens de consumo, gerando maiores quantidades de resíduos.

É competência do Poder Público Municipal estabelecer diretrizes e executar medidas para o gerenciamento destes resíduos, que garantam a preservação do meio ambiente.

Para efeitos deste resumo-diagnóstico serão considerados resíduos sólidos aqueles em estados sólidos ou semi-sólidos, que resultam de atividades de origem doméstica, comercial, industrial, hospitalar, agrícola, de serviços ou varrição.

Devido às estratégias de gestão diferenciadas adotadas pela PMC, seja em razão das características dos diversos resíduos, seja em razão da singularidade das atividades geradoras, este documento apresenta separadamente o diagnóstico das seis classes de resíduos, abaixo relacionadas: Resíduos Orgânicos, Resíduos Recicláveis, Resíduos Vegetais, Resíduos de Serviços de Saúde, Resíduos da Construção Civil e Resíduos Perigosos.

Buscou-se com o Decreto Municipal 983 o incremento do índice de separação do resíduo na fonte e a conseqüente redução do volume de material destinado ao Aterro Sanitário da Caximba que recebe todo o volume de resíduos orgânicos gerado no Município de Curitiba e de outros 14 municípios da Região Metropolitana — RMC. O Aterro Sanitário recebe hoje aproximadamente 2.400 toneladas diárias de resíduos, das quais cerca de 25% provêm da RMC.

Resíduos Recicláveis

A coleta de resíduos recicláveis foi implantada no Município de Curitiba em 13 de outubro de 1989 e é denominada "Programa Lixo que não é Lixo" e abrange 99,7% dos domicílios.

O Programa Câmbio Verde foi implantado em 1991 e consiste na troca de resíduos recicláveis por produtos hortifrutigranjeiros da época. Atualmente existem 78 pontos de troca, nos quais mensalmente são beneficiadas cerca de 7.000 pessoas e são distribuídos aproximadamente 44 toneladas de alimento.

Em meados de 2005, com a iminência da saturação da área do Parque Náutico, utilizada desde 1991 como Depósito de Resíduos Vegetais, a SMMA iniciou os trâmites para terceirização da destinação final deste material.

Resíduos de Serviços de Saúde — RSS

O serviço de coleta especial hospitalar foi implantado no município de Curitiba em 1º de dezembro de 1988 simultaneamente à implantação da Vala Séptica, localizada na Cidade Industrial de Curitiba, para onde era destinado o volume coletado.

Com o fechamento da Vala Séptica em abril de 2005 e o fim da coleta especial, os resíduos passaram a ser transportados pelas 5 empresas licenciadas em Curitiba e destinados a sistemas de por microondas, incineração e autoclave, todos também devidamente licenciados. Estes sistemas possibilitam a inertização e descaracterização do resíduo que é, posteriormente, destinado ao Aterro Sanitário da Caximba.

Resíduos da Construção Civil — RCC

Hoje, uma parcela dos RCC vem sendo depositada de maneira inadequada em cursos d'água, fundos de vale, bosques e aterros clandestinos. A SMMA, além de atender às denúncias relativas a estas irregularidades, realiza operações em parceria com a Secretaria Municipal de Urbanismo — SMU, a Diretoria de Trânsito — DIRETRAN e o Batalhão de Polícia Trânsito — BPTRAN, a fim de coibir a disposição irregular de RCC.

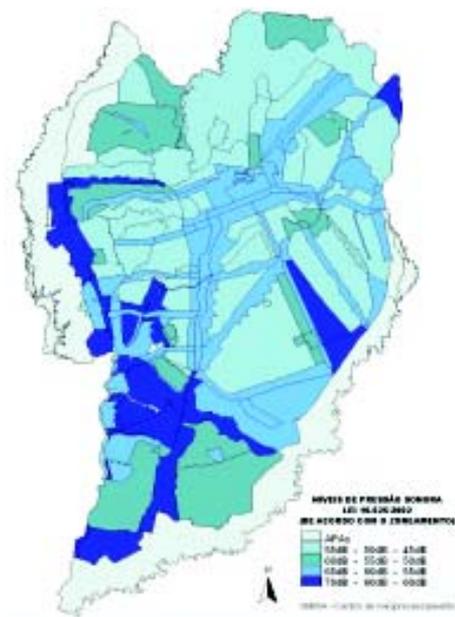
Os demais RCC gerados em Curitiba seguem tendo como destinação regular mais comum os aterros licenciados. Além destes aterros, diferentes alternativas de destinação vêm sendo viabilizadas gradativamente. Desde o início de 2006, uma pedreira em atividade no município de São José dos Pinhais está licenciada para o recebimento destes resíduos para futuro beneficiamento ou recuperação ambiental.

Além desta pedreira, outras quatro estão em processo de licenciamento ou em fase de estudo de viabilidade. Neste ano, foi instalada em Colombo a primeira Usina de Reciclagem de RCC, já em fase de operação de recebimento destes resíduos.

Resíduos Perigosos

Em 21 de setembro de 1998, foi criado o Programa Coleta Especial de Resíduos Domiciliares (Resíduos Tóxicos). O caminhão da coleta especial segue escala pré-determinada, permanecendo em um dos 24 terminais de ônibus onde são aceitas pilhas, baterias, toners, tintas, embalagens de inseticidas, remédios vencidos e lâmpadas fluorescentes.





Este mapa concentra os zoneamentos de mesmos níveis de pressão sonora, apresentando as macro-regiões formadas. Porém estas macro-regiões não apresentam os setores com restrições diferenciadas das demais por uma questão de simplificação visual. São exemplos de setores especiais: o Setor Especial Novo Rebouças, os Setores Especiais das Vias de Ligação Prioritárias, Setoriais e Coletoras.

Este ano, o programa foi ampliado com a inclusão dos óleos de cozinha - resíduo comumente encaminhado de forma irregular à Rede Coletora de Esgotos - entre os resíduos recebidos nos terminais. O volume coletado deste resíduo é encaminhado para a reciclagem, onde é transformado em sabão, detergente e matéria-prima para fabricação de outros produtos.

Ruído Urbano

Em 1992 foi elaborado o primeiro diagnóstico de ruídos urbanos para Curitiba, que teve como base o levantamento dos ruídos gerados pelas atividades desenvolvidas na cidade, com o intuito de aperfeiçoar as ações de controle ambiental, atualizar as estratégias de monitoramento e desta forma sugerir novos limites de ruídos para os diferentes zoneamentos urbanos.

São exemplos de fontes fixas de poluição sonora bares, casas de espetáculos artísticos, indústrias, templos religiosos, pátios e ginásios escolares, auditórios, academias de ginástica, sistemas de condicionamento de ar e equipamentos diversos, estádios desportivos, estacionamentos e lava-car, postos de gasolina, obras, comemorações com queima de fogos, shows ao ar livre, ruídos gerados por animais, etc.

Unidades de Conservação

Com a consolidação das diretrizes do planejamento urbano de Curitiba, destacaram-se ações mais ordenadas voltadas à preservação do meio ambiente com objetivo de garantir a melhoria da qualidade de vida da população, respeitando os limites da natureza.

Curitiba tem hoje 17 parques que somam 18,7 milhões de m² e 31 áreas de conservação que somam 19,3 milhões de m² de área verde.

Áreas De Proteção Ambiental — APA

Curitiba possui duas Áreas de Proteção Ambiental: a do Iguaçu — 38.132 km² — e a do Passaúna — 40.830 km.

Estação Ecológica do Cambuí

Localiza-se na Avenida Comendador Franco no Bairro Uberaba, a sudoeste de Curitiba, fazendo limite com o antigo leito do Rio Iguaçu na divisa com o município de São José dos Pinhais, compreendendo uma área de 230.171,00 m².

Áreas de Lazer e Recreação

Ainda na década de setenta, com o vertiginoso crescimento populacional da cidade, oriundo de movimentos migratórios do Estado, cresceu a demanda por áreas de lazer e recreação.

Atualmente em Curitiba, dos 75 bairros apenas quatro (Lamenha Pequena, Riviera, São Miguel e Taboão), não possuem alguma praça ou parque implantado dentro de seus limites.

Por outro lado, só o bairro CIC possui 89 unidades de conservação que atendem plenamente a necessidade de lazer da população da região, contando, muitos deles com equipamentos esportivos e de recreação.

2.7.3 Patrimônio

O meio ambiente em sua plenitude é composto pela natureza e pelas modificações nela introduzidas pelo ser humano.

O meio ambiente natural é composto por elementos que existem independentes da ação do homem. O meio ambiente cultural é aquele conseqüente do agenciamento humano, apesar dos limites entre o ambiente natural e o cultural tornarem-se a cada dia menos evidentes.

Se a visão ambiental enfatiza os aspectos físicos e biológicos da natureza, o enfoque cultural abrange o que é característico de cada grupo social. Desse modo, a pluralidade cultural constitui um patrimônio tão rico quanto a diversidade genética, e a luta pela valorização da cultura de cada povo se compara à proteção das espécies animais e vegetais.

A preservação do patrimônio natural e cultural é imprescindível para a manutenção do equilíbrio ambiental.

O patrimônio cultural engloba duas categorias: a material e a imaterial. Por material, compreende-se aquilo que é concreto, como edificações, documentos e objetos; já a categoria imaterial engloba cantos, lendas, manifestações religiosas, visões de mundo e também deve ser entendida como a organização e a construção de vida de uma comunidade que compartilha valores.

Sistemas de Informações Ambientais

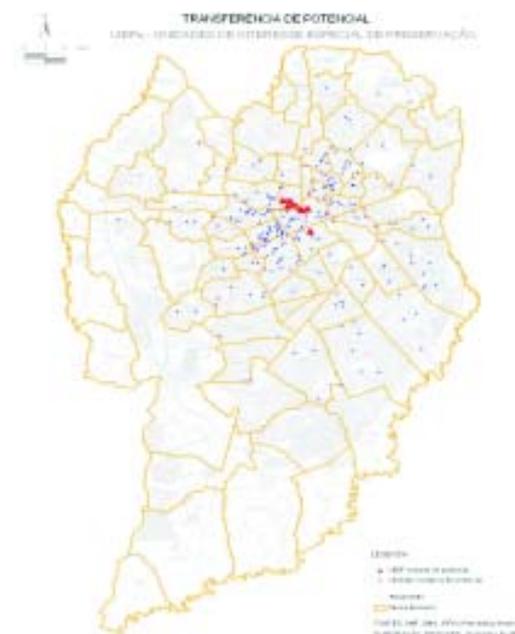
A Secretaria Municipal de Meio Ambiente iniciou o processo de informatização de suas informações no começo da década de 90, criando o Departamento de Pesquisa e Monitoramento um Sistema de Monitoramento Ambiental - MSM e Serviço de Geoprocessamento. Em seguida foi informatizado o Departamento de Limpeza Pública com o Sistema de Controle de Resíduos Sólidos - MLP. No Departamento de Serviços Especiais foi criado o Sistema de Gerenciamento do Serviço Funeral - MSE e o Sistema de Controle de Lotes de Cemitério - CEMI. Hoje, o Geoprocessamento tornou-se ferramenta indispensável para ações e projetos em meio ambiente. A proposta da criação do Centro do Geoprocessamento visa à integração e disponibilização das informações ambientais dos seis departamentos que compõem a S.M.M.A.

Aspectos Gerais

Em que pese essa leitura específica do perfil atual, realizada para cada Plano Setorial e acima sintetizada, há que se registrar, neste relatório, os aspectos gerais que afetam ou que incidem na realidade de Curitiba. Os mesmos transcendem às leituras setoriais realizadas, e sem essa ampla leitura geral seria difícil o inventário situacional no capítulo que será relatado a seguir.

Os seguintes elementos, mais do que generalidades, caracterizam o perfil de Curitiba, pelo menos nas condições reais de sua Identidade e sua Cidadania:

I - Referência Morfológica espacialmente ordenada por Eixos Lineares de Desenvolvimento, definidos por intensidade construtiva, transporte tronco-alimentador de massa situado em pista segregada e uma estrutura viária principal;



II - Respeito ao Suporte Natural e à Paisagem, mediante manutenção de áreas como grandes espaços verdes, baixa urbanização nos cursos d'água e obras urbanas de pouco impacto, que não se rendem ao uso intensivo de veículo individual;

III - Espaços Públicos sacralizados por certo simbolismo, que expressam a cultura local e se propõem induzir maior convivência, sentido de pertencimento e manifestações de cultura da população, sobretudo nas áreas e vias históricas da cidade;

IV - Sistemas de gestão e gerenciamento que buscam excelência na Iniciativa Pública, expressos e representados através de projetos tais como:

- coleta seletiva de resíduos urbanos,
- boa gerência pública sobre operações privadas,
- moradia popular mediante projetos humanizados,
- facilidade aberta para parcerias com o setor privado,
- serviços e debates descentralizados em ruas de cidadania,
- equipamentos e projetos eficazes de abastecimento alimentar,
- inclusão digital na rede escolar e em bibliotecas-faróis de bairro,
- contraturno escolar apartado do edifício para o ensino formal (PIAs),
- feiras artesanais, gastronômicas e de arte como requalificação urbana,
- uso da mídia para angariar adesão comunitária nas iniciativas públicas,
- controle ambiental e urbano pautado há décadas no Plano Diretor da cidade,
- forte participação da Prefeitura em empreendedorismo, cultura, lazer e inovação,
- outras iniciativas, traduzidas em importante interatividade do povo com o prefeito.

3.1 ASPECTOS GERAIS

Instrumentos Institucionais e Planejamento Urbano

Como se observa em seu histórico, a cidade de Curitiba se utilizou das técnicas de planejamento urbano como mecanismo da gestão local. Isso ocorre desde que assumiu a função de capital, no século XIX. Mas é a partir de 1940, época em que a cidade possuía 127.278 moradores, que essa tendência ganhou destaque, inaugurando uma prática que prossegue até os dias de hoje, quando a cidade chega a quase dois milhões de habitantes. Desenvolve-se daí a consciência de todos os cidadãos sobre a importância do planejamento urbano para Curitiba, na busca de soluções adequadas ao interesse e às necessidades da população.

O Plano Preliminar traçado em 1965 interpretou a situação econômica e social, bem como probabilidades no crescimento urbano de então. Propôs também um Programa de Ação, indicando obras necessárias e passíveis para execução imediata. Estabeleceu, sobretudo, uma série de medidas jurídico-legislativas para embasar um processo permanente e flexível de planejamento, que orientasse a expansão urbana e evitasse agravar os problemas já existentes.

Concluídos os estudos complementares do Plano Preliminar de Urbanismo em 1965, foi enviada proposta legislativa à Câmara de Vereadores para o Plano Diretor da cidade, o qual foi votado e sancionado após, sob Nº 2.828 em 31 de julho de 1966. O Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba – IPPUC foi incumbido pela Lei para implantar, aprimorar e monitorar ajustes graduais na aplicação do Plano Diretor, atribuições que ainda estão mantidas nas atualizações permanentes do planejamento local.

Começaram a ser implantadas, no início dos anos 70, várias iniciativas para atender as diretrizes e atingir os objetivos fixados no Plano Diretor Municipal. Foi quando, em Curitiba, o transporte, as vias de circulação, o trabalho, a recreação, a promoção social e a habitação passaram a ser gerenciados sob uma visão mais integrada e planejada da cidade. O conjunto de ações desencadeadas nesse período representou verdadeira revolução urbana ao longo dos anos seguintes, transformando a cidade sob os pontos de vista físico, econômico, social e cultural. As mudanças foram acompanhadas ainda de forte preocupação ambiental traduzida, entre outras ações, na preservação de áreas verdes, na criação de parques e em esforços para educação ambiental junto à população. Neste período foram implantados os eixos estruturais com o objetivo de levar o centro até os bairros - vetores físicos para direcionar o crescimento linear, mediante maior adensamento habitacional e expansão comercial. Os eixos abrigavam uma pista central de tráfego exclusivo para Transporte Coletivo. Tudo isso deu início à atual estruturação física de Curitiba.

A estruturação física da cidade foi assentada em tripé: o sistema viário, o sistema de Transporte e o Uso do Solo, trabalhados de maneira integrada. Essa integração ganhou mais visibilidade nos trinários estruturais e nos primeiros calçadões do País. Na área do Meio Ambiente houve prioridade a projetos para prevenir enchentes. Ampliou-se o saneamento básico, se preservam extensas áreas verdes com a criação de parques e se conservaram fundos de vale, a maioria equipados para lazer e recreação da população. Como nos idos de setenta a União e os Estados eram responsáveis exclusivos e formais pelo controle ambiental, a Lei Municipal de Zoneamento e Uso de Solo (1975) e o Decreto Municipal de Preservação de Fundos de Vale (1976) de Curitiba foram instrumentos pioneiros no Brasil, pois inseriram políticas ambientais no controle de Uso e Ocupação do Solo municipal, em suas licenças e alvarás.

3.2 TRADICIONAIS ESTRATÉGIAS URBANAS LOCAIS

I Instrumental para intervenções e transformações urbanas

As mudanças sociais e econômicas da cidade se deram em paralelo ao planejamento físico-territorial. O Plano Diretor propôs incrementar a industrialização no município, para que fossem ampliadas as oportunidades de produção local, no qual predominavam o comércio e a prestação de serviços. Em 1974, o projeto da Cidade Industrial de Curitiba - CIC define novas zonas funcionais a oeste da cidade. Integra-as por linhas Conectoras aos Eixos Estruturais urbanos e destina essas novas zonas ao trabalho, a moradia, ao lazer e cria espaços mistos, de modo que não configurem um distrito segregado.

Na mesma tônica do projeto econômico, surgem novas propostas para cidadania. Na época busca-se humanizar mais a cidade, enfatizando espaços de convivência. A dimensão social do planejamento se intensifica até o início dos anos 80, época em que o desenvolvimento social passa a concentrar investimentos públicos em escolas, centros de saúde, projetos de assistência à infância e juventude e novos programas de abastecimento e habitação. Projetos e ações sociais buscam crescente desfrute e inserção coletiva para segmentos com menor poder aquisitivo, contribuindo assim para reduzir os efeitos da má distribuição de renda no País.

Nessa trajetória de planejamento integrado e na esteira de tantas mudanças, ocorrem transformações também na matriz cultural. Além de alterações mundiais no comportamento modos de ser e de se viver na cidade. A população passa a valorizar mais os espaços coletivos: áreas de lazer, pontos de encontro, teatros, parques, museus e ainda serviços coletivos. E nessa permanente busca para adequar a cidade e planejar suas mudanças, as formas institucionais de gestão municipal também iniciam, por sua vez, uma profunda transformação.

II Ajustes Permanentes na Gestão Urbana

Enquanto a Gerência Técnica se institui nos anos sessenta, a década seguinte é a de sua instrumentação, inserindo a dimensão regional no planejamento. Nos anos oitenta, depois de pioneiras experiências em participação e gestão comunitária, implanta-se a descentralização administrativa e novos serviços para a Prefeitura. Diante da escassez dos recursos públicos e para dar continuidade aos investimentos sociais e urbanos, no início da década de noventa o município passa a viabilizar projetos em parceria com a iniciativa privada, compartilhando algumas responsabilidades até então de competência exclusiva do poder público. Como um dos primeiros passos é instituída a Concessão Onerosa do Direito de Construir, ou Solo Criado, dispositivo legal que gera fundos financeiros à Política Habitacional ou permutas para patrimônios coletivos de Interesse Histórico ou Ambiental.

A seguir e visando gerenciar com transparência as novas regras de parcerias em Gestão Compartilhada são instaladas as Ruas da Cidadania. Esses equipamentos consolidam a descentralização dos serviços públicos locais, funcionando ainda como ponto de encontro da população no exercício da cidadania. Na esteira do mesmo projeto, Faróis do Saber disseminam em cada bairro o acesso de moradores à computação, de modo a facilitar a consulta institucional desde o bairro e a informação conectada com o mundo. Já na primeira década do novo século, sob a égide do Estatuto da Cidade, essas iniciativas anteriores buscam um alinhamento para, de forma

vertical à Política Urbana nacional, servirem como instrumentos para maiores Justiça e Inclusão Social, sem abrir mão da qualidade ambiental no espaço da cidade.

O presente relatório se insere na revisão dos paradigmas até aqui apontados, pois a adequação do Plano Diretor realizada em 2004 exigiu nova leitura conceitual para estas seis políticas setoriais no município, onde a mais recente e desafiadora é no tema de Segurança e Defesa Social.

III Panorama Atual

Como herança conceitual e tecnológica trazida dos anos noventa, os serviços municipais assimilaram a idéia de que, por meio de indicadores de monitoração da cidade, seria possível aprimorar procedimentos e rotinas, ampliando seu alcance em relação às demandas. Todavia, hoje se reconhece que fatores de transformação qualitativa - variados perfis culturais ou tribais no comportamento da cidadania, aderência territorial nas mudanças e necessidade de diálogo ou negociação - muito mais dinâmicos são tão importantes como a monitoração.

3.3 CONJUNTURA E RAÍZES MUNDIAIS

I A evolução do Estado Republicano

Com um século e meio de práticas republicanas horizontalizadas, a sociedade humana não equacionou, ainda, antigos desafios do ideário democrático desenvolvido desde a Revolução Francesa. Os regimes capitalistas liberais ou socialistas e seus Modelos de Gestão Pública, com engenharias e reengenharias para garantir o *Estado Provedor*, não evitaram a marginalização da maior parte da população. Hoje os estudiosos europeus alertam para a tendência de se substituir os sonhos do século XX de um livre *Estado-Providência* por um *Estado-Penitência*⁴⁰, na esteira das propostas norte-americanas de "tolerância zero", estabelecendo uma espécie de ditadura dos civilizados, aptos à vida urbana, sobre os pobres, não aculturados.

Com efeito, uma expressiva massa de pessoas no mundo nunca teve acesso sequer às oportunidades produtivas. Essas são de domínio e reserva de uma minoria, que participa de fato da evolução no progresso humano, preservando e concentrando poder sob todas suas formas. É a fração que, por consequência, tem mais acesso à civilização moderna e sua urbanidade, de crescente sofisticação tecnológica. Desde que ciência e arte se libertaram da religião, do século XVII ao XVIII, o patrimônio do conhecimento passa a ter muito mais valor, em especial para quem mais progride e consome, do que recursos naturais ou culturas *primitivas* do planeta, porventura ainda não catequizadas. Foi na virada do século XIX para o XX que se iniciou o atual progresso eletroeletrônico, recentemente acelerado, que permitiu expansão e sofisticação do ambiente urbano como nunca antes se experimentara.

Mais do que uma nova cultura política as repúblicas do século XX e todo o seu progresso produtivo e técnico tomaram, como principal suporte e lastro uma economia de bases imperiais. O novo século XXI ainda se caracteriza pelo mesmo mapa mundial com desigualdades de oportunidades.

⁴⁰ Wacquant, Lóic, *As Prisões da Miséria*, Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 2001

O fenômeno mais recente mostra que todos têm acesso à informação e toma conhecimento do inaceitável arco de benesses que pertence a poucos - que contam com progresso dinâmico e de extremada beleza paisagística. Informação abundante se tornou o grande problema para controles de imigração nos territórios ricos, bem como *problema de segurança* em qualquer parte do mundo, em quaisquer localidades de economia mais privilegiada. Essa é a base analítica e o grande desafio sobre os quais Curitiba se propõe hoje a estabelecer novos princípios locais através destes planos e neste documento. E também fica explicado porque, nessa pauta recente de Plano Diretor, entra o tema Segurança Pública e Defesa Social, atendendo ao clamor da sociedade local através do seu Poder Legislativo.

Usando o tema da Segurança para reafirmar a prioridade de reduzir disparidades sociais e econômicas, o Relatório da *Rede de Informação Tecnológica Latino Americana — RITLA* analisa o quadriênio 2002-2006 e traça o Mapa da Violência no Brasil - janeiro de 2008. Segundo esse estudo internacional, o Paraná contribui com três municipalidades, entre as dez mais violentas do País. Curitiba aparece em quarto lugar entre as cidades brasileiras com mais de um milhão de habitantes, quando é medido o índice de homicídios anuais para cada grupo de cem mil habitantes: *na faixa de 44,7 óbitos*. Há incremento de 53,1% no período pesquisado, em contraposição às reduções nesse mesmo índice, aferidas em cidades como Porto Alegre, Cuiabá e até mesmo o Rio de Janeiro. O que relativiza o estudo é que toma por base ranking das realidades municipais, num país onde não existem arranjos micro-regionais sérios, hierarquia de cidades ou um território de escala intermediária, entre as localidades e os estados da federação.

II Reflexos conjunturais na localidade

É compreensível a distorção nos *dados municipais acima citados*, pois, no nosso caso, se concentram na cidade pólo de Curitiba os óbitos com origem na violência de toda a região metropolitana. Essa distorção já não acontece nas mega-cidades brasileiras, que têm mais dispersos seus ambulatórios e hospitais ligados ao SUS.

Como outro fator conjuntural importante, para caracterizar o cenário de Curitiba, o estado do Paraná tem a marca de 31,7% em informalidade na PEA — População Economicamente Ativa, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio — PNAD/IBGE. Isso significa falta de garantias e de cidadania para um terço da população, nos casos de doença ou da defasagem técnica na sua capacitação produtiva. O que leva essa terça parte da sociedade, por consequência, à inatividade temporária ou à precariedade no emprego. Uma fração de famílias que é berçário para filhos e jovens sujeitos a apelos de criminalidade, diante do desencanto e desesperança que esses pequenos cidadãos observam na vida dos seus pais.

Uma dificuldade endêmica no cenário nacional. Nas palavras de Gilberto Amado (1887-1969/ “A Chave de Salomão”) há entre os brasileiros uma *existência árida, sem comodidade, sem dinheiro, sem orgulho, sem heroísmo, sem coisa nenhuma*. Para além desse gênero de constatações, o artigo do delegado federal Fernando Franceschini publicado no jornal Gazeta do Povo de 29/01/2008 é enfático, por outro lado, ao concluir que *a atuação repressiva do Estado sem a contrapartida preventiva não obtém resultados palpáveis*. Em Curitiba, essa tendência ao “apartheid” na sociedade, embora se reproduza no tecido da cultura cidadina, deverá ser evitada a todo custo. Uma postura que se inicia nas Diretrizes e Propostas destes Planos Setoriais, cujos conteúdos serão aprofundados e aperfeiçoados sempre, no trato de suas instâncias para discussão, execução e avaliação.

3.4 DEMOGRAFIA E ASPECTOS SÓCIO-ESPACIAIS

I A Integração Metropolitana

Ainda que esse desafio da integração seja visível, cada município vem moldando gradualmente sua estrutura física por meio de normas locais e projetos territoriais numa conformidade com o concebido em sua lei autônoma de Plano Diretor. Essa construção também se dá de acordo com a capacidade de investir. Aos projetos de iniciativa pública se somam ações privadas e comunitárias, cuja ordem se estabelece atendendo regras de Zoneamento e Uso do Solo contidas no plano local, muitas vezes sobrepostas por regras de mercado e da cultura do consumo urbano da metrópole, que extravasa desde o pólo para locais com menores exigências ou controle ambiental. Se na capital o Zoneamento da Ocupação Urbana e do Uso no Solo são fortes mecanismos de planejamento, o mesmo não ocorre nas demais cidades. Nestas deve se pactuar para estabelecer melhor lógica e estratégia regional, visando evitar disparidades sócio-espaciais gritantes no território, muitas delas decorrentes da desorganização imobiliária e das funções urbanas. Estas disparidades afetam a mobilidade, por exemplo, na distribuição entre os locais de moradia e os de trabalho, traduzindo-se em sobrecargas no transporte e no tráfego da cidade.

Depois de vigorar como lei por 25 anos, desde o ajuste de 1975, as disposições para o Desenvolvimento Urbano da capital, com seu caráter linear de expansão produtiva, foram sucedidas por novas mudanças no Plano Diretor, que aconteceram em 2000, ano em que o Zoneamento incorporou eixos internos para o desenvolvimento e a ocupação mais intensa do município. Novas definições, associadas a critérios de manejo ambiental, buscaram atender a escala metropolitana através de iniciativas em mobilidade e cultura, numa visão mais ampla e cosmopolita da cidade. Entretanto, essa recente mudança passou a ser readequada de 2002 até 2004, quando se realizaram estudos para novos ajustes no Plano Diretor, de modo que suas estratégias socioeconômicas, para financiar uma cidade sustentável e integrada, estivessem muito mais sintonizadas com as diretrizes da Lei Federal “Estatuto da Cidade”, sancionada em 2001 e que ainda está por regular um novo formato para as metrópoles.

II Tendências na Metrópole de Curitiba

As tecnologias forjadas pela sociedade da informação têm tido efeito relevante sobre o modo de funcionar da nossa cidade. As relações socioeconômicas que ocorrem por meio virtual encontram uma maior abrangência do que aquela possível no ambiente urbano. Todavia, essas ferramentas de comunicação também possibilitam que espaços físicos tenham seu significado maximizado e seu uso ou desfrute melhorado e expandido. Além disso, a tecnologia permite que o cidadão possua acesso à informação para influir nas tomadas de decisão, de forma muito mais precisa, melhorando a capacidade individual de cidadania e urbanidade.

Isso se reflete diretamente no uso do solo urbano, pela redução na necessidade de grandes estruturas para prestação de serviços, uma vez que essas podem estar dispersas e interligadas em redes virtuais. Possibilita também um desenvolvimento mais variado e uma maior interação social. As tecnologias diminuem a necessidade de concentrações funcionais, construções e espaços urbanos para os processos de produção, acumulação e troca de bens.

Em Curitiba, a influência da nova tecnologia tem se refletido na desconcentração e descentralização das atividades geradoras de trabalho e renda, que já não gravitam em torno ao centro tradicional da cidade ou na Cidade Industrial. Estão espalhados em uma rede de vias principais, e em novos núcleos de bairro. Alguns programas municipais confirmam isto, mediante a formação de novos núcleos como o Tecnoparque, em uma área próxima ao centro e ainda pouco ocupada, assim como nos barracões e incubadoras produtivas ao longo do Linhão do Emprego e, ainda, a Linha Verde, novo eixo de desenvolvimento norte-sul. Em Curitiba a sociedade da informação deverá prover ainda mais mescla de funções, relativas aos usos dispersos no tecido urbano, provocando uma aproximação das áreas residenciais com as de trabalho.

O desafio de Curitiba, diante dessas tendências, é evitar a consolidação de cinturões de pobreza expostos às conseqüências geradas pela falta de infra-estrutura -um problema que vai comprometendo progressivamente, e de maneira dramática, as condições de vida da população periférica regional, com reflexos negativos no tecido urbano, no meio ambiente e se expressando na violência. A meta é buscar meios de maior sustentabilidade para a cidade cuja vanguarda no trato do espaço urbano poderá ser preservada na exata medida em que encontre meios de manter o progresso local em dimensão metropolitana.

Por enquanto e como ponto de partida, o Modelo Local de Sustentabilidade na cidade de Curitiba continua a integrar o tripé para Estruturação Urbana (uso do solo, sistema viário e transporte) com Desenvolvimento Social, Econômico e Controle Ambiental, tratados como macro-políticas integradas entre si.

O Plano Diretor vigente reafirma esse modelo, primeiramente por haver um acordo local nesse sentido e, em segundo lugar, por apresentar maiores facilidades para sua instrumentação posterior, sobretudo através das diretrizes fixadas no Estatuto da Cidade, Lei nº 10.257/01, que estabelecem certas premissas, tais como:

- Municípios e regiões demograficamente tendendo para a vida urbana;
- Cidades Sustentáveis em seus arranjos socioambientais;
- Função Social da propriedade, expandida à noção de cidade-território;
- Direitos universalizados ao Solo, à Moradia, Saneamento, Infra-Estrutura, Transporte, Serviços Públicos, Trabalho e Lazer, para presentes e futuras gerações;
- Planejamento Participativo e que contemple conflitos, exigindo posição no sentido de correção dos desequilíbrios causados pela urbanização;
- Gestão Democrática para monitorar resultados e obter a cooperação entre governos, admitindo manejos espaciais com colaboração entre agentes.

3.5 DIFICULDADES E OPORTUNIDADES DETECTADAS EM CADA TEMA SETORIAL

I Mobilidade Urbana e Transporte Integrado

Principais Dificuldades

- Expansão na *cultura automobilística*, com preferência para o deslocamento individual, provocando aumento na frota licenciada circulante e maiores impactos no trânsito da cidade;



- Falta de disseminação das funções empresariais na malha urbana o que poderia aumentar a rotação das vagas, oportunidades de renda para os trabalhadores, redução nos deslocamentos médios, além de evitar o distanciamento regional de domicílios pelo custo da terra, resultando em desequilíbrios na tarifa unificada e na integração.
- Transição nos fatores que compõem o custo no Sistema de Transporte em rede, com possíveis reflexos na integralidade operacional, seja devido a normas de origem federal, dificuldades de desoneração tarifária ou a contratos de permissão.



Principais Oportunidades

- Estrutura urbana apta a receber mudanças nas matrizes de mobilidade, caso se reafirme o predomínio ao transporte coletivo e se pactue reversão à atual tendência de crescimento na frota de veículos individuais.
- Confiabilidade da população no processo local de planejamento urbano no tema mobilidade.
- Disponibilidade de recursos externos, federais e internacionais, tanto para projetos de transporte como de estrutura urbana, face à credibilidade do município.

II Habitação

Principais Dificuldades

- Grande número de assentamentos informais, com sérios ônus para o Poder Público quando das regularizações fundiárias, especialmente em áreas onde há necessidade de remoção de moradias para salvaguardar recursos ambientais.
- Disparidades socioeconômicas e espaciais com origem externa aos esforços públicos municipais, dificultando o acesso a lotes populares pelo alto custo da terra e mantendo concentradas muitas das oportunidades produtivas e de renda.
- Falta de auto-sustentação para projetos voltados às famílias de renda inferior a três SM, tendo raros recursos externos e, nos recursos nacionais, uma regulação federal de gerenciamento com quesitos ainda em construção na esfera local.



Principais Oportunidades

- Experiência local consistente no trato da Política Habitacional, principalmente no que se refere à humanização nos projetos e à capacidade de angariar parceiros para as iniciativas públicas, registrando bons resultados no desempenho municipal.
- Confiança da população nos meios locais de planejamento, fazendo com que os problemas se confinem aos âmbitos de negociação prévia, com pacto coletivo, e na regulação legal de novos territórios para ZEHIS.
- Ambiente nacional favorável a um novo impulso na Política Habitacional, na esteira da Reforma Urbana, com regulamentação federal que emana do Ministério das Cidades e disponibilização de financiamentos através do PAC.



III Desenvolvimento Econômico

Principais Dificuldades

- Origem concentradora da sociedade urbana, no que tange a conhecimento e poder (político, econômico, sócio-cultural, militar, religioso etc.), com disparidades históricas

que vêm se acentuando e que mantêm a exclusão de segmentos expressivos da população.

- Falta de clareza nas tendências e cenários macro ou meso-econômicos mundial e nacional, o que faz o Município e a Região Metropolitana optarem pela micro-economia.

- Dificuldades operacionais nas recentes matrizes utilizadas para os planos, programas e projetos institucionais de fomento público voltados ao desenvolvimento econômico, como decorrência de um período excessivamente especializado e setorializado, dificultando as ações para trazer economias informais para a formalidade produtiva.

Principais Oportunidades

- Tradição local de Desenvolvimento Planejado, tendo como resultado alta credibilidade local, nacional e internacional do município e de seus dirigentes.

- Ativos de base tecnológica evidenciando e consolidando uma forte vocação da cidade para abrigar alta tecnologia, transformando a região metropolitana numa Tecnópolis de grande competitividade mundial.

- Crescente Economia de Serviços, em ramos especializados como os de Saúde e Educação, bem como amplas oportunidades de expansão comercial e industrial nos demais pólos secundários, na própria região metropolitana e no Estado.

IV Desenvolvimento Social

Principais Dificuldades

- Expansão dos equipamentos sociais, exigindo do poder público maior e melhor planejamento, face à quantidade de espaços e complexidade para sua gestão, incorrendo em maior comprometimento dos recursos na sua manutenção.

- Manutenção da qualidade de serviços ofertados e extensão às novas áreas de ocupação na cidade.

- Planejamento de equipamentos cujo uso ultrapassa os limites do município em uma ação conjunta, compartilhando responsabilidades com o objetivo de reduzir a pressão das demandas existentes sobre os equipamentos sociais localizados na capital.

Principais Oportunidades

- Experiência local consistente e sob permanente evolução, nos serviços e políticas de Desenvolvimento Humano, traduzindo-se em resultados e indicadores positivos quanto aos procedimentos e rotinas voltados aos direitos fundamentais.

- Crescente descentralização e integração entre os serviços de promoção social, sobretudo os ligados à geração de renda, lazer, esporte, cultura e segurança nos bairros e espaços públicos.

- Ambiente institucional e internacional propício ao desenvolvimento de ações de sustentabilidade e equidade e na busca para reduzir disparidades socioespaciais.

V Segurança Pública e Defesa Social

Principais Dificuldades

- Conjuntura socioeconômica e cultural com algumas expressões e elementos que



favorecem ocorrências tanto em informalidade, como em criminalidade, em incivilidade e em violência, refletindo-se parcialmente no contexto municipal.

- Rápida desintegração territorial transformada em um tecido eminentemente regional e metropolitano e com líderes dispersos, facilitando o aparecimento de grupos de conduta anti-social ou de incivilidade.

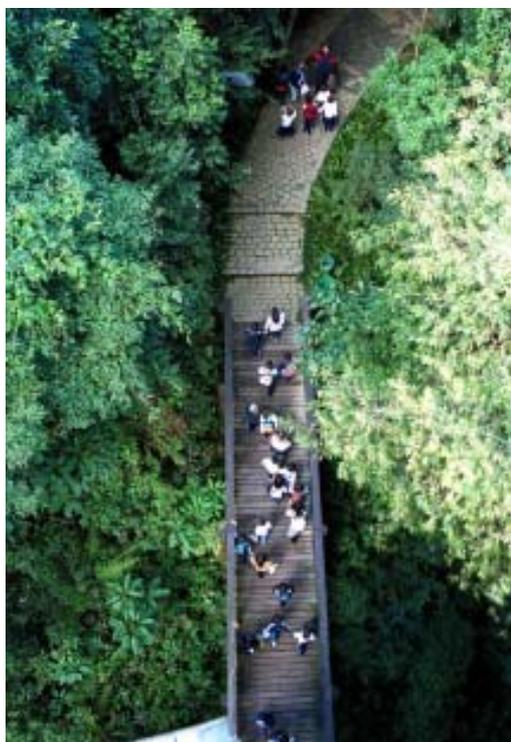
- Ambiente institucional do País ainda em transição, sem normas e regulamentação clara quanto às competências municipais no combate à violência, em chefia de forças tarefas para defesa social e para infligir sanções mais diretas à incivilidade.

Principais Oportunidades

- Bom desenvolvimento nos serviços da Guarda Municipal e adequada articulação entre instituições envolvidas no policiamento do núcleo metropolitano principal, permitindo uma descentralização de forma disciplinada e eficaz.

- Crescente descentralização e integração entre serviços municipais de Segurança e Defesa Social com os de fiscalização urbanas, promoção social, geração de renda, lazer, esporte, cultura e segurança nos bairros e espaços públicos.

- Apelos da mídia e da população com apoio socioeconômico e político favoráveis a mudanças.



VI Controle Ambiental e Desenvolvimento Sustentável

Principais Dificuldades

- Atitudes predatórias recorrentes entre alguns segmentos socioeconômicos e certos órgãos locais, denotando baixa transversalidade na consciência ambiental, para que os avanços até agora obtidos evoluam em direção a sustentabilidade.

- Dificuldades orçamentárias para conversão de patrimônio ambiental e cultural ao domínio público, face ao custo para manter e guardar locais com caráter turístico, ambiental e de lazer.

- Pressão socioeconômica remanescente sobre fatores determinantes aos impactos na cidade, desde iniciativas de ocupação urbana – popular e imobiliária – em locais frágeis até hábitos de consumo e comportamentos.

Principais Oportunidades

- Experiência local em permanente evolução de planejamento, serviços e políticas para desenvolvimento urbano associados ao manejo e ao controle ambiental da cidade, trazendo resultados animadores aos procedimentos e rotinas de proteção ambiental.

- Consciência de riscos planetários em crescente difusão na mídia, facilitando que se integrem serviços ambientais com os de promoção social, geração de renda, lazer, esporte, cultura e segurança nos bairros e em espaços públicos.

- Credibilidade da cidade quanto a seus esforços em Política Ambiental, facilitando acordos institucionais e apoio internacional para transformações positivas, com a realização de estudos e implantação de tecnologias apropriados à sustentabilidade.

3.6 SITUAÇÃO GERAL E RECURSOS INSTITUCIONAIS

Do ponto de vista financeiro, os serviços municipais de Desenvolvimento Humano e de Defesa Social vêm tendo crescente participação na despesa pública do município.

Quase não permitem investimentos em Desenvolvimento Urbano ou na estruturação da cidade. Serviços de promoção social, por exemplo, sem contar as rubricas e rotinas de Saúde e de Educação absorvem 40% do orçamento numa evolução de quase 85 % entre 2003 e 2006, passando a ter muito maior presença na despesa municipal. Nominalmente, saíram de vinte e oito para cinquenta milhões de reais no período, apresentando um incremento real no orçamento anual da prefeitura. Devido à grande articulação desses serviços - como os de Ação Social, Habitação de Interesse Social, Promoção de Cultura, Esporte e Lazer, sobretudo na estrutura descentralizada da prefeitura e junto às áreas periféricas -, se pode afirmar que, hoje, o município de Curitiba direciona cerca de nove por cento de sua capacidade financeira para combater ou evitar diversas formas de situações de risco ou de violência, focando esse esforço principalmente nos jovens, com uma despesa pública que chega próximo a 250 milhões por ano.

A situação geral se caracteriza por ter, contraditoriamente, na sua principal dificuldade, a oportunidade de romper com milênios de disparidades sócio-espaciais e culturais no processo de urbanização da humanidade.

4.1 MOBILIDADE URBANA E TRANSPORTE INTEGRADO

Para compor diretrizes e propostas nesse tema, foram consideradas:

- Circulação urbana em que prevaleçam, nessa ordem, os deslocamentos de pedestres em geral (com prioridade à acessibilidade dos idosos, deficientes e crianças) aos ciclistas, ao transporte público de passageiros e em veículos para cargas leves e, por fim, aos veículos automotores individuais, primeiramente de duas e, por último os de quatro rodas.
- Tecnologias e normas de controle adequadas para os deslocamentos, disciplinando e orientando a mobilidade com educação para trânsito e para operações de transporte, essas entendidas como competência do Poder Público Municipal que, — sem renunciar a processos próprios de gestão, planejamento e gerência —, dá preferência para substabelecer as operações coletivas a agentes externos à Prefeitura, mediante concessões, permissões, licenciamentos, convênios, acordos ou parcerias, nos termos de lei.
- Cooperação metropolitana intermunicipal em todos os níveis, bem como com as demais esferas públicas da Política Urbana Nacional.
- Estratégias articuladas e integradas dos agentes e atores comunitários ou privados, bem como com as demais políticas locais, sobretudo serviços e ações em Segurança, Defesa Social e em Desenvolvimento: social, econômico, urbano e cultural.

4.2 HABITAÇÃO

Para compor diretrizes e propostas nesse tema, foram consideradas:

- Acesso universal à moradia (com prioridade a famílias de menor renda, sobretudo com regularização fundiária ou implantação de ZEHIS), num processo integrado de políticas de assentamentos e construções em acordo a legislação de ocupação ou uso do solo.
- Prevalência das funções e usos residenciais na expansão da cidade, tendo na infraestrutura urbana e nos serviços de desenvolvimento humano ou de geração de renda seu principal suporte.
- Obediência aos princípios da função social da propriedade; adequação ambiental da moradia; socialização das oportunidades de acesso e, sobretudo, miscigenação dos tecidos socioeconômicos na cidade.
- Cooperação metropolitana intermunicipal e com as demais esferas públicas.
- Estratégias articuladas e integradas dos agentes comunitários e privados, bem como às demais políticas locais, sobretudo de desenvolvimento: econômico, social, cultural e urbano-ambiental.

4.3 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Para compor diretrizes e propostas nesse tema, foram consideradas:

- Promoção contínua dos fatores e dos ativos para o desenvolvimento socioeconômico e produtivo local, visando melhoria na qualidade de vida da população e bem estar na sociedade, com base em princípios da sustentabilidade e prioridade ao desenvolvimento local endógeno.

- Crescente formalização e estímulo à urbanidade das atividades produtivas, facilitando o acesso de profissionais e de jovens saídos da acadêmica nas novas frentes do mercado de trabalho.

- Articulação dos esforços públicos e privados, em todas as frentes do desenvolvimento local e regional, apoiando a ocupação sustentável e racional do território e visando ampliar iniciativas para gerar um ambiente produtivo que, de forma descentralizada, consolide potencialidades reais da Tecnópolis Metropolitana, cujo caráter deverá ser competitivo e solidário, conforme estabelecido no PDI — Plano de Desenvolvimento Integrado da região.

- Cooperação intermunicipal em todas as ações pragmáticas do fomento econômico, que envolverão também o esforço comunitário e as demais esferas públicas.

- Estratégias focadas no Capital Humano.

4.4 DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Para compor diretrizes e propostas nesse tema, foram consideradas:

- Promoção social apoiada na ampliação de acesso à atividade econômica e ao emprego (com prioridade a pessoas e grupos vulneráveis da sociedade, como os adolescentes), de forma a gerar emancipação material, bem como melhorias na qualidade de vida e no saber da população.

- Preservação e incentivo a expressões populares e às potencialidades regionais e locais, através da articulação das políticas públicas em suas dimensões socioeconômicas e culturais, bem como qualificação de agentes públicos e privados de desenvolvimento socioeconômico.

- Cooperação metropolitana intermunicipal, bem como também com demais esferas públicas;

- Estratégias articuladas e integradas dos agentes comunitários e privados, bem como das demais políticas locais, sobretudo de Segurança e de Desenvolvimento: econômico, urbano-ambiental e cultural.

4.5 SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

Para compor diretrizes e propostas nesse tema, foram consideradas:

- Medidas que promovam a proteção do cidadão, articulando e integrando organismos governamentais e sociedade, para organizar e ampliar a capacidade de defesa da comunidade e dos próprios municipais, mediante integração de serviços de controle ou policiamento, municipalização de estratégias, educação e mobilização para maior urbanidade e civilidade do tecido socioeconômico.

- Cooperação metropolitana intermunicipal nas ações pragmáticas do fomento econômico, bem como também nas demais esferas públicas, com ênfase a ações descentralizadas sob coordenação da Defesa Social.

- Estratégias integradas entre agentes privados e atores comunitários, bem como com os demais serviços locais, sobretudo nas áreas de emprego, renda e de lazer, esportes e cultura.

4.6 CONTROLE AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Para compor diretrizes e propostas nesse tema, foram consideradas:

- Conservação, proteção, recuperação e o uso racional do território, em seus aspectos natural e cultural, estabelecendo normas, incentivos ou restrições ao uso, ocupação e modificação de espaços, visando qualidade do meio ambiente e a sustentabilidade da Cidade, para presentes e futuras gerações;
- Sistemas de limpeza pública e tratamento de resíduos ou efluentes em constante monitoria e manejo, para os fins de proteção ao suporte natural e à sustentabilidade da vida e do futuro da região;
- Estratégias para promoção da civilidade e da urbanidade em suas diversas e heterogêneas escalas de organização e de expressão, por meio das ações e planos locais descentralizados;
- Orientação e assessoria permanente às operações urbanas que afetem o equilíbrio ambiental e cultural, registrando e acompanhando estudos de impacto nessas ocorrências;
- Cooperação metropolitana intermunicipal, bem como com demais esferas públicas;
- Estratégias articuladas e integradas dos agentes comunitários e privados, bem como das demais políticas locais, sobretudo as de Controle Urbano e de Desenvolvimento: social, econômico e cultural.

4.7 ESTRATÉGIAS INTEGRADAS PARA AS DIRETRIZES PROGRAMÁTICAS

Estratégias Gerais De Planejamento

O Plano Diretor Municipal, em versão adequada à Lei Federal Estatuto da Cidade, foi atualizado em 2004 para vigorar de 2005 até nova revisão em 2015. Ou seja, o Plano Diretor Municipal atende à disposição constitucional de servir como pacto decenal para o desenvolvimento da cidade.

Além de adotar diretrizes federais, o Plano Diretor reafirma a decisão local de monitorar a cidade, ou seja, manter o Planejamento Urbano como atividade permanente e flexível, no IPPUC. Para aprimorar esse *monitoramento da cidade*, foram enfatizados dois aspectos que têm a finalidade de manter o plano em sintonia com a realidade da população e, portanto, *manejar o espaço urbano*: gestão democrática sobre o planejamento e integração com as demais cidades da metrópole.

O ano de 2006 foi prazo final para os municípios brasileiros ajustarem planos diretores e as cidades mais adiantadas aprovaram suas leis em 2007. Nesse mesmo ano, alguns municípios como Curitiba acabaram avançando ao instalar Conselhos Municipais para monitorar seu Desenvolvimento Urbano.

Por ter se antecipado à agenda nacional, Curitiba pode conquistar maior efetividade na aplicação da Lei Federal de 2001, ao colocar a serviço dessa transformação a experiência em Desenvolvimento Urbano e em Pesquisa, cuja tradição de 42 anos está no IPPUC, instituição onde o Conselho de Cidade atuará, com atribuições de *formular* e *acompanhar* a Política Urbana local nos termos da lei. É decisão estratégica nesse processo ainda em construção nacional. Apesar de diversas contradições com que se convive, Curitiba dá garantia efetiva para que o Conselho Municipal da Cidade tenha papel importante no futuro do Desenvolvimento Urbano, como colegiado que fixa rumos aos planos, de modo que a prefeitura gerencie os projetos urbanos com o respaldo da sociedade.

II Matriz de Planejamento e Seus Reflexos

A gestão colegiada citada anteriormente, associada à postura institucional de

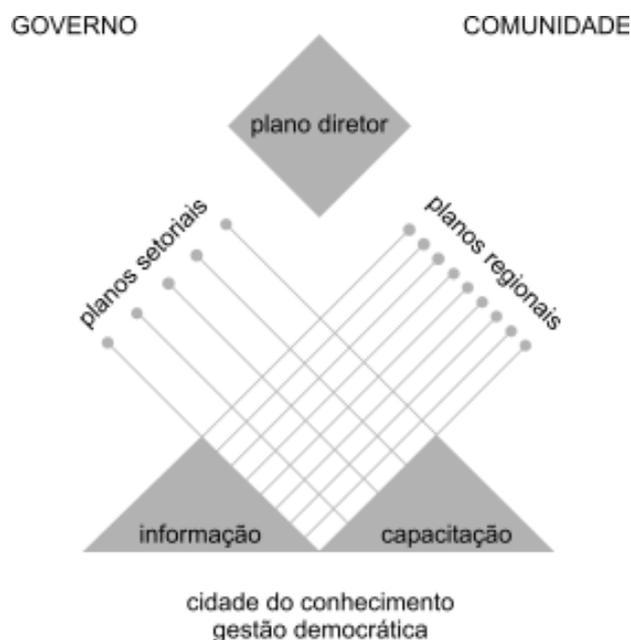
sustentabilidade com monitoria e manejo nos espaços urbanos, vistos esses na sua dimensão metropolitana, está baseada numa matriz flexível, onde os planos e ações setoriais se cruzam com planos regionais. Dinâmicos, os planos setoriais e os planos regionais orientam o desenvolvimento de bairros. Lá, se submetem a monitoria e manejo colaborativos, mediante três formas de procedimento e rotinas locais, em escalas territoriais de decisão:

A - Avaliações da integração (Institucional, Urbano-Ambiental e Socioeconômica) por meio do projeto Regional Desejada;

B - Diálogos Participativos, onde essa caracterização e a capacidade de resposta da prefeitura se submetem à apreciação da comunidade;

C - Retroalimentação dos planos setoriais e regionais, mediante sistematização análise, instrumentos normativos e planejamento de cada pasta;

D - Comitês Regionais de Acompanhamento, vinculados ao Conselho Municipal da Cidade de Curitiba — CONCITIBA.



No caso das Políticas Setoriais, essa matriz avalia, na escala dos bairros e da região administrativa, as ações integradas entre, por exemplo, a Guarda Municipal, os agentes públicos de Esporte e Lazer, de Cultura e de Conservação nos logradouros, de modo a discutir locais de risco bem como possíveis soluções ou encaminhamentos, resultando daí linhas de intervenção, que chegarão aos órgãos centrais de planejamento e decisão.

Assim sendo, a Matriz de Planejamento e de decisão adotada em Curitiba, apesar de manter ferramentas de indução e intervenção urbanística utilizadas tradicionalmente pelo IPPUC, torna mais ágil e aberta a realização de ajustes na prática de construir ou transformar espaços urbanos e em posturas e ações que visem manter ou aprimorar a qualidade de vida.

5.1 MOBILIDADE URBANA E TRANSPORTE INTEGRADO

Diretrizes Gerais e conjunto de metas

O Plano Setorial de Mobilidade estabelecerá diretrizes gerais e conjunto de metas, a curto, médio e longo prazos, com horizonte para 2020, com revisões periódicas, relativas à mobilidade urbana, objetivando a promoção da cidadania e inclusão social, o aperfeiçoamento institucional, regulatório e da gestão, por meio de ações integradas de desenvolvimento urbano, de mobilidade e de proteção ao meio ambiente, conforme definido pelo Ministério das Cidades. Neste capítulo são apresentadas as diretrizes gerais para os seguintes temas, cujas metas são detalhadas em Planos de Ações específicos:

- Sistemas Viário, de Circulação e de Trânsito;
- Transporte Comercial de Passageiros;
- Acessibilidade;
- Transporte de Cargas.

5.1.1 Sistema Viário, de Circulação e de Trânsito

O objetivo principal é promover a mobilidade urbana em Curitiba e suas conexões metropolitanas, de modo sustentável, induzindo a consolidação da malha viária existente, direcionando e regulando investimentos futuros na infra-estrutura viária geral, enfocando a mobilidade com menores fatores agressivos à vida humana e ao meio ambiente e priorizando os deslocamentos a pé, bicicleta e transporte coletivo.

Tema 1 – Legislação Federal, Estadual e Municipal

- Atualizar a legislação referente aos Sistemas Viário, de Circulação e de Trânsito, além de compatibilizá-la com os demais planos setoriais.

Tema 2 - Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo

- Consolidar as diretrizes do Plano Diretor, no que diz respeito ao Sistema Viário, Transporte Coletivo e Meio Ambiente, atualizando e elaborando legislação específica.

Tema 3 - Classificação, Tipologia e Hierarquização do Sistema Viário

- Eliminar eventuais conflitos entre o uso e ocupação do solo e a classificação viária e rever a classificação viária segundo o zoneamento;
- Estabelecer classificação das vias em relação ao Código Brasileiro de Trânsito — CBT e estabelecer regulamentação específica;
- Promover as ligações metropolitanas entre Curitiba e os municípios circunvizinhos, viabilizando as ligações previstas e estruturando as vias existentes, internas do NUC — Núcleo Urbano Central, por meio da elaboração de estudos considerando o PDI — Plano de Desenvolvimento Integrado (em conjunto com COMEC e Prefeitura do município correspondente), em parceria com os municípios do NUC;
- Ampliar as áreas de calçadão e de ruas preferenciais de pedestres, principalmente na Área Central;
- Restringir a passagem de veículos em ruas de predominância de uso de pedestres, e adequar acessibilidade em praças, ruas de pedestres e calçadas;
- Aperfeiçoar e ampliar o sistema cicloviário de Curitiba e suas conexões metropolitanas, através do detalhamento do Plano Diretor Cicloviário;

- Analisar viabilidade de construção de obras de arte — trincheiras e viadutos, em projetos de interseções complexas e saturadas do Sistema Viário Básico;
- Promover a segurança na circulação de pedestres e veículos de tração humana e animal nas vias urbanas de Curitiba;
- Identificar os locais de conflito de trânsito, apresentar os problemas às concessionárias e departamentos rodoviários, sugerir soluções não-agressivas à paisagem urbana (passarelas, telas de proteção, pontos de ônibus, ciclovias, equipamentos redutores de velocidade, etc), e cobrar responsabilidades junto às devidas jurisdições;
- Adequar a infra-estrutura à função que a via exerce no contexto do Sistema Viário Básico, assegurar sua trafegabilidade, e melhorar as condições urbanas das vias públicas em geral;
- Melhorar a infra-estrutura das vias públicas, através da pavimentação definitiva ou em antipó, dando prioridade para aquelas que são itinerários do transporte coletivo, e manter a pavimentação existente em boas condições de conservação.

Tema 4 - Utilização do Sistema Viário Básico

- Promover a plena utilização dos potenciais dos Setores Especiais Estruturais, de Adensamento, Conectores, Linhão do Emprego, Linha Verde e Nova Curitiba, com prioridade para o transporte coletivo;
- Estabelecer prioridades para as intervenções, considerando a segurança para os pedestres e a prioridade para o transporte coletivo;
- Equipar com infra-estrutura completa a rodovia BR 476, antiga BR 116, transformando-a em via urbana, para ocupação como novo eixo de desenvolvimento de Curitiba e de integração metropolitana, denominado *Linha Verde*;
- Otimizar a utilização da infra-estrutura instalada, segundo os parâmetros previstos, e promover a renovação urbana em vias estruturais, dando prioridade ao transporte coletivo;
- Coibir a circulação de bicicletas em vias inadequadas a este modal;
- Promover a implantação de características físicas diferenciadas para reforçar a identidade dos Setores Especiais;
- Incentivar parcerias com os empreendedores e proprietários dos imóveis, no processo de revitalização e manutenção dos Setores Especiais;
- Revitalizar a área central para utilização plena da infra-estrutura instalada;
- Priorizar a circulação não-motorizada na área central;
- Estruturar o Sistema Viário Básico para proporcionar melhores condições de deslocamento de pedestres, ciclistas e do transporte coletivo.

Tema 5 - Diretrizes de Arruamento e para Passagem de Rua

- Proporcionar alternativas nos deslocamentos e facilitar acesso aos serviços e equipamentos públicos, adequando a capacidade do Sistema Viário;
- Implantar as ligações viárias já previstas e cadastradas, desobstruir as áreas de domínio público ocupadas irregularmente, e promover o alargamento de vias para aumento da capacidade, em especial as do Sistema Viário Básico.

Tema 6 - Barreiras Urbanísticas e Naturais

- Adotar medidas visando ampliar a integração entre bairros e a facilitação da acessibilidade, com a eliminação ou reestruturação de transposições de barreiras urbanísticas e naturais.

Tema 7 - Pólos Geradores de Tráfego

- Aprimorar medidas visando reduzir os impactos socioeconômicos e ambientais causados pelos pólos geradores de tráfego no sistema viário e trânsito, bem como aperfeiçoar legislação pertinente.

Tema 8 - Componentes do Sistema Trânsito

- Promover a atratividade para o uso do transporte coletivo, estimulando a redução do uso do transporte individual;

- Reduzir os impactos negativos da circulação do trem em meio à malha urbana, e viabilizar a implantação do projeto do Contorno Ferroviário Oeste de Curitiba.

Tema 9 - Pontos Críticos e Acidentalidade

- Implantar medidas para reduzir o número absoluto de acidentes, óbitos e grau de severidades no trânsito, através de programas e projetos específicos;

- Promover a universalização das informações de acidentes de trânsito, centralizando-as em único banco de dados (OAT – Observatório de Acidentes de Trânsito);

- Desenvolver programas e projetos que visem corrigir problemas identificados no sistema viário diretamente ligados à ocorrência de acidentes;

- Melhorar a segurança da circulação de pedestres, de pessoas com deficiência motora e de ciclistas nas vias centrais dos Setores Estruturais, evitando atropelamentos.

Tema 10 - Gestão de Modelo Institucional

- Recompôr e reforçar, capacitar e qualificar quadros funcionais de técnicos e equipes da DIRETRAN;

- Reorganizar a estrutura da área de circulação e sistema viário do IPPUC, com a recomposição e reforço do quadro funcional de técnicos;

- Definir com clareza as atribuições relativas às atividades da área de Trânsito, conciliando interesses da URBS/DIRETRAN e IPPUC, sem sobreposição de atribuições e responsabilidades;

- Recompôr o Fundo de Urbanização de Curitiba – FUC Trânsito para fazer frente às demandas sob responsabilidade da Autoridade Municipal de Trânsito — URBS, tornando-o independente da arrecadação exclusiva de multas de trânsito;

- Propor a extensão da experiência de Curitiba em gestão viária e de trânsito para os municípios conurbados da Região Metropolitana;

- Realizar pesquisa de Origem e Destino para Curitiba e Região Metropolitana.

Tema 11 - Sistema de Informação aos Usuários do Sistema Viário

- Aperfeiçoar o sistema de informação ao usuário, especialmente na Área Central, Centro Expandido e Sistema Viário Básico, para melhoria da *performance* no trânsito;

- Melhorar a mobilidade urbana por meio de placas indicativas direcionais, modernização dos semáforos e utilização de sistemas complementares;

- Promover por meio de sinalização regulamentar a transposição segura de todos os cruzamentos da malha viária;

- Melhorar, em parceria com a concessionária da operação ferroviária, a segurança das transposições dos cruzamentos rodoferroviários, com sinalização adequada de passagem de nível;

Tema 12 - Operação do Sistema Viário e do Trânsito

- Melhorar as condições de trânsito nos horários de pico, com a redistribuição do tráfego e promoção de programas de conscientização dos usuários do transporte

individual;

- Estudar medidas de restrição do acesso de veículos automotores de transporte individual a determinadas áreas em determinados períodos.

Tema 13 - Fiscalização de Trânsito

- Aumentar a atuação da URBS/DIRETRAN, com um contingente de agentes que atenda às demandas de fiscalização, operação e educação de trânsito;

- Planejar a ampliação e reposição dos quadros de agentes de fiscalização de Trânsito da URBS/DIRETRAN;

- Desenvolver programas de treinamento, qualificação e re-qualificação dos agentes de fiscalização de trânsito;

- Agilizar a informatização dos procedimentos de fiscalização e notificação de infrações de trânsito;

- Promover um melhor entrosamento entre os órgãos de trânsito, evitando conflitos de competência e formalizando acordos através de convênios, quando necessários;

Tema 14 - Educação para a Mobilidade

- Promover campanhas educativas, comportamentais e institucionais para o convívio adequado nas vias públicas de todos os seus usuários, considerando suas particularidades;

- Propor um plano de rescalonamento de horários de atividades geradoras de tráfego, a fim de reduzir os impactos nos horários de pico sobre o sistema de transporte coletivo e o sistema viário;

- Realizar campanhas educativas, comportamentais e institucionais a fim de reduzir o número e grau de severidades dos acidentes de trânsito de maior recorrência.

- Promover programas de uso de bicicleta como meio de transporte, lazer e de melhoria das condições de saúde da população;

- Desenvolver programas educativos específicos para pedestres, e vinculá-los com programas da Prefeitura de melhorias de infra-estrutura para os pedestres.

Tema 15 - Programas e Linhas de Financiamento

- Fomentar a captação de recursos financeiros e linhas de financiamento em fontes nacionais e internacionais para de obras de infra-estrutura viária.

Transporte Comercial e de Passageiros

O objetivo é que a cidade tenha um sistema de transporte coletivo com regularidade do serviço, boa oferta, com prioridade na circulação viária, velocidade operacional adequada, racionalidade no sistema, veículo confortável, infra-estruturas bem dimensionadas e confortáveis, segurança, com um preço justo.

Tema 1 - Políticas Públicas

- Promover a recuperação da prioridade e da atratividade do transporte coletivo sobre o individual através da adoção de políticas públicas, caracterizadas por programas e projetos visando a otimização da RIT, como a implantação de pistas e faixas exclusivas, o aperfeiçoamento dos eixos de transporte coletivo, a implantação do metrô nos eixos norte e sul;

- Ampliar a cobertura da RIT em Curitiba e na Região Metropolitana;

- Redefinir a política de integração do transporte coletivo com o estabelecimento de

parâmetros sociais, econômicos, técnicos e administrativos com relação à integração metropolitana;

- Redefinir a política, o modelo tarifário e de remuneração do sistema de transporte coletivo;
- Redefinir a política e os parâmetros ambientais segundo os planos setoriais e compromissos assumidos com organizações nacionais e internacionais, para definir e aprimorar o controle ambiental;
- Regulamentar a Lei do Transporte Coletivo acatando os preceitos e critérios definidos para o sistema;
- Licitar a operação dos serviços de transporte coletivo.

Tema 2 - Infra-Estrutura

- Melhorar e ampliar a infra-estrutura de canaletas, corredores e vias, terminais de integração e os pontos de parada;
- Melhorar a acessibilidade em terminais de integração, estações tubo, paradas, ônibus e demais facilidades.

Tema 3 - Gestão

- Aperfeiçoar a operação do sistema de transporte coletivo por meio da análise da cobertura espacial, do dimensionamento do sistema e do gerenciamento;
- Aperfeiçoar a fiscalização do sistema de transporte coletivo com a implantação de um centro de controle operacional e de logística, com automação e implantar dispositivos e sistema de informação e segurança para os usuários;
- Aperfeiçoar o controle da demanda do sistema de transporte coletivo por meio do controle de passageiros, quilometragem, insumos tarifários e de pesquisas quantitativas e qualitativas;
- Aperfeiçoar o controle da frota do sistema de transporte coletivo por meio da adequação da tipologia dos veículos às novas tecnologias, controle da qualidade da emissão de poluentes e execução de inspeções veiculares;
- Aperfeiçoar o sistema de bilhetagem eletrônica, especialmente o controle e fiscalização do cartão transporte;
- Aperfeiçoar o sistema de informações aos usuários, com o acesso ao centro de controle operacional e melhoria da segurança nos equipamentos de transporte coletivo.

5.1.2 Transporte Comercial

O objetivo principal das propostas a seguir é o de obter um transporte comercial adequado, com infra-estruturas e frota bem dimensionadas e confortáveis, com segurança e preço justo.

Tema 1 - Políticas Públicas

- Aperfeiçoar o processo, abrangência e parâmetros do transporte comercial no âmbito dos municípios da Região Metropolitana;
- Aprimorar os parâmetros ambientais com relação à emissão de poluentes dos veículos do transporte comercial;
- Aprimorar a legislação do transporte comercial;
- Desenvolver um projeto educativo para o transporte comercial;
- Redefinir a política, o modelo tarifário e de remuneração do sistema de transporte comercial.

Tema 2 - Táxi

- Aperfeiçoar as relações institucionais, no âmbito dos municípios da Região Metropolitana, para a padronização da frota;
- Adotar novas tecnologias para a conveniência do usuário e para o controle operacional e de segurança;
- Adequar os pontos de táxi aos padrões estabelecidos.

Tema 3 - Transporte Escolar

- Licitar a operação dos serviços de transporte escolar;
- Adotar novas tecnologias para a conveniência do usuário e para o controle operacional e elevar os níveis de segurança dos usuários;
- Aperfeiçoar as relações institucionais, na interface com a Região Metropolitana, para a padronização da frota.

Tema 4 - Fretamento

- Aperfeiçoar o controle dos serviços de fretamento.

Tema 5 - Gestão

- Aprimorar a gestão por meio de automação da fiscalização, com o controle de ocorrências, mapeamento e implantação de sistema de remoção e apoio logístico;
- Implantar serviço de inspeções veiculares para o transporte comercial;
- Implantar no centro de controle operacional, o monitoramento e o controle operacional e a fiscalização do transporte coletivo.

5.1.3 Acessibilidade

O objetivo principal é a ampliação da acessibilidade, entendida como possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança, autonomia e rapidez, das edificações públicas e privadas, dos espaços públicos, equipamentos e mobiliários urbanos, dos serviços de transporte e dos sistemas de informação públicos pela população em geral, em especial por pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Tema 1 - Legislação Municipal

- Aperfeiçoar e ampliar a acessibilidade às edificações públicas e privadas, mediante a adequação da legislação municipal às exigências da legislação federal referentes à aprovação de projetos de construção, reforma e ampliação e ao licenciamento de atividades comerciais e de prestação de serviços;
- Aperfeiçoar e ampliar a acessibilidade nos passeios, mediante a adequação da legislação municipal que regulamenta a construção e reforma dos passeios, bem como as intervenções das concessionárias;
- Aperfeiçoar os mecanismos e os procedimentos de aplicação da legislação federal e municipal na aprovação de projetos, na fiscalização e na informação à população.

Tema 2 - Transporte Público

- Ampliar e aperfeiçoar a acessibilidade ao transporte coletivo dotando a frota de infra-estrutura física e operacional adequada para utilização por pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.
- Ampliar e aperfeiçoar a acessibilidade ao transporte coletivo dotando os terminais e pontos de parada de equipamentos e infra-estrutura adequados para utilização por

- pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;
- Adequar o atendimento do SITES - Sistema Integrado de Transporte Escolar do Ensino Especial, visando atender a demanda existente e a estimada até 2020 para o transporte escolar de ensino especial;
 - Ampliar o atendimento do Serviço de Táxi Especial ou desenvolver sistema similar visando atender a demanda existente e a estimada até 2020.

Tema 3 - Circulação e Sistema Viário

- Ampliar a acessibilidade nos passeios melhorando a sua qualidade mediante a construção ou reforma do pavimento e a inclusão de itens de acessibilidade, tais como rampas de travessia e rotas acessíveis;
- Compatibilizar a arborização urbana com a acessibilidade nos passeios;
- Ampliar a segurança na travessia de vias para as pessoas com deficiência e mobilidade reduzida implantando sinalização semafórica adequada às especificidades desse público alvo;
- Ampliar a autonomia, segurança e rapidez na circulação de pessoas com deficiência e idosos, dotando as vias públicas de estacionamento exclusivo em locais priorizados e de acordo com a legislação;
- Ampliar a autonomia, segurança e conforto das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida na circulação sobre os passeios mediante a realocação de mobiliário urbano com localização inadequada, o aperfeiçoamento da fiscalização e a adequação da legislação referente à implantação do mobiliário urbano.

Tema 4 - Equipamentos Urbanos Municipais

- Ampliar e aperfeiçoar a acessibilidade aos equipamentos administrativos, sociais e de uso coletivo, com a implantação de infra-estrutura nas edificações que permita o acesso e utilização por pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, de acordo com a legislação federal e normas técnicas específicas.

5.1.4 Transporte de Cargas

O objetivo principal para o transporte de cargas é o de se estabelecer uma estratégia para a circulação de cargas em geral e as perigosas, visando reduzir seus impactos sobre a circulação viária, meio ambiente e vizinhança, promovendo o controle, monitoramento e fiscalização, diretamente ou em conjunto com órgãos da esfera estadual ou federal.

Tema 1 - Legislação Municipal

- Consolidar e aprimorar a regulamentação do setor visando a melhoria na circulação e operações associadas de bens e mercadorias em Curitiba.

Tema 2 - Gestão

- Definir políticas públicas municipais, com a fixação de estratégias e diretrizes para gestão, bem como as responsabilidades dos órgãos municipais relativas à circulação e às operações associadas do transporte de cargas;
- Estabelecer parcerias com o setor privado, visando a adequá-los às políticas públicas definidas neste Plano Setorial de Mobilidade.

Tema 3 – Infra-Estrutura Básica

- Identificar corredores viários e rotas obrigatórias e preferenciais para a circulação

das cargas em Curitiba e região.

- Minimizar o impacto das cargas ferroviárias no perímetro urbano de Curitiba por meio de alternativas locais de traçado da ferrovia;
- Reservar áreas para implantação de centros de distribuição, em função do zoneamento e das novas necessidades do setor, procurando localizá-los próximos a entroncamentos rodoviários e interseções, distantes de áreas residenciais;
- Promover a integração da política municipal do transporte de cargas com o sistema de transporte de cargas rodoviárias e terminais de grande porte, compatibilizando com planos de desenvolvimento ferroviário e aeroportuário.

Tema 4 – Operações Associadas

- Aprimorar as operações de carga e descarga, seu controle local, escala horária e sinalização, assim como as rotinas de fiscalização;
- Readequar as operações junto às áreas preferenciais de pedestres (calçadas) e no entorno dos pólos geradores de cargas;
- Incrementar as restrições de circulação com relação às dimensões de veículos de carga na cidade e em especial na ZCT, com estímulo à adoção do VUC – Veículo Urbano de Carga;
- Identificar, através de pesquisa, a circulação e suas operações associadas (carga e descarga, horários e rotas) das cargas em Curitiba e região;
- Padronizar a sinalização das principais vias e pontos de carga e descarga para melhoria da segurança e fluidez do tráfego, promovendo a integração com os municípios da Região Metropolitana de Curitiba.

Tema 5 – Transportes Especiais

- Promover a articulação com os demais programas em andamento na Prefeitura de Curitiba que tratam dos procedimentos, gerenciamento e fiscalização das operações dos transportes especiais, tais como de produtos perigosos, de tração humana e animal, do serviço de moto-frete e resíduos sólidos.

5.2 HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Objetivo Geral

O Plano Setorial nesta área temática tem por objetivo geral estabelecer um marco referencial para a Política Habitacional do Município, com relação a seus princípios, suas diretrizes e seus objetivos, mediante definição de ações de curto, médio e longo prazos, que assegurem acesso universal à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, infra-estrutura, transporte, serviços, trabalho e lazer, respeitando as diretrizes de ordenamento, controle do uso e ocupação do solo, de preservação do meio ambiente natural e construído, com a participação da comunidade.

Objetivos específicos

- Regulamentar os novos instrumentos da Lei Municipal 11.266/2004 – Plano Diretor de Curitiba, para incremento na produção de moradias;
- Possibilitar o acesso do município aos recursos públicos federais destinados à habitação de interesse social por meio da participação no Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social e a subsídios para as populações de menor renda;
- Estimular a produção habitacional pela iniciativa privada para o atendimento das

necessidades habitacionais do conjunto da população, com destaque para a habitação de interesse social;

- Promover o cumprimento da função social da propriedade por meio da adoção de instrumentos de política urbana para obter maior controle do uso e ocupação do solo;
- Estabelecer normas especiais de urbanização, uso e ocupação de solo e parâmetros para edificação em assentamentos de interesse social, regularização fundiária e urbanização de áreas ocupadas por população de menor renda;
- Definir níveis de prioridade para a regularização fundiária e a urbanização de áreas de ocupação irregular, adequando-as aos parâmetros urbanísticos e ambientais estabelecidos e incluindo-os no contexto da cidade formal;
- Diversificar as modalidades de acesso à moradia, tanto nos produtos quanto nas formas de comercialização, com o objetivo de reduzir o déficit habitacional, atender as novas demandas da população que está fora do mercado imobiliário de acordo com as características socioeconômicas das famílias beneficiadas;
- Promover a ocupação do território urbano de forma harmônica, com áreas diversificadas e integradas ao ambiente natural com prioridade de aproveitamento das áreas dotadas de infra-estrutura, não utilizadas ou subutilizadas;
- Promover a realocação de moradores residentes em locais impróprios ao uso habitacional e em situação de risco, recuperando o meio ambiente degradado;
- Assegurar assistência técnica e jurídica para a comunidade de baixa renda em ocupações irregulares, visando a regularização da ocupação;
- Integrar a política municipal de habitação com as demais políticas públicas, estadual e federal, com ênfase no desenvolvimento social e econômico, no desenvolvimento urbano, mobilidade e proteção ao meio ambiente;
- Assumir uma visão regional da problemática habitacional, buscando maior articulação com os municípios metropolitanos e as instâncias estadual e federal na proposição e execução de soluções comuns, visando a otimização de recursos disponíveis;
- Estabelecer canais permanentes de participação das comunidades e da sociedade organizada na formulação, implantação e no controle da aplicação dos recursos da política habitacional e nos seus programas específicos;
- Promover a melhoria da capacidade de gestão municipal dos planos, programas e projetos habitacionais de interesse social;
- Buscar a auto-suficiência dos programas habitacionais, propiciando o retorno financeiro dos recursos aplicados, respeitadas as condições socioeconômicas das famílias beneficiadas;
- Adotar mecanismos de acompanhamento e indicadores para avaliação das políticas, planos e programas implantados no setor habitacional;
- Adequar e reformular o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social às diretrizes do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social.
- Ampliar a capacidade de atendimento com moradia para as famílias de baixa renda contribuindo para a melhoria dos indicadores socioeconômicos dos moradores;
- Inibir novas ocupações irregulares em áreas impróprias como áreas de preservação ambiental, áreas de risco e áreas públicas;
- Elaborar estudos específicos para promoção de habitação em áreas de renovação urbana.

5.2.1 Diretrizes e Princípios

- Prioridade à população de menor renda nos planos, programas e projetos articulados no âmbito federal, estadual e municipal;

- Estabelecimento de medidas necessárias para a preservação, conservação e recuperação ambiental, nas áreas de ocupação irregular;
- Previsão em legislação municipal como Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), das áreas objeto do Plano Municipal de Regularização Fundiária para as APPs – Áreas de Proteção Permanente e áreas aptas a receber habitação de interesse social;
- Sustentabilidade econômica e social dos projetos e programas implementados;
- Atuação de forma planejada, considerando as limitações dos recursos municipais;
- Ampliação de canais de gestão democrática para o controle social e monitoramento ambiental;
- Adoção de instrumentos de monitoramento que comprovem a melhoria das condições de sustentabilidade urbano-ambiental e de habitabilidade nas ocupações irregulares;
- Definição de forma integrada das áreas prioritárias de ação governamental visando à ampliação do acesso à moradia e à proteção, preservação e recuperação da qualidade ambiental;
- Planejamento das intervenções nas ocupações irregulares compatibilizando tempo e disponibilidade de recursos.

Propostas em Linhas de Ação

No Plano Setorial de Habitação as propostas definem Linhas de Ação que têm como base os princípios, diretrizes e os objetivos acima enunciados, e que se voltam para a melhoria e a ampliação nas ações já relatadas no item denominado “10 LINHAS PROGRAMÁTICAS DE AÇÃO”, apresentado na versão completa do plano, que fica a disposição para exame na biblioteca do IPPUC e na sede da COHAB-CT. A seguir são descritas as ações de curto, médio e longo prazos, por áreas de atuação, necessárias para a ampliação do acesso a moradia. Como o horizonte do Plano de Habitação é o ano de 2020, adotou-se como curto prazo o período de 4 anos, como médio prazo o período de 8 anos e como longo prazo o período de 12 anos para implementação das ações propostas.

5.2.2 Ações de Curto Prazo

I Gestão Democrática

- Atualizar e disponibilizar informações referentes às ocupações irregulares;
- Documentar e avaliar de forma contínua os procedimentos executados ampliando aos técnicos o seu conhecimento;
- Unificar os cadastros socioeconômicos da população residente em áreas de ocupação irregular;
- Aprofundar a análise do perfil da população inscrita no cadastro da COHAB;
- Fortalecer a discussão entre a Prefeitura e as comunidades;
- Fortalecer e ampliar as parcerias entre a Prefeitura e a comunidade para a preservação e recuperação ambiental;

II Planejamento

- Promover maior integração entre as secretarias e órgãos afins no trato da questão habitacional e ambiental;
- Priorizar a implantação de equipamentos públicos nas APPs, áreas de proteção legal permanente, de forma a evitar sua re-ocupação;

- Incentivar a produção de ocupação vertical;
- Fortalecer os processos de parceria no âmbito Municipal, Estadual e Federal;
- Dar maior agilidade aos procedimentos de regularização fundiária;
- Elaborar o Plano de Drenagem Municipal.

III Normativa

- Atualizar a legislação de parcelamento e ocupação do solo, de interesse social, com parâmetros diferenciados como forma de incentivo à participação da iniciativa privada na produção de habitação;
- Elaborar legislação específica transformando as ocupações irregulares em Zonas ou Setores Especiais de Habitação de Interesse Social – Regularização Fundiária;
- Estabelecer parâmetros de construção mais flexíveis nas áreas de ocupação irregular;
- Regular o Plano Diretor de Curitiba para aplicação dos novos instrumentos;
- Gestionar a compatibilização da legislação federal vigente para atendimento aos idosos, com a normativa da CAIXA;
- Estabelecer convênios com as entidades de classe e acadêmicas para assistência técnica e jurídica gratuita para as comunidades e grupos sociais menos favorecidos.

IV Executiva

- Inserir a temática da prevenção de invasão no programa de educação ambiental;
- Coibir o crescimento dos assentamentos espontâneos e o surgimento de novas ocupações;
- Implantar rede de esgoto nas ocupações irregulares;
- Adotar os critérios de priorização e hierarquização das ocupações irregulares do PMRFAPP;
- Priorizar o reassentamento das ocupações irregulares situadas em áreas permanentemente alagadas;
- Implantar a habitação em áreas dotadas de infra-estrutura.

V Capacitação

- Incentivar a busca pela qualidade de vida e novas oportunidades de trabalho por meio da capacitação profissional e seguridade social.

VI Recursos

- Ampliar o montante de recursos do Orçamento Municipal destinado à habitação;
- Prever no Orçamento Municipal recursos específicos para a recuperação ambiental;
- Fortalecer o diálogo com os governos Estadual e Federal, e organismos internacionais para obtenção de financiamentos para a habitação;
- Identificar novas fontes de financiamento para implementação de projetos e programas que visem à produção de habitação e a recuperação ambiental;
- Utilizar os mecanismos do Plano Diretor de Curitiba como forma de viabilizar recursos.

5.2.3 Propostas de Médio Prazo

I Gestão Democrática

- Aprimorar o Sistema Integrado de Informações;
- Complementar o georreferenciamento das informações das áreas de ocupação irregular.

II Planejamento

- Fortalecer a COHAB para a implantação da Política Municipal de Habitação de Interesse Social;
- Aprimorar a integração das Políticas Públicas nas áreas de Habitação, Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano;
- Estabelecer parcerias com os municípios do NUC para ações conjuntas de provisão de habitação.

III Executivas

- Criar estoque de terras para provisão de novas unidades habitacionais;
- Criar linhas especiais de financiamento para famílias sem rendimentos e para atendimento às minorias;
- Elaborar em parceria com os municípios da RMC programa de regularização fundiária em APPs dos rios na divisa entre os municípios;
- Dar continuidade na política de implantação de parques lineares nos principais rios do Município.

IV Capacitação

- Ampliar programa de capacitação do corpo técnico e dos representantes da comunidade envolvidos com a questão habitacional e ambiental.

V Recursos

- Sensibilizar o governo Federal e o Estadual para dar subsídio ou reduzir os Impostos que incidem sobre a mão-de-obra e materiais de construção.

5.2.4 Proposta de Longo Prazo

I Executivas

- Regularização das moradias atualmente em ocupação irregular.

5.3 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

5.3.1 Objetivos

Desenvolvimento Sustentável

Nos tempos atuais intensifica-se a reflexão sobre as causas das desigualdades entre os povos e classes sociais. Buscam-se alternativas para um novo modelo de desenvolvimento econômico e social mais justo, igualitário e de inclusão de todos os segmentos sociais no processo do desenvolvimento. Debatem-se processos de cooperação, de governança, de poder e de articulação locais para envolver e comprometer forças externas à comunidade no fortalecimento das causas internas da comunidade, na redução das fraquezas e na potencialização das oportunidades. Entende-se que desenvolvimento deve ser progresso sustentável. E que é, antes de tudo, uma questão de crescimento e aprimoramento do capital humano, do capital social e aproveitamento do capital natural

em proveito de todos. Os ativos para o desenvolvimento sustentável são os diferentes tipos de capitais disponíveis, isto é, capital material, físico, financeiro, humano e social.

Desenvolvimento Integrado

Além de imprimir sustentação social e ambientalmente adequada ao progresso, se busca um Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS), mediante processo de promoção do desenvolvimento por meio de parcerias entre Estado e Sociedade. Entende-se, também, que há necessidade de um ambiente que contemple ações multisetoriais integradas, que convirjam numa localidade ou território, segundo métodos instrumentados, pelo menos, por: capacitação para gestão; diagnóstico e planejamento participativos; articulação da oferta pública de programas com demanda social na localidade; monitoramento e avaliação; fomento ao empreendedorismo e criação de um cenário institucional participativo.

Esforços Locais Focados

Observa-se em Curitiba uma projeção positiva e acelerada de busca de melhorias para as próximas décadas. No entanto, é necessária a ação continuada e constante das políticas públicas na melhoria das condições de infra-estrutura e em investimentos, tanto nos aspectos de geração em ocupações econômicas como nos cuidados com habitação, saúde, educação e segurança. O fato de se observar um crescimento acelerado para absorver a força de trabalho na cidade é que irá motivar a necessidade conjugada de investimentos privados e públicos, focando esforços para todos os setores já citados, porém de uma forma permanente e crescente, adaptando-se a um contexto competitivo e exigente. O diagrama abaixo indica como podem ficar articuladas e focadas as ações de fomento econômico.



5.3.2 Diretrizes de Desenvolvimento

I Marketing dos Ativos Locais Comparativos

Ampliar a visibilidade de fatores competitivos, comparativamente a localidades de porte ou vocação semelhante, em itens tais como: potencial de consumo, cuidado ecológico, qualidade da mão-de-obra, etnias peculiares, qualidade das instituições, localização estratégica, soluções urbanas inovadoras, qualidade de vida, ambiente para negócios, “Cidade-laboratório”, ensino de qualidade, ambiente tecnológico inovador, seriedade de instituições, cultura de planejamento e população ordeira.



Como pode ser observado no diagrama acima, a partir de associações já formadas na mente das pessoas derivariam certas vocações a serem potencializadas. Na medida em que essa vocação é tratada de forma específica e adensada, cria-se um “circulo virtuoso” de aprofundamento nas relações entre agentes, fazendo com que se estabeleça um “cluster” de desenvolvimento. Neste ambiente é potencializado um processo consciente e de geração de sinergias, baseado em visão local compartilhada de futuro, mediante desenvolvimento de competências específicas e relações de confiança e cooperação.

Uma vez estabelecido este processo, as “vantagens competitivas” tendem a aprofundar-se, reforçando o aspecto de sustentabilidade do modelo. Em Curitiba especificamente, encontramos diversos “ativos intangíveis” capazes de agregar valor à atividade econômica, vocações latentes e competências para serem reconhecidos no mercado nacional.

II Diretrizes Macropolíticas

- Ampliar as ligações formais e informais entre cidades internacionais de referência e congêneres à Curitiba;
- Ampliar as relações regionais, fortalecendo a competitividade em escalas nacional e internacional;
- Hospedar instituições públicas e privadas locais e regionais com atuação nacional e internacional.

III Diretrizes Micropolíticas

- Apoiar as bases produtivas locais, visando diversificação e ampliação;
- Estimular oportunidades produtivas que correspondam à vocação da cidade ou que signifiquem novas oportunidades para empreendedores;
- Priorizar atividades produtivas geradoras de ocupações econômicas, de trabalho, de emprego e renda, estimulando assim o empreendedorismo local.

IV Diretrizes Mesopolíticas: Mecanismos e Instrumentos

- Apoiar o desenvolvimento das micro, pequenas e médias empresas estimulando a modernização, pesquisa tecnológica, invenções e inovações;
- Estimular o desenvolvimento e aprimoramento de redes de fornecedores com aumento de qualidade, produtividade, racionalidade no uso dos fatores de produção e ganhos de competitividade nacional e internacional;
- Estimular a formação e capacitação profissional buscando sempre a atualização, renovação de conhecimentos e incorporação de novos saberes nacionais e internacionais;
- Estimular a transferência de novas tecnologias criando mecanismos facilitadores para geração, incorporação e irradiação de conhecimentos e tecnologias que aumentem a qualidade de vida dos cidadãos e a conquista dos mercados nacional e internacional com produtos e serviços portadores de novos valores e soluções para as necessidades e ansiedades dos consumidores.

V Orientações estratégicas e metropolitanas

Os tempos atuais são de pensar o desenvolvimento de uma cidade, de um Estado e de um País não mais a partir das opiniões e proposições de alguns, mas a partir dos interesses contraditórios e divergentes dos diferentes segmentos sociais que compõem as sociedades local e regional. A construção de um novo tempo para o desenvolvimento de Curitiba e Região Metropolitana é uma causa compartilhada entre poder público, sociedade organizada por meio de entidades de classe e associações e indivíduos que sonham e querem um novo modo de convivência e desenvolvimento. Neste sentido é fundamental a criação de processos e alternativas de articulação, coordenação, atuação em redes intra-sociedade que, interligadas a outras regiões e esferas de poder nacional e internacional, promovam e acelerem o desenvolvimento local como parte das transformações globais.

VI Diretrizes para reflexão e atuação

- A** - Articular cooperações, parcerias e alianças nacionais e internacionais.
- B** - Encontrar alternativas para o desenvolvimento econômico e social de Curitiba e região por meio do fortalecimento e estímulo à livre iniciativa criadora de negócios e soluções de desenvolvimento e qualidade de vida.
- C** - Gerar e difundir o conhecimento local acumulado; incorporar e irradiar informações sobre oportunidades de negócios e de inovações tecnológicas.
- D** - Articular a consolidação, fortalecimento e surgimento de instituições e mecanismos facilitadores para desenvolver as relações econômicas, sociais e culturais de cooperação e alianças com outros países e regiões, mediante redes (Networks, Teamnets) que facilitem inserção competitiva de produtos, serviços e empresas de Curitiba e região nos mercados nacional e internacional.

E - Criar canais de acesso e participação de todos os segmentos da sociedade no processo de construção do desenvolvimento desejado.

F - Buscar sinergia e convergência entre as proposições e alternativas divergentes e contraditórias.

G - Integrar o pensamento estratégico local com o pensamento estratégico nacional e internacional, com a aproximação e envolvimento de cidadãos comuns, pensadores, pesquisadores, empreendedores, estudantes, jovens, esportistas e diferentes manifestações culturais.

H - Centralizar todos os dados disponíveis sobre o Município, numa mesma unidade, independentemente da sua origem, a fim de que haja homogeneização e facilidade de acesso às informações.

I - Ampliar esforços para integrar as políticas de trabalho e renda não apenas entre si, mas com outras políticas públicas - ações interinstitucionais - onde se articulam as questões social e do desenvolvimento.

J - Agilizar a implantação de um sistema municipal público de trabalho e renda, não só para o Município de Curitiba, mas integrada à RMC, em função das características mercadológicas e espaços geográficos. O novo sistema viria centralizar todas as iniciativas já em andamento para ampliar a geração de trabalho e renda.

5.3.3 Propostas de Desenvolvimento

I Indústria, Comércio e Serviços

A - Estimular o surgimento de novos empreendedores;

B - Fortalecer empreendedores existentes;

C - Atrair novos investimentos nacionais e internacionais;

D - Incorporar transformação tecnológica de produto, processo e gestão para setores privados e públicos, agregando valor aos produtos e serviços gerados na região;

E - Fortalecer e desenvolver novas bases de conhecimento para participar das conquistas e transformações mundiais.

F - Fortalecer e apoiar processos de atuação cooperadas, tais como Redes, Networks, Teamnets, Cadeias Produtivas, Arranjos Produtivos, Associativismos, dentre outros.

G - Estimular e valorizar tecnologias, espaços e culturas locais;

H - Valorizar a imagem de cidade Universitária; de Cidade ecologicamente correta; de soluções urbanas; de bases culturais como alternativas de negócios e de geração e atração de investimentos, de novas oportunidades de ocupação econômica, trabalho, emprego e distribuição de renda.

I - Desenvolver habilidades e competências em áreas especializadas de prestação de serviços tecnológicos tais como Comunicação, Software, Informática e outros.

J - Fortalecer e apoiar o surgimento e o crescimento das pequenas e médias empresas, estimulando parcerias, associações e alianças entre empresas locais e internacionais para inserção competitiva nos mercados local, nacional e internacional.

K - Criar, implantar e manter banco de dados e informações que facilitem a atração, criação e instalação de empresas e novas atividades econômicas.

L - Rever a sistemática do processamento para concessão de alvará, autorização de funcionamento para novas empresas, reduzindo o tempo médio hoje despendido pelos novos empreendedores.

II Turismo, Eventos e Negócios Temáticos

- A** - Perceber e valorizar o Turismo como um complexo produtivo importante para o desenvolvimento, econômico e social;
- B** - Promover e estimular o constante aprimoramento das instituições públicas e privadas que se ocupam das atividades turísticas em Curitiba e Região, valorizando as competências e habilidades técnico-profissionais;
- C** - Identificar, promover e estimular o desenvolvimento de ações integradas e complementares entre as instituições públicas e privadas na divulgação e aproveitamento das oportunidades turísticas locais e regionais, buscando sinergia entre empresas privadas e instituições municipais, estaduais e federais;
- D** - Promover acordos de cooperação e alianças com agências e operadoras de turismo, redes nacionais e internacionais para criar elos de interdependência e ações conjuntas de negócios de interesses comuns;
- E** - Estimular o surgimento de novas competências empreendedoras do Turismo regional por meio da capacitação de recursos humanos profissionais para a prestação de serviços especializados, principalmente com o objetivo de perceber e empreender atividades turísticas locais e regionais;
- F** - Divulgar as oportunidades de negócios e as vantagens competitivas de Curitiba como Cidade Referência nas áreas universitária, de comércio e serviços, de desenvolvimento científico e tecnológico, de eventos esportivos, eventos culturais e de lazer, transporte urbano e meio ambiente;
- G** - Valorizar o esporte como uma atividade que acompanhou o ser humano em todos os tempos. O esporte é hoje um setor de produção técnica, científica, médica, industrial e de turismo;
- H** - Divulgar a cidade de Curitiba como referência em algumas especialidades médicas;
- I** - Valorar o fato de Curitiba ser, há muitos anos, reconhecida como cidade universitária e de boas bases culturais, estimulando o turismo de eventos e cultural;
- J** - Fomentar novas iniciativas de lazer (parques temáticos, por exemplo) em áreas turísticas com potencial já reconhecido, a exemplo de Santa Felicidade. Iniciativas dessa ordem, além de gerar empregos, podem resultar em maiores receitas para o Instituto de Turismo de Curitiba;
- K** - Promover a negociação de roteiros turísticos em processos integrados e articulados com a Região Metropolitana de Curitiba, com outros pólos turísticos do Estado do Paraná, do Sul do Brasil, Nordeste e Região Amazônica, e Pantanal;
- L** - Negociar e articular Roteiros Turísticos com Agentes Emissores e transportadores aéreos e marítimos de outros continentes, (Europa, Ásia, África).

III Desenvolvimento Tecnológico

- A** - Promover ambiente urbano para Invenções e Inovações, desde a implantação de um Banco de Dados sobre ativos tecnológicos (Instituições de P&D, laboratórios, Instituições de Apoio Tecnológico, empresas de base tecnológica, empresas de grande porte com presença nacional e internacional, etc.), e de formação de recursos humanos (Instituições de Ensino Superior) da região, privilegiando projetos de expansão futura. Destacam-se áreas de excelências já conquistadas por Curitiba tais como: Tecnologia de informações e comunicações; biotecnologia e ciências da saúde; tecnologia de gestão urbana e meio ambiente; tecnologia desportiva; tecnologia no setor metal –mecânico.;

B - Estimular, fortalecer e ampliar as articulações de cooperação internacionais, tanto por parte de instituições como dos indivíduos tratados como ativos ocultos importantes para a efetiva concretização de uma TECNÓPOLIS;

C - Estimular o desenvolvimento de Tecnologias Sociais visando a criação de empresas locais que utilizem tecnologias adequadas à proliferação de produtos e serviços voltados aos cidadãos de menor renda;

D - Implantar o Parque Tecnológico para Curitiba e Região.

IV Negócios Internacionais

A - Buscar permanentemente formas e alternativas de pensar e desenvolver a cidade considerando as vontades e desejos dos cidadãos locais e as mudanças e transformações que ocorrem em outros espaços mundiais. Entende-se como necessário tornar permanente o debate e a análise de novos rumos do desenvolvimento econômico e social para Curitiba e Região Metropolitana;

B - Criar bancos de informações e de oportunidades de negócios para implementar e facilitar articulações de instituições e empresas locais com similares de outras partes do mundo;

C - Criar conselhos setoriais de interesse econômico e social para Curitiba e região, tais como: Conselho dos executivos estrangeiros que atuam em Curitiba; Conselho das empresas estrangeiras que atuam em Curitiba;

D - Articular com Corpo Consular oportunidades de cooperação e promoção de Curitiba no exterior, bem como para a atração de investimentos e negócios para a cidade de Curitiba;

E - Utilizar o potencial das Câmaras de Comércio como elos facilitadores de negócios e atração de capitais e as missões internacionais e de promoção de oportunidades de negócios com Curitiba em outros países e cidades;

F - Articular mudança do Eixo de Polarização das cargas dos Aeroportos de São Paulo para Curitiba;

G - Transformar Curitiba e Região Metropolitana em central de distribuição de fluxos de cargas e mercadorias em termos nacional e internacional, oriundas do Mercosul, dos países das Américas, considerando-se as modalidades de transportes aéreos, marítimos e rodoviários;

H - Atrair para Curitiba serviços de informática e telecomunicações nacional e internacional, considerando-se as boas condições dos sistemas de informação e comunicação existentes. (Teleporto, Centrais 0800 e assemelhados);

I - Identificar capital humano para ser elo de ligação em diferentes partes do mundo para atuarem como promotores da cidade e captadores de oportunidades de negócios. (Cabeças de ponte em espaços mundiais estratégicos). Criar grupos de "Jovens Pensantes", "Um Novo DNA" de pensamento estratégico internacional sobre as alternativas de inserção de Curitiba no mundo.

J - Intensificar o processo de acordos de cidades-irmãs para facilitar cooperações e intercâmbios de interesses culturais, educacionais, técnicos, turísticos e de negócios.

V Desenvolvimento Econômico e Social

Como a concentração de renda rompeu a unidade de mercado, segmentando-o por níveis de renda, há um espaço para intervenção no mercado destinado aos extratos mais baixos de renda (franjas de mercado). Esse mercado necessita de produtos alternativos com preços mais acessíveis de acordo com o seu poder aquisitivo.

Os perfis de produção e as tecnologias necessárias, normalmente, caracterizam-se por serem poupadoras de capital e pelo uso intensivo de mão-de-obra. Este tipo de iniciativa, além de gerar trabalho e renda, pode transformar algumas regiões da cidade em pólos de produção local e regional.

VI Ações para o Desenvolvimento Econômico-Social

A - Difundir a “marca” de Curitiba sobre a questão ambiental, em especial a partir do sucesso do “Programa Lixo que não é Lixo” e procurar atrair para o Município, indústrias direcionadas para a reciclagem dos diversos tipos de materiais, cujas características fazem uso de mão-de-obra não especializada;

B - Democratizar as informações e as bases tecnológicas, estimulando o desenvolvimento de tecnologias sociais adequadas, que favoreçam a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos menos favorecidos, acelerando a inclusão social e reduzindo as desigualdades econômicas, sociais e culturais;

C - Divulgar e criar canais de comunicação permanentes, eficientes e eficazes que informem os cidadãos sobre os problemas e as alternativas tecnológicas para a conquista de uma melhor qualidade de vida;

D - Coordenar, articular e buscar sinergia entre diferentes processos de intervenção econômica, tecnológica, social, envolvendo atividades comuns como comunicação, promoção do empreendedorismo, inovação, ambiente de negócios, soluções urbanas, incentivos fiscais, infra-estrutura comum e inserção internacional;

E - Apoiar a capacitação e o desenvolvimento do empreendedorismo por necessidade, pois ele traz respostas para ocupações econômicas, trabalho, emprego e renda para um importante segmento da população;

F - Envidar esforços no sentido de coordenar, por meio órgãos institucionais, a geração de estatísticas oficiais, visando à capacitação e desenvolvimento do empreendedorismo voltado para ocupações econômicas que absorvam, inclusive, mão-de-obra não qualificada e que gerem emprego e renda, incluindo-os no mercado de trabalho de Curitiba e região. Ex: Organização dos profissionais voltados à coleta e transformações de materiais recicláveis.

VII Estratégias Institucionais

A - Fortalecer e ampliar a ação da Agência Curitiba de Desenvolvimento S/A.;

B - Criar mecanismos e instrumentos de consulta, articulação e gerenciamento com participação ativa da sociedade organizada;

C - Estimular comunicação e integração inter e intra-órgãos e entidades públicas e estas com a sociedade organizada;

D - Capacitar gerentes e executivos públicos para compreender os desafios dos tempos atuais e incorporar competências para gerenciamento das necessidades dos cidadãos;

E - Reorganizar o sistema organizacional dos órgãos públicos municipais adequados ao processo de reinvenção e renovação do governo para atender os novos desafios e dar respostas efetivas às exigências dos cidadãos e aos desafios das transformações mundiais, nacionais e locais;

F - Desenvolver um sistema de gerenciamento por projetos, cujos resultados possam ser avaliados e acompanhados pela sociedade. g) Desenvolver programas e projetos em cooperação, interdependência e articulação com Região Metropolitana;

G - Desenvolver sistemas de análise dos ambientes mutantes internacionais, nacionais e regionais considerando seus impactos no desenvolvimento local da cidade de Curitiba,

na melhoria qualidade de vida dos cidadãos (IDHM) e na busca da realização do potencial humano de cada indivíduo e na conquista da felicidade humana (IFH);

H - Comprometer as universidades, as faculdades, os centros de pesquisas públicos e privados, mesmos das empresas na busca de soluções para os desafios do tempo presente e futuro;

I - Capacitar cidadãos para os desafios de um mundo novo e de uma nova sociedade resultante da construção e conquista compartilhada.

VIII Diretrizes e propostas para as Administrações Regionais

O Plano de Desenvolvimento Econômico de Curitiba, em sua versão completa, a disposição da sociedade na Biblioteca do IPPUC, procurou apresentar os principais desafios que a capital paranaense deve enfrentar nos próximos doze anos, nos mais diversos eixos do desenvolvimento econômico e social, levando-se em consideração a influência que as políticas municipais, nacional e até mesmo internacional têm sobre o município. Para as propostas no desenvolvimento local, porém, essa versão completa dá ênfase para as regiões administrativas internas do município, a partir de um estudo recém concluído no IPPUC denominado “A Regional Desejada - etapa planejamento”, que culmina em nove Planos Regionais descentralizados na cidade. Nesse estudo são identificadas necessidades e potencialidades nas nove Administrações Regionais, bem como as demandas prioritárias identificadas pela comunidade, a partir do ponto de vista local.

Ou seja, esse documento procurou identificar “*in loco*” as carências e oportunidades em cada um dos territórios, não a partir de ótica externa ou meramente burocrática, mas do ponto de vista dos envolvidos nas questões inerentes à sua região. É preciso ressaltar que os Planos Regionais desenvolvidos visam aperfeiçoar o desempenho da administração descentralizada pela Prefeitura, juntamente com o planejamento global do município, por sua vez balizado pelos Planos Setoriais. Em cada território são indicadas prioridades e ações de curto, médio e longo prazo, que poderão orientar investimentos e controle públicos. Essa forma de planejamento está baseada nas premissas legais do Estatuto da Cidade e do Plano Diretor, qualificando os debates e audiências que incidem no planejamento municipal. Portanto, a síntese de propostas para cada uma das regiões urbanas está disponível na versão completa do Plano Setorial de Desenvolvimento Econômico.

5.4 DESENVOLVIMENTO SOCIAL

5.4.1 Objetivos

I Objetivos Gerais

Construir e manter uma cidade que leva em conta a qualidade de vida da população é imperioso e condição imprescindível para melhorar o patamar de desenvolvimento social, humano e de equidade da sua população. A busca de uma sociedade mais justa e humana, com as necessidades básicas atendidas, bem como o acesso a serviços sócio-culturais e urbanos, de forma participativa e inclusiva tornou-se uma meta das sociedades conscientes. São esses os objetivos do Plano Setorial em Desenvolvimento Social.

Há que se reconhecer que o município, por meio da Prefeitura e ao longo de sua história, vem desenvolvendo políticas que buscam o provimento de serviços de maneira

a atender o desenvolvimento e promoção da sua população. Este plano apresenta uma série de propostas que direcionam as ações futuras, considerando o que se pretende para o cidadão curitibano, ou seja, uma população protegida e salvaguardada nos seus direitos, no pleno exercício da cidadania e com acesso a bens e serviços fundamentais.

Objetivos Específicos e Resultados Esperados

- I - Maior inserção social da população, nos sistemas de gestão e controle dos serviços de desenvolvimento humano na cidade;
- II - Redução de doenças e mortalidade ocasionadas por agravos transmissíveis e não transmissíveis;
- III - Adoção de estilo de vida saudável e comportamentos adequados aos cuidados de saúde;
- IV - População feminina com direitos assegurados e cidadania plena, livre de violência, com acesso ao conhecimento, saúde, trabalho e maternidade responsável;
- V - Redução da *morbi-mortalidade* em grupos de risco;
- VI - População idosa atendida e protegida conforme preconiza o Estatuto do Idoso;
- VII - População idosa valorizada, autônoma e plena em sua condição para o exercício da cidadania;
- VIII - Expansão na cobertura de atendimento;
- IX - Maior número de jovens e adolescentes atendidos;

- X - Reabilitação dos jovens e adolescentes usuários de substâncias psicoativas e álcool na sociedade;
- XI - Diminuição da incidência de gravidez na adolescência e de DST/AIDS;
- XII - População com atendimento preventivo, terapêutico e de reabilitação na área da saúde mental;
- XIII - Aumento da capilaridade da rede de atendimento à saúde mental;
- XIV - Diminuição da incidência de gravidez na adolescência e de DST/AIDS;
- XV - População com atendimento preventivo, terapêutico e de reabilitação na área da saúde mental;
- XVI - Aumento da capilaridade da rede de atendimento à saúde mental;
- XVII - Promoção da vida saudável do conjunto da população por meio da prática de atividades físicas e desportivas;
- XVIII - População priorizada por programas de esporte e lazer, como forma de inclusão social, desenvolvimento sócio-educativo e a convivência societária;
- XIX - Cidadãos mais conscientes e participativos, incentivados pela contínua prática de atividades culturais;
- XX - População com acesso regular e permanente ao alimento saudável, de qualidade e em quantidade suficiente, tendo como práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitam a diversidade cultural, o aspecto social, econômico e ambiental;
- XXI - População com garantia de usufruir padrões de condições de vida dignos, com seus direitos assegurados e plenos em sua autonomia;
- XXII - Promoção social por meio da conquista de autonomia e sustentabilidade das famílias em situação de vulnerabilidade social.

5.4.2 Diretrizes Programáticas Propostas

- Fortalecimento da dinâmica institucional de forma a garantir a igualdade de oportunidades e condições dignas de vida e direitos de cidadania para todos;
- No perfil local da morbi-mortalidade populacional, diminuir a participação das doenças transmissíveis e não transmissíveis;
- Priorizar a atenção e proteção integral à mulher;
- Promover a redução das doenças, agravos e óbitos evitáveis nos grupos de risco – crianças, gestantes e idosos;
- Priorizar a atenção e proteção integral à criança, ao adolescente e ao jovem;
- Priorizar a atenção e proteção integral à pessoa idosa;
- Promover ações preventivas e de orientação aos jovens e adolescentes com relação à drogadição, ao tabagismo, ao álcool e à violência;
- Efetuar ações de orientação a jovens e adolescentes sobre maternidade e paternidade responsável, DST/AIDS;
- Assegurar de forma intersetorial o atendimento integral na área de saúde mental;
- Possibilitar o acesso universal a programas que fomentem a prática de atividades físicas para melhoria e manutenção da condição física;
- Promover oportunidade de acesso à cidadania e inserção na sociedade, por meio de atividades de esportes e lazer com prioridade para infância e juventude, idosos e portadores de necessidades especiais e em situação de risco social;
- Promover o incentivo à produção de bens culturais e ao consumo destes bens, de forma universal, visando a sensibilização pela arte, o reconhecimento e o desenvolvimento das potencialidades artísticas e a familiarização com as expressões culturais da sociedade;
- Ampliar, aperfeiçoar e criar novos serviços de abastecimento e segurança alimentar a serem oferecidos pela Prefeitura Municipal de Curitiba;
- Estabelecer uma política metropolitana de abastecimento alimentar e nutricional;
- Potencializar o Mercado Municipal de Curitiba como referência e local de difusão de tendências gastronômicas e alimentares;
- Promover o atendimento aos direitos fundamentais da cidadania, a inclusão e promoção social da população do município, priorizando a que se encontra em situação de maior vulnerabilidade e risco social;
- Oportunizar, prioritariamente, para a população em situação de vulnerabilidade social as ações de geração de renda e qualificação profissional.

5.4.3 Propostas em Metas Operacionais

- Promover o acesso aos serviços e programas sociais a toda a população do município;
- Sensibilizar a população para adoção de estilo de vida saudável e prevenção da doença;
- Promover ações preventivas, de atendimento e proteção que garantam as integridades física, psicológica e social da mulher;
- Dar continuidade e fortalecer programas e ações de cunho preventivo e de acompanhamento dirigidos às faixas prioritárias;
- Ampliar a oferta de educação infantil de maneira a atender a demanda manifesta do município;
- Garantir a universalização do ensino fundamental;
- Ampliar gradativamente a jornada escolar;
- Integrar a educação física escolar e a iniciação esportiva;
- Implantar a prática de ação cultural voltada para crianças e adolescentes.

- Intensificar ações que promovam o retorno à família das crianças em situação de rua;
- Assegurar o atendimento com serviços especializados sócio-assistenciais à crianças em situação de risco pessoal e social por ocorrência de abandono, maus tratos, violência doméstica, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas sócio-educativas em meio aberto, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras;
- Propiciar o acesso de crianças, adolescentes e jovens em vulnerabilidade social a serviços de proteção social básica para prevenção de situações de risco;
- Garantir o direito à convivência familiar e comunitária a crianças, adolescentes e jovens em situação de risco;
- Fortalecer e ampliar as ações de qualificação profissional e geração de trabalho e renda, como instrumento para conquista de autonomia e sustentabilidade dos jovens em situação de risco e vulnerabilidade social;
- Potencializar ações preventivas, de atendimento e de proteção à pessoa idosa, garantindo a integridade física, psicológica e social;
- Assegurar o atendimento com serviços especializados sócio-assistenciais a idosos em situação de risco pessoal e social por ocorrência de abandono, maus tratos, violência, uso de substâncias psicoativas, situação de rua, entre outras;
- Desenvolver ações que favoreçam a integração da pessoa idosa na dinâmica social.
- Dinamizar e apoiar a criação de espaços de convivência que estimulem a troca de saber, enriquecimento cultural e demais práticas de sociabilidade;
- Implantar serviços intersetoriais de cuidado no domicílio para idosos e suas famílias em situação de risco e vulnerabilidade social;
- Proporcionar a cobertura de programas específicos para idosos com ênfase na prevenção ao uso de drogas e álcool;
- Desenvolver ações que incentivem a adesão de jovens e adolescentes, usuários de substâncias psicoativas, aos serviços de tratamento;
- Implantar serviços de reabilitação direcionados aos usuários de substâncias psicoativas e álcool;
- Ampliar e reforçar ações que estimulem a adoção de estilo de vida saudável;
- Expandir e qualificar os serviços de atendimentos e reabilitação na área de saúde mental;
- Expandir e qualificar os serviços de atendimentos e reabilitação na área de saúde mental;
- Expandir as ações da Linha do Esporte levando atividades físicas, desportivas e de lazer para as comunidades sem infra-estrutura;
- Ampliar o investimento no esporte por meio da Lei de Incentivo ao esporte;
- Implantar ações de incentivo à prática de esportes náuticos no Parque Náutico Iguazu;
- Implantar Centros Olímpicos Regionais;
- Criar espaços destinados a treinamento específico para iniciação esportiva do *paradesporto*;
- Ampliar parcerias com a sociedade civil organizada democratizando a prática de atividades físicas e desportivas como instrumento de promoção social;
- Ampliar e fortalecer programas e ação na área de esporte e lazer destinado a grupos de risco e comunidades mais vulneráveis;
- Ampliar e fortalecer ações na área cultural que promovam a inclusão de grupos de risco social;
- Implantar ações que promovam a prática de ações culturais voltadas para a infância e juventude, idosos e portadores de necessidades especiais;
- Ampliar espaços adequados para as atividades artístico-culturais nas Administrações Regionais;

- Fortalecer a integração entre as políticas culturais públicas;
- Ampliar a abrangência do Programa de Apoio e Incentivo à Cultura e de parcerias com o setor privado e com o terceiro setor;
- Ampliar e fortalecer as ações de educação alimentar e nutricional que orientem para práticas de alimentação saudável;
- Desenvolver políticas de popularização do consumo de frutas, legumes e verduras;
- Desenvolver programas de educação nutricional e popularização da alimentação saudável para a população vulnerável, como crianças, adolescentes e idosos;
- Implementar programas que incentivem a prática de agricultura urbana;
- Ampliar e fortalecer programas que possibilitem o acesso ao alimento de primeira necessidade às populações vulneráveis e em risco social;
- Desenvolver ações de orientação e fiscalização do mercado varejista de frutas, legumes e verduras no atendimento às normas de padronização, embalagem, rotulagem e rastreabilidade;
- Requalificação das Feiras no espaço urbano;
- Promover articulações e parcerias com os municípios da Região Metropolitana de Curitiba, a fim de facilitar o acesso da população ao alimento de primeira necessidade e a produtos de higiene e limpeza;
- Estimular a adoção de sistemas de produção e comercialização de produtos agropecuários na RMC, que contemplem os princípios de sustentabilidade econômica, social e ambiental;
- Divulgar e valorizar os produtos oriundos da agropecuária paranaense no mercado consumidor de Curitiba;
- Promover a requalificação do Mercado Municipal de Curitiba;
- Propiciar o acesso da população em situação de vulnerabilidade social a serviços de proteção social básica, para prevenção de situações de risco;
- Assegurar o atendimento com serviços especializados sócio-assistenciais a adultos em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos, violência, uso de substâncias psicoativas, situação de rua, entre outras;
- Ampliar e fortalecer a cobertura de atendimento da rede de proteção social em territórios identificados como prioritários de forma unificada;
- Assegurar o atendimento integral institucional para as pessoas com doença mental, deficiência mental e dependência química;
- Reestruturar a delimitação territorial dos Centros de Referência da Assistência Social, para até 5.000 famílias nos territórios prioritários para intervenção social;
- Fortalecer e ampliar as ações de qualificação profissional adequando a cobertura de atendimento com a demanda do mercado de trabalho;
- Qualificar o atendimento através da ampliação e modernização de equipamentos;
- Fortalecer e ampliar ações de apoio à produção e comercialização para micro-produtores;
- Fortalecer e ampliar ações voltadas ao desenvolvimento de empreendedores e à formação de grupos de associativismo e cooperativismo.

5.5 SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

5.5.1 Fundamentos

Além da base jurídica exposta e resumida nesse Plano Setorial em sua versão completa, a disposição dos interessados na Biblioteca do IPPUC, são também fundamentos para as diretrizes e propostas nessa área:

I Políticas Integradas e de Co-responsabilização

É conhecido o diagnóstico de que a violência aparece com maior intensidade nos bolsões e nos aglomerados urbanos nos quais inexistem ou são ínfimas as intervenções estatais. A presença permanente do Poder Público, com ações sociais efetivas e adequadas às peculiaridades de cada região ou setor urbano, é requisito essencial para o combate à violência. Não é tarefa exclusiva de uma secretaria especializada (Segurança), como se pode pensar. Sem que haja intensa interação entre áreas que se preocupam com educação, saúde, trabalho, moradia, lazer, proteção à maternidade, infância e assistência aos grupos e pessoas desamparados, poucos resultados serão obtidos. Impõe-se, portanto, que todo e qualquer planejamento de ações na área da Segurança Pública leve em consideração o apoio e a participação efetiva dos demais órgãos municipais.

II A Organização Policial Adequada

A Constituição Federal consolidou a existência de cinco organismos policiais, sendo: a) três federais (Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e Polícia Ferroviária Federal); b) dois estaduais (Polícia Civil e Polícia Militar/Corpo de Bombeiros Militar) e c) um municipal (Guarda Municipal). A Constituição ainda mantém a Polícia Militar como força auxiliar do Exército. Possuir uma organização policial adequada significa dizer que o Município tem que dispor de um órgão que realize a função estatal de modo eficiente e eficaz, sem superposição de funções, atendendo razoavelmente os reclamos da população.

Em regra, organizações públicas simples são mais efetivas do que organizações complexas. E cada vez mais vem se consolidando, na crença popular, a idéia de que o cidadão, no momento em que necessita, tem que ser atendido, não importa a forma ou o modo como o organismo policial se apresenta. Vislumbra-se que, no futuro, o município irá, cada vez mais, assumir responsabilidades institucionais na área da segurança, pois está mais perto e pode interpretar com maior índice de acerto os reclamos da população.

Por isso, cabe pensar, quando se elabora um plano decenal, na organização policial adequada que deve possuir um município do porte de Curitiba, considerando-se as necessidades futuras. Sob o ponto de vista organizacional há que se reestruturar gradativamente a atividade estatal-municipal observando-se os seguintes parâmetros: desenvolver um organismo único, essencialmente civil, hierarquizado, disciplinado em departamentos para o exercício unificado e articulado das funções policiais de pesquisa, de inteligência e de desenvolvimento tecnológico e cujo caráter englobe os aspectos ostensivo, protetivo, viário, ambiental e de defesa civil.

Em longo prazo, todo município de dimensão metropolitana tem que se preparar para assumir todas as responsabilidades na área de Segurança Pública quer mediante convênio com o Estado, quer por força de alterações constitucionais. Assim, o Estado se retiraria, mas fiscalizaria e apoiaria pontualmente a atuação municipal.

III O Homem Policial Preparado

Ponto importante na construção de uma política democrática deve ser reservado ao homem policial. O organismo policial deve contar com homens moralmente sãos (pois o meio gera oportunidades permanentes de corrupção), com homens bem formados (tática, técnica e ideologicamente), insertos em carreira pública condigna com a função exercida (vida digna para si e para família, com satisfação das necessidades básicas). O homem policial tem que ser submetido a uma seleção prévia séria e no decorrer da atividade tem que estar submetido a um amplo, consistente e permanente programa de desenvolvimento pessoal e formação profissional.

IV A Participação da Comunidade

O Município tem por dever incentivar a participação da comunidade nas questões de Segurança Pública. A participação tem que ser espontânea e querida pela comunidade. A participação pode acontecer de modo formal ou informal. O importante é que o sentimento de colaboração no bairro seja despertado e passe a ser incentivado pelo município. A participação da comunidade traz vantagens. Os cidadãos:

- conhecem os principais problemas que os afligem;
- são contatos importantes para conhecer os hábitos da comunidade;
- inibem a violência policial;
- abrem um canal de comunicação direta entre a comunidade e a autoridade administrativa, permitindo que esta avalie a operacionalidade policial;
- permitem um planejamento setorial para coibir ações violentas localizadas;
- aproximam o policial da comunidade;
- aumentam a eficiência no atendimento da população, inclusive no tocante a prestação de contas;
- aumentam a confiança da população no trabalho policial;
- permitem que a população conheça melhor as dificuldades do organismo policial, colaborando e apoiando algumas iniciativas e
- exercem uma espécie de controle externo informal sobre a atividade policial.

A participação da comunidade, enfim, é o único recurso que torna transparente a ação policial, daí a importância de sua inserção na atividade de Segurança Pública.

5.5.2 Diretrizes e Estratégias

Diretrizes Gerais

Em função do que ficou assentado nesse Plano Setorial é possível fixar as diretrizes gerais que devem comandar a política pública municipal de Segurança e Defesa Social:

- I - Preservação e respeito aos direitos e garantias individuais;
- II - Instituição de organismo único, articulado e departamentalizado para atuar na área de defesa social;
- III - Inter-relacionamento permanente com os demais órgãos, no plano vertical e horizontal;
- IV - Profissionalização dos funcionários do sistema e
- V - Intensa e indispensável participação comunitária.

Diretrizes Específicas

I Abrangência

A tendência é o município ir assumindo, com o avançar dos anos, quer por imposições legais, quer por imposições políticas, obrigações e competências na área de segurança. Por isso, cabe no presente plano fixar algumas diretrizes específicas que devem comandar a atuação político-institucional do Município de Curitiba em relação ao tema. As diretrizes específicas estão voltadas para a atuação externa do Município em relação ao cenário nacional e estadual e a atuação interna do Município em relação ao Poder Legislativo Municipal, órgãos da administração direta e indireta e da população em geral.

II Diretrizes Institucionais

A partir do momento em que a Secretaria Nacional de Segurança Pública — SENASP assumiu a coordenação dos assuntos voltados para a Segurança Pública em todo o País, a tendência é de que haja uma centralização de orientações e concentração de recursos financeiros no Ministério da Justiça, com a finalidade de apoiar ações positivas voltadas para o atendimento a essa política pública. Essa mesma tendência também sinaliza no sentido de que os municípios, pelo menos os de maior porte, irão assumir, gradativamente e cada vez mais, competências na área de segurança até absorver a totalidade das obrigações sociais. A prova disso é a de que Município já executa diversas ações de defesa social que, antigamente, eram executadas pelo Estado.

O Município, portanto, deve se preparar para atuar de modo decisivo em áreas que são administradas hoje no âmbito federal e estadual, planejando criteriosamente sua intervenção e absorvendo cuidadosa e responsabilmente competências funcionais que vêm sendo executadas pelo Governo Federal e pelo Governo Estadual.

III Capacitação Gradual

Essa preparação municipal envolve o estudo permanente e domínio atento da realidade local, para que a administração possa adaptar sua atuação às circunstâncias futuras e a elaboração de projetos factíveis, que possam merecer a aprovação do Ministério da Justiça. Também se torna relevante que o Município tenha uma aproximação cada vez maior com o Poder Judiciário e com o Ministério Público, para concretizar ações voltadas ao atendimento da comunidade e inseridas nos conceitos de Controle e de Defesa Social.

Ressalte-se que, para isso, o município já vem desenvolvendo atividades importantes, com competência nacionalmente reconhecida, na área de segurança, por meio da Secretaria Municipal de Defesa Civil. Todavia, é importante que as autoridades municipais se dediquem com salutar entusiasmo para, cada um contribuindo em sua área, diminuir os índices crescentes de violência que atingem a cidade de Curitiba.

IV Temporalidade

Observe-se por fim que tais diretrizes não podem ser fixadas no tempo. De um lado porque a ocorrência dos fatos depende de circunstâncias conjunturais aleatórias futuras, algumas de âmbito mundial. Mas a administração pública tem que ser alertada para que possa preparar-se técnica, funcional e politicamente para esses eventos.

Estratégias Programáticas

Com a finalidade de implantação gradativa de uma política democrática para a área de Segurança Municipal, propõe-se a criação de programas institucionais, baseados doutrinariamente nas diretrizes acima definidas, organizadas em quatro grandes áreas de atuação, a saber:

- A** - Programas que visem adequar a organização administrativa municipal à nova proposta;
- B** - Programas de desenvolvimento pessoal, voltados para o aperfeiçoamento do quadro de pessoal específico que atua na defesa social;
- C** - Programas denominados de multidisciplinares que envolvem as diversas áreas de atuação do município, cuja intervenção se apresenta como importante no combate à violência;

D - Programas específicos que têm por objetivo direcionar a atuação municipal para um determinado tema.

5.5.3 Propostas de Ação Programática

A - EM ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

I Secretaria

Preparar a estrutura administrativa e organizacional do Município para atender à demanda de segurança pública com organismo adequado às necessidades, observados os seguintes parâmetros: organismo único, essencialmente civil, hierarquizado, disciplinado, com departamentos para um exercício unificado e articulado das funções de polícia em pesquisa, inteligência, desenvolvimento técnico, planejamento estratégico e ação: ostensiva, protetiva, viária, ambiental e de defesa civil.

II Defesa Social Inteligente

Criar Sistema de Inteligência Municipal, único e centralizado, para colher informações geopolíticas, identificar regiões, pessoas ou grupo de pessoas que estejam atuando à margem da lei; subsidiar, com oportunidade e analiticamente, os demais órgãos municipais ou estaduais com conhecimentos necessários à adoção de providências para a manutenção da ordem; conceber planos de intervenção localizados para o combate à violência; integrar esforços e sistematizar fluxo de informações, propiciando cenários para a atuação das instituições envolvidas, favorecendo as ações de prevenção e repressão.

III Tecnologia

Instituir um grupo de trabalho ou uma assessoria permanente, no âmbito do organismo municipal de defesa social, com a finalidade de estudar, analisar, conceber e propor a adoção de novas tecnologias ou equipamentos, aplicáveis à defesa social municipal.

IV Democratização da Informação

Disseminar por meio de rede interna e externa, informações que permitam acessar pesquisas e banco de dados sobre ação de defesa social e temas afins. Elaborar estatísticas confiáveis e que estejam disponíveis para os diversos atores responsáveis pela tomada de decisão quanto ao trabalho de curto, médio e longo prazo.

V Corregedoria

Instituir, no âmbito da Secretaria Municipal, o órgão de corregedoria, voltado para a análise, avaliação (inclusive psicológica) e correção de eventuais desvios de conduta do homem policial no exercício de sua atividade diária. A atuação da Corregedoria será mais educativa do que punitiva.

VI Ouvidoria

Manter, aperfeiçoar e ampliar a atividade de Ouvidoria no âmbito da secretaria municipal, trabalhando com ética e respeito à cidadania, de modo que possa atender com celeridade e responder com resultados, conquistando a confiança da população.

VII Auxiliando a Segurança

Instituir o Fundo Municipal de Segurança quer através do pagamento de uma Taxa de Segurança cobrada junto com o pagamento do IPTU, quer através de recursos públicos ou doações particulares. Os recursos desse Fundo não poderiam ser utilizados no pagamento de pessoal e só poderiam ser investidos em projetos de segurança municipal, especificamente aprovados pelo Conselho Municipal.

VIII Logística Operacional

Manter, aperfeiçoar e ampliar as condições logísticas para atuação do policiamento na cidade, com equipamentos e recursos operacionais modernos, próprios para rotinas e procedimentos táticos; investir de modo permanente nas condições da infra-estrutura urbana existente e a edificar, bem como nos lugares em que haverá o patrulhamento, são condições necessárias ao sucesso da atividade de Defesa Social.

IX Avançando com a Guarda

Manter, aperfeiçoar e ampliar:

a - o compartilhamento de ações junto às autoridades estaduais e federais para maior controle sobre as empresas privadas de segurança, especialmente quanto à seleção e capacitação dos seus agentes, cuja atuação tem maior similaridade patrimonial com o serviço da Guarda Municipal do que com ações policiais do Estado ou da União. Comprometer essas empresas com uma filosofia de trabalho voltada à paz e aos objetivos da Política Municipal de Defesa Social e Segurança, mediante acordos de colaboração em ações voltadas à crescente urbanidade e civilidade no espaço urbano, envolvendo, inclusive e se necessário, as medidas cabíveis de ajuste predial nas arquiteturas da clientela que contrata esses serviços privados;

b - a integração com os demais órgãos municipais, em especial os que atuam em informação, análise e planejamento, de modo a consolidar as já citadas rotinas e procedimentos de monitoramento nos territórios e espaços da cidade, bem como de manejo nos usos, padrões e configurações desses espaços, visando eliminação de sombras no tecido urbano, sejam elas de natureza física, cultural, socioeconômica ou de mera funcionalidade urbanística, em usos, alvarás ou parâmetro construtivo;

c - a continuidade dos atuais esforços para aprimoramento e qualificação crescente nos serviços, procedimentos e rotinas da Guarda Municipal, sobretudo aqueles que, de forma integrada a outros órgãos e secretarias municipais descentralizados, têm se voltados à juventude nos bairros.

B - EM CAPACITAÇÃO DO PESSOAL

I Academia

Criar, juntamente com os demais órgãos municipais interessados, em especial o IMAP, um programa de treinamento e desenvolvimento específico para o pessoal da defesa social municipal, em todas as suas áreas de atuação, com forte ênfase na área de respeito aos direitos do cidadão, que dê suporte a promoções por mérito objetivo, apoiando-se em estruturas já existentes em âmbito federal, estadual e na iniciativa privada.

II Universidade

Criar ou conveniar curso de altos estudos voltados para uma melhor capacitação do funcionário para o exercício estratégico das funções de Defesa Social.

III Especialização

Celebrar convênios com entidades similares, de âmbito nacional ou internacional, para oportunizar a participação dos funcionários em cursos voltados para a área de defesa social, com a obrigação do participante em apresentar trabalho conclusivo sobre a experiência e ministrar curso no seu retorno.

C - PROGRAMAS MULTIDISCIPLINARES

I Educando para A Paz

Introduzir na formação curricular das escolas municipais, de modo didático e acessível, respeitada a faixa etária, orientações permanentes sobre direitos humanos, garantias e direitos individuais, urbanidade, civilidade, ética e moral.

II Programa Vida e Arte

Introduzir nas atividades extracurriculares das escolas municipais apresentações teatrais, jogos e encenações, com apoio de artistas locais, visando disseminar orientações sobre direitos humanos, garantias e direitos individuais, urbanidade, civilidade, ética e moral. Os textos e roteiros seriam objeto de concurso público, de modo a despertar nos escritores locais a importância do tema.

III Bairro Limpo

Mediante convênio com autoridades federais, em especial do Ministério do Trabalho e Emprego e do Ministério Público do Trabalho, congregando pessoas desocupadas ou desempregadas, por bairro, para execução de pequenos serviços públicos, tais como, capinação, varredura, limpeza, calçamento, construção de muros, cobertura de valetas, entre outros, agindo, ao mesmo tempo para a re-colocação da mão de obra, através de convênios com a iniciativa privada e empresas do bairro.

IV Defensoria Municipal

Convênio com as faculdades de Direito existentes no Município e com um Corpo

de Voluntariado, entre profissionais do direito dispostos a colaborar graciosamente com fins de reconhecimento público, visando ampliar e implantar escritórios descentralizados de defensoria municipal, com o objetivo de atender a população carente.

V Violência Nunca Mais

Conceder, mediante lei municipal, incentivo fiscal às pessoas jurídicas ou físicas que colaborem com destinação de recursos financeiros ou materiais aos programas locais de combate à violência, entre os projetos considerados prioritários pelo Governo Municipal.

VI Boa Escola

Congregar a juventude dos bairros e regiões da cidade em torno de promoções sociais esportivas em todas as modalidades; incentivar a aplicação de medidas adequadas sócio-educativas, como previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente, para os jovens com idade abaixo da punibilidade penal; priorizar investimento público que promova a descentralização e regionalização do sistema de atendimento ao jovem infrator, onde se monitore o processo educacional de reinserção social.

VII Boa Diversão

Exigir que em todos os eventos festivos realizados na cidade - tais como, bailes, apresentações musicais, festivais, bailões, shows artísticos, raves etc. - haja uma prévia autorização do Município, ampliando fiscalização sobre organizações, associações ou grupos que congreguem jovens sob pretexto esportivo, de lazer ou cultural, identificando atividades ilícitas (tráfico e uso de drogas, exacerbação da violência, uso de bebidas alcoólicas por menores e outras práticas criminosas). Caso sejam detectadas irregularidades fechar os estabelecimentos e processar seus responsáveis.

VIII Reencontro da Cidade

Implantar processo de discussão permanente com o conjunto da comunidade sobre as questões de segurança que afligem o bairro, para construir o planejamento da atividade de Defesa Social, respeitando as características e peculiaridades de cada região. Entenda-se como bairro a mini região factível de realização da reunião e não o bairro administrativamente delimitado na cidade. As propostas de cada lugar serão discutidas em encontro regional e as propostas regionais discutidas em encontro geral da cidade. O resultado final, em um Congresso da Paz na Cidade, contemplará propostas específicas de cada bairro, propostas comuns a alguns bairros e propostas gerais, com alcance para toda a cidade.

IX Reencontro da Metrópole

Criar, juntamente com os municípios da Região Metropolitana de Curitiba, um processo de discussão, semelhante ao Reencontro dos Bairros, visando suscitar a descoberta dos principais problemas de segurança que atingem as cidades vizinhas e os meios adequados de combate.

X Rede de Proteção ao Menor

Aperfeiçoar cada vez mais o programa já em desenvolvimento, instalando e mantendo equipamentos destinados à monitoria, acompanhamento, triagem, atendimento e recepção de crianças e de jovens submetidos a riscos sociais, implantando um modelo de gestão único, ético e transparente para consolidar co-responsabilidade nessa rede.

XI Integrando as Iniciativas para a Paz

Adotar e incentivar, na administração municipal, uma cultura antiviolença, procurando adaptar atividades e normas técnicas ao reclamo social pela segurança, implantando, tanto quanto possível as seguintes medidas:

- a** - ajuste de parâmetros legais para a edificação, nas mesmas condições que os fixados na prevenção de incêndios, estendendo normas de edificação e urbanização também para prevenir outros danos à segurança e tragédias, coibindo surgimento de espaços favoráveis à segregação socioeconômica ou cultural de grupos ou pessoas;
- b** - ampliação de espaços públicos e privados que estimulem o lazer e a convivência entre grupos heterogêneos do tecido socioeconômico e cultural, tais como arenas de peladas, rodas de música, feiras de artes, com caráter antropológico mais amplo e outros ambientes favoráveis ao encontro da cidadania;
- c** - política urbana e de meio ambiente que mesclm o tecido urbano entre iniciativas privadas e públicas de assentamento imobiliário, evitando a consolidação de guetos socioeconômicos e comportamentais na cidade, de menor ou maior renda;
- d** - promover crescente povoamento das vias e logradouros, mediante ações e programas específicos de animação e habilitação urbana, em especial o estímulo ao comércio e a serviços voltados para os passeios e bulevares, com apoio aos ciclistas, pedestres e famílias, de modo a não esterilizar o espaço coletivo urbano com tráfego pesado, paredes e muros cegos;
- e** - promover debates para uma maior, mais democrática e crescente apropriação pública do espaço urbano em geral por toda a população metropolitana, segundo uma lógica nova, que é de não mais se tirar o menino da rua, mas dar qualidade a essa rua, para desfrute de todos os meninos, e dos adultos e velhos também.

XII Prevenindo Sinistros e Desastres

Incentivar, na área da defesa civil, a diminuição de sinistros mediante:

- a** - a concessão de uma linha de micro-crédito, com algum subsídio público ou incentivo fiscal via IPTU, mediante garantia ou contra-partida financeira, especificamente para reforma em prédios urbanos com deterioração das instalações elétricas, sanitárias e de prevenção a sinistros;
- b** - organizar, na esfera das unidades descentralizadas da COMDEC, junto às Ruas de Cidadania, Brigadas Comunitárias por bairro, sob inspiração de modelos mundiais, porém tendo o cuidado de manter o caráter de pacto coletivo, apoiado em diálogos participativos, realizados quando da implantação dos Planos Regionais de Desenvolvimento Local e com vistas à defesa do patrimônio e do ambiente local.

D - EM PROGRAMAS ESPECÍFICOS

I Conferência Nacional de Defesa Social

Realizar a cada dois anos uma Conferência Nacional, sempre tendo por sede a cidade de Curitiba, com o objetivo de discutir com especialistas, os principais temas que envolvem a defesa social municipal, conferindo aos anais da Conferência caráter propositivo para os demais municípios em relação às transformações que se fizerem necessárias.

II Central Única de Atendimento

Congregar, numa única central sob direção municipal, todos os atendimentos voltados à área da segurança na cidade de Curitiba, com co-participação dos demais órgãos vinculados, em âmbito federal, estadual ou municipal. Simplificar, de modo definitivo, o acesso da população aos órgãos de segurança, partindo da idéia de que a população, diante do fato ilícito, quer e necessita ser atendida.

III Segurança Sempre

Definir, por meio de lei municipal, quais os empreendimentos e atividades privadas ou públicas do município que dependerão de elaboração de prévio Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) focado na área de segurança, para obter licenças ou autorizações de construção, ampliação, reforma ou funcionamento, a cargo do Poder Público municipal.

IV Transformação Local

Intervir de modo consensual e organizado nas áreas urbanas deterioradas, por meio de operações consorciadas, com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e a valorização ambiental. Incentivar projetos municipais que invistam na qualidade de vida da população que vive em periferias, favelas e zonas de carência e na instalação de equipamentos sociais que reduzam circunstâncias ou situações que facilitam a ação criminosa. Mapear os espaços públicos importantes para a comunidade que se encontrem degradados, com ênfase para as zonas de maior carência social e urbana, visando sua recuperação estética e moral. A partir da restauração, evitar que sejam tolerados por toda a comunidade, agressões ao ambiente tais como pichações, depredações, usos inadequados nas praças, nos brinquedos, em telefones públicos, lixeiras, etc. Estimular atitude positiva de preservação, que materialize de que idéia o espaço público é a expressão e representação de cada comunidade.

V Projeto Até o Limite

Limitar venda de bebidas alcoólicas até determinado horário em restaurantes e proibir o funcionamento de bares, a partir de certa hora nos bairros; adotar campanhas sistemáticas nas áreas da Saúde e de Educação, buscando conscientizar e prevenir os jovens em relação ao risco e efeitos no consumo de bebidas alcoólicas, bem como reforçar a fiscalização da venda a menores.

VI Projeto Mãos Limpas

Atuar preventiva e repressivamente para desarmar a população; criar incentivo para a aquisição, pelo poder público municipal, de armas guardadas em residências; incentivar a denúncia anônima de armas irregulares. Uma das muitas causas da violência é o acesso fácil que as pessoas têm a armas de fogo, desde o cidadão comum até o criminoso. São inúmeras as pesquisas que demonstram que o uso de arma pelo cidadão é, antes de ser um instrumento para sua proteção individual, uma causa de sua morte prematura. O município pode agir no sentido dificultar e reduzir o acesso da população às armas de fogo, evitando mortes por motivos banais.

VII Cercando o Traficante

Por meio de operações de inteligência, apoiadas pela população local, levantar todos os pontos de tráfico de entorpecentes na Capital, bairro a bairro, e desencadear operações sistemáticas de repressão a partir de uma atuação conjunta desde a Polícia Federal, até a Polícia Estadual e nos municípios vizinhos.

VIII Acidente Zero

Criar programa educativo, preventivo, sistemático e permanente, com parceria privada e comunitária, nos 100 cruzamentos considerados mais perigosos e violentos da cidade, desenvolvendo ações múltiplas de conscientização visual, específicas e gerais, para o motorista da cidade. O programa deve conter um conjunto de ações prioritárias voltadas para a melhoria do controle e da segurança nas vias municipais para a inibição de acidentes. Hoje, o número de pessoas mortas anualmente em decorrência de acidentes de trânsito coincide com o número de vítimas de homicídio. O Município deve investir em tecnologia da informação e em equipamentos que permitam aumentar o grau de eficiência e eficácia da fiscalização nas ruas.

IX Integração Plena

Desenvolver, juntamente com as autoridades federais e estaduais, operações efetivas e compartilhadas na fiscalização de serviços privados de segurança, na prevenção e repressão aos delitos de menor potencial ofensivo, no combate à exploração de pessoas fragilizadas, na movimentação e estoque de mercadorias e na área ambiental.

X Equilíbrio e Harmonia

Mediante projetos culturais e educacionais específicos, integrar entre si os diferentes grupos, tendências culturais e segmentos sociais, visando dar um adequado equilíbrio aos espaços urbanos, descentralizando por eixos as oportunidades e miscigenando cenários de ocupação. Enfatizar o convívio das comunidades em pontos de encontro ou nos equipamentos de maior significado e valor referencial ou paisagístico, estimulando a criação de um ambiente mais harmônico na cidade.

XI Manutenção de Projetos Exitosos

Além das estratégias enunciadas acima, o município deverá incentivar e manter projetos já exitosos, tais como o Bom Negócio, Tecnoparque, Mutirão da Cidadania,

Comunidade Escola e outros, assim como incubadoras e oficinas de aprendizagem em rede, que têm buscado a inclusão produtiva dos segmentos sob maior risco na sociedade. Porém deve promover, sem qualquer esmorecimento, um crescente engajamento nesses projetos de alguns setores e ramos econômicos já estabelecidos, especialmente os mais intensivos em mão-de-obra. Essas práticas têm demonstrado que o processo de inclusão na sociedade, para pessoas com origem em domicílios sob risco social, são tão mais bem sucedidas quanto se iniciam mais cedo na vida do beneficiário, plantando-se na criança e no jovem a fé e a esperança na vida que se lhes descortina.

5.6 CONTROLE AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

5.6.1 Diretrizes Gerais

Objetivo Geral

A construção de uma sociedade sustentável deve ser entendida como aquela que determina o seu modo de organização, produção e consumo a partir da sua história, sua cultura e seus recursos naturais, onde o desenvolvimento se dará por meio de um processo equilibrado e de respeito com o meio ambiente.

Diretrizes Principais

Na busca pelo desenvolvimento de uma Sociedade Sustentável, o Plano Municipal de Controle Ambiental e Desenvolvimento Sustentável terá como diretrizes fundamentais:

- I - Buscar a multidisciplinariedade no trato das questões ambientais;
- II - Incentivar a participação comunitária na defesa do meio ambiente;
- III - Buscar integração com a política do meio ambiente nacional e estadual;
- IV - Manter o meio ambiente equilibrado;
- V - Usar de forma sustentável o solo, a água, a flora e o ar;
- VI - Planejar e fiscalizar o uso racional dos recursos naturais;
- VII - Licenciar e fiscalizar as atividades potencial ou efetivamente poluidoras;
- VIII - Proteger ecossistemas naturais, implantando unidades de conservação;
- IX - Promover a Educação Ambiental para toda a comunidade, sensibilizando-a com relação às questões ambientais;
- X - Incentivar o estudo científico e tecnológico, direcionados para o uso e a proteção dos recursos naturais;
- XI - Propiciar à comunidade áreas para o desenvolvimento de atividades de lazer e recreação aberta;
- XII - Promover a manutenção da qualidade ambiental da cidade com o plantio de flores, arbustos e árvores, em todos os locais compatíveis;
- XIII - Garantir a limpeza do espaço urbano por meio de um sistema de gestão de resíduos sólidos;
- XIV - Garantir a manutenção da fauna urbana;
- XV - Promover a redução da geração, a reciclagem e a reutilização de resíduos sólidos;
- XVI - Incentivar à adoção de hábitos, costumes, posturas, valores e práticas sociais e econômicas não prejudiciais ao meio ambiente;
- XVII - Adequar as atividades e ações do Poder Público econômicas, sociais e urbanas, às imposições do equilíbrio ambiental e dos ecossistemas naturais;
- XVIII - Adotar no processo de planejamento da Cidade normas relativas ao desenvolvimento

urbano, que levem em conta a proteção ambiental, a utilização adequada do espaço territorial, dos recursos naturais mediante uma criteriosa definição do uso e ocupação do solo;

XIX - Agir na defesa e proteção ambiental no âmbito da Região Metropolitana e dos demais municípios vizinhos, mediante convênios e consórcios;

XX - Controlar níveis de poluição atmosférica, hídrica, sonora e residual, por meio de processos de licenciamento e fiscalização ambiental;

XXI - Utilizar o poder de polícia municipal em defesa do meio ambiente;

XXII - Preservar, conservar e recuperar os recursos hídricos e as matas ciliares;

XXIII - Proteger o patrimônio natural, cultural, urbano, paisagístico, arquitetônico, arqueológico, artístico, etnográfico, genético e paleontológico;

XXIV - Incentivar estudos e pesquisas sobre o meio ambiente local que possam ser utilizados na sua conservação.

5.6.2 Meio Físico e Biota

I Recursos Minerais

Para atender os seguintes objetivos específicos:

I - Estabelecimento de normas e padrões para a liberação de empreendimentos, a partir das condicionantes de estabilidade geológica e geotécnica de Curitiba;

II - Recuperação ambiental de áreas degradadas pela mineração;

III - Estabelecimento de um sistema efetivo de monitoramento, acompanhamento e fiscalização do uso da água subterrânea de Curitiba.

Propõe-se:

a - Mapear as áreas de risco geológico/geotécnico;

b - Elaborar e adaptar a legislação existente disciplinando o uso e a ocupação do solo quanto à estabilidade geotécnica;

c - Recuperar áreas mineradas;

d - Criar normatização conjunta com o órgão estadual responsável pela outorga do uso da água subterrânea visando seu controle, monitoramento e fiscalização;

e - Criar um banco de dados sobre o uso, qualidade e disponibilidade da água subterrânea de acordo com as províncias hidrogeológicas da cidade.

Mediante os seguintes programas:

I - Mapeamento Geológico/Geotécnico de Curitiba;

II - Manutenção da capacidade de suporte geotécnico de Curitiba;

III - Identificação e Mapeamento de Áreas Mineradas;

IV - Controle e Monitoramento do uso da água subterrânea de Curitiba;

V - Cadastramento de Dados Hidrogeológicos de Curitiba.

E as seguintes propostas:

- Realizar o mapeamento das áreas de risco geológico/geotécnico por meio da interpretação de fotografias aéreas e checagem em campo;

- Confeccionar o mapa geológico em escala adequada, detalhando as áreas críticas;

- Acompanhar e anuir integralmente sobre a liberação de novos empreendimentos de acordo com a capacidade do suporte geológico e geotécnico de Curitiba;
- Elaborar, produzir e divulgar materiais instrucionais e de ações que visem orientar e sensibilizar a população quanto ao correto uso do solo diante das condicionantes geológicas/geotécnicas;
- Identificar e mapear áreas mineradas recuperadas ou não;
- Elaborar legislação criando mecanismos fiscais que obriguem a recuperação ambiental de áreas utilizadas pela mineração;
- Fiscalizar, acompanhar e anuir sobre o uso da água subterrânea para fins de abastecimento público ou privado;
- Identificar e monitorar possíveis focos potenciais de poluição das águas subterrâneas;
- Elaborar, produzir e divulgar materiais que visem orientar e sensibilizar a população quanto à correta utilização da água subterrânea e a sua qualidade;
- Realizar levantamento dos dados existentes nos diversos bancos de dados público e privados;
- Definir e exigir dos usuários das águas subterrâneas de Curitiba informações a respeito do aquífero utilizado.

II Recursos Hídricos

São objetivos de defesa hídrica já pactuados:

- I - Proteger a integridade ecossistêmica da cidade por meio de ações de conservação, recuperação e revitalização do patrimônio natural, priorizando os recursos hídricos.
- II - Integrar a gestão dos recursos hídricos com os municípios formadores das bacias hidrográficas comuns, considerando o ciclo hidrológico.
- III - Realizar a gestão ambiental do Município adotando as bacias hidrográficas urbanas como unidade de planejamento.
- IV - Integrar o Município no sistema de gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Alto Iguaçu.
- V - Fazer cumprir as legislações Federal e Estadual relativas ao meio ambiente, uso e ocupação do solo e recursos hídricos.
- VI - Garantir a universalização e integralidade do acesso aos serviços de saneamento.
- VII - Garantir o abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos adequado aos preceitos de saúde pública e de proteção do meio ambiente.
- VIII - Proporcionar disponibilidade, em toda a área urbana, de serviços de drenagem e de manejo das águas pluviais adequados aos preceitos de saúde pública, à segurança da vida e do patrimônio público e privado.
- IX - Buscar a recuperação, preservação e conservação do regime dos corpos d'água localizados no Município, em termos de quantidade e qualidade.
- X - Preservar a qualidade e racionalizar o uso das águas superficiais e subterrâneas.
- XI - Proibir a canalização dos cursos d'água e incentivar a renaturalização dos já canalizados.
- XII - Proporcionar e otimizar o uso múltiplo dos recursos hídricos.
- XIII - Prevenir e defender a população e bens contra eventos hidrológicos críticos.
- XIV - Fomentar a participação por parte de todos os segmentos da sociedade na gestão dos recursos hídricos.

São propostos, para tanto, cinco eixos de ações, descritos na versão completa do Plano Setorial de Meio Ambiente, que ficam à disposição dos interessados na Biblioteca do IPPUC e na Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Essas ações estão dispostas num plano específico para os Recursos Hídricos, que contempla, entre outros, o gerenciamento das Bacias Hidrográficas – a desocupação e recuperação das margens dos rios, o estabelecimento de metas de qualidade por bacia e a renaturalização dos rios, segundo os temas a seguir:

- Saneamento em abastecimento de água, coleta com tratamento de esgotos e drenagem;
- Controle Ambiental, contemplando fiscalização, monitoramento e manejo;
- Educação Ambiental específica;
- Águas Subterrâneas; e
- Subsistema de informações em recursos hídricos.

III Recursos Atmosféricos

Para proteção da atmosfera, entendida como uma das vertentes na gestão ambiental da cidade, os seguintes objetivos específicos serão considerados: proteção da saúde, bem estar da população e melhoria na qualidade de vida, compatibilizados ao desenvolvimento socioeconômico da cidade sob forma contínua, ambientalmente segura e sustentável. As estratégias para Gestão da Qualidade no Ar são: melhorar essa qualidade segundo o atendimento dos padrões estabelecidos, não comprometê-la nas áreas ainda não degradadas e racionalizar o consumo de energia na cidade.

Propõe-se para tanto:

- Integração com o PRONAR – Programa Nacional de Controle da Qualidade do Ar e com a política estadual de gestão da qualidade do ar.
- Prevenção da deterioração da qualidade do ar.
- Estímulo ao uso de combustíveis com baixo potencial poluidor.
- Estímulo à adoção de práticas e tecnologias mitigadoras da emissão de gases de efeito estufa.
- Plano específico para Gestão na Qualidade do Ar, contemplando os seguintes subtemas: Energia, Fontes Fixas, Fontes Móveis, Qualidade do Ar, Mudanças Climáticas e Instrumentos Institucionais.

IV Fauna

Diretriz: Unidades urbanas de conservação ainda mantêm significativa diversidade silvestre, um importante ecossistema cuja conservação deve se dar mediante controle e manejo ambiental amplo, além de rigoroso monitoramento, de abrangência suficiente para contemplar fatores bióticos e abióticos regionais vigentes.

Objetivos: Pretende-se um plano de inventário, monitoramento e manejo da fauna que forneça estrutura e ferramentas para se aprimorar a abordagem desse tema no controle ambiental, conservação e desenvolvimento sustentável da biodiversidade local. Esse plano objetiva, também, fornecer subsídios, para organizar iniciativas existentes que buscam a conservação da fauna, identificando lacunas e promovendo mobilização dos recursos necessários, servindo ainda para desenvolver metas e ações para programas segundo diretrizes da Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB).

Para tanto, são propostos quatro eixos de intervenção ambiental, discriminados e definidos na versão completa deste Plano Setorial, que permanecerá a disposição dos interessados na Biblioteca do IPPUC e na Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

São esses os eixos: Inventário, Espécies Invasoras, Manejo / Conservação e, por fim, Sistema para Informações e Monitoramento.

V Áreas Verdes

Tendo por objetivos específicos:

- 1 - A recuperação, manutenção, conservação e a preservação dos maciços florestais nativos ocorrentes no Município;
- 2 - A ampliação da área de cobertura florestal nativa do Município, protegida pelo Sistema Municipal de Unidades de Conservação;
- 3 - A interligação entre os fragmentos florestais nativos, buscando permitir o deslocamento da fauna urbana, seu uso como abrigo, área de alimentação e de reprodução;
- 4 - Ampliação da cobertura florestal existente nos logradouros municipais;
- 5 - Ampliação da cobertura florestal nas ruas do Município.

Propõe-se:

- Retornar e manter o índice de área verde/habitante encontrado na década de 80 de 52,00 m² de maciço florestal nativo por habitante;
- Minimizar a remoção de vegetação nativa, caracterizada como Floresta Secundária em estágio avançado de regeneração;
- Recuperar, onde possível, as matas ciliares;
- Eliminar a ocorrência de espécies exóticas invasoras, nos maciços florestais nativos;
- Ampliar em 10%(dez por cento), a cada quatro anos, a metragem quadrada de maciço florestal protegida como unidade de conservação, tendo como base o ano de 2005;
- Criar e manter faixas de matas nativas interligando maciços florestais existentes, com dimensões mínimas que permitam o deslocamento da fauna urbana;
- Garantir que os logradouros públicos tenham, pelo menos, uma cobertura florestal nativa equivalente a 30%(trinta por cento) de sua área total;
- Substituir a arborização exótica dos logradouros públicos por espécies nativas;
- Garantir, até 2020, que todas as ruas existentes no Município possuam arborização implantada;
- Substituir as espécies exóticas existentes na arborização viária do Município por espécies nativas.

5.6.3 Gestão Ambiental Urbana

I Educação Ambiental

Tendo-se por objetivos específicos:

- a** - Elaborar a Política de Educação Ambiental Municipal tendo como princípio a construção de uma sociedade sustentável;
- b** - Promover o envolvimento da comunidade curitibana para a manutenção, conservação e preservação da biodiversidade urbana no Município;

- c** - Fomentar a integração dos municípios da região metropolitana na implementação de programas de interesse comum;
- d** - Estimular a participação da população na gestão integrada de resíduos sólidos;
- e** - Mobilizar a população para a recuperação e conservação dos corpos hídricos no município;
- f** - Estabelecer a gestão compartilhada entre o poder público e a população na gestão da qualidade do ar.

Propõe-se em educação ambiental:

- Implantar Política Municipal de Educação Ambiental, intersetorial, coordenada pela Secretaria do Meio Ambiente com participação da sociedade civil;
- Estabelecer uma Rede Municipal de Educação Ambiental;
- Garantir efetiva execução das ações em Educação Ambiental em todos os bairros incluídos no Plano de Ação de Arborização Viária;
- Capacitar técnicos e instituições, com vistas à conservação da biodiversidade;
- Disseminar informações e resultados de pesquisas científicas ambientais produzidas na Secretaria do Meio Ambiente, como estratégia de educação ambiental;
- Integrar às escolas da rede municipal, estadual e particular de ensino, programas de Educação Ambiental para preservação, desenvolvidos no Zoológico;
- Ajudar a recuperação e a redução do *stress* em pacientes de internamento hospitalar em tratamento e de seus familiares, na rede de saúde, escolas especiais e asilos;
- Realizar ações integradas de Educação Ambiental no Departamento do Zoológico, conforme demanda;
- Atender para treinamento, no Museu de História Natural, no mínimo metade dos professores de cada unidade escolar municipal;
- Aumentar o número de estudantes atendidos em visita orientada ao Museu de História Natural, buscando a média de 2.500 alunos por mês;
- Oportunizar aos municípios da região metropolitana sua participação nas ações;
- Reduzir ao máximo o uso de descartáveis em domicílios;
- Alcançar separação integral de resíduos sólidos recicláveis gerados em domicílios;
- Reduzir o volume de descarte em resíduos destinados ao Aterro Sanitário;
- Estabelecer grupos de monitoramento em todas as bacias do município;
- Reduzir o consumo de energia elétrica *per capita*;
- Reduzir as emissões atmosféricas e outros efeitos ambientais adversos no setor dos transportes;
- Estimular a adoção de práticas e tecnologias mitigadoras na emissão de gases de efeito estufa;
- Introduzir programa de sensibilização nos diversos setores da administração municipal, quanto aos aspectos relacionados à proteção da atmosfera.

II Sistemas de Informações Ambientais

Para integrar as informações ambientais produzidas em todos os setores do Município há necessidade de organizar e padronizar as informações, gerar mapeamento temático ambiental e atualizar e integrar o parque de Hardware na Prefeitura Municipal de Curitiba. Para tanto, propõe-se:

- Criar comissão composta por gestor e representantes de cada departamento produtor de informação;

- Desenvolver, atualizar e integrar os sistemas utilizados por cada departamento e necessários à produção de informações;
- Adquirir softwares atualizados para Geoprocessamento e imagens de satélite ortorectificadas de alta resolução ou ortofotos do Município;
- Adquirir equipamentos e materiais de informática que permitam a utilização dos softwares adotados.

III Resíduos Sólidos

1 - Fomentar e consolidar a política municipal e metropolitana de resíduos sólidos, em consonância com a Política Nacional, mediante:

- Destinação adequada dos resíduos sólidos domiciliares da Região Metropolitana de Curitiba;
- Gerenciamento integrado das demais tipologias de RSU;
- Estabelecimento de Política Metropolitana de RSU.

2 - Reduzir o Desperdício de Bens de Consumo, mediante:

- Conscientização da população sobre a quantidade de resíduos domiciliares resultantes de desperdício de Curitiba;
- Instalação de atividades e desenvolvimento de processos que priorizem a não geração e a redução de resíduos e, posteriormente, a reutilização e a reciclagem.

3 - Coleta e destinação adequada dos resíduos sólidos urbanos gerados, mediante:

- Incremento do índice de separação dos RSU;
- Ampliação do número de usuários dos serviços de limpeza pública;
- Promoção da sustentabilidade sócio-ambiental da coleta informal de materiais recicláveis;
- Responsabilização dos geradores/produtores, importadores, comercializadores e usuários pelo gerenciamento de seus resíduos.

4 - Instalação das melhores tecnologias disponíveis de tratamento e disposição final de resíduos, no Município de Curitiba ou em localidades viáveis, mediante:

- Instalação de Usinas de Reciclagem de Resíduos de Construção Civil
- Instalação de Planta de Compostagem e Reciclagem de Resíduos Sólidos Domiciliares

5 - Recuperação ambiental dos passivos ambientais nas áreas de tratamento e disposição final dos resíduos sólidos públicos, mediante:

- Redução das emissões de gás metano no Aterro Sanitário da Caximba;
- Instalação de Planta de Compostagem e Reciclagem de Resíduos Sólidos Domiciliares;
- Realização do monitoramento ambiental dos aterros de resíduos sólidos domiciliares CIC, Lamenha Pequena e Caximba, da Vala Séptica e do Parque Náutico.

IV Ruído Urbano

O objetivo principal é reduzir níveis de pressão sonora gerados atualmente no meio urbano e evitar seu crescimento, em longo prazo, com base nas recomendações de normas e estudos técnicos diversos, sob padrões estabelecidos por organizações ambientais e de saúde mundiais, viabilizando o atendimento às restrições da legislação municipal e demais instrumentos legais e de forma a melhorar a qualidade de vida do cidadão, proporcionando maior bem-estar social e sossego público.

Propõe-se para tanto:

- Realização de Diagnóstico dos Ruídos Urbanos no Município de Curitiba;
- Levantamento das regiões sensíveis ao ruído ou áreas consideradas críticas;
- Revisão do enquadramento de determinados zoneamentos quanto aos limites de ruído estabelecidos pela legislação ambiental, observando-se as normas técnicas brasileiras e demais recomendações;
- Realização de concurso público para a contratação de engenheiros civis ou arquitetos e fiscais, para atuar diretamente com o controle de poluição sonora;
- Aumento na eficiência do atendimento da SMMA quanto ao controle de ruído;
- Criação de programa específico para monitoramento ostensivo e integrado de ruídos veiculares;
- Definição de intervenções físicas ou restrições de zoneamento e uso do solo para redução dos ruídos em áreas sensíveis;
- Capacitação da Guarda Municipal para atendimento de ocorrências envolvendo ruídos urbanos;
- Sensibilização da população por meio de educação ambiental quanto aos ruídos urbanos.

5.6.4 Proteção do Patrimônio

Tem por objetivo geral promover a preservação, a conservação e a proteção do patrimônio cultural da cidade, entendido esse como um processo contínuo e indissociável ao ambiente urbano que o constitui. Para tanto, são adotadas as seguintes diretrizes gerais:

- I - Estabelecer uma política municipal de gestão do patrimônio cultural;
 - II - Consolidar a preservação do patrimônio cultural como processo contínuo e inerente ao desenvolvimento urbano de Curitiba, garantindo um desenvolvimento territorial e sócio-econômico ecologicamente equilibrado e culturalmente diversificado;
 - III - Promover a conservação, a preservação e a proteção do patrimônio cultural local, orientando e incentivando seu uso adequado dentro do contexto urbano.
- Propõe-se, para tanto, quatro meios de gestão para o patrimônio cultural, a seguir explicitados.

I Instrumentos Institucionais de Gestão

- a** - Ajustes nas normas e demais instrumentos de proteção e preservação;
- b** - Informação em difusão e implantação digital;
- c** - Processo sustentável de preservação do patrimônio cultural;
- d** - Processo participativo de legitimação e avaliação das ações desenvolvidas;
- e** - Atualização do inventário cadastral do Patrimônio Cultural urbano.

II Instrumentos Operacionais de Proteção

- Legislação municipal de proteção ao patrimônio cultural;
- Fundo municipal para proteção, preservação e difusão do patrimônio cultural;
- Conselho Municipal do Patrimônio Cultural;
- Educação patrimonial;
- Banco de dados;
- Mapeamento temático;
- Informações de proteção e conscientização via Internet;
- Estrutura em equipamentos de informática.

III Processo sustentável de preservação do patrimônio cultural

- a** - Participação da comunidade, da sociedade organizada, instituições de ensino e pesquisa;
- b** - Criação de grupos de apoiadores, patrocinadores e gestores do fundo.

IV Categorização e Classificação

- a** - Patrimônio arqueológico;
- b** - Patrimônio imaterial;
- c** - Patrimônio artístico;
- d** - Patrimônio documental;
- e** - Patrimônio edificado
- f** - Patrimônio paisagístico;
- g** - Patrimônio arquivístico;
- h** - Outros espaços de interesse histórico, natural ou paisagístico.

5.7 ESCALAS, INTEGRAÇÃO, PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL

O primeiro grande desafio, para que as diretrizes e propostas acima enunciadas se efetivem, é fazer com que esforços municipais e regionais ocorram de forma integrada e coordenada, nos termos do que propunha o temário da Terceira Conferência Nacional de cidades: potencialização dos recursos disponíveis, em direção a um único cenário de transformação ou intervenção urbana. Para que essa articulação intersetorial e multidisciplinar ocorra, há que se fixar um ambiente institucional mais favorável, que rompa tendências corporativistas, centrando as ações na eficácia da gerência operacional. Entre as diretrizes propostas para desenvolver o planejamento de intervenções e das diferentes ações urbanas há que se dar atenção e sistematizar os seguintes aspectos:

5.7.1 ESCALAS

As dimensões territoriais que mais facilitam uma discussão e uma visão integrada do desenvolvimento são as mais amplas ou as mais reduzidas: desde a escala metropolitana ou regional até a do bairro ou da vila, em sua dimensão comunitária e humana. A razão disso é bastante simples. Nessas dimensões do território há expressão muito melhor definida e mais emancipada para o poder político de agentes socioeconômicos externos ao Poder Público. Já na dimensão intermediária preponderam, ao contrário, agentes e interesses corporativos e setoriais. Como resposta a essa observação, os seis Planos Setoriais ora relatados deverão priorizar programas e ações integradas, com um alcance regional ou definitivamente localizado, seguindo depois para ajustes na escala média, onde serão pautadas as transformações de procedimentos e rotinas, entre os órgãos ou os agentes e atores que detenham finalidade especializada e cujas ações caracterizem menor flexibilidade, justamente devido à maior especificidade profissional, produtiva ou cultural.

5.7.2 INTEGRAÇÃO

Os meios e métodos mais favoráveis, para se integrar iniciativas setoriais e assim somar esforços e recursos, são os situados nas Metas Programáticas de governo, em especial durante atos de decisão estratégica, tais como: a execução de Planos Diretores ou Plurianuais, Audiências de Operações Urbanas em áreas amplas da cidade ou para discutir Relatórios de Impacto de maior alcance, entre outras oportunidades.

Programas intersetoriais adicionados à agenda de governo dão maior governabilidade às iniciativas, desde que se resguarde transparência na execução, tanto nas fases de planejamento como de gerenciamento operacional e avaliação final. Os exemplos mais palpáveis são os que reúnem ações preventivas nas Políticas Públicas de Saúde, tais como saneamento urbano, abastecimento alimentar, ensino de higiene e nutrição, esporte com lazer e cultura, bem como preparação em urbanidade produtiva.

Entretanto, é na própria natureza da Política Urbana, que Curitiba tem a maior tradição de intersetorialidade. O planejamento, desde os anos 70 está assentado em um tripé - Malha Viária, Transporte Coletivo e Legislação Urbanística. Desse tripé e sua evolução conceitual, em gestão e gerência pública, se desdobram hoje as matrizes de monitoração e manejo urbanísticos, segundo princípios constitucionais e do Estatuto da Cidade, definidores da reforma urbana brasileira.

5.7.3 PARTICIPAÇÃO

A maneira como se obteve resultados urbanísticos favoráveis e reconhecidos, sobretudo em Transporte Público e estruturação da paisagem e da morfologia urbana, foi a capacidade de “fazer acontecer” cada plano ou projeto público. Se avaliamos hoje, a certa distância histórica, essa capacidade de “fazer acontecer” esteve amparada na participação e o devido respaldo da sociedade local, desde a elaboração preliminar do Plano Diretor em 1965 e seus desdobramentos até o dia de hoje.

Há vicissitudes intrínsecas na sociedade — na concentração de poderes, saberes e oportunidades — sobejamente conhecidas e traduzidas em Curitiba, mas que não são da competência municipal. Transformações ocorreram aqui porque agentes urbanos que produzem o espaço da cidade adotaram propostas e projetos do planejamento público. E empreenderam em perfeita sintonia com o planejamento público, embora em muitas situações se submetendo a contragosto a um ou outro padrão de licenciamento. Reconhecendo, porém, que tais padrões eram justos ou consoantes com a regulamentação previamente discutida com a sociedade local. Sendo assim, os Planos Setoriais em pauta, como objeto deste relatório, vinculados ao Plano Diretor, serão efetivados na medida da participação da sociedade nos programas e projetos aqui propostos, monitorados diretamente pelas comunidades e, na escala global através de estratégias estabelecidas a partir do Conselho Municipal da Cidade, mediante o acompanhamento de suas Câmaras Técnicas.

5.7.4 CONTROLE SOCIAL

Assim como as Câmaras Técnicas e os Planos Regionais são formas de gestão democrática e de monitoração das ações e atividades operacionais da Prefeitura, a existência de comitês nos bairros e/ou nas Administrações Regionais facilitarão o Controle Social sobre iniciativas, ações, obras e transformações urbanísticas e ambientais, de modo a avaliar, a cada passo, os procedimentos e rotinas, bem como sua compatibilidade, não somente às normas municipais e nacionais, mas sobretudo às metas e agendas pactuadas durante os diálogos participativos, pautados durante as fases de ajustes instrumentadas pelos Planos Regionais. Para fazer valer essa orientação vale lembrar que toda a atividade operacional de caráter finalista e setorial, executada por órgãos locais por meio dos seus núcleos descentralizados, merece o controle da sociedade, para avaliar sua pertinência em relação ao planejamento global e integrado no Plano Diretor e nos acordos metropolitanos, ou em relação ao planejamento local, na escala dos bairros.

A apresentação dos seis Planos Setoriais foi resumida na edição do presente relatório. Todavia, cada Plano Setorial manterá na Biblioteca do IPPUC sua versão ampliada. Esses trabalhos e os estudos que lhes deram base estão à disposição da sociedade. Servirão de referência para os serviços gerenciais na sua área temática e para monitorar o desenvolvimento urbano, no ambiente deste Instituto municipal. Serão importantes subsídios para as decisões no CONCITIBA, Conselho Municipal da Cidade, nas respectivas Câmaras Técnicas, nos trabalhos do Poder Legislativo, no gerenciamento de rotina realizado pelo Poder Executivo, como base conceitual para normas, ações, programas e projetos de desenvolvimento urbano e, ainda, para orientar as inovações e iniciativas locais, tanto públicas como empresariais e comunitárias.

Nesse último sentido, reza o artigo 90º do Plano Diretor de Curitiba que cada iniciativa local, em especial as de maior impacto, seja submetida ao licenciamento da municipalidade, compatibilizando-a ao planejamento da cidade, por meio dos seus sistemas de gestão e de gerência. Para fins do licenciamento local, há que se considerar que um quinto das iniciativas e espaços em transformação ou manutenção urbana é de competência pública. A maior parte das iniciativas ou ações que irão definir os espaços da cidade, cerca de quatro quintos dos esforços e recursos nesse sentido, advém de iniciativas empresariais ou comunitárias, estando sujeitas, também, à observação de seus possíveis impactos, isolados ou coletivos.

Essa noção de licenciamento, enfim, reconhece nas forças vivas da sociedade o poder de construir ou destruir o ambiente urbano. O Plano Diretor Municipal serve, neste sentido, como pacto para que se caminhe coletivamente e em harmonia na direção do futuro. A partir de agora o Plano Diretor de Curitiba recebe os seis Planos Setoriais cujo caráter é, principalmente, conceitual: um conjunto de paradigmas para um horizonte que parte de 2005 e segue até o ano 2015. Nesse período, o Plano Diretor contará com três linhas de aprimoramento permanente:

MONITORAÇÃO ANALÍTICA da cidade por meio de indicadores sistêmicos e Planos Regionais descentralizados, gerados no ambiente institucional do IPPUC;

COLEGIADO DE GESTÃO DEMOCRÁTICA para resoluções estratégicas e integradas, por meio de Câmaras Técnicas e calendário anual de trabalho atento à sustentabilidade;

SISTEMA DE GERENCIAMENTO transparente, por meio de audiências, reuniões de consultas, mutirões de cidadania e interação eletrônica.

Se levarmos em conta a já citada integração entre políticas públicas, na direção das mudanças em cada intervenção urbana, e que essa pode se multiplicar em cinco quando induz esforços e recursos do empresariado e da comunidade local no sentido de efetivar essa transformação desejada, poderemos depositar esperança num cenário com caráter colaborativo, em direção a um desenvolvimento efetivamente sustentável.

Isso será possível pelo exame dos resultados até o momento conquistados, como registram as alíneas a seguir⁴¹.

⁴¹ O registro sintético das indicações legais contidas no Plano Diretor frente a resultados obtidos nesses Planos Setoriais foi organizada em tabela pelos técnicos Ricardo Bindo e Cláudio Menna do IPPUC, para publicação de artigo de autoria dos mesmos na revista Espaço Urbano publicada no primeiro quadrimestre de 2008.

6.1 MOBILIDADE URBANA E TRANSPORTE

DISPOSIÇÃO LEGAL NO PLANO DIRETOR

- I - priorizar o espaço viário e o transporte coletivo em relação ao transporte individual;
- II - melhorar e ampliar a integração do transporte público coletivo em Curitiba e buscar a consolidação da integração metropolitana;
- III - priorizar a proteção individual dos cidadãos e do meio ambiente;
- IV - promover a acessibilidade;
- V - buscar a excelência na mobilidade urbana;
- VI - equacionar o abastecimento e a distribuição de bens dentro do Município;
- VII - compatibilizar o planejamento e a gestão da mobilidade urbana;
- VIII - promover a proteção dos cidadãos em seus deslocamentos;
- IX - estimular a adoção de novas tecnologias que visem a redução da poluição;
- X - promover o controle, monitoramento e fiscalização em conjunto com a esfera estadual;
- XI - instituir o Plano Municipal de Mobilidade e Transporte Urbano Integrado.

ABORDAGEM RESULTANTE DO PLANO

- Na circulação urbana prevalecerão, nessa ordem, os deslocamentos de pedestres em geral (com prioridade à acessibilidade dos idosos, deficientes e crianças) aos ciclistas, ao transporte público de passageiros e de veículos para cargas leves e, por fim, aos veículos automotores individuais, primeiramente de duas e, por último de quatro rodas;
- Tecnologias e normas adequadas, para os deslocamentos, o controle disciplinar e a educação para o trânsito e para as operações de transporte são competências do Poder Público Municipal que, - sem renunciar aos processos locais de gestão, planejamento e gerência -, substabelecerá as operações de mobilidade a agentes externos à Prefeitura, mediante concessões, permissões, licenciamentos, convênios, acordos ou parcerias, sempre nos termos de lei;
- Cooperação metropolitana intermunicipal e com as demais esferas públicas;
- Estratégias articuladas e integradas dos agentes públicos, comunitários e privados, sobretudo de Segurança e de Desenvolvimento: social, econômico, urbano e cultural.

6.2 HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

DISPOSIÇÃO LEGAL NO PLANO DIRETOR

- I – Assegurar a integração com as demais políticas públicas;
- II – atuar de forma integrada com os demais municípios da RMC;
- III – promover a ocupação do território urbano de forma harmônica;
- IV – promover o cumprimento da função social da terra urbana;
- V – viabilizar a produção de lotes urbanizados e de novas moradias;
- VI – estimular a participação da iniciativa privada na produção de moradias;
- VII – dar continuidade ao processo de simplificação da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo e das normas para edificações.

ABORDAGEM RESULTANTE DO PLANO

- Acesso universal à moradia (com prioridade a famílias de menor renda, sobretudo por regularização fundiária ou implantação de ZEHIS), num processo integrado às políticas

- de assentamentos e construções, em escala urbana ou regional;
- Prevalência das funções e usos residenciais na expansão da cidade, tendo a infraestrutura urbana e os serviços de desenvolvimento humano e de geração de renda seus principais suportes;
 - Obediência aos princípios da função social da propriedade, adequação ambiental à moradia, socialização de oportunidades de acesso e, sobretudo, miscigenação dos tecidos socioeconômicos na cidade;
 - Cooperação metropolitana intermunicipal e com as demais esferas públicas;
 - Estratégias articuladas e integradas dos agentes públicos, comunitários e privados, sobretudo de desenvolvimento: econômico, social, cultural e urbano-ambiental.

6.3 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

DISPOSIÇÃO LEGAL NO PLANO DIRETOR

- I - aumentar a competitividade regional;
- II - dinamizar a geração de emprego, trabalho e renda;
- III - desenvolver potencialidades locais;
- IV - consolidar a posição do Município como “Centro de Referência em Negócios”;
- V - fortalecer e difundir a cultura empreendedora;
- VI - intensificar o desenvolvimento tecnológico no município, consolidando um sistema regional de inovação;
- VII - aperfeiçoar o modelo adotado continuamente, a partir da perspectiva sistêmica e considerando desafios do crescimento econômico, da equidade social e do respeito ao meio ambiente;
- VIII - apoiar e incentivar iniciativas individuais e coletivas com fim de desenvolver e consolidar a economia solidária.

ABORDAGEM RESULTANTE DO PLANO

- Promoção contínua dos fatores e dos ativos de desenvolvimento econômico-produtivos locais, visando melhoria na qualidade de vida da população e bem estar da sociedade, com base nos princípios da sustentabilidade e prioridade no desenvolvimento local endógeno;
- Crescente formalização e estímulo à urbanidade entre as atividades produtivas;
- Articulação de esforços públicos e privados, em todas as frentes do desenvolvimento local e regional, apoiando a ocupação sustentável e racional do território e visando ampliar as iniciativas para gerar um ambiente produtivo que consolide as potencialidades reais da *tecnópolis* metropolitana, de caráter solidário e competitivo nos termos do Plano de Desenvolvimento Integrado – PDI da região;
- Cooperação metropolitana intermunicipal nas ações pragmáticas do fomento econômico, bem como também com demais esferas públicas;
- Estratégias articuladas e integradas dos agentes públicos, comunitários e privados, sobretudo em Segurança e em Desenvolvimento: econômico, urbano-ambiental e cultural.

6.4 DESENVOLVIMENTO SOCIAL

DISPOSIÇÃO LEGAL NO PLANO DIRETOR

- I - respeitar e valorizar o indivíduo como cidadão, independente da condição sócio-

econômica, raça, cor ou credo;

II - executar a ação social como processo sistêmico e integrado, a partir de base territorial e com foco na família, na cultura local e na inclusão socioeconômica do cidadão;

III - descentralizar e garantir a intersetorialidade nos processos administrativos e serviços;

IV - buscar a excelência em serviços públicos de assistência e promoção social;

V - integrar os programas, projetos e ações;

VI - estimular a autonomia da população em situação de risco e vulnerabilidade social.

ABORDAGEM RESULTANTE DO PLANO

- Promoção social por meio da redução das desigualdades, da inclusão e da equidade social para o conjunto da população, tendo como pressupostos o resgate da cidadania e a sustentabilidade;

- Priorização de grupos e pessoas em situação de vulnerabilidade ou risco social, bem como a garantia de direito das minorias;

- Articulação entre as diversas políticas públicas da área social, potencializando seu efeito junto à população, na busca da melhoria das condições de vida e dos níveis de desenvolvimento social;

- Cooperação metropolitana intermunicipal e com as demais esferas públicas;

- Estratégias articuladas e integradas dos agentes públicos, comunitários e privados sobretudo de Segurança e de Desenvolvimento: econômico, urbano-ambiental e cultural.

6.5 SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

DISPOSIÇÃO LEGAL NO PLANO DIRETOR

I - potencializar as ações e os resultados de segurança pública;

II - articular as instâncias responsáveis pela proteção da população, dos bens e serviços e dos próprios municipais;

III - ampliar a capacidade de defesa social da comunidade;

IV - coordenar as ações de defesa civil do Município, articulando esforços das instituições públicas e da sociedade.

ABORDAGEM RESULTANTE DO PLANO

- Medidas que promovam a proteção do cidadão, articulando e integrando organismos governamentais e sociedade, para organizar e ampliar a capacidade de defesa da comunidade e dos próprios municipais, mediante integração de serviços de controle ou policiamento, municipalização de estratégias, educação e mobilização para maior urbanidade e civilidade do tecido socioeconômico e configuração urbano-ambiental propícia;

- Cooperação metropolitana intermunicipal nas ações pragmáticas do fomento econômico, bem como com demais esferas públicas, com ênfase a ações descentralizadas sob coordenação da Defesa Social;

- Estratégia voltada a ações integradas com os agentes privados e comunitários, bem como com serviços locais de desenvolvimento socioeconômico, sobretudo os focados em emprego, renda e lazer (esportivo ou cultural).

6.6 CONTROLE AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

DISPOSIÇÃO LEGAL NO PLANO DIRETOR

- I - promover a sustentabilidade ambiental;
- II - elaborar e implementar planos, programas e ações de proteção e educação ambiental;
- III - assegurar que o lançamento na natureza, de qualquer forma de matéria ou energia não produza riscos à natureza ou a saúde pública;
- IV - definir de forma integrada áreas prioritárias da ação governamental;
- V - identificar e criar unidades de conservação ambiental;
- VI - estabelecer normas para a proteção dos recursos hídricos;
- VII - promover adoção de padrões de produção e consumo de bens e serviços compatível com a sustentabilidade ambiental;
- VIII - promover o saneamento ambiental;
- IX - promover a preservação do patrimônio cultural edificado e dos sítios históricos;
- X - estabelecer o zoneamento ambiental;
- XI - identificar e definir bens de valor ambiental e cultural;
- XII - estabelecer normas, padrões, restrições, uso e ocupação de imóveis considerando os aspectos ambientais.

ABORDAGEM RESULTANTE DO PLANO

- Conservação, proteção, recuperação e uso racional do território, em seus aspectos natural e cultural, estabelecendo normas, incentivos ou restrições ao uso ou ocupação e modificação de espaços, visando qualidade do meio ambiente e a sustentabilidade da Cidade, para presentes e futuras gerações;
- Sistemas de limpeza pública e tratamento de resíduos ou efluentes em constante monitoria e manejo, para os fins de proteção ao suporte natural e à sustentabilidade na vida e no futuro da região;
- Estratégias para promoção da civilidade e da urbanidade, com ênfase na sustentabilidade dos os agentes públicos, comunitários, econômicos e culturais da sociedade, em suas diversas e heterogêneas escalas de organização e de expressão, por meio das ações e planos locais descentralizados;
- Orientação e assessoria permanente e transversal das operações urbanas que afetem o equilíbrio ambiental e cultural, registrando e acompanhando estudos de impacto nessas ocorrências;
- Preservação e incentivo a expressões populares e às potencialidades regionais e locais, por meio da articulação das políticas públicas em suas dimensões socioeconômicas e culturais, bem como da qualificação de agentes públicos e privados de desenvolvimento socioeconômico;
- Cooperação metropolitana intermunicipal e com as demais esferas públicas;
- Estratégias articuladas e integradas dos agentes públicos, comunitários e privados, sobretudo as de Controle Urbano e de Desenvolvimento: social, econômico e cultural.

6.7 TRATAMENTO INTEGRADO EM INTERVENÇÕES E INDUÇÕES: MONITORAMENTO E MANEJO

Em que pese esse conjunto de princípios, estratégias programáticas, diretrizes de ação e propostas que emanam e resultam dos seis Planos Setoriais, há que enfatizar consenso entre todos os agentes que formularam as idéias registradas neste relatório de que as ações e serviços públicos, assim como transformações urbanas de iniciativa privada, ganharão em eficiência e eficácia na exata medida do seu tratamento integrado.

Essa integração deve ocorrer desde a concepção dos planos ou projetos de indução ou intervenção urbanística. Ou seja, quando ainda são preliminarmente gerenciadas as iniciativas e, a seguir, pactuados seus pressupostos urbanos para a cidade. Nos passos seguintes — planejamento, projetos executivos, acordos e contratos correlatos, culminando na execução — sempre deverão estar presentes, de forma clara, os meios e métodos de integração, de modo que recursos e esforços setoriais se somem em direção a metas ou objetivos unificados, segundo o pacto de gestão inicial, tendo como orientação de fundo essa desejável e amplamente discutida intersetorialidade.

Todavia, entre uma etapa e outra do projeto, uma fase ou outra da iniciativa e, na melhor das hipóteses, entre um cenário urbano e outro, diante da transformação ou da operação urbana pretendida, há que se manter procedimentos, rotinas ou ações sob constante monitoramento. Essa é a medida que irá servir para eventuais ajustes nos rumos ou nos meios empregados para a consecução de cada meta. Das condições técnicas da monitoração se obterão dois resultados, mais importantes do que qualquer avanço setorial conquistado isoladamente: possibilidade de crítica transparente, com controle social nos processos executivos e, ainda, capacidade sustentável de se manejar permanentemente o futuro da cidade.

CRÉDITOS

DIRETORIA EXECUTIVA DO IPPUC

Carlos Alberto Richa
Prefeito Municipal
Luciano Ducci
Vice-Prefeito Municipal

Augusto Canto Neto
Presidente
Susana Lins Affonso da Costa de Andrade
Supervisão de Informações
Edemar Meissner
Supervisão de Implantação
Ronaldo Sergio Podolak Pencai
Supervisão Administrativa e Financeira
Célia Regina Bim
Supervisão de Planejamento
Ricardo Antônio de Almeida Bindo
Assessoria de Planejamento
Saburo Ito e Joaquim L. Batista
Assessoria Técnica
Mauro Sérgio T. Rocha
Assessoria Jurídica
Teresa Castro
Naym Libos
Assessoria de Imprensa
Liana Vallicelli
Assessoria de Relações Externas

EQUIPE DE SISTEMATIZAÇÃO DESTE RESUMO

Cláudio Menna Barreto
Coordenação técnica
Mauricio Arenhart
Editoração
Tania Cardoso
Revisão

Capítulo 1 – Fundamentos Legais

Mauro Sergio T. Rocha e Cláudio Menna Barreto

Capítulo 2 – Perfil da Cidade

Terezana C. de Mello, Gisele M. Krizanowsky, Marília Isfer Ravanello e Albina Pedrina Cordeiro

Capítulos 3 e 4 – Situação e Estratégias

Cláudio Menna Barreto

Capítulo 5 – Diretrizes e Propostas

Ricardo Antônio de Almeida Bindo

Capítulo 6 – Encaminhamento

Cláudio Menna Barreto

PLANOS SETORIAIS COMPLETOS

Agradecimentos especiais aos secretários e presidentes da Administração Municipal e suas equipes pela excepcional participação e colaboração na elaboração dos seis Planos Setoriais.

OUTRAS CONTRIBUIÇÕES

População da cidade de Curitiba;
Conselheiros Municipais e Distritais de Saúde, Educação, Tutela e Desenvolvimento Social;
Conselheiros do CONSECON – Conselho Consultivo do IPPUC -;
Conselheiros do Conselho Municipal de Meio Ambiente;
Conselheiros do Conselho de Segurança;
Instituições Acadêmicas.

EQUIPES DOS PLANOS SETORIAIS

Ricardo Antônio de Almeida Bindo
Coordenação dos Planos Setoriais
IPPUC

PLANO MUNICIPAL DE CONTROLE AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Alfredo Vicente de Castro Trindade
Coordenação Geral
SMMA

Coordenação Temática

Claudia Regina Boscardin
Recursos Hídricos - SMMA

José Campos Hidalgo Neto
Resíduos Sólidos - SMMA

Maria Lúcia Rodrigues
Unidades de Conservação - SMMA

Ana Lúcia Ciffoni
Patrimônio - IPPUC

Luis Alberto Lopez Miguez
Sistemas de Informação Ambiental - SMMA

Josiana Saqueli Koch
Recursos Atmosféricos/Ruído Urbano - SMMA

Marcos Elias Traad
Fauna - SMMA

Leny Mari Góes Toniolo
Educação Ambiental - SMMAl

Alfredo Vicente de Castro Trindade
Áreas Verdes/Passivos Ambientais/Legislação - SMMA

Gil Polidoro
Geologia - SMMA

Equipe Técnica

Alice Rodrigues
Ana Lucia Ciffoni
Ana Paula Baars
Ana Regina Diana
Andrina Maria Alves Imbelloni
Angela Cherobin
Angela Lauriano
Aparecida Vaz da Silva Bahls
Belmiro César Candelori
Carla Anete Berwg
Christine Vianna Baptista
Clarisse Bolf Poliquesi
Cláudia Arioli
Daisy Guerra
Dâmaris da Silva Seraphim
Denise Mitiko Murata
Denise Zanini
Djalma A. M. Garcia
Dolenaide Boaventura Vianna
Elaine Guedes Nunes
Eliane Maria Sganzerla
Eliane Simas
Elizabeth Denega Rodrigues
Ely de Moraes Marcelino
Filomena Hammerschmidt
Gilda Maria Siqueira Tebet

Gisele Martins dos Anjos
Igor Chmyz
João Carlos Fernandes
Jonas Elias Volcov
Josiane Isabel Stroka Santana
Juan Ramon Soto Franco
Juliano Mateussi
Júlio César de Moura Leite
Júlio César de Oliveira
Jussara Ferreira Reinert
Jussimara Campelo
Lígia Mieko Abe
Lorene Rother Góes
Luciano José de Lara
Luis Celso Coelho da Silva
Marcelo Sutil
Márcia Arzua
Marco Aurélio Bregenski
Maria do Carmo Cattani
Maria Inês Barreto
Marlise Eggers Jorge
Hugo Moura Tavares
Natalie Henke Gruber
Odete Lopez Lopes
Orlei Alves Leandro
Oscar Brunetti

Ozanam A. de Souza
Patrícia Maria da Silva
Pedro Scherer Neto
Priscila Camargo Jacewicz
Renata Hellen Peres
Renato Nicolau dos Santos
Ricardo Antônio de Almeida
Bindo
Ricardo Bonat Taborda Ribas
Roberson M. C. Nunes
Rodrigo Ferreira Marques
Rosa Maria Cordeiro da Silva
Rosana Fabri
Rosane Valduga
Rubens Alves Goes Zampieri
Samira El-Ghoz Leme
Solange Regina Malkowski
Sônia Deneka Souza
Sulei Kimiko Sasaoka
Tarquino Luis T. C. S. da Motta
Tereza Cristina Castellano
Margarido
Vinicius Abilhoa

Estagiários
Júlio Cezar Merlin Filho
Lucas Ben-Hur Ferrante

PLANO MUNICIPAL DE SEGURANÇA E DEFESA SOCIAL

Norman De Paula Arruda Filho

Coordenação Geral

ISAE/FGV - Instituto Superior de Administração e Economia Fundação Getúlio Vargas

Flavio Kitzig

Coordenação Operacional - ISAE/FGV

Luiz Felipe Haj Mussi

Coordenação Técnica - ISAE/FGV

Equipe Técnica

Equipe de Assessoria Técnica

Ana Maria Lorici Santin
Everson Luiz Morozowski
Luiz Eduardo Perry

Equipe de Avaliação da PMC

IPPUC - Instituto De Pesquisa e Planejamento Urbano De Curitiba
Claudio José Menna Barreto Gomes
Ricardo Antonio de Almeida Bindo

IMAP - Instituto Municipal de Administração Pública
Marcia Schlichting

SMDS - Secretaria Municipal da Defesa Social
Cel. Itamar dos Santos Secretário
Cel. Rene Roberto Witek
Carlos Celso dos Santos Jr
Cel. Iranil dos Santos Jr.

URBS - Urbanização de Curitiba S.A.
Rosângela Maria Battistella

PLANO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Maria Beatriz Blasi Olandoski

Coordenação Geral do Plano Desenvolvimento Social
IPPUC

Equipe Técnica

IPPUC - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba

Ângela Paula Mereniuk Costa
Eliane do Rocio Schultz Scheremetta
Lourival Peyerl
Lucimara Wons
Marcela Renata S. Zanella
Maria Angelica Medeiros Marques
Olga Seris Kaiel Ronconi
Rita Maria Neiva de Lima
Valéria Veríssimo Franco de Souza

SMA - Secretaria Municipal de Abastecimento

Ana Rosa dos Anjos Sirtoli
Lia Nara Paludo
Luiz Dâmaso Gusi

SME - Secretaria Municipal de Educação

Maria Inês Cavichioli
Rogéria Macioski
Sueli Fischer de Moraes

Secretaria Municipal de Esporte e Lazer

Denise Gusso Tosin
Paul Julius Stanganelli

Secretaria Municipal de Saúde

Eliane Regina da Veiga Chomatas
Inês Kultchek Marty
Regina Coeli da Silva Amorim Bagatin

Fundação de Ação Social

Ana Luiza Suplicy Gonçalves
Leticia C. F. Raymundo

Fundação Cultural de Curitiba

Ana Maria Kholer Pires
Ângela Medeiros
Diani Eiri Camilo Mossato
José Roberto Lança
Veranice V. L. Hayashida

Colaboradores

Christian Luiz da Silva
Magali Breda
Maria Ângela Fávaro Foltran
Simone G. das Chagas Lima
Rita de Cássia R. Cavatorta

Apoio Técnico

ISAE/FGV
Samira Kauchakje

Colaboradores

Fernanda Camargo
Márcia de Oliveira
Suelen Finau
Sylvia Poniwas

PLANO MUNICIPAL DE MOBILIDADE E TRANSPORTE INTEGRADO

Cléver Ubiratan Teixeira de Almeida
Coordenação Geral do PlanMob
IPPUC

Maria Miranda
Coordenação - Acessibilidade - IPPUC

Anive Alcântara Soares
Coordenação - Transporte Coletivo e Comercial - URBS

José Alvaro Twardowski
Coordenação - Sistemas Viário, de Circulação e de Trânsito - IPPUC

Julio Almeida
Coordenação - Transporte de Cargas - IPPUC

Equipe Técnica

Acessibilidade
Irajá de Brito Vaz
Rubens Leonart
Suely Kntop Chechelski

Transporte Comercial
José Carlos Gomes Pereira Filho
Henry Sobanski
Maurício de Almeida Torres

Sistemas Viário, de Circulação e de Trânsito
Suely Amorim Barata Moutinho
Ricardo Hayashi
Marcos Francisco de Lara

Transporte de Cargas
Leila Beatriz Mancia Taouil
Cláudio Menna Barreto Gomes
Jarbas Jobim Filho (consultor)

Equipe de Apoio
Antônio Pedro Taboada
Carla Choma Frankel
Leila Beatriz Mancia Taouil
Lisiane Soldateli Vidotto
Paulo Roberto Malucelli
Gilsa Crissi - Secretária
Pedro Leone Barão - Estagiário

Entidades Colaboradoras
SETCEPAR Sindicato das Empresas de Transporte de Cargas no Estado do Paraná
ALL América Latina Logística
UFPR Universidade Federal do Paraná Dpto. de Transporte
FGV Fundação Getúlio Vargas
URBS Urbanização de Curitiba S.A
SMU Secretaria Municipal de Urbanismo
COMEC Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba
SEPLAN Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação
SMAB - Secretaria Municipal de Abastecimento
SMMA - Secretaria Municipal do Meio Ambiente
SMS - Secretaria Municipal de Saúde
SME - Secretaria Municipal de Educação
FAS - Fundação da Ação Social
FCC - Fundação Cultural de Curitiba
AEAPcD - Assessoria Especial de Assistência a Pessoa com Deficiência
Ministério Público do Estado do Paraná

Transporte Coletivo
Fernando Eugênio Ghignone
Luiz Filla
Ana Milleo
Daniel Costa
Edson Berleze
Élcio Karas
Ismael Bagatin França
Nelson Basgal
Olga Mara Prestes

Acompanhamento e Suporte Técnico

ISAE/FGV - Instituto Superior de Administração e Economia
Fundação Getúlio Vargas

Norman de Paula Arruda Filho
Coordenação Geral e Execução da Assessoria Técnica

Flavio Kitzig
Coordenação Operacional

Equipe Técnica
Fábio Duarte Clovis Ultramari
Jussara Maria Silva Eloy Kockanny
Gustavo Taniguchi Katia Matsumoto Tancon

Câmara Técnica do CONSECON
Mauro Vicenzo Cláudio Nardini ADFP
Irajá de Brito Vaz AEAPcD
Rubens Leonart AEAPcD
Luiz Antunes Rodrigues AUSTRACO
Luís Cláudio B. Patrício BICICLETADA CURITIBA
Rosane Cit Ministério Público do Estado do Paraná
Roberto L. F. Freitas Ministério Público do Estado do Paraná
Luiz Carlo Podzwato SETCEPAR
Ayrton F. do Amaral Filho SETRANSP
Jussara Maria Silva UNICENP

PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Maria Cristina R. T. Santana
Coordenação - IPPUC

Rosane Valduga
Coordenação - COHAB

Equipe Técnica

IPPUC - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba

Adriana Garcia Matias
Albina Pedrina Cordeiro
Carlos Alberto Barros
César Wanderlei Cubas
Emanoel Gegembauer
Gisele Rosário Medeiros Krzyzanowski
Lourival Peyerl
Lucas F. Levinski

Magali Breda
Maria Beatriz Blasi Olandoski
Marcela R. S. Zanella
Maria Angélica Medeiros
Maria Cristina T. Santana
Maria da Conceição Lass
Oscar Ricardo Schmeiske
Osmar Samulenko Dias
Regina Maria Sliwiany

Reginaldo Salgado de Castro
Terezana Carvalho de Mello
Yole Medeiros

Estagiários
Andrea Yamada
Luís Felipe Hakim Leal
Natália Bortolaz

COHAB-CT - Companhia de Habitação Popular de Curitiba

Antonio Gonçalves Martins Neto
Benedito Aparecido Cândido da Cunha
César Volkof
Danieli Lopes Cabral Kiefer
Evilásio Leandro Rocha
Giovana Kucaniz
Jonair Lagor Júnior
Kelly M. Christine Mengarda Vasco
Kristiane Plaisant Marcon

Marco Aurélio Becker
Mariangeles Garcias Marrero
Melissa da Silva Bello
Ricardo Serraglio Polucha
Rosane A. Valduga
Rosangela Gomes dos Santos
Ubiratan Gonçalves de Melo
Valter Rebelo
Vivian Troib

Estagiários
Marcos Todisco Silveiro
Júcian Imayuki Duarte
Talita de Miranda Paulo
Vinícius Costa Luis

SMMA - Secretaria Municipal de Meio Ambiente

Carlos Eduardo Beltrão
Alfredo Vicente C. Trindade
Cláudia Regina Boscardin

SMAD - Secretaria Municipal de Administração

Marcelo Brenner

SMAM - Secretaria Municipal para Assuntos Metropolitanos

Edson Reva

SMOP - Secretaria Municipal de Obras Públicas

Janislei da Silva

SMF - Secretaria Municipal de Finanças

Airton Sozzi Júnior

SMU - Secretaria Municipal do Urbanismo

William Weinert

FAS - Fundação de Ação Social

Maricélia de Fátima Hack Lamy

SGM - Secretaria do Governo Municipal

Célia Braga

PLANO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Equipe Técnica de Consultores Externos

Norman de Paula Arruda Filho
Coordenação Geral
ISAE/FGV

Antoninho Caron

Coordenação Técnica - ISAE/FGV

Flavio Kitzig

Coordenação Operacional- ISAE/FGV

Equipe de Assessoria Técnica

Ana Maria Lorici Santin
Andréia Cristina Ferreira

Antoninho Caron
Jedson César de Oliveira

Lucas Lautert Dezordi
Ricardo Schifflini Dellamea

Robson Ribeiro Gonçalves

Equipe de Avaliação da PMC

IPPUC - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba
Lourival Peyerl
Ricardo Antonio de Almeida Bindo

FAS - Fundação de Ação Social
Carlos Henrique Ehalt Lopes
Letícia Codagnone Raymundo

SMTE - Secretaria Municipal do Trabalho e Emprego
Altacir Camara Costa

SEPLAN - Secretaria Municipal de Planejamento

Ana Cristina Wollmann Zorning Jayme

Instituto Municipal do Turismo
Vera Lucia Afonso Moreira de Andrade

AGÊNCIA CURITIBA
Gilberto Camargo

SMF - Secretaria Municipal de Finanças